UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA E
LITERATURAS ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA

DANIELA IONÁ BRIANEZI

***O Diccionario panhispánico de dudas* em questão: dúvida,
regulação e memória.**

SÃO PAULO
2014

VERSÃO CORRIGIDA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA E
LITERATURAS ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA

O Dicionario panhispánico de dudas em questão: dúvida,
regulação e memória.

Daniela Ioná Brianezi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Língua Espanhola.

Área de concentração: Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol

Orientadora: Profª. Dra. María Teresa Celada.

De acordo,

María Teresa Celada

SÃO PAULO
2014
VERSÃO CORRIGIDA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA E
LITERATURAS ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA

***O Diccionario panhispánico de dudas* em questão: dúvida,
regulação e memória.**

Daniela Ioná Brianezi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Língua Espanhola.

Área de concentração: Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol

Orientadora: Profª. Dra. María Teresa Celada.

De acordo, _____
María Teresa Celada

SÃO PAULO
2014
VERSÃO CORRIGIDA

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.**

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B849d Brianezi, Daniela Ioná
O Dicionário panhispânico de dúvidas em questão:
dúvida, regulação e memória / Daniela Ioná Brianezi ;
orientadora María Teresa Celada. - São Paulo, 2014.
202 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de
concentração: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola
e Hispano-Americana.

1. língua espanhola. 2. memória discursiva. 3.
instrumentos linguísticos. 4. regulação. 5. política de
língua(s). I. Celada, María Teresa, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Daniela Ioná Brianezi

*O Dicionario panhispánico de dudas em questão:
dúvida, regulação e memória.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Língua Espanhola.

Área de concentração: Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. María Teresa Celada
(Orientadora)

Profa. Dra. Maria Onice Payer (UNIVÁS)

Profa. Dra. Neide Maia González (DLM/USP)

SUPLENTE:

Prof. Dr. José Horta Nunes (UNICAMP)

Profa. Dra. María Zulma M. Kulikowski (DLM/USP)

Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul (DLM/USP)

*À minha mãe, por tudo,
e ao Luiz, pelo amor e companheirismo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por conseguir vencer mais esta etapa em minha vida.

A Maite Celada, por ter me aberto as portas tanto do mestrado quanto da Análise do Discurso, e por ter compartilhado generosamente sua sabedoria.

A Maria Onice Payer, pela leitura dedicada e apurados comentários que fizeram com que este estudo crescesse e tomasse forma.

A Neide Maia González, pela leitura, comentários e o contínuo brilho nos olhos que nos incentiva a pesquisar a língua espanhola.

A José Horta Nunes, por ter nos apresentado o *mundo* da lexicografia discursiva e ter nos mostrado como trilhar caminhos neste *mundo*.

A todos os “mestres” que atravessaram minha vida e me ensinaram o amor pelo ensino e pela língua, sem os quais eu não estaria aqui hoje.

A Michele Costa, cuja pesquisa dialoga em vários momentos com esta própria pesquisa, pela amizade e carinho que levarei comigo para sempre.

Aos companheiros de estudos e de vida: Laura Sokolowitz, Lorena Menón, Ana Fabro, Jorge Rodrigues Souza Junior, José Maurício, e todos os que passaram de algum modo pelo presente estudo.

Aos amigos do peito, pelo incentivo e apoio nesta caminhada.

A minha família mais próxima, minha mãe, Yvone, pela ajuda e amor incondicionais; à minha irmã, Fabiana, minha sobrinha Marília, meu cunhado Ricardo, meu pai, Luiz Carlos, meus enteados Juno e Enzo e a todos meus familiares por torcerem e acreditarem em mim.

E ao Luiz pela paciência, pela generosidade, pelo carinho, pela companhia, pelo ouvido amigo, por *tudo*.

Porque o sentido não é um, é muitos.

Eni Orlandi (2007, p.153)

RESUMO

BRIANEZI, D.I. O Dicionario panhispánico de dudas em questão: dúvida, regulação e memória. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

Esta dissertação apresenta um estudo discursivo de determinados aspectos do *Diccionario panhispánico de dudas* (DPD), obra publicada em 2005 pela *Real Academia Española* (RAE) e a *Asociación de Academias de la Lengua Española* (ASALE). Tomamos como base teórica a articulação feita no Brasil entre a Análise do Discurso de linha materialista e a História das Ideias Linguísticas (HIL). Nesse contexto, consideramos o dicionário como um instrumento linguístico (AUROUX, 1992), inserido em determinadas condições de produção – fato este que nos permite abordá-lo como um objeto discursivo (ORLANDI, 2007). Deste modo, analisamos recortes de sua materialidade – incluindo seu paratexto (GENETTE, [1987] 2009) e sua nomenclatura – a fim de detectar gestos que trabalham a relação deste instrumento com as rotinas de funcionamento da memória da/na língua (PAYER, 2006).

Organizamos nossa análise em duas partes. Na primeira, abordamos elementos que consideramos ser o entorno do dicionário: a página inicial dos *sites* no qual pode ser consultado e sua capa. Nesse movimento, impôs-se a necessidade de analisarmos a relação que designamos como “contraditória” (PECHEUX, 1990) entre suas instituições autoras – a RAE e a ASALE – pelo fato de o nome e os emblemas destas constarem na referida capa. Em seguida, ainda nesta parte, analisamos seus textos introdutórios observando como se constrói neles a imagem de dúvida e como a ela se entrelaçam as de sujeito e de língua.

Na segunda parte, o foco está na nomenclatura desse mesmo dicionário. No recorte que fazemos observamos, primeiramente, que se destaca, em número, a classe dos

“topónimos” e “extranjerismos”, o que se vincula a um viés importante no funcionamento da política pan-hispânica: a relação da língua espanhola com outras línguas. Além disso, detectamos como, na materialidade desse objeto, é “resolvida” a dúvida; aspecto este que nos levou a colocá-lo em relação com o *Diccionario de la Lengua Española* (DRAE), abordando, fundamentalmente, a relação que se trava entre ambos instrumentos linguísticos no jogo de uma política de língua(s) (ORLANDI, 2007).

Na trama das diversas análises realizadas ao longo desta dissertação detectamos, então, alguns dos gestos mais regulares que, nos instrumentos linguísticos abordados, afetam o funcionamento do que chamamos memória da/na língua.

Palavras-chave: língua espanhola, memória discursiva, instrumentos linguísticos, regulação, política de língua(s)

ABSTRACT

BRIANEZI, D. I. The *Diccionario panhispánico de dudas* (Pan-hispanic doubts dictionary) in debate: doubt, regulation and memory. Master's degree dissertation – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

This dissertation presents a discursive study of some aspects of the *Diccionario panhispánico de dudas* – *pan-Hispanic doubt dictionary* – (DPD), work published in 2005 by *Real Academia Española* – *the Royal Spanish Academy* – (RAE) and *Asociación de Academias de la Lengua Española* – *the Association of Academies of the Spanish Language* – (ASALE). The basis of our work relies on the articulation made in Brazil between the theories of the Discourse Analysis (DA) and the History of Linguistic Ideas (HLI). In this context, we consider the dictionary a linguistic instrument (AUROUX, 1992), inserted in determined production conditions – fact that allows us to take it as a discursive object (ORLANDI, 2007). This way we analyze fragments of its materiality – that includes its paratext (GENETTE, 1987) and its nomenclature – in order to detect gestures that work the relation between this instrument and the routines of the memory of/in the language (PAYER, 2006).

We organize our analysis in two parts. In the first one, we deal with elements that we consider as the dictionary surrounding: the first page of the site where it can be consulted and its cover. With this movement, there was a need to analyze another relation, that we designate as being contradictory (PÊCHEUX, 1990) between the institutions which are its authors – RAE and ASALE – because their names and coat of arms appear on the referred cover.

On the second part, we focus the dictionary nomenclature. We observe fragments in which the number of toponyms and foreignisms stand out, what is related to an important bias in how the pan-hispanic policy works: the relation between Spanish and other languages.

Besides, we highlight how, in the instrument materiality the doubt is “solved”, aspect which compelled us to analyze the relation between the DPD and another linguistic instrument: the *Diccionario de la Lengua Española* – Dictionary of the Spanish Language – (DRAE), covering, specially, the relation that both linguistic instruments have in the language(s) policy (ORLANDI, 2007) game.

On the web of the several analysis developed through this dissertation we detect some of the most regular gestures that, in the linguistic instruments covered, affect the so called memory of/in the language functioning.

Key words: Spanish Language, discursive memory, linguistic instruments, regulation, language(s) policy

RESUMEN

BRIANEZI, D. I. El *Diccionario panhispánico de dudas* en cuestión: duda, regulación y memoria. Tesis de Maestría – Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, Universidad de São Paulo. São Paulo, 2014.

Esta tesis presenta un estudio discursivo de determinados aspectos del *Diccionario panhispánico de dudas* (DPD), obra publicada en 2005 por la *Real Academia Española* (RAE) y la *Asociación de Academias de la Lengua Española* (ASALE). Tomamos como base teórica la articulación trabada en Brasil entre el Análisis del Discurso de línea materialista y la Historia de las Ideas Lingüísticas (HIL). En ese contexto consideramos el diccionario como un instrumento lingüístico (AUROUX, 1992), dentro de determinadas condiciones de producción, hecho este que nos permite abordarlo como un objeto discursivo (ORLANDI, 2007). Así analizamos recortes de su materialidad – incluyendo su paratexto (GENETTE, [1987] 2009) y su nomenclatura – con el objetivo de detectar gestos que trabajan la relación de este instrumento con las rutinas de funcionamiento de la memoria de la/en la lengua (PAYER, 2006).

Organizamos nuestro análisis en dos partes. En la primera enfocamos elementos que consideramos como el entorno del diccionario: la página inicial de los sitios donde puede ser consultado y su tapa. En este movimiento se impuso la necesidad de analizar la relación que designamos como “contradictoria” (PECHEUX, 1990) entre sus instituciones autoras – la RAE y la ASALE – por el hecho de que el nombre y los emblemas de estas constan en la referida tapa. En seguida, aún en esta parte, analizamos sus textos introductorios observando cómo se construye en ellos la imagen de duda y cómo a ella se entrelazan las de sujeto y las de lengua.

En la segunda parte, el foco está en la nomenclatura de ese mismo. En el recorte que hacemos observamos en primer lugar que se destaca, en número, la clase de los “topónimos”

y “extranjerismos”, lo que se vincula a un sesgo importante en el funcionamiento de la política panhispánica: la relación de la lengua española con otras lenguas. Además detectamos cómo, en la materialidad de ese objeto, se “resuelven” las dudas; aspecto este que nos llevó a vincularlo con el *Diccionario de la Lengua Española* (DRAE) abordando fundamentalmente la relación que se traba entre ambos instrumentos lingüísticos en el juego de una política de lengua(s) (ORLANDI, 2007).

En la trama de los distintos análisis realizados a lo largo de esta tesis detectamos, entonces, algunos de los gestos más regulares que, en los instrumentos lingüísticos abordados, afectan el funcionamiento de lo que denominamos memoria de la/en la lengua.

Palabras clave: lengua española, memoria discursiva, instrumentos lingüísticos, regulación, política de lengua(s)

LISTA DE ABREVIATURAS

Lista de abreviaturas

AD	Análise do Discurso
ASALE	Asociación de Academias de la Lengua Española
DEM	Diccionario del Español de México
DIEA	Diccionario Integral del Español de la Argentina
DPD	Diccionario Panhispánico de Dudas
DRAE	Diccionario de la lengua española
HIL	História das Ideias Linguísticas
LE	Língua Espanhola
p.	página(s)
NR	nota de rodapé
RAE	Real Academia Española
sd	sequência discursiva

SUMÁRIO

Introdução.....	17
1. Na trilha dos estranhamentos.....	17
2. A delimitação de nosso objeto e a articulação do corpus.....	27
3. A estrutura dos capítulos.....	38
Parte I – O entorno do <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>.....	41
Capítulo 1 – No <i>site</i>, com foco na capa.....	42
1. Em conexão com os <i>sites</i>	45
2. Na capa	51
2.1. As instituições autoras.....	53
2.2. O título.....	63
Capítulo 2 – Os pré-textos.....	70
1. Como surge a dúvida.....	72
2. Sobre os tipos de dúvidas.....	86
Parte II – A nomenclatura do <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>.....	102
Capítulo 3 – O recorte da letra “L”	104
1. Primeira aproximação.....	106
2. Os verbetes em funcionamento.....	113
Capítulo 4 - O DPD e sua relação com o <i>Diccionario de la Lengua Española</i>	134
1. O <i>Diccionario de la Lengua Española</i> da RAE.....	135
2. Nosso recorte e a 23ª edição do DRAE.....	138
3. O caso do <i>artículo enmendado</i>	140
4. O caso do <i>artículo propuesto para ser suprimido</i>	149

5. O caso do <i>artículo nuevo</i>	152
Considerações Finais	157
Referências Bibliográficas	167
Anexos	173
Anexo A – Imagens em tamanho ampliado	173
Anexo B – Índice das seções do DPD, às quais acrescentamos seus subitens	181
Anexo C – Os pré-textos – versão impressa	183
Anexo D – Os verbetes da letra “L” - versão impressa	199

INTRODUÇÃO

*Eu tenho savoir-faire
Meu temperamento é light
Minha casa é hi-tech
Toda hora rola um insight.*

“Samba do approach”, de Zeca Baleiro

As reflexões preliminares realizadas para efetuar a presente pesquisa na pós-graduação remetem-nos a nossos primeiros estudos de língua espanhola (doravante LE) em cursos livres no Brasil. Nesse sentido, nosso primeiro movimento nesta Introdução consistirá em seguir a trilha delineada por uma série de estranhamentos que nos levou a querer colocar o *Diccionario panhispánico de dudas* (doravante DPD) como foco deste estudo. Em segundo lugar, traçaremos a delimitação de nosso objeto e de nosso corpus (algo que nos exigirá realizar uma série de relações que se fazem necessárias); e, numa terceira instância, apresentaremos a estrutura da presente dissertação.

1. Na trilha dos estranhamentos

O primeiro dos três estranhamentos aos quais aqui faremos referência foi experimentado por nós ao entrarmos em relação com uma série de enunciados recorrentes nas práticas de ensino e aprendizado da LE no Brasil, pronunciados pelos próprios professores de cursos livres: “em espanhol todas as palavras que vêm do inglês são traduzidas” e, portanto, “o uso de palavras nessa língua não seria comum na fala cotidiana da língua espanhola”. Mais tarde, já em nossa prática docente, os alunos de espanhol também reproduziam regularmente este comentário na sala de aula ou, então, quando, irrompia algum “estrangeirismo” (com relação à LE) reconhecível – e sempre os reconhecidos eram os que “vinham do inglês” – pronunciavam formulações muito próximas.

Estes enunciados deixavam transparecer um imaginário mediante o qual o brasileiro que se relaciona tanto com o espanhol quanto com o inglês como línguas estrangeiras projeta sobre a primeira, mais especificamente, sobre a relação que esta guardaria a respeito das palavras que da inglesa “entram” nela. Provavelmente, tal imaginário tem a ver com a forma pela qual o próprio brasileiro realiza a projeção, também imaginária, sobre como essa relação com o inglês se dá na oralidade da língua portuguesa no Brasil: nesta dimensão, seria natural haver “inserções” de palavras advindas do inglês, enquanto – segundo os comentários referidos anteriormente – isso não aconteceria com a LE. Assim, passamos a indagar se essa imagem antecipada pelos brasileiros a respeito da LE teria algum fundamento em seu funcionamento, o que nos levou pelo caminho de procurar como apareciam essas palavras nos dicionários dessa língua. Por isso, passamos a examiná-las – diríamos quase que “naturalmente” – no *Diccionario de la lengua española* (DRAE¹) pelo fato de este funcionar – já voltaremos sobre este aspecto – como “o” dicionário de espanhol, aspecto este que se vê reforçado porque sua versão *online* está disponível na página da *Real Academia Española* (www.rae.es) desde que foi publicada a 22ª edição desta obra em 2001.² E, nele, logo observamos que essas palavras são designadas como “vozes inglesas”. Ao entrarmos no referido *site*, em meados de 2010, encontramos exatamente o que reproduzimos na imagem 1³:

¹ A falta de coincidência entre o título do dicionário e a sigla mobilizada regularmente será objeto de análise no capítulo 4 desta dissertação.

² Cf. notícia publicada em 05/10/2011, disponível em: <http://www.rae.es/noticias/el-diccionario-y-otros-recursos-academicos-son-de-acceso-libre-y-gratuito-en-internet>, consultada em: 10/11/2013.

³ Todas as imagens reproduzidas nesta dissertação estão ampliadas no anexo A para melhor visualização.

Imagem 1 - Site da RAE em 2010⁴

O que nos chamou a atenção foi o fato de haver a possibilidade de acessar um outro dicionário, o DPD: começamos a consultá-lo também para averiguar a que se referiam tais “dúvidas” e verificar se as “voces inglesas” faziam parte de sua nomenclatura.

Deste modo, ao primeiro estranhamento que, em nosso caso, funcionou colocando-nos uma questão e nos dando impulso para que iniciássemos nossa pesquisa, somou-se outro, na verdade, uma consequência do primeiro. No caso, relaciona-se com o título dessa obra, *Diccionario panhispánico de dudas* (e sua remissão a uma espécie de classe), pois, como sujeitos da língua portuguesa no Brasil – confessamos – nunca até então havíamos entrado em contato com um “dicionário de dúvidas” em português. O estranhamento permanecia quando pensávamos na outra língua estrangeira na qual nos inscrevemos como falantes e docentes – o

⁴ Esclarecemos que tanto o site da RAE quanto o da ASALE foram reformulados no momento em que fazíamos nosso estudo. A nova versão foi colocada em funcionamento em 10/10/2013, quando já estávamos com nossas análises bastante adiantadas, motivo pelo qual mobilizaremos formulações tanto do site antigo quanto do novo, o que será sempre indicado por nós, através da data de acesso. Como ficará claro oportunamente, em nossa análise privilegiaremos as atuais versões dos referidos sites.

inglês –, visto que também, até a época da fase inicial deste trabalho, também não conhecíamos nenhum dicionário com essa designação na língua inglesa.

Assim, fizemos uma pequena averiguação em ambas as línguas: a portuguesa e a inglesa. O que encontramos em português foi o *Dicionário de Dúvidas e Dificuldades do Idioma Nacional*⁵, de Antenor Nascentes, cuja primeira edição data de 1968 e, mais atualmente, publicado em 2005, de Luiz Antonio Sacconi, o *Dicionário de Dúvidas, Curiosidades e Dificuldades da Língua Portuguesa*⁶, além de outros livros, em maior quantidade, que tratam de dúvidas da língua, mas não se denominam “dicionário”, como por exemplo a obra de J. Nicola. e E. Terra, de 2011: *1001 dúvidas de Português*.⁷ Já na língua inglesa encontramos uma publicação de 1839, intitulada: *The Difficulties of English Grammar and Punctuation Removed: for beginners and unsuccessful learners*⁸, de J.B. Davidson e um livro bem mais recente, de 1995: *Questions of English*, de J. Marshall e F. McDonald⁹, o que confirmaria nossa primeira intuição, segundo a qual nessa língua, assim como no português do Brasil, não seria tão regular a produção de obras lexicográficas que levem, em seu título, a denominação “dicionário” e que tratem de temas da língua sobre os quais seus falantes supostamente tenham alguma dúvida ou dificuldade.

Intrigadas justamente pela denominação “dicionário de dúvidas” – pois, de nosso ponto de vista, todos os sujeitos da linguagem recorrem a qualquer dicionário porque, justamente, teriam alguma “dúvida”, no sentido de não conhecer alguma palavra ou alguma acepção, por exemplo – e para produzir uma primeira aproximação ao DPD, realizamos algumas leituras no campo da lexicografia espanhola; primeiramente, nosso intuito era tentar entender algo mais geral: o que é um “dicionário”. Nesse sentido, a observação de Souto e

⁵ Rio de Janeiro: Editora Livraria Freitas Bastos.

⁶ São Paulo: Editora Harbra.

⁷ São Paulo: Editora Saraiva.

⁸ Londres, Reino Unido: Simpkin, Marshall and Co. Versão disponível em: www.books.google.com.

⁹ Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Pascual, (2003, p. 56-57) pareceu-nos relevante no tocante à dificuldade em definir este tipo de obra ou de instrumento ao qual recorreremos como usuários de línguas, mas dificilmente nos perguntamos sobre sua elaboração:

La realidad cotidiana del manejo y la consulta de los diccionarios coexiste con la dificultad de formular una definición satisfactoria, integradora y rigurosa de estos repertorios; su heterogeneidad, los variados objetivos con que se elaboran, las diversas necesidades a que atienden y sus distintos soportes, explican, entre otros factores, las múltiples definiciones que acompañan al término diccionario.

Os autores especificam os possíveis tipos de dicionários (ibidem, p. 61-70), sendo que há os monolíngues, bilíngues ou multilíngues – no que se refere à língua abordada; também podem ser sincrônicos ou diacrônicos – dependendo se se refere ao momento contemporâneo da publicação da obra ou se examina o desenvolvimento histórico da língua. Ainda segundo estes autores (ibidem), dependendo do léxico que abrangem, essas obras podem ser gerais ou especiais. Um dicionário geral compreende: “el léxico usual de un idioma”, além de mobilizar “una representación suficiente del vocabulario científico, así como voces con marca diacrónica, diatópica, disfásica o diastrática” (ibidem). Esse conceito de “dicionário geral”, ainda de acordo com esses estudiosos, se contrapõe aos denominados “especiais”, nos quais “está representada una fracción del léxico de una lengua” (ibidem), categoria na qual entrariam os dicionários diferenciais, os especializados e os de dúvidas. Segundo essa série de especificações mobilizadas principalmente no campo da lexicografia e que consideramos produtivas apenas neste primeiro *approach* a nosso objeto, já poderíamos afirmar que o DPD é monolíngue, sincrônico e especial (por ser “de dúvidas”).

Além disso, consideramos relevante e produtivo indagar o porquê de a *Real Academia Española* (doravante RAE), instituição de trezentos anos, em co-autoria com a *Asociación de Academias de la lengua española*, (ASALE), fundada em 1951¹⁰ e composta pelas 22 (vinte e

¹⁰ A ASALE foi fundada no *I Congreso de Academias de la Lengua Española* que aconteceu no México. Informação disponível em: <http://asale.org/ASALE/ConAALEBD?IDDOC=1&menu=1>, na página “La

duas) academias de língua espanhola existentes hoje¹¹, inclusive a RAE,¹² publicarem um dicionário de dúvidas, em 2005, visto que já existiam outros da mesma categoria na língua espanhola e, com especial prestígio, o *Diccionario de Dudas y Dificultades del Español*¹³ de Manuel Seco, acadêmico da RAE desde 1980¹⁴ e cuja 11ª edição data de 2011 e a primeira de 1961, demonstrando a importância dessa obra. Podemos citar também, na esfera de “dicionário de dúvidas” na LE, o *Diccionario Gramatical y de Dudas del idioma*¹⁵, de Emilio M. Martinez Amador (1953), o *Diccionario Sopena de Dudas y Dificultades del Idioma*¹⁶, de 1981 e o *Diccionario de Usos y Dudas del Español Actual*¹⁷ de José Martínez de Sousa, de 1996, apontando que o repertório de dicionários de dúvidas é vasto e se mantém na língua espanhola há pelo menos algumas décadas.

O terceiro e último estranhamento com o qual nos deparamos e que também nos impulsionou a fazer a presente pesquisa vincula-se com o papel de autoridade linguística da RAE – ao qual já fizemos alguma referência ao falar do *Diccionario de la lengua española* – que ocupa um lugar de hegemonia na regulação da língua espanhola no âmbito hispânico. Nas

asociación”, consultada em 10/08/2010.

¹¹ As academias que compõem a ASALE, com seus respectivos anos de fundação, são as seguintes:

la Real Academia Española (1713), la Academia Colombiana de la Lengua (1871), la Academia Ecuatoriana de la Lengua (1874), la [Academia Mexicana de la Lengua](#) (1875), la [Academia Salvadoreña de la Lengua](#) (1876), la [Academia Venezolana de la Lengua](#) (1883), la [Academia Chilena de la Lengua](#) (1885), la [Academia Peruana de la Lengua](#) (1887), la [Academia Guatemalteca de la Lengua](#) (1887), la [Academia Costarricense de la Lengua](#) (1923), la Academia Filipina de la Lengua Española (1924), la [Academia Panameña de la Lengua](#) (1926), la [Academia Cubana de la Lengua](#) (1926), la [Academia Paraguaya de la Lengua Española](#) (1927), la [Academia Boliviana de la Lengua](#) (1927), la [Academia Dominicana de la Lengua](#) (1927), la Academia Nicaragüense de la Lengua (1928), la [Academia Argentina de Letras](#) (1931), la [Academia Nacional de Letras de Uruguay](#) (1943), la Academia Hondureña de la Lengua (1948), la [Academia Puertorriqueña de la Lengua Española](#) (1955) y la (1973). [Academia Norteamericana de la Lengua Española](#)

Gostaríamos de mencionar que citamos as academias do modo como aparecem no *site* (Disponível em: www.asale.org, consultado em 10/12/2013), inclusive com as marcas dos *hiperlinks*. Tais marcas levam a páginas do *site* da própria ASALE. Cada uma destas páginas traz individualmente um pequeno histórico de cada academia e, se a referida academia possui *site* próprio, há um outro hiperlink direcionado a ela.

¹² A complexa relação que detectamos haver entre a RAE e a ASALE já será abordada no capítulo 1 e retomada, oportunamente, em outros momentos desta dissertação.

¹³ Barcelona, Espanha: Editorial Espasa Libros.

¹⁴ Manuel Seco é um dos 40 acadêmicos “de número” (cf. www.rae.es) na RAE, ocupando a cadeira “A”.

¹⁵ Barcelona, Espanha: Editorial Ramon Sopena.

¹⁶ Barcelona, Espanha: Editorial Ramon Sopena.

¹⁷ Barcelona, Espanha: Vox.

práticas de ensino/aprendizado de LE como língua estrangeira às quais já fizemos referência e que protagonizamos ou como aprendizes ou como futuros professores nos cursos de formação docente, não se colocava uma perspectiva crítica com relação à RAE e ao dicionário tradicionalmente publicado por ela. Confessamos que sempre nos impressionou o efeito de autoridade que exerce sobre o funcionamento da LE, não somente na Espanha mas em todo o “espaço de enunciação” – para mobilizar o conceito de Guimarães (2005a), sobre o qual voltaremos – delimitado pelos territórios dos Estados nacionais (ex-colônias da Espanha) que, atualmente, têm a LE como língua oficial.

Essa relação dos países nos quais o espanhol é a língua oficial com sua ex-metrópole e a respeito de uma instituição como a RAE contrasta com a história do português no espaço de enunciação brasileiro e com a relação que o Brasil produziu a respeito de sua ex-metrópole, Portugal. Segundo Nunes (2006, p. 57) – que vem realizando uma análise discursiva de dicionários de língua portuguesa, mais especificamente, de dicionários publicados no Brasil –, “O primeiro monolíngue do português, o *Dicionário da Língua Portuguesa*”¹⁸ foi “elaborado pelo brasileiro A. de Moraes Silva e publicado em Lisboa”. Conforme o próprio autor (ibidem, p. 58), esse instrumento “exerceu um papel importante na consolidação de uma língua oficial no Brasil e serviu de base para a elaboração de vários dicionários posteriores”. Mesmo assim, é somente no século XX que “surge uma série de dicionários gerais brasileiros: G. Barroso e H. Lima (1938), L. Freire (1939-44), A. Nascentes (1949-54), A. Prado e Silva (1962), A. B. de Holanda (1975)” (ibidem, p. 246) e, nesse sentido, o autor observa que tais *instrumentos*¹⁹ “ganham autonomia em relação aos dicionários portugueses”, o que não é possível observar no caso dos dicionários produzidos na América hispano-falante com relação à Espanha.

¹⁸ Esclarecemos que foi publicado em 1813, ainda segundo Nunes (ibidem).

¹⁹ Aqui Nunes está mobilizando o conceito de “instrumentos linguísticos”, de Auroux (1992), muito caro à História das Ideias Linguísticas, linha na qual este estudioso se inscreve. Nos iremos ocupando de desenvolver este conceito em determinados momentos desta Introdução.

No caso da LE, como afirma Rhustaller, estudioso do campo da lexicografia espanhola (2003): “El prestigio y la general aceptación, sobre todo en cuestiones normativas, de que ha gozado especialmente el *Diccionario de la lengua española* (DRAE) ha sido tal que el desarrollo de la lexicografía no académica se ha visto bastante limitado”. Um aspecto que mostra como o próprio DRAE traz para si um lugar central em todos os países hispano-falantes é justamente que se apresenta como um dicionário que “que pretende recoger el léxico general de la lengua hablada en España y en los países hispánicos”.²⁰ Para entender como ele funciona como “o” dicionário espanhol, recorremos à observação realizada pelo lexicógrafo mexicano responsável pela publicação do *Diccionario del Español de México*, Luiz Fernando Lara, que enuncia: “Ha sido tradicional tanto para México como para el resto del mundo hispánico considerar que la lengua española tiene su centro en nuestra vieja metrópoli imperial: España y su capital Madrid.” O estudioso dá o exemplo dos tradutores que estão “siempre atentos a los usos madrileños y siempre cuidadosos de no caer en regionalismos” e que “se apegan rígidamente y muchas veces sin criterio a lo estipulado por el *Diccionario de la lengua, de la Academia Española*”. Nesse sentido, cabe observar que a produção hispano-americana concentrou-se em dicionários que – no próprio campo da lexicografia hispânica – recebem o nome de “diferenciais”. De acordo com Ávila²¹ (2004), este tipo de obra se limitaria, justamente, “a recoger lo diferencial, lo raro en relación con lo normal, lo general, lo que aparece como léxico no marcado en los diccionarios como el académico”. Damos como exemplo deste tipo de obra o *Diccionario de Uso del Español de Chile* (DueCh)²² e o *Diccionario breve de mexicanismos*²³, assim como diversos outros produzidos nos países hispano-americanos – em muitos casos, focalizando o que neles

²⁰ Cf. página eletrônica do site da RAE. Disponível em: <http://www.rae.es/diccionario-de-la-lengua-espanola/que-contiene/item-numero-2>, consultado em 11/12/2013.

²¹ Pesquisador cujos estudos se centram em política linguística, linguagem dos meios, lexicografia e fonologia no *Colegio de México*.

²² Academia Chilena de la Lengua. Santiago, Chile: MN Editorial, 2010.

²³ De Guido Gómez de Silva, México: Academia Mexicana-Fondo de Cultura Económica.

mesmos se designa com algum tipo de *-ismo*.²⁴ O exemplo de maior destaque entre esse tipo de obras tem sido o *Diccionario de Americanismos*, publicado ainda em 2010 pela ASALE, e sobre o qual Lara (2011) afirma: “La realidad de la lengua, completa en cada región, queda condenada a la penumbra y al desconocimiento en esa concepción del *diccionario general* frente al *Diccionario de Americanismos*” (destaques do autor).²⁵

Retomando e explorando agora as observações suscitadas por nossos estranhamentos, podemos dizer que refletir sobre o funcionamento na LE das “vozes advindas da língua inglesa” (ou as “vozes inglesas”, como se marca no DRAE) nos levou a levantar uma questão teórica: começamos a pensar a relação entre o funcionamento regulador dos dicionários, a partir do conceito de *memória da/na língua*, definido por Payer (2006, p. 39), segundo o qual a *memória “na” língua* é o “modo como os sentidos produzidos e sustentados socialmente, pela repetição, se encontram nisto que chamamos de *língua*” (grifo da autora). Dessa perspectiva, é levado em consideração o que da memória chega à língua por meio da repetição na história; consequentemente, tal repetição guarda memória e esta se reflete na língua. Já segundo o conceito de *memória “da” língua*, “a memória histórica (discursiva) é parte

²⁴ O contexto da lexicografia hispânica é importante e complexo. De fato, só há pouco tempo foram publicados os primeiros dicionários hispano-americanos que não se anunciam como “diferencias”. São eles: o *Diccionario Integral del Español de la Argentina* (DIEA), publicado em 2008, e, o *Diccionario del Español de México* (DEM), de 2011.

No que se refere a estudos sobre dicionários, existe uma tese de doutorado que abrange a lexicografia argentina, que insere-se no contexto da hispânica, defendida por Daniela Lauria em 2012, na Universidade de Buenos Aires intitulada: “*Continuidades y discontinuidades de la producción lexicográfica del español de la Argentina. Un análisis glotopolítico de los diccionarios publicados en el marco del Centenario y en el del Bicentenario de la revolución de mayo*”. Aqui no Brasil, temos o trabalho de Michele Costa (2014) que focaliza o DIEA e que se insere nos estudos da lexicografia discursiva, intitulado: “Instrumentalização e (des)colonização linguística: estudo discursivo do *Diccionario Integral del Español de la Argentina*”

²⁵ Com base em observações realizadas por Costa (2014), apesar de percebermos que todas as designações a que é submetido o dicionário (“geral”, “integral”, “parcial”, etc) no campo da lexicografia reproduzem certos imaginários sobre a língua – inclusive, de um certo senso comum mas, sobretudo, dos forjados a partir de certas posições discursivas marcadas ideologicamente e atravessadas pela própria história das políticas linguísticas que afetaram o espanhol – pensamos que neste momento introdutório de nosso trabalho conseguem trazer de modo expressivo aspectos importantes da situação na qual se encontra a lexicografia hispânica. De fato, seria necessário apontar que tais designações são realizadas sob o efeito do que Pêcheux ([1975]2010), por não serem submetidas a uma reflexão e elaboração teórica, chamaria de “filosofia espontânea”.

constitutiva da língua em que essa história se dá” (ibidem, p. 40), ou seja, a língua tem uma memória em si mesma na qual fica registrada a história. Assim, a autora chega a distinguir duas faces de uma relação segundo a qual *língua* e *memória* se relacionam intrinsecamente, pois o jogo de preposições “na/da” expressa diferentes perspectivas para olhar tal relação.

Pensando, então, na questão que nos trouxe até aqui – os “vocábulos advindos do inglês” no funcionamento da LE – consideramos que eles poderiam ser pensados como a memória que a LE guarda (*nela*) *da* outra língua, do inglês, conforme foi explorado por Celada (2010, p. 116-119) para pensar uma relação muito específica, como é a do português/espanhol. Nesse sentido, acreditamos que analisar a forma como esses vocábulo são tratados nos dicionários de espanhol permitirá considerar como é trabalhada a *memória* (*da* outra língua) *nessa* língua e, também, na interpretação que aí se faz a respeito do traçado de uma *fronteira* entre esses simbólicos e em como se opera com certas (des)continuidades (CELADA, 2010) que aparecem ou irrompem nas várias relações que as línguas travam na contemporaneidade. Por se tratar de dicionários, pensamos na necessidade de considerar o aspecto da *regulação* que aí se coloca e, por concebê-los como instrumentos linguísticos, conforme definição de Aurox (1992) – poderíamos afirmar que – pelo fato de realizarem recortes e traçarem delimitações na língua, o que implica que a significam e resignificam – interferem no funcionamento da “memória da/na língua”.²⁶ No caso do DPD e do tratamento que este faz do que aí se designa ora como “vozes inglesas” – já expusemos que é o modo como o DRAE trata as palavras advindas do inglês – ora como “anglicismos”, mediante, dentre outros gestos, propostas de grafias adaptadas²⁷, percebemos que tal instrumento

²⁶ Estamos retomando uma ideia inicialmente formulada por Oliveira, J. S. (2011), no trabalho de graduação intitulado: *Así hablamos los chilenos: uma aproximação discursiva ao Diccionario de uso del español de Chile* (disponível em: <http://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/Jsilveiraoliveira.pdf>).

²⁷ Num estudo que resultou de nosso primeiro movimento de pesquisa e que se materializou num trabalho apresentado como parte dos requisitos para aprovar a disciplina “O Sujeito da Linguagem – Processos de Identificação em Práticas Discursivas” (ver FLM 5356 em “disciplinas cursadas”), trabalhamos, no DPD, as propostas de adaptação de grafias de “anglicismos” (de acordo com a designação do próprio dicionário) ao espanhol.

(retomando um conceito que será crucial neste trabalho) interferiria no funcionamento da memória que *da* língua inglesa opera *na* espanhola, justamente, *regulando* (sobre) o acontecer dessa memória nesta última. Nesse sentido, para mobilizar o exemplo já citado, adaptar a grafia dos “anglicismos” às formas correntes no espanhol parece-nos funcionar como um gesto que “distancia” esses vocábulos da memória da língua inglesa, produzindo um modo peculiar para a inscrição destes na memória da LE. O dicionário seria, deste modo, um instrumento no qual podemos ver como se materializa uma série de sentidos que opera a favor de regular a memória da língua inglesa na LE, dentro do jogo de forças (PÊCHEUX, [1984] 2010, p. 49-57) que se instala no funcionamento da memória de uma língua, na própria língua. Assim, ao entrarem novas formas, vinculadas a certas regiões do interdiscurso – ligadas, por exemplo, ao avanço da tecnologia, no caso específico do inglês – o que no campo da lexicografia se designa como “uso”, funciona como uma força contra a qual o dicionário trabalha ou em cujo funcionamento tenta interferir, interrompendo determinada rotina. Neste caso específico, vemos como na LE vai sendo regulada *a memória da língua inglesa*, a partir de um instrumento que é de autoria de instituição (no caso de duas) e que, de acordo com nossa interpretação, pelo fato de ir trabalhando a fronteira e a relação entre esses dois simbólicos na contemporaneidade, já implicaria uma política de língua(s) (cf. ORLANDI, 2007).

A partir da série de estranhamentos que relatamos e das questões levantadas por eles, passaremos a determinar nosso objeto de trabalho.

2. A delimitação de nosso objeto e articulação do corpus

O objeto da presente dissertação será detectar gestos que no DPD trabalham a relação deste instrumento com as rotinas de funcionamento da “memória da/na língua” (PAYER,

2006), pelo específico modo como se inscreve, mediante procedimentos de regulação, no jogo entre repetição e deslocamento das formas de dizer da LE. Assim, pretendemos destacar como o jogo de repetição, do qual, por regularização, vai-se produzindo como efeito a memória da/na língua (PAYER, 2006), é afetado pelos discursos *sobre a língua*, nos quais pensamos que se inscrevem os dicionários e, de modo específico o DPD, ao esboçar e materializar gestos que delimitam o aceitável/ preferível/ recomendável na língua espanhola, e os limites entre o dizível e o não dizível ou entre o que dever e não deve ser dito dentro de um espaço de enunciação (cf. GUIMARÃES, 2005a).

E, justamente, estudaremos esse instrumento, pensado como *objeto discursivo* (Orlandi, 2007) – o que constitui a base do estudo dos dicionários no campo da Análise do Discurso – tentando detectar, na própria materialidade verbal e não verbal de seu paratexto (capa, quarta capa, textos introdutórios, apêndices)²⁸ e de sua nomenclatura, marcas e indícios que nos permitam conhecer suas condições de produção. Nessa direção, tais marcas nos permitirão estabelecer relações de sentido, determinar a série de antecipações imaginárias produzidas nessa textualidade e interpretar em quais relações de força se inscreve o DPD a respeito do funcionamento da *memória da/na língua*.

Retomando o objetivo apresentado no parágrafo inicial deste item – o de como o DPD se inscreve nos discursos *sobre a língua* e, portanto, no jogo de repetição, do qual, por regularização, vai-se produzindo como efeito a memória da/na língua (PAYER, 2006) – cremos necessário considerar, também, um aspecto muito específico. Para tanto, é preciso que comecemos por destacar um fragmento retirado da página eletrônica da RAE – em sua versão anterior a 10/10/2013, como referido na nota de rodapé 4, que foi a que consultamos ao iniciar nossa pesquisa. A seção da qual extraímos esse fragmento leva o título de “La política

²⁸ Cf. Genette ([1987], 2009, p. 12).

lingüística panhispánica”²⁹:

En los últimos años, la Real Academia Española y las veintiuna Academias de América y Filipinas que con ella integran la Asociación de Academias de la Lengua Española vienen desarrollando una política lingüística que implica la colaboración de todas ellas, en pie de igualdad y como ejercicio de *una responsabilidad común, en las obras que sustentan y deben expresar la unidad de nuestro idioma en su rica variedad: el **Diccionario**, la **Gramática** y la **Ortografía***” (em negrito, grifos de autor; itálico nosso).³⁰

De acordo com essas formulações, todas as academias de língua espanhola tinham o papel de colaborar com as três obras que, como “pilares”, sustentam “a unidade” dessa língua: “o Dicionário” “a Gramática” e “a Ortografia”. Naquele momento, já chamou nossa atenção como essas obras são designadas aí. Vejamos que a operação de especificação nesses sintagmas se limita à aparição do determinante “el” ou “la”, à grafia da inicial do nome em letra maiúscula e ao grifado em letra negrita, o que nos leva a falar de uma indeterminação linguística (PAYER, 1995, p. 40-59) – por falta de mais especificadores, tais como os que poderiam aparecer se tais obras fossem citadas por seus respectivos títulos. No entanto, essa indeterminação linguística não parece afetar a alta determinação discursiva (PAYER, *ibidem*; INDURSKY, 1997, p. 179-185) que trazem as três designações. De nossa perspectiva teórica, a da Análise do Discurso – que, como o leitor terá percebido, vai dando corpo a nossa enunciação nesta Introdução – elas apresentam um sentido ou uma série de sentidos como “dados”, como uma evidência que se pressupõe e sobre a qual não se duvida; por isso, podemos dizer que funcionam com a força de um *pré-construído* (cf. PÊCHEUX, [1975] 2009). Vejamos o que queremos dizer: as três designações funcionam fazendo uma referência genérica (a gramática, a ortografia e o dicionário com que toda academia deve contar para regular uma língua ou que toda língua deve ter); porém, pela força do real, da história, no espaço de enunciação no qual se inscreve o discurso que abordamos, tais sintagmas funcionam também fazendo uma referência específica: “la Gramática” refere à *Nueva*

²⁹ <http://www.rae.es/rae/Noticias.nsf/Portada4?ReadForm&menu=4>, consultado em 01/12/2011.

³⁰ <http://www.rae.es/rae/Noticias.nsf/Portada4?ReadForm&menu=4>, consultado em 01/12/2011.

Gramática de la lengua Española, de 2009; “la Ortografía”, à *Ortografía de la lengua española* (2010) – ambas de autoria da RAE e ASALE – e “el Diccionario”, ao *Diccionario de la lengua española* (DRAE) – sendo este último apenas da RAE. Esse duplo funcionamento (pelo qual essas designações referem a um objeto como genérico e ao mesmo tempo como particular) implica um deslizamento de sentidos, um vaivém constante, e nos permite retomar um aspecto que comentamos em vários momentos do primeiro item desta Introdução, compreendendo mais a fundo como se produz, no caso específico do dicionário, o efeito de sentido segundo o qual o particular – o DRAE – funciona no lugar de “todos e qualquer um dicionário” tal como comentávamos ao referir-nos a ele como “o dicionário” da língua espanhola.

Contudo, pensando nesta interpretação, com relação a este último instrumento (o dicionário), naquele momento entramos na página eletrônica da RAE e nos deparamos, como já visto na imagem 1 desta Introdução que reproduzimos abaixo, com um fato muito específico:

Como é possível observar, eram dois os dicionários que podiam ser consultados: o DRAE e o DPD. Instalava-se, assim, a partir da designação “el Diccionario” uma ambiguidade, um

equivoco que nos permitia, inclusive, considerar que o DPD “sobrava na contagem” das obras capazes de sustentar a “política lingüística panhispánica”. A pergunta que se colocou naquele momento foi: não seriam quatro ao invés de três os elementos que a sustentavam: o DRAE, a Gramática, a Ortografia e, acrescentamos nós, o DPD? Esse fato, que funciona como um indício expressivo, antecipa aspectos da relação entre o DPD e o DRAE que consideramos importante explorar nesta dissertação. E o estudo dessa relação constituirá, sem dúvida, um viés relevante e produtivo que irá atravessando a série de análises que aqui desenvolveremos.³¹ É esse vínculo que detectamos o que justamente nos leva a colocar o DPD em relações de sentido com fragmentos tanto do paratexto quanto da nomenclatura do DRAE, gesto que, como veremos, especialmente num dos capítulos, será central.

Em 10/10/2013, quando colocou-se à disposição o novo site da RAE, como já vimos referindo-nos, observamos que ele foi totalmente reformulado e não encontramos mais a observação, citada acima, sobre quais seriam as obras que dão sustento à política panhispánica. Pensando justamente em que não aparece esta especificação (em que houve o que interpretamos como um apagamento da mesma), consideramos necessário observar que, neste novo *site*, são passíveis de consulta, além do DRAE e do DPD, o *Diccionario Esencial*³²; talvez, esta ampliação do número de obras tenha se vinculado à retirada desse fragmento na reformulação do site, apagamento ou silenciamento que poderá produzir e fazer sentido ao longo de nossa reflexão.

Nesse mesmo sentido, cabe ainda observar que, tanto no site novo da RAE quanto no

³¹ Entretanto, como já antecipamos em nota de rodapé, a RAE, em comemoração aos seus 300 anos de fundação, colocou à disposição seu novo *site*, em 10/10/2013 (Cf. sua programação de comemorações disponível em: <http://www.rae.es/la-institucion/iii-centenario/programa>), totalmente reformulado e não encontramos mais a observação, citada acima, sobre quais seriam as obras que dão sustento à política panhispánica. Neste sentido, pensando em que não aparece esta especificação, consideramos necessário observar que, neste novo *site*, são passíveis de consulta, além do DRAE e do DPD, o *Diccionario Esencial*; talvez, essa ampliação do número de dicionários passíveis de consulta tenha favorecido a retirada da referida especificação, pois o equívoco posto pelo sintagma “el Diccionario”, inclusive, ficaria mais visível e talvez afetaria a referência produzindo um efeito de leitura: qual dicionário seria “el Diccionario”?

³² Publicado em 2006 pela RAE e ASALE.

da ASALE, existe uma seção denominada “Política Panhispánica”, e um subitem “Historia”, do qual recortamos o seguinte fragmento:

La política lingüística panhispánica se refleja en la colaboración, difusión y actualización conjunta de las nuevas publicaciones, en las que ya aparecen la RAE y la ASALE como coautoras de las obras. En palabras de Víctor García de la Concha, director honorario de la RAE y uno de los principales impulsores de esta política a lo largo de los doce años de su mandato, «todo ello es obra de las veintidós academias asociadas en su trabajo *al servicio de la unidad del español sin menoscabo de su rica y fecunda variedad*» (itálico nosso).

Nesta reformulação, observamos que, apesar de não haver de modo explícito a referência às três “obras” da política pan-hispânica, o objetivo das academias continua o mesmo: “manter a unidade da língua espanhola”, sentido este que pensamos que é importante na análise que abordaremos nesta dissertação e no funcionamento do DPD, nosso objeto central. Por isso, será nosso intuito detectar em sua superfície discursiva marcas que nos permitam compreender melhor como se materializa aí o lema da “política lingüística panhispánica”: “*unidad en la diversidad*”³³, que reescreve o objetivo enunciado com relação à unidade da língua.

Com relação a nosso lugar teórico, analisaremos – como, em parte, já foi antecipado – o dicionário a partir da Análise do Discurso (doravante AD) e da História das Ideias Linguísticas (HIL). A AD considera a relação entre língua, história e sujeito, mas “não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo” (Orlandi, 2012 p. 15-16). Além disso, (ibidem, p. 17): “Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia”.

Já a HIL vem se desenvolvendo no Brasil desde que foram implantados projetos

³³ Este foi o lema do “IV Congreso Internacional de la Lengua Española”, ocorrido em 2007 e denominado: *Presente y futuro de la lengua española: unidad en la diversidad*, cf. notícia de 14/10/2005, disponível em: <http://www.rae.es/noticias/presentacion-del-iv-congreso-internacional-de-la-lengua-espanola>.

coordenados por Eni Orlandi na Universidade de Campinas³⁴ na década de oitenta. A HIL trabalha, desde então, “a história da produção de ideias linguísticas, aí compreendidos instrumentos tecnológicos como gramática e dicionários, no Brasil, e o processo de constituição da língua nacional” (ORLANDI, 2001, p. 7).

Os dicionários, de acordo com formulações realizadas por Auroux (1992) no campo da HIL, são instrumentos linguísticos, como já dissemos nesta Introdução. Eles fazem parte do que o autor define como *processo de gramatização* (ibidem, p.71), de um lado, prolongando a competência dos falantes e, de outro, imprimindo uma certa e “determinada” homogeneidade à língua. Segundo Diniz (2012, p. 41), “a HIL no Brasil procura pensar a relação desse processo de gramatização com as instituições responsáveis pela sua produção e/ou circulação: academias, centros de pesquisa, colégios, associações científicas, imprensa, dentre outras.” Ainda segundo este autor (ibidem):

Essa reterritorialização da HIL no Brasil tem se dado a partir do forte diálogo que o campo estabelece, neste país, com a Análise do Discurso materialista. Nesse frutífero intercâmbio, que coloca em relevo a intrínseca relação entre ciência, Estado e sociedade, uma contribuição fundamental da AD, como lembra Pfeiffer (2011), é pensar o político como estruturante do conhecimento linguístico.³⁵

Como diz o autor, a aliança da AD com a HIL traz *o político* para o conhecimento linguístico, e nosso trabalho tentará contribuir ao trazer à tona questões ainda não muito estudadas, como, por exemplo, de que modo um Estado, no caso, o espanhol, pode tentar afetar a regulação da língua através da produção lexicográfica, publicando um dicionário no qual uma das instituições autoras está intrinsecamente ligada a ele.

A aliança AD/HIL tem sido muito produtiva para o campo do estudo dos instrumentos linguísticos no Brasil e, em nossa dissertação, vamos estendê-la ao campo do que se designa

³⁴ Como pode ser visto no histórico deste campo de estudos no *site* da Unicamp: <http://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>. Acesso em 22/07/2013.

³⁵ O autor refere-se à: Pfeiffer, C.C. Instrumentos linguísticos, ensino e políticas públicas. Uma relação na história das ideias linguísticas. In: VALENTE, A. C.; PEREIRA, M. T. G. *Língua Portuguesa: descrição e ensino*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 95-106.

como E/LE (Espanhol/Língua Estrangeira) neste país, estudando um dicionário em língua espanhola. Trabalhar o DPD e, também – de acordo com a explicitação que fizemos de nossos objetivos – colocá-lo em relação como o DRAE, nos possibilitará, como afirma a própria Orlandi (2001, p.8), ver o dicionário “como parte da relação com a sociedade e a história”, fato este que, segundo a própria estudiosa, transforma esse instrumento em *objeto vivo*, parte de “um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições e sua ordem cotidiana”.

Nessa relação AD/HIL, inscreve-se a pesquisa de Nunes (2002, 2003, 2006) sobre os dicionários da língua portuguesa à qual já fizemos referência nesta Introdução. Segundo este autor: “Podemos considerar o dicionário como um espaço de memória discursiva. A elaboração de um dicionário consiste em um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura etc.” (NUNES, 2006, p. 24). O autor baseia seus estudos nos de Collinot e Mazière iniciados na França, autores que argumentam (1997, p. 136):

En effet, les énoncés lexicographiques s'inscrivant nécessairement dans un domaine de référence, leurs sources d'énonciation sont dispersées. Nous avons montré comment ceci fait du dictionnaire un discours construit en écho d'autres discours. Notre présente lecture, non seulement prendra en compte cette fait du dictionnaire un discours construit cette hétérogénéité lexicographique, mais proposera de lui donner un statut linguistique. Car le discours ne neutralise jamais toutes les traces d'interdiscours dans l'intradiscours. Ceci peut se résumer en disant ainsi la position du lexicographe: en convertissant en discours d'evidence les discours déjà tenus sur des objets relevant d'une science, d'une technique, d'une coutume..., le lexicographe locuteur réécrit les “on dit” d'une part, les “on utilise” de l'autre; il les réévalue selon le discours recevable par une société. C'est a ce prix que le lecteur peut consulter le dictionnaire.³⁶

Nesse fragmento, os autores observam que um dicionário é construído pelo eco de outros discursos e que nunca “neutraliza todos os traços do interdiscurso” – que é a dimensão

³⁶ Na verdade, os enunciados lexicográficos se inscrevem necessariamente dentro de um campo de referência, suas fontes de enunciação são dispersas. Nós mostramos como isso faz do dicionário um discurso construído como eco de outros discursos. Nossa presente leitura não somente levará em conta o fato do dicionário ser um discurso construído pela heterogeneidade lexicográfica, mas propõe dar um status linguístico a ela. Pois o discurso jamais neutraliza todos os traços interdiscursivos no intradiscurso. A posição do lexicógrafo pode ser resumida assim: convertendo o discurso da evidência, os discursos já ditos são relevantes a uma ciência, uma técnica, um costume..., o sujeito lexicógrafo reescreve o “já dito” por uma parte, e o “já utilizado” por outra, ele reavalia o discurso admissível para uma sociedade. É a este preço que o leitor pode consultar o dicionário (tradução auxiliar nossa – não há tradução brasileira desta obra).

vertical, a dimensão da memória do discurso – no intradiscurso, dimensão horizontal do dizer, que se materializa no fio discursivo. De fato, o que o lexicógrafo faz é reescrever o já-dito, reavaliando o discurso admissível pela sociedade. Por isso, os traços do interdiscurso não poderão ser apagados do fio do dizer do lexicógrafo no intradiscurso, o que faz com que um dicionário não seja neutro jamais e sempre entrará em relações com o já-dito que circula na formação social na qual está inserido.

Conforme essa série de observações, este estudo insere-se numa linha de trabalho que contempla a “política de línguas”, conceito da AD desenvolvido por Orlandi (2007, p. 8) ao qual já fizemos referência, que se distancia do termo “Política linguística”:

Quando falamos de Política Linguística enquanto Política de Línguas, damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em políticas de línguas, já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos.

Neste fragmento a autora cunha o termo “política de línguas”, trazendo o conceito de “política linguística” para a base teórica da AD, na qual não se aborda a língua isoladamente, ela é afetada e afeta a história e os sujeitos inseridos em tal momento histórico.

Nesse sentido, entre os vários efeitos que esta pesquisa poderá produzir no campo da aliança AD/HIL no Brasil – em nosso caso, relativa a uma língua que neste espaço funciona ou como estrangeira, ou como segunda, ou como de integração, de acordo com as várias designações que vem recebendo no campo dos estudos da linguagem –, é possível antever que um deles será o de contribuir para desestabilizar imagens cristalizadas sobre o dicionário – por exemplo, como acabamos de ver: o de que seja projetado como “neutro” – e sobre a RAE – como vimos que acontecia quando apresentamos nossos estranhamentos – que circulam no campo dos estudos do espanhol como língua estrangeira no Brasil, para que a relação tanto desse instrumento linguístico como a da academia comece a ser deslocada e submetida a um

olhar mais crítico no campo das práticas de ensino-aprendizado dessa língua. Além disso, apostamos na realização do presente estudo porque, em parte, não há uma grande gama de trabalhos que contemplem a análise de dicionários dessa língua em nosso país, fato que contribui à naturalização – como dissemos em nosso histórico marcado por estranhamentos – de um determinado tipo de relação entre o sujeito da linguagem e esses instrumentos linguísticos. Todo esse movimento nos levará a lidar com conceitos forjados no campo da lexicografia e, assim, em alguns casos, nos limitaremos a retomá-los e, em outros, tentaremos tomar distância com relação aos mesmos.

Com relação à articulação de nosso corpus, lembramos que nosso objeto central é o DPD. Nele analisaremos recortes do paratexto e da nomenclatura. Recortaremos ainda as páginas de apresentação dos *sites* no quais o DPD pode ser consultado – www.rae.es e www.asale.org – assim como formulações retiradas das outras páginas que fazem parte de tais *sites*. Ao analisar a capa, evidentemente, recorreremos à versão impressa do dicionário.

Em determinados momentos, esse objeto central será colocado em relações de sentido com recortes do DRAE, em suas 22ª e 23ª edições³⁷, ambas na versão *on-line*, que podem ser consultadas nos mesmos *sites* que o DPD. Com relação aos referidos *sites*, devemos esclarecer, como já esboçamos anteriormente nesta Introdução, que eles foram modificados em 10/10/2013, o que nos levou a manter alguns fragmentos analisados anteriormente a esta data e em alguns momentos recorrer às atuais versões.³⁸

³⁷ O DRAE 23ª será publicado em outubro de 2014 (<http://rae.es/sites/default/files/Tricentenario.pdf>). De acordo com o programa de comemorações de trezentos anos de fundação da RAE, “Las celebraciones comienzan en 2013 y continuarán en 2014, coincidiendo con el tricentenario de la Real Cédula otorgada por el rey Felipe V el 3 de octubre de 1714, documento fundacional que situó a la corporación bajo el «amparo y real protección» del monarca.”. Entretanto, desde 2004 vêm sendo colocados à disposição verbetes reformulados previstos para figurar nesta nova edição (<http://rae.es/noticias/nueva-actualizacion-del-diccionario-de-la-real-academia-espanola-drae-en-la-red>). Trataremos da relação entre a edição 22ª e 23ª, de modo mais detalhado, no capítulo 4 desta dissertação.

³⁸ No que se refere ao fato de trabalharmos com nosso objeto central, o DPD, tanto em sua versão impressa (na concretude material de seu volume) quanto na virtual, consideramos necessário fazer um esclarecimento: essa escolha nos permitirá considerar continuidades em alguns momentos, pela própria forma material desses suportes tão diversos – aspecto este que avaliamos como produtivo para nossa análise.

A versão impressa do DPD, coincidente totalmente com a que se encontra *on-line* – fato que nos levou a recortar os fragmentos que compõem nosso corpus desta última – constitui-se pelas seguintes partes, elencadas aqui por serem retomadas nos momentos de análise: uma lista de colaboradores; uma apresentação; as seções “Qué es el Diccionario panhispánico de dudas”, “Qué contiene el Diccionario panhispánico de dudas”, “Advertencias para el uso del diccionario”; uma lista de abreviaturas e uma de símbolos; a nomenclatura, que possui 7250 verbetes³⁹; cinco apêndices (1. modelos de conjugação verbal, 2. lista de abreviaturas, 3. lista de símbolos alfabetizáveis, 4. lista de símbolos não alfabetizáveis, 5. lista de países e capitais com seus gentílicos); um glossário de termos linguísticos usados no dicionário e uma lista de obras e publicações periódicas citadas.

Dentro da nomenclatura deste dicionário recortaremos os verbetes da letra “L”, mobilizando-os também a partir da versão *online*, reconhecendo que não encontramos nenhuma diferença entre ela e a versão impressa desta obra. Analisaremos em um primeiro momento o conjunto de entradas e posteriormente fazendo a análise de certos verbetes desta letra individualmente. Fizemos esta escolha tomando como base práticas de análise propostas por Nunes (2003, p. 22), que indica a possibilidade de a análise incidir sobre um dicionário ou sobre um série deles. Em nosso caso, que é o primeiro das duas alternativas propostas pelo pesquisador, este observa que se pode:

[...] ter em vista conhecer a estrutura geral do dicionário. Um procedimento que tem sido usado nesse sentido é o de analisar verbetes de uma letra ou uma amostragem de uma letra. Tal procedimento tem a seu favor o fato de que qualquer domínio temático pode estar presente neste recorte. É viável por este caminho conhecer as principais variações das definições do dicionário, assim como as variações em diferentes domínios.

Relacionaremos este mesmo recorte da letra “L” do DPD com os verbetes da letra “L” do *Diccionario de la Lengua Española* (DRAE), 22ª edição, de 2001, e as reformulações de

³⁹ Esta informação não consta no DPD, e foi encontrada no discurso de D. Alfredo Martínez Moreno, diretor da Academia de Língua de El Salvador, disponível no *site* da ASALE: <http://asale.org/ASALE/ConAALEBD?IDDOC=600000041&menu=3>, consultado em 28/06/2012.

verbetes já antecipadas para a 23ª edição, disponíveis para consulta somente nos referidos sites (www.rae.es e www.asale.org), sendo este o motivo pelo qual mobilizaremos somente sua versão eletrônica. Entendemos que assim conseguiremos mostrar como se dá a relação entre eles, aspecto que - de nosso ponto de vista – será relevante e produtivo em nossa pesquisa.

Destacamos ainda que não realizaremos um capítulo teórico inicial, pois iremos mobilizando os respectivos conceitos conforme forem aparecendo as questões pertinentes a cada parte da análise, tal como já fomos fazendo ao longo desta Introdução. Passamos, neste ponto, a determinar como articularemos as partes deste trabalho.

3. Estrutura da dissertação

A presente dissertação será dividida em duas partes, pensando que os dicionários, em sua maioria, se compõem essencialmente, também, de duas partes: sua nomenclatura, que constitui o núcleo do dicionário, e o paratexto que o acompanha.

Assim sendo, a primeira parte, que contará com dois capítulos, terá como foco o paratexto (GENETTE, [1987] 2009) do DPD. No capítulo 1, analisaremos as condições de produção mais imediatas desse instrumento linguístico, começando por abordar as páginas iniciais dos *sites* de suas respectivas instituições autoras, nas quais pode ser consultado. Em seguida traremos aspectos de sua capa: primeiramente as cores que nela aparecem, as instituições autoras que nela registram autoria (RAE e ASALE) e os escudos e lemas destas últimas. Em segundo lugar, analisamos o título, focalizando o termo “panhispánico”. No capítulo 2 recortaremos fragmentos de seus textos introdutórios tentando detectar a antecipação que aí se constrói sobre a “dúvida” e como a “dúvida” se relaciona, fundamentalmente, com a ideia de “língua” e de “sujeito” no funcionamento desta

textualidade.

A segunda parte da dissertação, que também conta com dois capítulos, será centrada na análise da nomenclatura do DPD. No capítulo 3, num primeiro momento, analisaremos os verbetes da letra “L” em seu conjunto, com base num procedimento que será devidamente explicitado e justificado; e, na segunda parte, abordaremos os enunciados de certos verbetes deste recorte, com o intuito de observar seu funcionamento. Essa análise nos permitirá ir compreendendo a relação que se trava entre o DPD e o DRAE, no caso, especificamente, com a versão atual deste último – isto é, a 22ª edição.

No quarto capítulo, colocaremos um recorte da nomenclatura do DPD em relação com a do DRAE. Confrontaremos formulações de verbetes de determinados lexemas do DPD com a 22ª e 23ª edições do DRAE para continuar interpretando qual é a relação que se trava entre o DPD e o DRAE, no caso, em sua próxima edição (a 23ª), prevista como já antecipamos nesta introdução, para 2014. Isto redundará em compreender, dentre outras questões, qual a posição do DPD na trama da política de língua(s) (ORLANDI, 2007) na qual o discurso da(s) academia(s) de língua espanhola inscreve-se de modo preponderante.

Finalmente, encerraremos esta dissertação com nossas Considerações Finais, seguidas das Referências Bibliográficas e dos anexos, que compreenderão as imagens ampliadas das páginas eletrônicas, das capas e dos escudos da RAE e da ASALE que analisaremos especialmente no capítulo 1 (Anexo A); o sumário do DPD, que construímos colocando todos os subitens não explícitos no índice que consta na parte introdutória da obra (Anexo B) com o objetivo de facilitar a leitura da análise realizada no capítulo 2; os textos que introduzem o DPD cujo estudo focalizaremos, como já antecipado, no próprio capítulo 2 (Anexo C); e o conjunto dos verbetes que compõe a letra “L” do DPD (Anexo D)⁴⁰, especialmente, pelo tipo

⁴⁰ Para os anexos C e D, escaneamos as páginas da versão impressa do DPD, que, como já dissemos, coincide com a que está disponível *online* em www.rae.es e www.asale.org. Já com relação a todos os anexos (A, B, C e D), incluímos, também, um CD com cópia de todos eles para facilitar sua visualização por parte de nosso leitor.

de abordagem que deles faremos no capítulo 3 e no 4.

PARTE I

O entorno do *Diccionario panhispánico de dudas*

Como dizemos na Introdução, nesta primeira parte analisaremos o entorno do DPD, isto é, seu paratexto. Nosso intuito com este movimento é analisar este instrumento de “fora” para “dentro”, ou seja, ir nos aproximando dele até chegar no que poderíamos chamar de “núcleo”, isto é, a nomenclatura em si.

No capítulo 1 começaremos, então, com a análise das primeiras páginas dos *sites* das instituições que aparecem na capa do DPD, e nas quais é possível consultá-lo e, em seguida, abordaremos os elementos que compõem essa capa (cores, escudos das instituições, título do dicionário). Ao colocar em relação todos estes aspectos contemplaremos suas condições de produção mais imediatas.

Já o capítulo 2 é dedicado a analisar sequências discursivas de seus textos introdutórios com o intuito de analisar, fundamentalmente, como se constrói a imagem de “dúvida” neste instrumento linguístico, e como esta se vincula às imagens de “língua” e de “sujeito”, presentes nesse dicionário.

CAPÍTULO 1

NO *SITE*, COM FOCO NA CAPA

Neste capítulo, como já adiantamos, iniciaremos nossa análise abordando os elementos paratextuais do DPD. De acordo com estudos de Genette ([1987] 2009, p. 9-11), o paratexto inclui o “peritexto” e o “epitexto”. O peritexto, segundo o próprio autor (ibidem), consiste no que se encontra “em torno do texto, no espaço do mesmo volume”; ou seja, capa, título, prefácio, títulos de capítulos, certas notas, ilustrações, escolhas tipográficas, entre outros. Nesse sentido, analisaremos no presente capítulo os vários elementos que detectamos na capa do DPD. Já o epitexto consiste, de acordo com esse autor (ibidem), em “todas as mensagens que se situam [...] na parte externa do livro”, isto é, “em jornais e revistas, emissões de rádio ou televisão, conferências ou colóquios, qualquer intervenção pública eventualmente conservada sob a forma de gravações ou textos impressos” (ibidem, p.303). O autor argumenta também que: “o epitexto consiste em um conjunto de discursos cuja função não é sempre essencialmente paratextual” (ibidem, p. 304). Deste modo, devemos considerar todos estes lugares da parte “externa” do volume como “suscetíveis de nos fornecer fragmentos (de interesse por vezes capital) de paratexto que devem ser procurados com lupa, ou pescados com vara: aqui, novamente, *efeito* (mais que função) de paratexto.” (ibidem – destaque do autor); ou seja, se em algum destes lugares encontrarmos algo que nos ajude a entender a obra, podemos considerá-lo como paratexto, ou, mais especificamente, como

epitexto.⁴¹ A partir da série de considerações elaboradas por Genette, vamos mobilizar este último conceito para falar também dos *sites* nos quais o DPD pode ser consultado – o da RAE e o da ASALE – pois, consideramos que, por apresentarem o dicionário para consulta, o que enunciam sobre ele funciona como paratexto.

Vieira (2012, p. 110) já abordou os conceitos desse mesmo autor – em seu caso, para realizar a análise de um livro didático – e os trouxe para o campo discursivo trabalhando com o conceito de *discurso sobre* de Mariani (1998, p. 60). Segundo Vieira (*ibidem*), então, o *discurso sobre*, além de funcionar como “organizador 'em termos de uma memória', também projeta 'desdobramentos futuros', pois 'digere' para o leitor aquilo sobre o que se fala.” Deste modo, ainda segundo essa autora (*ibidem*), que – como dissemos – toma como base as formulações de Mariani (*ibidem*), o *discurso sobre* está vinculado “não apenas ao dizer do autor, mas também, a seu trabalho de 'organizar', 'projetar' e 'digerir' o objeto que apresenta a seu leitor.”. Nesse sentido compreendemos o discurso que se materializa no *site* como um *discurso sobre* o DPD, pois “organiza em termos de uma memória” e, também, organiza – com relação ao falante da língua espanhola que aí é interpelado – sua consulta e sua leitura.

Por sua parte, Nunes (2006, p. 33) – autor que já mencionamos na Introdução por sua firme inscrição nos estudos realizados no Brasil na aliança entre AD e HIL – também considera que os textos introdutórios, que aqui estamos considerando como peritexto, são fundamentais para entender o funcionamento dos dicionários, pois neles:

[...] os autores se colocam, construindo as imagens dos leitores e as do dicionário: o plano da obra, a concepção de língua, o recorte da nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere (dicionário de língua nacional, dicionário de regionalismo etc.). Este aspecto da posição do lexicógrafo refere-se ao que, a partir desta posição, se diz (ou não se diz) sobre a língua, o dicionário e seus interlocutores. Sem esses textos introdutórios, o dicionário perde grande parte de sua historicização.

⁴¹ O conceito de Genette, de alguma forma, vem ao encontro do modo de conceber as relações discursivas na AD, mediante conceitos tais como memória discursiva e as formas de, na análise, operar com esta: interdiscurso, pré-construído, dentre outras. Tais relações se materializam de modo mais patente no suporte digital e, portanto, num *site*, no qual a delimitação do “volume” do dicionário, especialmente quando pensada a respeito da corporeidade e da concretude do impresso, é muito menos clara.

A partir dessa série de considerações, pensamos que a análise de certos elementos paratextuais, pensados a partir da perspectiva teórica da AD, nos permitirá começar a compreender as condições de produção do DPD. Conforme a síntese que realiza Orlandi (2005, p.30), esta noção permite explorar as relações de sentido e de força, e as antecipações imaginárias projetadas em determinado discurso, fato que possibilita não apenas considerar o contexto mais imediato, mas também “o contexto sócio-histórico, ideológico”. No caso específico dos dicionários, segundo Nunes (2003, p.13), “a consideração das condições de produção conduz a mostrar a relação de um ou outro dicionário com a conjuntura sócio-histórica em que ele aparece”. Isto implica abordar tais instrumentos – tal como antecipamos em nossa Introdução – como *objetos discursivos*, isto é, como inseridos na história – e não isolados e funcionando a despeito do que acontece na sociedade no momento histórico no qual se inserem, tal como acontece – como já, também, comentamos nessa mesma Introdução – não apenas no campo do senso comum mas também no das práticas de ensino e no dos estudos da linguagem.

À vista disso, abordaremos, no primeiro item deste capítulo (1. “Em conexão com os sites”), a página inicial dos *sites* das instituições autoras do DPD (RAE e ASALE) tendo como foco apenas o modo como a consulta dos dicionários é aí oferecida. Isto já nos levará a tecer considerações sobre a relação que se trava entre essas duas instituições acadêmicas, aspecto que continuaremos abordando no segundo item (2. “Na capa”), no qual – passando agora para a versão impressa de nosso objeto central – analisaremos a capa em si. Assim, em 2.1, focalizaremos aspectos relativos às referidas instituições autoras – representadas nessa capa pelos escudos e os nomes de cada uma das duas instituições que o publicam – e, no subitem 2.2, o próprio título do dicionário. Por fim, encerraremos o capítulo com um apanhado das considerações tecidas ao longo do mesmo.

1. Em conexão com os sites

Como acabamos de explicitar no início do capítulo, consideramos os *sites* tanto da RAE (www.rae.es) quanto da ASALE (<http://www.asale.org>), como “epitexto” do DPD – e, de uma perspectiva discursiva, como um *discurso sobre* – que “está na parte externa da obra” (cf. GENETTE, [1987] 2009). A imagem 2 mostra a página inicial do *site* da RAE, e nela destacamos os dicionários que podem ser consultados:

Imagem 2 - Site RAE - destaque dos dicionários disponíveis online

Esta é a página que foi lançada em 10/10/2013, como já observamos na Introdução⁴², e aqui a colocamos em comparação com a que abria o *site* anterior⁴³:

⁴² Nesta mesma data também foi lançado o novo site da ASALE, como parte das comemorações dos 300 anos da *Real Academia Española*, conforme notícia publicada em: <http://rae.es/noticias/la-academia-publica-la-version-beta-de-su-nuevo-portal-electronico>, de 10/10/2013. O próprio fato de lançar o *site* da ASALE juntamente com o da RAE é significativo na relação entre estas duas instituições, relação esta que analisaremos no presente capítulo.

⁴³ Imagem 1, mobilizada na própria Introdução e que citamos aqui novamente.

Vemos que a nova versão do *site* está muito mais elaborada e contém mais páginas; porém, como já dissemos, nesta abordagem nos concentraremos apenas em considerar de que modo o consulente se depara com a consulta *online* do instrumento que analisamos, o DPD.

Esse consulente antes se deparava com um campo de consulta direta para o DRAE e outro para o DPD, sendo que a forma como apareciam (primeiro o DRAE, e depois o DPD) marcava uma certa ordem. Já no novo *site*, ele tem como campo de consulta direta apenas o DRAE e só se observar uma espécie de “seta” à direita do título do dicionário e clicar nela, terá acesso às outras opções⁴⁴ que, neste caso, além do DPD, incluem o *Diccionario esencial*.⁴⁵ Observamos que a única relação explícita entre os instrumentos linguísticos que podem ser consultados neste *site* – o DRAE, o DPD e o DE – é a ordem na qual eles aparecem para consulta, o que, de fato, lhes atribui uma certa hierarquia. Notamos ainda que tal

⁴⁴ Note-se que na imagem que reproduzimos está a lista completa de dicionários, pois, de fato, clicamos sobre a seta para, justamente, capturar essa lista. Esclarecemos, ainda, que se o consulente escrever diretamente a palavra e clicar no campo “busca”, não terá acesso a essas opções e será direcionado exclusivamente ao verbete por ele solicitado no DRAE. Esta observação confirma a breve análise que realizamos na Introdução ao redor da aparição do sintagma “el Diccionario” (operando no lugar de “*Diccionario de la lengua Española*”) e continua o trabalho de cristalizar um determinado imaginário: o dicionário do site é o DRAE.

⁴⁵ O *Diccionario Esencial* (DE) é, de acordo com formulações encontradas no próprio site www.rae.es, “una versión útil, sencilla y actualizada de la 22ª edición del *Diccionario de la lengua española*”. Tal comentário – um *discurso sobre* essa obra – estabelece uma estreita relação entre esses dois instrumentos linguísticos. Cabe observar, mais uma vez, que ele foi incluído nessa página eletrônica em 10/10/2013, a data na qual, como já explicitamos, os *sites* da RAE e da ASALE foram relançados. Ressaltamos que o DE não é objeto de estudo em nosso trabalho, tal como ficou claro quando delimitamos o corpus em nossa Introdução.

ordenamento é exatamente o mesmo no *site* da ASALE (imagem 3), aparecendo como única diferença a possibilidade de consulta do *Diccionario de Americanismos* (DA)⁴⁶, último na lista.⁴⁷

Imagem 3 - Site da ASALE - destaque dos dicionários disponíveis online

Queremos chamar a atenção também para um fato que ocorre nessa mesma consulta *online* do DPD. Como acabamos de ver, este está disponível nos *sites* de suas duas instituições autoras. Entretanto, ao acessá-lo no da ASALE, o leitor é direcionado ao da RAE, isto é, a página eletrônica do DPD está alojada no *site* da RAE, e não no da ASALE, como esperávamos, devido a que esse instrumento faz parte da “política panhispánica” encampada por ambas instituições. Este fato é o primeiro que nos leva a pensar na relação que vai se tramando entre a RAE e a ASALE, um aspecto que iremos tratando neste capítulo.

⁴⁶ O DA foi publicado em 2010 (<http://asale.org/obras-y-proyectos/diccionarios/diccionario-de-americanismos>), e foi incluído na página eletrônica da ASALE em 10/10/2013, data da reformulação tanto deste site como o da RAE, conforme já referimos anteriormente.

⁴⁷ E, nesse mesmo sentido, o de pensar a relação que vai se travando entre o DPD e o DRAE – aspecto que, como já antecipamos, abordaremos com maior detalhe na segunda parte de nossa dissertação – consideramos pertinente mencionar que a justificativa da produção do DPD é apresentada no prólogo DRAE, 22ª edição, p. X, como veremos na sd1. Pensamos que esse fato – sobretudo, ao ser vinculado ao que detectamos sobre a ordem que seguem na lista das páginas eletrônicas correspondentes – significa, e vai mostrando aspectos do modo específico como ambos dicionários se relacionam.

Para avançar nessa análise, retiramos do “Prólogo” do DRAE a seguinte sequência discursiva:⁴⁸

sd1⁴⁹: La universalización de las comunicaciones, que multiplica y potencia con enorme rapidez los *efectos del contacto de lenguas*, ha llevado a *la academia y a las Academias Asociadas* a preparar un Diccionario *panhispánico* de dudas, en cuya parte léxica se considerarán de inmediato los vocablos emergentes y se ofrecerá una indicación consensuada sobre ellos (destaque nosso).⁵⁰

A formulação “a la academia y a las academias asociadas” – sintagma coordenado que destacamos em itálico – inclui, como primeiro termo, a forma “a la academia”, sintagma no qual apenas aparece um determinante do nome (o artigo) e que colocamos em oposição com o segundo, “a las Academias Asociadas”, no qual a letra maiúscula no nome, o artigo e o determinante adjetivo “Asociadas” contribuem no trabalho de produzir a referência.

Para pensarmos no que detectamos como uma certa indeterminação linguística (PAYER, 1995, p.41), recorreremos ao conceito de pré-construído que já mobilizamos em nossa Introdução, inclusive para abordar um caso muito similar. Para tanto, passamos a apresentar esse conceito com maior precisão teórica: segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 142), o pré-construído consiste em um efeito pelo qual um elemento “irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’”, como algo, então, poderíamos acrescentar, que não é pensado no fio do dizer. Este “impensado” se apresenta justamente como a força de uma “evidência”, correspondendo, ainda nas palavras do estudioso (Pêcheux ([1975] 2009, p. 151), “ao *sempre-já-aí* da interpelação ideológica que fornece-impõe a *realidade* e seu *sentido* sob a forma da universalidade (o *mundo das coisas*)” (destaque do autor). Em nosso caso, “a la academia”, o fragmento que destacamos funciona,

⁴⁸ Nos parece relevante também mencionar que o próprio fato de haver uma justificativa da publicação do DPD no DRAE é significativa, e vai mostrando o qual intrincada é a relação entre estes dois instrumentos.

⁴⁹ Esclarecemos que a abreviatura “sd” corresponde a “sequência discursiva”, cf. Courtine (2009, p. 55) e haverá sempre um número identificador que iniciando-se aqui em 1. Tais números serão consecutivos ao longo de todo o estudo

⁵⁰ Disponível em: http://www.rae.es/sites/default/files/PROLOGO_DRAE_2001.pdf. Na versão impressa do DRAE, 22ª edição, encontra-se na p.X.

nesse contexto e por efeito de uma alta determinação discursiva (PAYER, 1995; INDURSKY, 1997), no lugar do nome próprio: a “Real Academia Española”. Esse movimento é possível porque o fragmento “la academia”, no espaço de enunciação no qual se inscreve o discurso que analisamos, funciona como uma evidência, podendo fazer referência – mesmo com uma certa indeterminação linguística – a essa Instituição “específica”.

Ainda com relação ao segundo termo do sintagma – “a las Academias Asociadas” –, consideramos necessário observar que este, no contexto da coordenação no qual aparece, abre um equívoco (PÊCHEUX, 1988, P.51)⁵¹ por efeito desse adjetivo “Asociadas”, que coloca questões tais como: associadas entre si? Associadas à *Real Academia Española*? Fica então intensificada a ordem estabelecida pelo fato de iniciar essa enumeração pelo já referido primeiro termo. A forma material dessa coordenação (e a ordem que implica) entra em oposição com os sentidos convocados pela formulação: “indicación consensuada”, que vai na direção de instalar uma série que forje a imagem segundo a qual “todas as academias” entrariam em acordo sobre todos os verbetes do dicionário, igualando seus papéis na produção do mesmo. Esta série de sentidos não parece funcionar como um pré-construído, daí a necessidade de colocá-lo na enunciação e de que, como veremos, seja reiteradamente retomado nesse discurso.

Outra formulação que nos leva a compreender a relação entre a RAE e ASALE – que já podemos passar a designar como *RAE/ASALE*, aproveitando a expressividade da ordem na qual colocamos as academias e, sobretudo, a barra que inserimos entre ambas – se encontrava no *site* anterior da primeira instituição, na página “La política lingüística panhispánica”, que já mobilzamos na Introdução:

sd2: En los últimos años, la *Real Academia Española* y las *veintiuna Academias de América y Filipinas* que con ella integran la *Asociación de Academias de la Lengua Española* vienen desarrollando una política lingüística que implica la *colaboración de todas ellas, en pie de igualdad* y como ejercicio de una responsabilidad común,

⁵¹ Para Pêcheux o equívoco é constitutivo ao funcionamento da língua.

en las obras que sustentan y deben expresar la unidad de nuestro idioma en su rica variedad: el Diccionario, la Gramática y la Ortografía (destaque nosso).⁵²

Na sd2, a designação “Real Academia Española” ocorre novamente num sintagma coordenado (que destacamos em *itálico*), cujo segundo termo (“las veintiuna Academias de América y Filipinas”) aparece afetado por uma relativa (“que con ella...”) que explica a composição da ASALE. Observamos que há aí uma duplicação porque a RAE aparece quando é designada (como primeiro termo dessa coordenação, retomado posteriormente por esse “ella”) e, também, como membro (de novo, primeiro) da ASALE que ela mesma integra e, inclusive, preside.⁵³

De nosso ponto de vista, esse modo de fazer referência às instituições materializa uma dicotomia, a que acabamos de materializar mediante a designação RAE/SALE – e coloca uma relação marcada por *uma determinada ordem* e por *uma subordinação*, que aqui passamos a interpretar como sendo – a partir de formulações de Pêcheux (1999), com base em Althusser⁵⁴ – de “desigualdade”, que é como, esse autor define a *contradição* (histórica).⁵⁵

Encontramos marcas dessa relação no fragmento: “la colaboración de todas ellas, en pie de igualdad y como ejercicio de una responsabilidad común” que, justamente, mais uma vez, como referimos há pouco, afirma algo que parece se apresentar como “não dado” (que parece não funcionar como *pré-construído*) e que, portanto, é repetido, como se se tratasse de um sentido ou de uma série que está sendo *construída* para que, finalmente, decante e passe a funcionar como uma evidência. Estamos diante, então, diante de um processo de regularização no funcionamento da memória discursiva (cf. ACHARD, 1999; e PÊCHEUX, 1999) e encontramos um indício forte do que dizemos quando observamos o marcador

⁵² Disponível em: <http://www.rae.es/rae/Noticias.nsf/Portada4?ReadForm&menu=4>, consultado em 26/07/2011.

⁵³ Esta informação encontra-se disponível no site da ASALE, no qual afirma-se: “El presidente nato de la Asociación y de la Comisión Permanente es el director de la Real Academia Española (RAE).” Disponível em: <http://www.asale.org/la-asociacion/presentacion/estatutos-y-organizacion#sthash.UVbPxXFL.dpuf> . Consultado em: 01/11/2013.

⁵⁴ A obra retomada por Pêcheux é: Althusser, L. Resposta a John Lewis Paris: Maspero, 1973.

⁵⁵ A contradição para Pêcheux (1999), com base em formulações chave de Althusser, não da ordem da lógica mas da história. Isto fica patente em nosso caso, em que a história da RAE, como veremos ainda neste capítulo, se sobrepõe à história da ASALE, a sua criação e a seu modo de funcionar.

temporal “En los últimos años”. Lembremos, neste ponto, que a RAE atua desde sua criação, em 1713, como órgão regulador da língua espanhola, com forte ingerência nos 20 países nos quais esta (como língua de colonização) é oficial atualmente e ainda em regiões onde o espanhol não é língua oficial, mas que possuem academias de língua espanhola (Estados Unidos⁵⁶ e Filipinas⁵⁷). A esse respeito, Lara (2005, p.181) afirma que, no século XIX, “la idea de la lengua en ambos lados del Atlántico es la misma: una idea políticamente uniformadora de los países” e, deste modo, a RAE se converte “en punto de referencia para la unidad del español.”

Passamos, agora, depois de ter abordado a página inicial dos *sites* da RAE e da ASALE e disto ter nos levado a explorar a relação entre essas duas instituições, a nosso segundo subitem, para nos centrar na capa do DPD.

2. Na capa

Focalizamos a capa do objeto central de nosso corpus pelo fato de esta trazer vários elementos que, de nosso ponto de vista, podem ajudar-nos a aprofundar a compreensão deste instrumento linguístico. A reproduzimos na seguinte imagem:

⁵⁶ A “Academia Norteamericana de la Lengua Española” foi fundada em 1973 e “labora en un país de habla inglesa pero que cuenta con un nutrido contingente de hispanohablantes (más de 40 millones)” (Disponível em: <http://www.anle.us/130/Historia.html>).

⁵⁷ A “Academia Filipina de la Lengua Española” foi fundada em 1924, “como un estímulo más a la conservación y expansión del español en aquella región oriental en la que nuestra lengua ha sido un importante vehículo de comunicación y de cultura” (Disponível em: <http://asale.org/ASALE/ConAALEBD?IDDOC=31102&menu=2>).

Imagem 4 – capa, lombada e quarta capa do *Diccionario panhispánico de dudas*⁵⁸

Como observamos, a capa traz o título, três faixas coloridas, e dois escudos, com o nome da RAE e da ASALE, respectivamente. Na lombada aparecem registrados novamente o título do dicionário e esses dois escudos, com os nomes das instituições; e na quarta capa, o código de barras, o nome da editora que o publica, os nomes das 22 academias que compõem a ASALE, as mesmas faixas coloridas da primeira capa, uma inscrição na qual se lê: “Patrocinado por Telefónica”⁵⁹ e, mais uma vez, os dois escudos das instituições.

As cores usadas na capa do DPD (imagem 4) – azul e vermelho – retomam as da capa do DRAE (imagem 5) e as da primeira página do *site* da RAE, tanto no *site* antigo (imagem 1), quanto no novo *site* (imagem 2), permitindo reconhecer uma regularidade que produz um efeito de continuidade entre esses dois instrumentos e o *site*. De nossa perspectiva, este é um outro aspecto que estrutura a relação entre o DPD e o DRAE, da qual já falamos no item anterior e que será aprofundada na segunda parte da presente dissertação.

⁵⁸ Lembramos que, como já anunciamos na Introdução, todas as imagens estão ampliadas no anexo A.

⁵⁹ Abordaremos o modo como a Telefónica aparece no DPD no capítulo 2, no qual abordamos seus textos introdutórios, pois, em dado momento, o nome desta empresa é trazido novamente à tona.

Imagem 5 – capa do DRAE (22^a ed.)

Neste ponto, e como já antecipamos na introdução deste capítulo, retomamos agora a análise da relação entre RAE e ASALE, neste caso, para abordar como ela se trava quando ambas aparecem, na capa, como instituições autoras. Para tanto, faremos considerações sobre seus dois escudos e abordaremos, especialmente, seus lemas. Depois disso, analisaremos o próprio título *Diccionario panhispánico de dudas*, relacionando esse sintagma com enunciados definidores do DRAE.

2.1. As instituições autoras

O DPD foi publicado em 2005, como já dito em nossa Introdução, e segundo formulações do discurso de Elena Hernández, feito na apresentação oficial deste dicionário ao público⁶⁰, para sua elaboração foi designada uma equipe de redação integrada por filólogos do departamento da RAE denominado “Español al día”. Tal departamento foi criado em 1998,

⁶⁰ Cf. notícia disponível em: http://www.rae.es/sites/default/files/Intervencion_Elena_Hernandez_presentacion_DPD.pdf, consultado em 15/10/2013.

quando também foi criado o *site* da RAE na internet⁶¹, com o intuito de contar – conforme consta na própria página eletrônica – com “um canal de comunicação” com os usuários do dicionário para que estes pudessem consultar e resolver dúvidas sobre o espanhol diretamente com a RAE. Ainda segundo podemos ler nesta página, o objetivo deste departamento é: “resolver dudas de carácter lingüístico (ortográficas, léxicas y gramaticales) desde la perspectiva de la norma que regula hoy el uso culto del español.”.

Este instrumento linguístico é uma das obras em cuja capa já se registra a autoria conjunta da RAE e da ASALE, o que acontece com todas as obras publicadas em conjunto por essas duas instituições desde 1999⁶², como no caso da *Ortografía de la Lengua Española* (2009) e da *Nueva Gramática de la Lengua Española* (2010). Sendo assim, o DPD seria, de acordo com Nunes (1996, ps. 23-24), um dicionário “de instituição” (RAE e ASALE), e não de autor.

Partindo das formulações que produz Orlandi (2008, p. 51) sobre a noção de “Instituição” tal como é trabalhada por Foucault⁶³, que nos permitem pensar num “lugar da regularidade, da normatividade que preside o discurso”, pensamos que abordar aspectos que nos possibilitem conhecer tais instituições contribuirá para entender as condições de produção do instrumento linguístico que analisamos considerando seu lugar na sociedade. E, ainda, um outro aspecto dessa abordagem nos permitirá aproveitar o que observa Diniz (2012, p. 61): “Faz parte do processo histórico-discursivo a naturalização das instituições e seus discursos, que passam a ser vistos como evidentes, legítimos e necessários.”; por isso, o estudioso (ibidem) afirma que: “É necessário desfazer a ilusão de literalidade do sentido, deslocando a pergunta “*o que* a instituição diz” para “*como* ela diz”.

⁶¹ Disponível em: <http://www.rae.es/consultas-linguisticas/departamento-de-espanol-al-dia>. Consultado em 11/10/2013.

⁶² Cf. <http://www.asale.org/la-asociacion/politica-linguistica-panhispanica/hechos-relevantes>. Consultado em 01/11/2013.

⁶³ A obra de Foucault citada por Orlandi não consta na bibliografia da autora. Inferimos que muito provavelmente se trate de “A ordem do discurso” (FOUCAULT, [1970] 2010).

Trazemos agora o histórico tanto da RAE como da ASALE e seus objetivos, segundo os estatutos de cada uma. A RAE foi criada em 1713⁶⁴, por iniciativa de Juan Manuel Fernández Pacheco, marquês de Villena, e em 1714 o rei Felipe V aprovou sua constituição, colocando-a sob sua proteção. Este ato de aprovação por parte da monarquia imprime um caráter muito específico a essa Instituição porque a vincula ao Estado que, naquela época, era imperial e tinha colônias a ele subordinadas. Como pode ser lido no primeiro estatuto da RAE, de 1715 e disponível na página “La institución”, subitem “estatutos” no *site* da RAE⁶⁵, seu objetivo inicial foi o de:

sd3: [...] *fijar las voces y vocablos* de la lengua castellana en su mayor propiedad, elegancia y *pureza* (destaque nosso).

Para alcançar o objetivo de “fijar las voces y vocablos” a RAE começa então a trabalhar em seu primeiro dicionário, conhecido como “Diccionario de autoridades”, cujo primeiro tomo (referido às letras A e B) é lançado em 1726. Assim, esta Instituição começa a regular a língua espanhola, mediante um dicionário com os vocábulos considerados próprios, elegantes e puros, passíveis de fixação pelo fato de serem usados por “autoridades”⁶⁶. Estes objetivos são formulados a cada novo estatuto⁶⁷ e, nesse sentido, entendemos que os do estatuto atual podem ser entendidos como uma *reformulação* dos primeiros. Tal reformulação nos interessa como analistas do discurso, pois, segundo Arnoux (2006, p.97):

El estudio de la reformulación interdiscursiva [...] permite vislumbrar las representaciones de la nueva situación de enunciación – destinatario, género, objetivo de la tarea – y de las condiciones sociohistóricas de producción de los textos que orientan las operaciones realizadas.

Por isso recortamos o seguinte fragmento do estatuto vigente:

⁶⁴ Como antecipado na Introdução.

⁶⁵ No site anterior esta formulação encontrava-se no site da RAE, na página eletrônica Breve História, consultado em 20/08/2011. O novo site foi consultado em 20/11/2013 e disponibiliza o texto integral de todos os estatutos.

⁶⁶ Segundo Lara (1996, p. 43,44), a RAE desenvolveu o conceito de “autoridades” tendo como ponto de partida “el uso de los buenos escritores”. O autor afirma também que “a partir de la opinión académica acerca de quienes eran 'buenos escritores', mostraba el uso, documentándolo, y lo ofrecía como ejemplo para la imitación” (destaque do autor).

⁶⁷ Depois do estatuto de 1715, houve os de 1848, 1859, 1977 e o atual, de 1993.

sd4: [...] tiene como misión principal *velar porque los cambios* que experimente la Lengua Española en su constante adaptación a las necesidades de sus hablantes *no quiebren la esencial unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico* (destaque nosso).⁶⁸

O objetivo inicial de “fijar las voces” parece ressoar no fragmento “la esencial unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico”, no qual já não aparece como objetivo a ser cumprido como vimos na sd3, retirada do estatuto de 1715, mas como pré-construído, como uma evidência, sobre a qual, inclusive, se afirma a necessidade de que não seja submetida a uma quebra. Ao enunciar que o papel da academia é “velar porque los cambios que experimente la Lengua Española” “no quiebren la esencial unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico”, fica explícito que o objetivo inicial de fixar vocábulos foi alcançado, visto que agora o que se coloca é o de manter a essencial unidade da língua. Vemos claramente aí, como na reformulação, opera a retomada de sentidos e alguns deslocamentos. Podemos inferir que esta “adaptación constante” tem a ver com a diversidade da língua espanhola, justamente por ser falada em vastos territórios e conjunturas sócio-históricas bastante diferentes entre si, ou seja, está constantemente sofrendo adaptações às necessidades de seus falantes. Pensamos que, deste modo, a RAE justifica seu lugar no trabalho de “preservar” a língua espanhola.

Já com relação à ASALE – *Asociación de Academias de la Lengua Española* – é preciso observar que foi fundada no *I Congreso de Academias de la Lengua Española* que aconteceu no México em 1951 por iniciativa de Miguel Alemán⁶⁹, presidente deste país de 1946 a 1952. É composta pelas 22 (vinte e duas) academias de língua espanhola de cada um dos países que tem o espanhol como língua oficial⁷⁰, além de contar com a *Academia Filipina de la Lengua Española* e a *Academia Norteamericana de la Lengua Española*, das Filipinas e Estados Unidos, respectivamente – países nos quais o espanhol não é oficial, mas onde essa

⁶⁸ O novo site foi consultado em 20/11/2013 e disponibiliza o texto integral de todos os estatutos.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.asale.org/la-asociacion/presentacion/estatutos-y-organizacion>. Acesso em 15/11/2013.

⁷⁰ Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela.

língua tem uma presença significativa por diferentes razões históricas, como já nos referimos anteriormente. A Associação tem por presidente, como também já nos referimos, um membro da *Real Academia Española* e por secretário geral um membro das 21 academias, eleito por elas para desempenhar este papel.⁷¹ O fato do presidente da ASALE ser obrigatoriamente um membro da RAE é um indício de uma relação que interpretamos como de subordinação por parte da ASALE à RAE e que materializamos na designação RAE/ASALE o que, de fato, parece funcionar como pré-construído (PÊCHEUX, [1975], 2009) – como já referimos no item 1 do presente capítulo).

Do mesmo modo que fizemos com a RAE, citamos aqui os objetivos da ASALE, tal como se encontram formulados na página “Información Institucional” de seu *site*:

sd5: Su fin primordial es trabajar asiduamente en la defensa, *unidad e integridad del idioma común*, y *velar* porque su natural crecimiento sea conforme a la tradición y naturaleza íntima del español (destaque nosso).

Aqui observamos um movimento de retomada e deslocamento com relação às formulações que apareceram em sd3 e sd4. Assim, os objetivos da RAE são “transferidos” para a ASALE, uma associação maior que a inclui, mas, também, como já dissemos, se subordina a ela. Existe, por parte tanto da RAE quanto da ASALE, um movimento que pensamos ser de “defesa”, como se a língua espanhola – interpretada nesses estatutos como uma realidade – precisasse desse movimento. Este aparece no primeiro estatuto da RAE, é repetido no atual e é retomado na enunciação dos objetivos da ASALE, num movimento parafrástico que sedimenta (ORLANDI, 2005) certos sentidos na direção de que se apresentem como óbvios, como não pensados ou “impensados”, para que funcionem como o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica (PÊCHEUX, [1975] 2009, p.151), como pré-construídos. Pode-se

⁷¹ Informação disponível anteriormente em: http://www.rae.es/rae/gestores/gespub000038.nsf/voTodosporId/1EC1CE_F41F9_A9E7BC12572D400282DE3?OpenDocument&i=1, consultado em 30/04/2011. No novo site disponível em: <http://www.asale.org/la-asociacion/presentacion/estatutos-y-organizacion>, consultado em 18/12/2013.

inferir da materialidade do fragmento citado em sd5 que algo que não se enquadre no que tais instituições considerem como tradicional e inerente à natureza do espanhol será “combatido”.

Nosso próximo passo é analisar como aparecem os escudos das instituições autoras na capa do DPD (imagem 4). Nesse sentido, vamos trazer as imagens das capas das outras duas obras nas quais aparecem os dois escudos, o da RAE e o da ASALE⁷². São elas, justamente, a *Nueva Gramática de la Lengua Española* (imagem 6) e a *Ortografía de la Lengua Española* (imagem 7) às quais já nos referimos na Introdução, por serem elas citadas⁷³ como as que “sustentan y deben expresar la unidad de nuestro idioma”.

Imagem 6 – Capa e quarta capa da *Nueva Gramática de la lengua Española* (2009)

⁷² Cf. a página eletrônica “Política panhispánica”: “Desde 1999, año de publicación de la Ortografía suscrita por todas ellas, las veintidós corporaciones participan conjuntamente en sus obras y proyectos.” Disponível em: <http://www.rae.es/la-institucion/politica-linguistica-panhispanica/historia#sthash.BR2xhiAH.dpuf> Consultado em 22/11/2013.

⁷³ Na antiga página eletrônica da RAE, seção “La política lingüística panhispánica”, como já nos referimos.

Imagem 7 – capa e quarta capa da *Ortografía de la lengua Española* (2010)

Comparando as três capas, vemos que o DPD é a única obra na qual os escudos da RAE e da ASALE aparecem na mesma altura, tal como observamos na imagem 4; nas outras duas, o escudo da RAE se encontra acima do da ASALE, o que em nossa análise indica, de novo, uma determinada ordem e significa na relação entre essas instituições. Voltando à capa do DPD, embora apareçam na mesma altura, como dissemos antes, o emblema da RAE encontra-se à esquerda do emblema da ASALE, o que por si acaba reiterando a referida ordem, e na lombada, o emblema e nome da RAE estão em cima dos da ASALE nos três casos – tudo o que vem reforçar nossa interpretação da relação de subordinação entre RAE e ASALE, como já detectamos no item 1 deste mesmo capítulo.

Outro aspecto que gostaríamos de destacar neste item e que tem a ver com as instituições que publicam o DPD refere-se à sua contracapa e o modo pelo qual as associações da ASALE aparecem, não somente na quarta capa do DPD, mas também nas outras duas obras que já apresentamos neste item: a *Nueva Gramática de la Lengua Española* (imagem 6) e a *Ortografía de la Lengua Española* (imagem 7). E, ainda, é preciso observar que no *site* da

ASALE (imagem 8) também encontramos essa mesma enumeração, no caso, na parte inferior dele.

Imagem 8 – Site da ASALE – parte inferior

Esta listagem de todas as academias integrantes da ASALE⁷⁴ segue o ano de fundação de cada Instituição e deste modo a RAE acaba aparecendo em primeiro lugar, pois foi a primeira a ser fundada, sendo este mais um aspecto que vem a reforçar a ideia da “ordem” de importância das instituições. Mais uma vez, confirmamos o funcionamento da contradição (histórica) que tentamos materializar na designação RAE/ASALE.

Queremos, agora, nos aproximar de aspectos relativos aos emblemas que aparecem nos escudos das duas instituições:

⁷⁴ Clicando no nome de cada academia, o usuário é direcionado à respectiva página eletrônica.

Imagem 9 – escudo da RAE

Imagem 10 – escudo da ASALE

Constatamos que no lema da RAE, “Limpia, fija y da esplendor” opera uma coordenação de três verbos que predicam sobre a própria RAE e suas funções a respeito da língua espanhola – que parecem vincular-se a uma relação muito purista (LARA, 2011) com a mesma. No da ASALE, “Una estirpe, una lengua y un destino”, há uma coordenação de sintagmas nominais que nos leva a observar, em primeiro lugar, como é trabalhado aí o sentido de “*unidade*” da língua (no sintagma central e no paralelismo dos elementos coordenados) que habita o espaço de enunciação delimitado pelos países representados nessa associação por cada academia; e esse sentido aparece reforçado por marcas que o instalam na linha do tempo, reforçando seu funcionamento como um pré-construído, como uma evidência dada pela “estirpe” (uma origem) e pelo “destino” comum. O primeiro nome – “estirpe” – indica um movimento de recuperação da história e o segundo, “destino”, indica um movimento em direção ao futuro já determinado e significado desde um início (do passado), desde sempre. O sentido de “una lengua” é central (e, inclusive, como já dissemos, está no centro dessa coordenação) justamente quando esse sintagma funciona no lema de uma Instituição composta por academias de língua de 22 países diferentes, fato que já em si mesmo coloca a questão da

diversidade (pela alteridade que está aí em jogo), mais do que a da unidade linguística.

Retomando, agora, o papel de protagonismo ou de destaque dado à RAE – e que nós fomos detectando, neste capítulo, na ordem das enumerações e nos sintagmas coordenados, etc. – já tem sido analisado de outras maneiras por estudiosos, como Senz e Alberte (2011)⁷⁵, no contexto da política de línguas da RAE:

Del estudio de su labor como **agente de planificación del castellano/español** se concluye que la RAE tiene un espíritu omnipresente y hegemónico, dado que siempre se ha postulado y posicionado como la institución a la que corresponde dirigir, coordinar y controlar todos los procesos de planificación y normalización del castellano, incluso los que superan claramente sus competencias y la preparación de sus especialistas.

Del análisis de su **relación actual con las academias asociadas** se concluye que el sistema de colaboración interacadémica en la realización de la nueva norma panhispánica no es tan horizontal y equitativo como pretende el discurso oficial de la RAE (grifos dos autores).

A série de considerações realizadas até aqui nos permite antecipar algo que nos levará a compreender melhor as condições de produção do DPD, nosso objeto principal de estudo. Neste ponto, gostaríamos de retomar o conceito de espaço de enunciação, ao qual já fizemos referência na Introdução e neste mesmo capítulo apostando na expressividade de sua própria formulação; agora, pensamos que é preciso começar a explicitá-lo e explorá-lo teoricamente, pois ele voltará em vários outros momentos desta dissertação. Guimarães (2005a, p.18, 19) o define como um “espaço político” no qual a língua funciona. Para o autor (ibidem), o político “se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos.” O estudioso argumenta, também, que as línguas em funcionamento em tais espaços (ibidem) “se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante.” Sem dúvida, este conceito é muito rico e, neste momento, já nos possibilita dizer que os países conhecidos como “hispano-falantes” habitam um *espaço de enunciação* marcado por um jogo de forças –

⁷⁵ Disponível em: <http://addendaetcorrigenda.blogia.com/temas/instituciones-y-politicas-culturales-y-linguisticas-instituciones-i-politiques-culturals-i-linguistiques.php>, consultado em 21/01/2012.

dado pelo “político” – no qual historicamente houve um “centro”, delimitado pela metrópole dominadora, com uma posição fortemente reguladora da língua espanhola no espaço maior do que era o império. Nesse sentido, e para compreender como esse jogo funciona na atualidade, vale a pena citar a formulação de Ludmer (2010, p.190), que conclui que a estrutura do império permanece no “território da língua”:

El territorio de la lengua está organizado jerárquicamente como un imperio más o menos clásico, con un centro real, la RAE (la autoridad lingüística que legisla la lengua y la unifica: el poder legislador del territorio) y una cantidad de “correspondientes”: América Latina es el sitio de las correspondientes. La estructura del imperio en el territorio de la lengua: uno arriba, la autoridad (y una nación), y muchos abajo (una región).

2.2. O título

A primeira marca interessante quanto ao nome do dicionário – *Diccionario panhispánico de dudas* – é o silêncio – ou o silenciamento, como poderia dizer Orlandi ([1942] 2007) a respeito da designação da língua e a presença do adjetivo “panhispánico”. Nesse sentido, cabe colocá-lo em relação com os títulos de outros dicionários de dúvidas, que sim apresentam o nome da língua; tal é o caso de alguns que já citamos na Introdução, como o *Diccionario de Dudas y Dificultades de la Lengua Española*, de Manuel Seco, ou o *Diccionario de Usos y Dudas del Español Actual* de José Martínez de Sousa. Já em outros casos, aparecem outras formas de referência: *Diccionario Gramatical y de Dudas del idioma*, de Emilio M. Martínez Amador e o *Diccionario Sopena de Dudas y Dificultades del Idioma*. Nestes, vale a pena observar que “el idioma” aparece como um genérico que coloca como pré-construído, no espaço de enunciação no qual a obra é publicado, a língua específica de que se trata. Considerando o DPD na relação com a materialidade dos títulos dessa série de obras, pensamos que em seu título há um movimento que rompe com uma certa regularidade.

Porém, em nosso título, a língua não é designada e o substantivo, “dicionário”, é

afetado por duas especificações: o adjetivo “panhispánico”, no qual metonimicamente aparece a referência à língua (hispânica/espanhola) e no sintagma preposicional: “de dudas”. Começaremos por abordar o funcionamento desse adjetivo: “panhispánico”. Tomados pela relação que entre o DPD e o DRAE vimos detectando, recorreremos a este último, em sua 22ª edição (2001), para colocar esse significante em relação com os enunciados definidores que nesse instrumento são registrados.⁷⁶ Assim, afetados pela ressonância – na materialidade do DPD – do título de um outro dicionário, importante historicamente no campo da lexicografia espanhola, *Panlético: Diccionario Universal de la Lengua Castellana*, de Peñalver (1842), decidimos consultar o prefixo “pan” e o lexema “hispánico” por separado. Com relação ao primeiro, temos:

sd6: **pan-**.

(Del pref. gr. παν-).

1. elem. compos. Significa 'totalidad'. *Panteísmo*.⁷⁷

A presença do prefixo “pan” no título do dicionário de Peñalver não é suficiente para dar conta do nome desse dicionário e observamos que o sintagma nominal “Diccionario *Universal* de la Lengua Castellana” parece retomá-lo e reescrevê-lo (em relação de co-referência) mediante o termo “universal”. Fica claro, então, pensando agora em nosso título (o do DPD), o sentido de totalidade que se materializa no prefixo “pan”.

Passamos, agora, a consultar o termo “hispánico”, também no DRAE, 22ª edição:

sd7: **hispánico, ca.**

(Del lat. *Hispanicus*).

1. adj. Pertenciente o relativo a España.

2. adj. Pertenciente o relativo a la antigua Hispania o a los pueblos que formaron parte de ella y a los que nacieron de estos pueblos en época posterior.

⁷⁶ Outros dois fatos nos levam a consultar tal vocábulo no DRAE: o DRAE se autodesigna como o dicionário “geral” da língua espanhola; e o vocábulo “hispánico” não se encontra na nomenclatura do DPD, um instrumento linguístico destinado a resolver “dúvidas”.

⁷⁷ Esclarecemos que todos os verbetes recortados do DRAE são de sua versão eletrônica – disponível em: www.rae.es – e que, em sua citação, mantivemos as cores conforme aparecem no referido site.

3. adj. Perteneciente o relativo a la lengua y la cultura españolas. *Dialectalismo hispánico. Tradición hispánica.*

□V.

latín hispánico (itálico do DRAE).

Ao ler estes enunciados definidores, observamos que a aceção 1 não entra em relação com a totalidade de países que falam a língua espanhola, só se refere à Espanha, entrando numa certa contradição com o sentido que “panhispánico” parece convocar no título do DPD. A segunda aceção refere-se à “Hispania” – nome dado pelos romanos à Península Ibérica – ou aos povos que a habitaram. Já a terceira aceção se refere à língua num sintagma no qual aparece coordenado com “cultura”, e ambos nomes são especificados mediante o adjetivo “española”. Este fato acaba restringindo a referência de “española” pois, por haver este adjetivo que afeta o substantivo “cultura” (e não apenas “lengua”), passa a se referir pura e exclusivamente ao espaço da Espanha e não dos outros países que tem o espanhol como língua (oficial). Cremos que a vacilação ou o equívoco que instalam a primeira e a terceira aceções é significativo para a nossa análise.

Nos chama a atenção o fato de que “hispánico” consta como “artículo enmendado” na presente edição, o que significa que será modificado na nova edição do DRAE. Por isso, consideramos pertinente e produtivo consultar esse verbete também na edição 23^a, prevista para ser publicada em 2014.⁷⁸ Passamos, agora, à reformulação do verbete para o DRAE 23^a edição, que é a que segue:

sd8:

Artículo enmendado.

Avance de la vigésima tercera edición

hispánico, ca.

(Del lat. *Hispanīcus*).

⁷⁸ Já explicitamos na Introdução algo a respeito deste aspecto, que será explorado em detalhe no capítulo 4. Só achamos necessário esclarecer neste ponto que nos verbetes que já foram sujeitos a reformulação (para a próxima edição), na atual, na que consta no *site* da RAE, do lado direito do correspondente verbete aparece uma espécie de botão vermelho com a inscrição “artículo enmendado”. Clicando neste, temos acesso à reformulação que constará na 23^a edição.

1. adj. Pertenciente o relativo a la antigua Hispania o a los pueblos que formaron parte de ella.

2. adj. Pertenciente o relativo a España y a los países y culturas de habla española.

□ V.

latín hispánico (itálico do DRAE).

Tal reformulação é significativa, visto que supõe a exclusão da terceira acepção e uma alteração na ordem dos enunciados definidores: a segunda acepção passa a ser a primeira, e vice-versa. Inclusive, cabe destacar que, nessa reformulação, esse vocábulo é submetido a uma ampliação. Assim, no verbete previsto para o DRAE 23ª edição (sd8), o enunciado definidor da primeira acepção é uma reformulação da segunda do verbete na 22ª edição. Já a segunda acepção, também reformulada, inclui os países e culturas que falam espanhol, mas mediante a coordenação “a España y a los países y culturas de habla española” impõe uma dicotomia que contém uma contradição, pois o segundo membro dessa coordenação – “los países y culturas de habla española” – já estaria incluindo a Espanha que, no entanto, aparece designada, separadamente e no “primeiro” membro.

A forma que atinge a reformulação do termo “hispânico” nos leva a observar dois aspectos. Por um lado, pensamos que é necessário apontar a forma como as condições de produção do dicionário afetam o verbete: sendo esse dicionário, o DRAE, um dos pilares da política pan-hispânica como aparecia no *site* anterior ao lançado em 10 de outubro de 2013 – e tal como vimos em nossa Introdução – o modo de definir o termo “hispânico” precisava ser consoante aos princípios dessa política, daí que, dentre outros movimentos, se impusesse a necessidade de excluir a primeira acepção dessa definição: “Pertenciente o relativo a España”, pois ela afetaria a própria base ou os sentidos fundamentais do que se enuncia nessa política. Por outro lado, no funcionamento discursivo dos verbetes e na relação que trava a reformulação detectamos que, de várias formas, se materializam deslizes que interpretamos como efeitos de um equívoco constitutivo e que encontra sua expressão mais alta na

materialidade da segunda acepção do artigo emendado: “Perteneiente o relativo a España y a los países y culturas de habla española” que, apesar de operar uma inclusão, também produz uma separação, um efeito de assimetria ou desigualdade, chave no funcionamento da contradição histórica da qual vimos falando neste capítulo ao abordar outras formas da matéria linguística presente nesse discurso.

Nesse sentido, detectamos aí a ressonância de uma outra coordenação, a que analisamos em sd2: “*la Real Academia Española y las veintiuna Academias de América y Filipinas que con ella integran la Asociación de Academias de la Lengua Española*” (destaque nosso). Nesse caso, o que designamos como o funcionamento de uma “contradição” se materializava na expressão de uma dicotomia que passamos a designar como RAE/ASALE; aqui ela se materializa numa outra: Espanha / Hispano-América que não deixa de manter um certo paralelismo com a primeira. Estas observações nos permitem ver claramente que a referida contradição, por ser histórica, aloja em seu seio uma relação de *desigualdade* que é efeito de um processo de colonização que, ainda hoje, deixa marcas muito fortes no que Ludmer (2010) chama de “território da língua” e no discurso que analisamos.

No que se refere ao segundo especificador que aparece no título do dicionário, o sintagma “de dudas”, podemos dizer que ele nos remete ao funcionamento de um pré-construído, devido ao fato de haver, como já citamos no início deste item, uma série de outros instrumentos nos quais aparece tal designação. No espaço da memória discursiva mais ligado à produção lexicográfica hispânica, o DPD viria a expandir tal série de dicionários retomando o funcionamento da dúvida como algo dado, natural, como uma evidência que é preciso recolher e tratar. No entanto, também devemos dizer que há um aspecto nesse título, crucial de nosso ponto de vista: nele há uma retomada de sentidos, como acabamos de dizer, mas também há deslocamento, pois por ser o primeiro de dúvidas publicado pelas academias de língua espanhola, traz o registro do adjetivo “panhispánico”. O DPD é um dos instrumentos

linguísticos publicados pela RAE/ASALE, este sentido é novo e filia o dicionário à política panhispânica desenvolvida por essas academias. Retomando a ideia das obras que funcionariam como pilares da política pan-hispânica⁷⁹ – segundo constava no *site* anterior das academias – e a relação que o DPD guarda com eles (da qual falamos na Introdução e neste mesmo capítulo), encontramos no adjetivo “panhispánico” uma explicitação que talvez se fazia necessária para marcar a filiação desse instrumento a tal política.

Esta designação, “dudas”, que aparece no título, será especialmente relevante na análise que desenvolveremos no capítulo 2 desta parte, pois a naturalização que supõe o conceito de pré-construído será crucial para compreender a relação que a Instituição estabelece entre o instrumento e o falante (consulente) que interpela.

Neste capítulo, então, nos centramos em analisar aspectos do paratexto do DPD que nos pareceram relevantes para delinear as condições de produção mais imediatas deste instrumento e que já nos levaram fazer enlaces com o contexto mais mediato. O que nos parece relevante retomar neste ponto é o fato de haver uma relação de assimetria entre suas instituições autoras, relação que foi abordada, a partir de conceitos teóricos, como a materialização de uma contradição histórica e que designamos mediante a equação RAE/ASALE. Talvez mais um exemplo do que dizemos esteja num fato sobre o qual não nos manifestamos oportunamente, ao abordá-lo na respectiva análise: nos referimos a que a RAE e a ASALE figuram como co-autoras do DPD, sendo que a RAE faz parte da ASALE. Além disso, detectamos uma outra relação assimétrica: a do DPD a respeito de outro instrumento, o DRAE, da qual trataremos, mais em detalhe, na segunda parte desta dissertação.

No próximo capítulo analisaremos, de modo mais amplo, formulações do peritexto do

⁷⁹ Lembramos que essas obras pilares eram: duas de publicação conjunta (RAE/ASALE): a *Nueva Gramática de la lengua española* e a *Ortografía de la lengua española* (que trazem o sintagma que refere à língua) e uma de autoria da RAE, o próprio *Diccionario de la lengua española* (o DRAE).

DPD que trarão mais elementos para mostrar como vai construindo seu lugar na política de língua(s) da RAE/ASALE. De modo mais específico, será possível ver o grau de naturalização ao que chegará o significante “duda”, presente no título de nosso objeto central cujo funcionamento acabamos de designar como “pré-construído”.

Capítulo 2

Os pré-textos

Neste capítulo continuaremos analisando aspectos do paratexto do DPD; neste caso, focalizaremos seus textos introdutórios com o objetivo de detectar como surge a imagem de dúvida nessa textualidade, e como a esta se entrelaçam a de língua, a de sujeito e a própria antecipação que aí se realiza do lugar do dicionário. Portanto, insistimos, nossa análise focalizará o modo como se constrói a imagem de dúvida e observaremos como nessa construção sobressai, de um lado, a interpelação que se faz do sujeito da linguagem, pois a dúvida (ou, ao menos, um tipo desta), como veremos, não existiria – de acordo com o que se diz no discurso que abordamos – sem o “falante” dessa língua; e, de outro, a projeção imaginária da língua, a respeito da qual, nesse mesmo discurso, a dúvida é colocada como pré-construído. Ainda é preciso dizer que, na análise, se imporá a necessidade de contemplar a projeção que aí se faz da própria RAE, da ASALE e da relação que entre essas instituições aí se trama.

Nesse sentido, dividiremos o capítulo em duas partes: item 1, “Como surge a dúvida” e 2., “Sobre os tipos de dúvidas”. Nestes recortaremos formulações dos seguintes textos introdutórios do DPD: “Presentación”, “Qué es el diccionario panhispánico de dudas”, e “Qué contiene el Diccionario panhispánico de dudas”. Para que o leitor possa acompanhar melhor a distribuição das partes que introduzem a obra, colocamos a seguir a imagem do respectivo índice, e também incluímos no anexo B um outro índice, por nós construído, no qual

apresentamos não somente os itens que aparecem na imagem capturada do próprio dicionário mas também os subitens de cada uma das seções:

ÍNDICE	
Colaboradores	VIII
Presentación	XI
Qué es el <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>	XIII
Qué contiene el <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>	XVII
Advertencias para el uso del diccionario	XXIII
Abreviaturas	XXXIII
Signos	XXXV

Imagem 11: O índice do DPD⁸⁰

Resta observar também que, em determinados casos, iremos colocando os fragmentos recortados das referidas seções em relações de sentido com outros – tal como é a prática na AD – no caso, retirados do site da RAE.

Conforme Orlandi (1984), no funcionamento do discurso há dois processos fundamentais: a paráfrase e a polissemia. Sobre o primeiro já falamos, em parte, no capítulo 1 e, inclusive, num outro momento desse mesmo capítulo, acompanhando formulações da própria Orlandi, fizemos uma relação entre tal conceito e o de Instituição. No movimento parafrástico, segundo a autora (*ibidem* p. 10-11): “temos a reiteração de processos já cristalizados pelas instituições, em que se toma a linguagem como produto e se mantém o dizível no espaço do que já está instituído”, isto é, “procura-se manter o sentido igual sob diferentes formas”. Na polissemia, ainda de acordo com Orlandi (*idem*), há “o processo de

⁸⁰ DPD, p. VII.

instauração da multiplicidade de sentidos”, “o novo, o diferente”. Neste capítulo veremos como no discurso da “Presentación”, são postas questões que se retomam na seção “Qué es el diccionario panhispánico de dudas” e em outras das quais aqui apresentaremos determinados recortes, fato que nos permite observar o caráter predominantemente parafrástico dessa textualidade.

Por fim, convém observar que encerraremos este capítulo com as considerações relativas a todo este apanhado.

1. Como surge a dúvida

Neste item focalizaremos a seção “Presentación”⁸¹ do DPD, que é a que inicia os textos introdutórios deste dicionário, e vem logo após o “Índice” e o item “Colaboradores”, tal como pode ser observado na imagem 1. Começaremos por recortar a seguinte formulação, que justamente abre essa “Presentación”:

sd9: *Centenares de hispanohablantes de todo el mundo se dirigen a diario a la Real Academia Española, o a cualquier otra de las que con ella integran la Asociación de Academias de la Lengua Española, exponiendo sus dudas sobre cuestiones ortográficas, léxicas o gramaticales y pidiendo aclaración sobre ellas* (destaque nosso).

Damos destaque, inicialmente, para o sintagma nominal que encabeça este fragmento de tom narrativo – “centenares de hispanohablantes de todo el mundo” –, no qual se expressa que a dúvida “parte” do falante de espanhol, não vinculado a nenhum espaço determinado, podendo estar no mundo todo. A especificação “centenares” acaba tendo um efeito de sentido (de

⁸¹ p. XI e XII.

multiplicação de sua quantidade) sobre a projeção que, como leitores, fazemos do número de consultas diárias.

Nos chama a atenção, em primeiro lugar, que – de acordo com o fio desse relato – o “hispanohablante” se dirige à *Real Academia Española* ou “a *cualquier otra* de las que con ella integran”: observemos as marcas de indeterminação linguística que registramos com letra itálica no segundo membro dessa estrutura que se organiza mediante um coordenador disjuntivo inclusivo.⁸² As marcas de indeterminação se contrapõem à alta determinação linguística e discursiva da materialidade do primeiro membro, que traz o nome próprio da instituição, nome que é retomado mediante a sintagma preposicional “con ella” – aspecto que funciona a favor do processo de determinação de que falamos e enfatiza ainda mais o de indeterminação do segundo membro desse sintagma coordenado. Essa relação entre RAE e ASALE já foi detectada no capítulo 1 e, inclusive, interpretada. Lembramos que, num dos casos abordados nesse capítulo, na sd2, encontramos uma coordenação que a materializava – “la Real Academia Española y las veintiuna Academias de América y Filipinas que con ella integran la Asociación de Academias de la Lengua Española” – e que foi crucial para mostrarmos que a primeira instituição assume o papel de protagonismo diante das outras academias de língua espanhola, fazendo com que a associação destas se subordine a ela. Por isso, representamos essa relação mediante o sintagma RAE/SALE e, neste momento, poderíamos dizer que tanto a coordenação abordada no capítulo 1 quanto esta que detectamos na sd9 (que, no caso, se materializa mediante “ou”) funcionam como materializações da *contradição* que, com base em formulações de Pêcheux (1990), dissemos que é histórica. Agora, inclusive, já podemos acrescentar algo que, teoricamente, é uma consequência do

⁸² Há neste fragmento um processo de indeterminação com relação às academias que compõem a ASALE (cualquier otra); e vemos também que a RAE se faz presente de novo, é retomada, como já vimos no capítulo 1, mediante o fragmento altamente determinado: “a cualquier otra de las que *con ella*”.

próprio conceito de história e que aqui se apresenta claramente: essa contradição é *constitutiva* do funcionamento da relação RAE/ASALE.

Um segundo aspecto que chama nossa atenção, retomando a sequência de tom narrativo – que apresenta o dito como um fato “realmente acontecido no mundo” –, é o fato de que o “hispanohablante” recorrerá, num movimento que aí é apresentado como espontâneo, à Instituição que teria os instrumentos necessários para esclarecer suas dúvidas – dúvidas estas que, inclusive, aparecem especificadas como sendo de ordem ortográfica, léxica ou gramatical.

A seguinte formulação é, na “Presentación”⁸³ que analisamos, a que segue o parágrafo citado em sd9:

sd10: *Buena parte de esas personas* conocen y consultan *de ordinario* alguno de los manuales de corrección idiomática, diccionarios de dudas o libros de estilo existentes, pero *quieren oír* de manera directa *la voz propia de las Academias*, que *tienen secularmente reconocida la competencia de fijar la norma lingüística para el mundo hispánico* (destaque nosso).

Neste fragmento percebemos que é retomado o sintagma “Centenares de hispanohablantes” de sd9, fazendo-se dele um recorte quantitativo – “Buena parte de esas personas” – sobre o qual se predica: “conocen y consultan *de ordinario*”: o fragmento que destacamos entre em relação, mais uma vez, com a quantidade (que, euforicamente, é projetada como alta) de consultas. Essa predicação vem como algo dado, funcionando como pré-construído, e essa série de sentidos entra em relação com o segundo membro da oposição introduzida mediante um “pero”. É sobre esse segundo membro que recai o peso, pois ele instaura a direção do que se dirá a seguir: os sujeitos “quieren oír de manera directa la voz propia de las Academias”. Sobre estas academias ainda se predica mediante uma relativa explicativa: “que tienen secularmente reconocida la competencia de fijar la norma lingüística para el mundo

⁸³ DPD, p. XI.

hispanico”. Segundo Henry ([1975]1990, p.43), esse tipo de estrutura “enunciaria uma particularidade do que está em questão no discurso, mas supõe-se que esta particularidade não intervém na identificação prática do que está em questão no discurso, identificação que na prática se daria completamente independente desta relativa”. Essa relativa, portanto, traria algo como dado, no caso, o reconhecimento secular das academias como reguladoras da língua – uma série de sentidos, enfim, que explicam o fato de os hispano-falantes “quererem ouvir de modo direto a voz própria das Academias.”

Este aspecto que detectamos permite que façamos duas observações: a primeira é que para esses falantes as publicações existentes sobre dúvidas da língua não bastariam, algo que coloca em cheque a credibilidade de dicionários de dúvidas e manuais de estilo anteriores ao DPD, dos quais alguns foram citados na Introdução e no capítulo 1. A segunda observação tem a ver com que mediante esse dizer se justifica e legitima o fato de que as Academias (na relação RAE/ASALE que já designamos) trabalham elaborando respostas porque o sujeito falante de espanhol, ao consultar suas dúvidas, as compele a fazê-lo, e não porque elas se colocam no lugar de regular (normatizando)⁸⁴ a língua mediante uma forte interpelação do sujeito que a fala. Observamos, assim, algo que será crucial na análise desenvolvida neste capítulo: há uma relação falante/academias que, como um circuito, se retroalimenta.

A terceira formulação que recortamos da “Presentación”⁸⁵, é a seguinte:

sd11: *Se echaba de menos una obra que permitiera resolver, con comodidad y prontitud, los miles de dudas concretas que asaltan a los hablantes en su manejo cotidiano del idioma y donde las Academias pudiesen, al mismo tiempo, adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento, en especial en lo que atañe a la adopción de neologismos y extranjerismos, para que todo ello ocurra dentro de los moldes propios de nuestra lengua y, sobre todo, de forma unitaria en todo el ámbito hispano* (destaque nosso).

⁸⁴ Veremos oportunamente que o DPD é designado no item “Qué es el diccionario panhispánico de dudas” como um dicionário normativo

⁸⁵ DPD, p. XI.

O que chama a atenção no início desta sequência é como se trabalha a antecipação do lugar do próprio DPD: é uma obra que “se echaba de menos” – ou seja, se sentia falta dela – o que vai na direção de produzir um efeito de sentido segundo o qual ela viria a preencher um vazio, algo desejado, apesar da existência de outros dicionários de dúvidas aos quais acabamos de fazer novamente referência e aos quais, em parte, também se faz alusão no próprio DPD (ver sd10 “algunos de los manuales de corrección idiomática, diccionarios de dudas o libros de estilo existentes”) quando se falava da necessidade por parte dos falantes de sanar suas dúvidas.

A indeterminação desse “se”, na estrutura “se echaba de menos”, coloca em questão quem sentia falta de um dicionário nestes moldes: o falante? As próprias academias? Diversas instituições, dentre elas a escola? A mídia ou, mais precisamente, a imprensa? Notamos também em sd11 que o sujeito do discurso retoma a dúvida atribuída ao hispano-falante em sd9 e, de quantificar os “hispanohablantes” mediante o numeral “centenas”, passa a quantificar as dúvidas mediante o especificador “miles”. Ainda temos outra especificação para estas dúvidas, elas são *concretas* – modo de especificação que vamos passar a explorar em seguida – e “asaltan” o falante, isto é, ele é “surpreendido” por essa dúvida, o que marca o modo dela se apresentar e de se impor a esse sujeito da linguagem.⁸⁶ O surgimento da dúvida é afetado também pelo modo como o *site* da RAE (imagem 12) traz a possibilidade de realizar consultas linguísticas, logo abaixo dos campos de consulta dos dicionários.

⁸⁶ O modo como é usado o verbo assaltar nos leva pela metonímia do roubo a pensar: o que é roubado do falante? A segurança linguística? E nos remete a algo que já comentamos: a dúvida se apresenta na mais pura espontaneidade, ao menos, é esse o efeito de sentido que aí se produz.

The image shows a screenshot of the RAE website interface. It is divided into three main sections:

- Diccionarios:** A red header with a dropdown menu showing "Diccionario de la lengua española" and a search button with a magnifying glass icon.
- UNIDRAE:** A red header with the text "Envíe las propuestas relacionadas con el *Diccionario de la lengua española* a la Unidad Interactiva del DRAE." and a "Formulario" button.
- Consultas lingüísticas:** A dark blue header with the text "El Departamento de «Español al día» resuelve aquí las dudas de los hablantes sobre el uso correcto del español." Below this, it says "Envíe su consulta:" followed by three buttons: "Preguntas frecuentes", "Formulario", and "Twitter".

Imagem 12 - detalhe “Consultas Lingüísticas”⁸⁷

Como pode ser observado, o falante, além de poder consultar os dicionários no *site* da RAE, é interpelado, mediante a disponibilização de dois “formularios”, a consultar a Instituição. No primeiro, com o título “*Unidrae*” (destaques nossos), confirmamos a relação entre o DPD e o DRAE que já abordamos no capítulo 1, no qual, ao analisarmos a maneira pela qual o falante deve consultar os dicionários, observamos uma certa afirmação e primazia do DRAE sobre os outros dicionários passíveis de consulta – no *site* atual: o DPD e o DE. No segundo campo: “Consultas lingüísticas”, há um: “Envíe su consulta” e, além disso, antes, se deixa registro de que a indagação feita pelo falante será encaminhada ao departamento denominado “Español al día”⁸⁸, que, como já fizemos referência no capítulo 1, é o departamento responsável pela elaboração do DPD.

Esta disponibilidade da Instituição reforça um aspecto que, em parte, acabamos de abordar: a construção de uma relação entre Academia(s) (claramente marcada pela preponderância da RAE) e um falante, que se configura cada vez mais como um “consulente”

⁸⁷ Disponível em: www.rae.es

⁸⁸ Este departamento foi criado em 1998, mesmo ano da criação do *site* da RAE, segundo informação em: <http://www.rae.es/consultas-linguisticas/departamento-de-espanol-al-dia>, consultado em 10/11/2013. Ainda segundo esta página, recebe-se 50% de consultas de espanhóis, 40% de hispano-americanos e 10% de falantes de outros países, sendo a metade destes 10% referidas a consultas do Brasil e EUA.

– alguém que é assaltado por dúvidas e que precisa ter respostas para estas. A possibilidade de não somente tirar as dúvidas por meio do dicionário, mas poder “enviar propostas” faz com que em tal relação se abra um outro sentido. O funcionamento da Instituição, assim, mediante um canal instalado no *site*, se alimenta “pela dúvida que advém do falante” e pelo fato de se dispor a ajudá-lo. Esse circuito vai se estabelecendo, mediante os diversos gestos que abordamos, *imaginariamente*, como “o circuito da comunicação” (com o contato entre emissor e receptor que ele implica pelo canal que aí se abre), sentido (ou feixe de sentidos) altamente recorrente, sob uma modalidade eufórica, em discursividades contemporâneas vinculadas ao processo de globalização.⁸⁹ No entanto, pelo que dizemos e por aspectos que iremos abordando neste capítulo, muito mais do que favorecer a comunicação, diríamos que tal “circuito” funciona como um dispositivo de interpelação. No que ainda se refere a ele, devemos observar que, no *site* da ASALE, apesar da possibilidade de consulta aos dicionários – como já mostramos no capítulo 1 – não há um campo no qual o consulente possa enviar suas dúvidas – aspecto que é altamente significativo no processo de interpretação da relação RAE/ASALE que vimos realizando.⁹⁰

Voltando à sd 11, que retomamos para facilitar sua leitura

⁸⁹ Cabe ainda observar que o falante de espanhol tem mais um canal de comunicação com a instituição: o twitter (<https://twitter.com/RAEInforma>).

O circuito da comunicação – com o qual designamos “o esquema informacional” de que fala Pêcheux ([1969]2010) para denominar o construto de Jakobson, ao falar dos fatores constitutivos de quaisquer processos linguísticos – é o suporte aqui do funcionamento do campo “Consultas linguísticas” do *site* da RAE. E aí, sem ser submetido a uma discussão teórica, passa espontaneamente em total coincidência com o que ocorre, como dizemos no corpo do texto, em discursividades marcadas pela euforia do processo de globalização. Cabe observar que Jakobson (1963 apud PÊCHEUX [1969] 2010, p.80) argumenta que “a mensagem requer, enfim, um contato, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contato que permite estabelecer e manter a comunicação”. Essa concepção foi colocada em cheque por Pêcheux no referido texto, fundador da AD ([1969] 2010), no qual este autor argumenta que, ao invés de falar em “mensagem”, devemos pensar em *discurso*, e que este nada mais é do que “efeito de sentidos” entre interlocutores.

⁹⁰ E que está muito vinculado, como já veremos mais claramente, à relação entre o DRAE e outros dicionários.

Ainda a respeito da relação RAE/ASALE, no que tem a ver diretamente com a relação com o falante de espanhol, cabe observar que, quando tentamos consultar individualmente as outras 21 academias de língua o que encontramos é que delas, cinco não possuem *site* na *internet* (*Filipina, Guatemalteca, Hondureña, Nicaragüense e Peruana*); das 16 que o possuem, todas têm algum tipo de “canal de comunicação” para que os consulentes entrem em contato, mas em alguns dos *sites* o tipo de consulta não aparece explicitamente vinculado ao fato de que a consulta seja linguística – como sim acontece no *site* da RAE.

Se echaba de menos una obra que permitiera resolver, con comodidad y prontitud, los miles de dudas concretas que asaltan a los hablantes en su manejo cotidiano del idioma y donde las Academias pudiesen, al mismo tiempo, adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento, en especial en lo que atañe a la adopción de neologismos y extranjerismos, para que todo ello ocurra dentro de los moldes propios de nuestra lengua y, sobre todo, de forma unitaria en todo el ámbito hispano (destaque nosso).

observamos que se produz uma passagem interessante mediante um marcador: “al mismo tiempo”, que consideramos produtiva discursivamente pois permite que esse sujeito do discurso passe a falar da possibilidade da academia “adiantar-se” e oferecer, além das dúvidas que surpreendem o falante, *recomendaciones*, prevendo aquelas que surgiriam em consequência dos processos pelos quais a língua está passando “neste momento”. Há, na sequência, uma especificação dessas recomendações, que deveriam focalizar os “neologismos” e “extranjerismos”. Percebemos então que, a partir do movimento do *pré-construído* da dúvida “do falante” (a “concreta”), que se apresenta como “posta”, como “dada” e “como natural”, *se constrói* nesse intradiscurso⁹¹ algo que ainda não estaria “pronto” ou “posto” para que, no processo de repetição e de regularização da memória (ACHARD, 1999; e PÊCHEUX, 1999), passe a funcionar como pré-construído: trata-se, no caso, da recomendação da Instituição mediante a antecipação de um tipo específico de dúvida, que parece não ser “natural” e que, portanto, não “seria capaz de assaltar” o falante. De fato, as instituições estariam – como aparece materializado no fragmento “adelantarse a ofrecer recomendaciones” (sd11) – se adiantando sobre uma dúvida que não acontece, não “concreta”.

Ao término do fragmento temos uma estrutura final “para que *todo ello*”, e o desejo é que o a referência do fragmento que destacamos – que retoma tanto as soluções para as dúvidas “concretas” como as recomendações para dúvidas previstas pelas academias – aconteça nos “*moldes propios*” do espanhol, fragmento em que o sentido segundo o qual “a

⁹¹ Segundo Orlandi (2000, p. 32, 33), que trabalha a partir do que Pêcheux define como interdiscurso ([1988] 2009, p. 149) o intradiscurso é o “eixo horizontal” do discurso, ou seja, “aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.”. Este conceito relaciona-se, deste modo, com o de interdiscurso, que é justamente o “eixo vertical” do discurso, “onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos.”

língua possui moldes” funciona como pré-construído. A Instituição, se retomarmos a relativa explicativa (cf. HENRY [1975]1990, p.43) articulada em sd10 (“que tienen secularmente reconocida la competencia de fijar la norma lingüística para el mundo hispánico”)⁹², teria os recursos necessários para mostrar quais seriam tais moldes; isto nos permite dizer que a língua se projeta como *moldada* e se projeta, também, como vinculada à necessidade de manter sua *forma*.⁹³ Sobre esse *molde* (ou *forma*) se predica, mediante o sintagma introduzido por “sobre todo”, que o modo como ele deve ser mantido ou preservado deve ser “unitario en todo el ámbito hispánico” – o que retoma os objetivos da RAE (sd4⁹⁴) e da ASALE (sd5⁹⁵), que analisamos no capítulo 1 da presente dissertação.

Será produtivo ainda observar que a especificação “neologismos y extranjerismos” que abordamos em sd11 ocorre também, com um certo deslizamento, num item anterior à “Presentación”⁹⁶ que estamos analisando (ver imagem 11 na introdução deste capítulo, na qual reproduzimos o índice do DPD). Nele consta a seguinte formulação:

sd12: Los días 8 y 9 de octubre de 2004 se celebraron, en la sede de la Real Academia Española, dos sesiones de trabajo con los medios de comunicación para debatir las líneas fundamentales del DPD, *en particular el tratamiento de extranjerismos y topónimos* (destaque nosso).

A especificação do sintagma “neologismos y extranjerismos” de sd11 coincide em parte com o que ocorre na sd12: “extranjerismos y topónimos.”

⁹² Essa relativa, por ser explicativa, “enunciaria uma particularidade do que está em questão no discurso” (HENRY [1975] 1990, p. 43).

⁹³ Mobilizamos o significante “forma”, pelo equívoco produtivo que neste ponto é capaz de disparar. Consideramos importante observar algo que ainda tem a ver com a sequência que analisamos. Notamos que ao longo dos fragmentos que citamos da “Presentación” do DPD há três movimentos no que se refere ao modo de expressar o sujeito gramatical das sentenças e ao modo de vincular a ele outros objetos do mundo. No primeiro, aparece uma terceira pessoa que se refere ao falante da língua: em sd9 e sd10, ele se dirige à instituição e quer ouvir dela a resposta à dúvida. Num segundo movimento em sd 11, “se echaba de menos”, detectamos a marca de um sujeito indeterminado que pode referir tanto ao falante quanto à instituição e a série de outros sentidos que mobilizamos ao interpretar o equívoco que aí fica formulado. No terceiro movimento, ainda em sd11, enuncia-se “nuestra lengua”, apagando-se a assimetria entre o falante e a instituição e materializando-se aí, de nosso ponto de vista, um específico modo de interpelar o sujeito falante da língua espanhola.

⁹⁴ Na sd4 temos o fragmento: “no quiebren la esencial unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico.”

⁹⁵ Na sd5 temos o fragmento: “trabajar asiduamente en la defensa, unidad e integridad del idioma común.”

⁹⁶ Abaixo do item “Equipo de redacción” (DPD, p. VIII), antecipado no Índice como “Colaboradores”.

Consideramos pertinente observar que os três termos presentes nesses dois sintagmas (“neologismos”, “extranjerismos”, “topónimos”)⁹⁷ aparecem na lista de “cuestiones tratadas” (que será abordada na segunda parte deste capítulo), porém somente os dois últimos (“extranjerismos” e “topónimos”) são retomados em subitens que os tratam de modo específico e explanatório ao final desta seção do DPD: o subitem “Tratamiento de los Extranjerismos” e o “Tratamiento de los Topónimos”. Sobre os neologismos não consta uma seção específica.⁹⁸

De nosso ponto de vista, estas três especificações estão em relação direta nesse discurso porque representam, na nomenclatura, um tipo de “vocábulo” que coloca a questão da relação entre o espanhol e outras línguas, em diferentes espaços. O fato de especificar (em sd11⁹⁹) o tipo de vocábulos sobre os quais recaem as *recomendaciones* que farão as instituições – neologismos, estrangeirismos e topônimos – nos leva a crer que a preocupação da RAE/ASALE está focalizada na hegemonia da língua espanhola que se vê afetada pela relação com outras línguas, tanto no passado quanto no presente, como teremos ocasião de ver, sobretudo, na segunda parte desta dissertação.

Em sd11 colocou-se o que interpretamos que delimita um “espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2005) no qual se pretende que esse dicionário ressoe: “todo el ámbito hispánico”. Neste sintagma ressoa o significante “panhispánico” do título de nosso dicionário – que analisamos no capítulo 1 – e que aparece novamente na próxima formulação que recortamos, voltando ao item “Presentación”¹⁰⁰:

⁹⁷ No DPD, “Qué contiene el diccionario panhispánico de dudas”, p. XVIII. Retomaremos o debate sobre neologismos no capítulo 3, quando vincularemos os verbetes da letra “L” às categorias da lista de questões que aparece na página XVIII do DPD.

⁹⁸ Já cabe observar neste ponto que os elementos dessa série parecem apresentar fronteiras pouco delimitadas. Esta questão será oportunamente retomada.

⁹⁹ Retomamos o fragmento: “adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento, en especial en lo que atañe a la adopción de *neologismos* y *extranjerismos*” (destaque nosso).

¹⁰⁰ DPD, p. XII

sd13: El carácter *panhispánico* de este nuevo diccionario viene determinado tanto por su contenido – y, específicamente, por *la consideración de las variantes regionales* – como por su autoría. Han sido, en efecto, *las veintidós Academias* las que han definido sus líneas maestras y *trabajado codo a codo* durante más de cinco años en su aplicación y desarrollo (destaque nosso).

Observamos aqui como se projeta a língua, vinculada a “las variantes regionales”. Da maneira colocada, por se tratarem de “variantes”, interpretamos que se pressupõe uma língua central (a língua unitária almejada). Afirma-se ainda o caráter “panhispánico” do dicionário, tanto por seu conteúdo quanto por sua autoria.

No que se refere a essa afirmação, especificamente, no que diz respeito ao “conteúdo” do DPD, cabe dizer que não encontramos explicitações que enunciem se formas dessas variantes farão parte da nomenclatura. Não há referências ao longo do dicionário ou em seus textos introdutórios de como teria sido feita a seleção de vocábulos que constam na nomenclatura para considerá-la “panhispánica”, a única explicitação sobre fontes de citações refere-se às dos exemplos de uso que aparecem nos verbetes. Inclusive, há uma lista intitulada “obras y publicaciones periódicas citadas”, na qual enuncia-se que:

Las citas que se ofrecen en el cuerpo del diccionario se han extraído, en su mayoría, de los corpus de la Real Academia Española, tanto del CREA (Corpus de referencia del español actual) como, en menor medida, del CORDE (Corpus diacrónico del español), consultables ambos en la página electrónica www.rae.es; por esa razón, solo se indica la página en las citas de obras no recogidas en los corpus académicos.¹⁰¹

É a questão da autoria a que se coloca novamente, investindo na necessidade de repetir para que esse (novo) sentido se regularize: salienta-se aí mediante “en efecto” o trabalho realizado, que recebe os sentidos desse especificador de modo: “codo a codo – ou seja, “lado a lado”, “em conjunto”, “de comum acordo”¹⁰² – e do marcador de tempo: “durante más de cinco años” –, das 22 academias. Fica reforçada, assim, a tarefa realizada “de comum acordo” na relação RAE/ASALE. Porém, no que se refere à autoria, este é o único momento no qual a

¹⁰¹ DPD, p. 773.

¹⁰² Colocamos a expressão em relação com os sentidos que pode ter em português de acordo com o verbete que consta no *Dicionário Bilingue de Uso*, 2v., Español-Portugués. Portugués-Español. González, NeideMaia; Moreno, Francisco. Arco Libros: 2003.

dicotomia “la Academia” (a RAE) e “las academias” (as outras 21 da ASALE), das sd1 e sd2 do capítulo 1 – e que reapareceu neste, materializadas mediante outras formas¹⁰³ – se dissolve, aparecendo o sintagma “las veintidós academias”. Consideramos conveniente observar este fato pois aparece justamente quando se afirma que o dicionário considera as variantes regionais.

Temos uma próxima formulação, a imediatamente seguinte na “Presentación” ao recorte que fizemos em sd12, na qual se coloca que, além da “norma establecida” sobre a qual o DPD se propõe a fazer esclarecimentos (esclarecer as dúvidas, segundo interpretamos), o dicionário tratará de “lo no fijado”, fazendo “propuestas”:

sd14: Se propone el Diccionario panhispánico de dudas *aclarar la norma establecida* y atender a la vez a lo que algunos lingüistas llaman “norma en realización”; de ahí que oriente también sobre lo *no fijado* y *formule propuestas guiadas* por la prudencia y *el ideal de unidad lingüística* (destaque nosso).

Veja-se que não são quaisquer propostas¹⁰⁴, elas são “guiadas por la prudencia y el ideal de unidad lingüística”: nessa estrutura volta a aparecer “o ideal de unidade” (que aparecia nos estatutos abordados no capítulo 1), como segundo termo da coordenação. Já no primeiro, emerge algo que nos chama a atenção: o sintagma “la prudencia” que consideramos produtivo colocar em relação com o verbete correspondente do DRAE, do qual nos parece que vale a pena recortar a seguinte série de sentidos que esse significante parece disparar em nosso fragmento: “cautela”, “sensatez” e “buen juicio” e “una de las cuatro virtudes cardinales, que consiste en discernir y distinguir lo que es bueno o malo, para seguirlo o huir de ello”.¹⁰⁵ Esta

¹⁰³ Em sd9 temos: “a la Real Academia Española, o a cualquier otra de las que con ella integran la Asociación de Academias de la Lengua Española”.

¹⁰⁴ Abordaremos, como já dito, aspectos relativos a tais propostas na segunda parte do presente estudo.

¹⁰⁵ O verbe completo do DRAE é o seguinte:

“prudencia.

(Del lat. *prudētia*).

1. f. Templanza, cautela, moderación.

2. f. Sensatez, buen juicio.

3. f. *Rel.* Una de las cuatro virtudes cardinales, que consiste en discernir y distinguir lo que es bueno o malo, para seguirlo o huir de ello.” (destaque do DRAE)

última formulação é realmente muito expressiva e atinge sentidos que, de nosso ponto de vista, estão presentes na materialidade do fragmento que analisamos, carregando as tintas num plano que se apresenta como “moral” – como uma questão de princípios ou de valores que devem ser respeitados – para deslocar, assim, os efeitos dos gestos que a Instituição exerce e que são de caráter eminentemente político, porque implicam um jogo de inclusões e exclusões – que é como Guimarães (2005, p.16-17) define o “político” – “sobre o corpo da língua”.

Após aparecer o sintagma que designa as instituições – “las veintidós academias” (sd12) –, detectamos uma formulação que vai na contramão da direção dos sentidos instaurados por esse modo de dizer, sendo retomado mais uma vez o papel protagonista da RAE que detectamos no capítulo 1 e confirmamos em outros momentos do presente capítulo:

sd15: El texto básico del Diccionario panhispánico de dudas fue *aprobado* el 13 de octubre de 2004, en una sesión plenaria conjunta de la *Real Academia Española y de la Asociación de Academias* presidida por SS. AA. RR. los príncipes de Asturias en el *Monasterio de Yuso* de San Millán de la Cogolla (destaque nosso).¹⁰⁶

Neste ritual de “aprovação” do dicionário, chamam nossa atenção dois fatos. O primeiro é a presença de membros da família real espanhola num ato de “aprovação” do dicionário, o que faz ressoar sentidos vinculados à criação da RAE¹⁰⁷, sobre a qual falamos no capítulo 1, e, portanto, ao Estado imperial. Diante dos sentidos explicitados, e de acordo com Ludmer (2010), a estrutura do império continua no “território da língua”¹⁰⁸ E, também, levando em consideração que o rei continua sendo patrono da RAE (cf. a constituição espanhola)¹⁰⁹, ressoa aqui a relação desta Instituição com o Estado espanhol. O segundo fato que nos chama

¹⁰⁶ DPD, p. XII

¹⁰⁷ Lembramos que foi criada em 1713 pelo Marques de Villena e “quedó aprobada oficialmente su constitución mediante una real cédula del rey Felipe V.”. Disponível em: <http://www.rae.es/la-institucion/historia/orígenes#sthash.WxU2uD3V.dpuf>. Consultado em 20/11/2013.

¹⁰⁸ De nossa perspectiva, na materialidade de sd15 ressoa, também, o enunciado fundador (Orlandi, 1993, p.15), pronunciado em 1592, segundo o qual “Siempre la lengua fue compañera del imperio” (NEBRIJA, 1992, ps. 98-99).

¹⁰⁹ Segundo o artigo 62 dessa constituição, “Corresponde al Rey”, “El Alto Patronazgo de las Reales Academias”.

a atenção é o lugar no qual a cerimônia é realizada. Trata-se do Monastério de Yuso, que, segundo pode ser lido em sua página eletrônica¹¹⁰, “se ha convertido en el símbolo del nacimiento de la lengua castellana”. De novo detectamos uma ressonância, no caso, a do lema da ASALE que abordamos no capítulo 1 – “Una estirpe, una lengua y un destino” –, pela importância dada às origens e a manter uma relação de tradição.

A última formulação que analisaremos da “Presentación”¹¹¹ e que encerra essa sessão do DPD é a que segue:

sd16: Todo ello es hoy realidad gracias al generoso mecenazgo de *Telefónica*, que, en sintonía con su identidad de empresa de comunicación especialmente asentada en el mundo hispanohablante, *vio en este proyecto un instrumento eficaz para reforzar la unidad del idioma* y el complemento indispensable del servicio de “Español al día”, de la Real Academia Española, que con su ayuda hace también posible (destaque nosso).¹¹²

Após a afirmação feita em sd15, na qual ressoa todo o passado da RAE e sua tradição, há em sd16 um fato novo: o patrocínio de uma empresa privada. Tomando a sentença que se forma pelo recorte de nosso destaque: “Telefónica vio en este proyecto un instrumento eficaz para reforzar la unidad del idioma”, vemos como esse nome próprio, “Telefónica”, traz a questão da contemporaneidade e do Mercado. Fanjul (2011, p. 318) analisa a relação entre o Estado espanhol e as empresas privadas, afirmando que existe atualmente uma “tentativa de centralização”, “protagonizada e sustentada fundamentalmente por um conjunto de empresas de capital transnacional, como Telefónica, Repsol ou o Banco Santander” – o que leva o autor a concluir (ibid.) que tal tentativa está “centrada em setores de poder no campo político e econômico da Espanha.”

O fato da “Telefónica” estar presente na capa do DPD nos faz retomar o fragmento de sd10, segundo o qual a Instituição vai: “adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los

¹¹⁰ <http://www.monasteriodesanmillan.com/yuso/cuna.html>, consultado em 01/10/2013.

¹¹¹ DPD, p. XII.

¹¹² Esclarecemos que “mecenazgo” em espanhol refere-se à “patrocínio” em português.

procesos que está experimentando el español en este mismo momento”; nesse sentido, inferimos que os processos aos que se faz referência aí podem ter relação com o fator Mercado ou – como diz Fanjul – com os “setores de poder”, e eles se vinculam ao fato de que a língua espanhola vem sendo considerada como “recurso econômico”.¹¹³ Evidentemente, a série de sentidos disparados por este sintagma se faz presente em nossa sequência ao colocar o nome de uma empresa privada, também como interessada na unidade do espanhol. Além disso, o DPD fica ainda mais vinculado ao objetivo “reforzar la unidad del idioma”, ao ser predicado como um “instrumento eficaz” para isso. O verbo mobilizado neste sintagma: “reforzar” implica que, de acordo com o sujeito deste discurso, tal unidade já existe, funcionando aí como um pré-construído – como já vimos em sd11. O papel da Instituição é mantê-la, já que as academias, como já vimos na relativa explicativa (HENRY([1975]1990, p.43), de sd10 são as: “que tienen secularmente reconocida la competencia de fijar la norma lingüística para el mundo hispánico”.

2. Sobre os tipos de dúvidas

Agora que já temos algumas pistas de como surge a dúvida no DPD, traremos formulações com as quais tentaremos interpretar o sentido dos dois tipos de dúvidas que o

¹¹³ Como foi apresentado por Óscar Berdugo, diretor da “Asociación para el progreso del Español como recurso económico” em seu discurso, o “Español recurso económico” no II Congreso Internacional de la Lengua Española, que aconteceu em 2001 em Valladolid, e pode ser lido em http://congresosdelalengua.es/valladolid/ponenciasactivo_del_espanol/1_la_industria_del_espanol/berdugo_o.htm. Tal associação foi criada em 1996, segundo texto disponível em: http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/ponencias/activo_del_espanol/1_la_industria_del_espanol/berdugo_o.htm#Arriba. Hoje em dia atua pelo nome: “ASOCIACION EDUESPAÑA PARA EL PROGRESO DEL ESPAÑOL COMO RECURSO ECONOMICO Y ESTRATEGICO”, cujo site: http://www.eduespa.org/quienes_somos.asp traz a formulação seguinte: “es una organización reconocida como entidad colaboradora por la secretaría de Estado de Comercio Exterior, dependiente del Ministerio de Comercio y Turismo del Gobierno de España”.

DPD se propõe a resolver e que ficaram delimitados no item anterior. Nesse ínterim, começamos pelo item subsequente à “Presentación”, que se denomina “Qué es el Diccionario panhispánico de dudas” (como pode ser visto na imagem 11) e dele recortaremos, em seguida, as sequências discursivas que acreditamos serem produtivas para nosso estudo. Os subitens desta seção do dicionário são: “Propósito”; “Destinatarios”; “Carácter normativo”; “La norma culta”; “Respuestas matizadas” e “Tratamiento de las variedades lingüísticas”.¹¹⁴

Iniciamos trazendo a primeira formulação do subitem “Propósito”¹¹⁵ (DPD, p. XIII), no qual a designação “dudas” é retomada e submetida a uma nova especificação. Vejamos a sequência:

sd17: El diccionario panhispánico de dudas se propone servir de *instrumento eficaz* para todas aquellas personas interesadas en mejorar su conocimiento y *dominio de la lengua española*. En él se da respuesta a las *dudas más habituales* que plantea el uso del español en cada uno de los planos o niveles que pueden distinguirse en el análisis de los elementos lingüísticos, [...] *a la vez que se ofrece orientación sobre el uso de neologismos y extranjerismos* (destaque nosso).

O que primeiramente nos chama a atenção, neste fragmento, é a repetição do sintagma “instrumento eficaz”, que acabamos de ver em sd16. Também gostaríamos de dar destaque para o modo pelo qual se coloca o sintagma “dominio de la lengua española” que certamente materializa uma antecipação (no caso, atribuída ao falante) que, mais uma vez, funciona no sentido de interpelar o sujeito da linguagem a perseguir “el ideal” da língua de sd14.

Após enunciar este objetivo mais amplo, passa-se a especificar o modo como será implementado: “dar respuesta a las dudas más habituales [...] a la vez que se ofrece orientación sobre el uso de neologismos y extranjerismos.” Retomamos a seguir – para que o

¹¹⁴ Como pode ser visto no Anexo B.

¹¹⁵ .. DPD, p. XIII.

leitor possa acompanhar melhor nossa análise – a sd11, lembrando que ali aparecia o sintagma “dudas concretas”¹¹⁶:

Se echaba de menos una obra que permitiera resolver, con comodidad y prontitud, los miles de dudas concretas que asaltan a los hablantes en su manejo cotidiano del idioma y donde las Academias pudiesen, al mismo tiempo, adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento, en especial en lo que atañe a la adopción de neologismos y extranjerismos, para que todo ello ocurra dentro de los moldes propios de nuestra lengua y, sobre todo, de forma unitaria en todo el ámbito hispano (destaque nosso).

Pensamos que esse sintagma ressoa no fragmento “dudas más habituales”, de sd17, e que este último retoma e intensifica o processo – já detectado – que vai dando para a “duda” um caráter de existência, de evidência, que a vai normalizando como algo “dado” e/ou “natural”. Tudo isso caminha na direção de também justificar a publicação do dicionário, que é afetado pelos sentidos de normalização e de naturalização de que falamos, ainda mais quando se diz que ele é projetado como “instrumento eficaz”.

Além disso, na sd17 é retomado um sentido que também detectamos ao abordar a sd11, sequência na qual já observávamos a projeção das dúvidas do título do DPD como “dúvidas concretas” e como “recomendações”; de fato, fica explícito que além das “dudas concretas” serão tratadas outras. Vejamos isto em detalhe. Em sd11, aparecia o marcador “al mismo tiempo”, aqui reescrito como “a la vez”; e, no segundo membro da coordenação produzida por esse marcador, ocorria o fragmento que destacamos: “adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento”. Na sd17, esse segundo membro aparece reescrito como “se ofrece orientación sobre el uso de neologismos y extranjerismos”, que interpretamos como uma especificação da referência mais genérica que aparecia na sd11 (“adelantarse a ofrecer recomendaciones”).

¹¹⁶ Neste ponto, achamos interessante colocar em relação o adjetivo “concretas” com alguns dos sentidos que aparecem no verbete do lexema “concreto”, em sua primeira acepção no DRAE: “Dicho de un objeto: Considerado en sí mismo, particularmente en oposición a lo abstracto y general, con exclusión de cuanto pueda serle extraño o accesorio”.

Ao perguntar-nos sobre quais seriam os processos que está experimentando o espanhol, além do que já abordamos em sd15 – o espanhol como recurso econômico – pensamos, como já antecipamos neste mesmo capítulo, na relação que o espanhol mantém – num espaço de enunciação que regularmente é vinculado ao processo designado como de “globalização” – com outras línguas na contemporaneidade, especialmente com a língua inglesa, como veremos na segunda parte da presente dissertação. Parece que essa relação – afetada pelo processo de aceleração que os suportes digitais impõem às mídias, para citar um dos possíveis exemplos¹¹⁷ – poderia estar afetando o que as academias consideram importante tratar num dicionário de dúvidas, já que os tipos de vocábulos mencionados – “neologismos y extranjerismos” na sd17 – se relacionam exatamente com as formas que, segundo essa autoria institucional, como veremos ao abordar a nomenclatura, passam a ser tratadas como podendo (ou não) – e até como “não devendo” – ser usadas no espanhol.

Continuando a análise da seção: “Qué es el diccionario panhispánico de dudas”, item, “Destinatarios”¹¹⁸, recortamos uma formulação significativa:

sd18: El Diccionario panhispánico de dudas se dirige tanto a quienes buscan resolver con rapidez una duda concreta y, por consiguiente, están solo interesados en *obtener una recomendación de buen uso*, como a quienes desean *conocer los argumentos que sostienen esas recomendaciones* (destaque nosso).

Inferimos que aqui vai sendo construída a imagem do “sujeito que duvida” (do sujeito da dúvida); nesse sentido, a locução correlativa “tanto/como” dá a entender que existem falantes que querem resolver a dúvida “con rapidez”, mas existem outros para os quais isto não basta, para estes é necessário argumentar as razões da solução recomendada pela Instituição.¹¹⁹ E, no caso, o dicionário estaria preparado para sanar as dúvidas de todos eles.

¹¹⁷ Estamos querendo aludir a uma questão que deve ser crucial, como preocupação, para essa Instituição: como “controlar” a “unidad” dessa língua que “transborda” na Internet?

¹¹⁸ DPD, p. XIII.

¹¹⁹ Na análise do recorte de verbetes da letra “L” no capítulo 3 do presente estudo tentaremos ver como funciona esta “argumentação” por parte da instituição na materialidade dos verbetes.

O fato de haver falantes com diferentes necessidades transforma a resolução da dúvida em algo ainda mais necessário, dando mais peso para a mesma. Essas marcas que vamos detectando entram no já referido processo pelo qual a dúvida é apresentada como o “sempre-já-aí” (PECHEUX, 2009, p.151), isto é, como o pré-construído sobre o qual interpretamos que se baseia a publicação do DPD.

No próximo fragmento que recortamos, do subitem “La norma culta” (p. XIV), notamos que haverá no DPD não somente recomendações, mas também que se argumentará para resolver a dúvida, o que entra em relação com o que acabamos de ver em sd18:

sd19: [...] el Diccionario panhispánico de dudas trata de *orientar al lector* para que pueda *discernir, entre usos divergentes*, cuáles pertenecen al *español estándar* (la *lengua general culta*) y cuáles están *marcados* geográfica o socioculturalmente (destaque nosso).

Interpretamos que, do modo como é posto, a Instituição “orienta” e o sujeito “discerne”; no entanto, observamos que o sujeito é aí *interpelado*, e nessa interpelação, a oposição que aparece entre as formas que “pertenecen al *español estándar* (la *lengua general culta*)” e as que “están *marcados* geográfica o socioculturalmente” não parece ir na direção de favorecer a identificação por parte desse sujeito com os sentidos colocados no segundo membro dessa disjunção. Aparecem aí privilegiados, pelos próprios modos de dizer, os que se vinculam ao primeiro de ambos membros.

De fato, coloca-se o sintagma “español estándar” em relação com uma parentética que o explica como “la *lengua general culta*”, em oposição ao “que estaria marcado”: novamente aparece aí uma antecipação de língua “una”, o que nos remete à normatividade do dicionário, e nos leva a trazer a próxima sequência discursiva, que se encontra no subitem “Carácter normativo” (p. XIV):

sd20: El diccionario panhispánico de dudas *es un diccionario **normativo*** en la medida en que sus juicios y recomendaciones están *basados en la **norma*** que regula hoy el *uso correcto de la lengua española* (negrito do DPD, itálico nosso).

O que vemos na sd20 é que quando o dicionário se coloca como normativo, o “buen uso” de sd18 é retomado aqui como “el uso correcto”, alimentando um imaginário de que há algum outro que não o é. Diz-se também que é a norma que regula o uso correto, isto é, a norma existe e rege o uso da língua. Porém, na próxima sd que recortamos a “norma” é colocada em relação com outros sentidos:

sd21: La *norma* no es sino el *conjunto de preferencias* lingüísticas vigentes en una comunidad de hablantes, *adoptadas por consenso implícito* entre sus miembros y convertidas en modelos de buen uso. Si no existiera ese conjunto de preferencias comunes, y cada hablante emplease sistemáticamente opciones particulares, la comunicación se haría difícil y, en último extremo, imposible. La norma surge, pues, del uso comúnmente aceptado y se impone a él, *no por decisión o capricho de ninguna autoridad lingüística*, sino porque asegura la existencia de un código compartido que preserva la eficacia de la lengua como instrumento de comunicación (destaque nosso).

Nesta sd, a academia vem ao encontro do que afirma Lara (2009, p. 55), ou seja, o valor da unidade da língua procede de um “consenso social, definido por la necesidad de entenderse los miembros de la comunidad lingüística”. O autor continua, observando sobre o conceito de norma: “Las normas que concretan este valor, que se producen en el seno de la sociedad, son de más difícil reconocimiento, pero de mayor poder. Éstas son normas no prescriptivas, muchas veces implícitas en el comportamiento de las sociedades.” Entretanto, esse estudioso também afirma: “Cuando la Academia formula normas ortográficas y gramaticales, establece normas prescriptivas”. E isso é justamente o que está fazendo a Academia no DPD quando “oferece recomendações” que se referem às “dudas concretas” dos falantes e ainda, se antecipa, prescrevendo sobre “usos” que ainda não têm o mútuo consenso dos membros da sociedade. Contudo, afirma-se, ainda neste fragmento de sd21, que a “norma surge, no por decisión o capricho de ninguna autoridad lingüística”, sendo que esta negação traz à tona,

conforme Indursky (1997, p. 213), algo que justamente poderia ser afirmado neste discurso, porque nele seria verosímil: que é a autoridade linguística a que define sobre a norma – e nem sempre respeitando o uso mais impondo seus valores e decisões.

Na próxima sd que trazemos, recortada ainda da seção: “Qué es el diccionario panhispánico de dudas”, item “Respuestas matizadas”, (DPD, p. XV), destacamos uma nova relação: a que se estabelece entre “duda”/ “inseguridad lingüística”, que seria, de acordo com o sujeito do discurso do DPD, consequência de haver em espanhol “mais de um modo de expressão”:

sd22: La *mayoría de las dudas e inseguridades lingüísticas* que tienen los hablantes nacen, precisamente, de la *perplejidad* que les produce encontrarse con *modos de expresión distintos de los suyos*. Desean saber, entonces, cuál es el uso “correcto”, suponiendo, en consecuencia, que los demás no lo son (destaque nosso).

Temos aqui um gesto que projeta a insegurança e a dúvida como próprias do falante, este as “tem”, o que implica mais um momento de naturalização da dúvida. Ainda de acordo com esta sequência discursiva, a dúvida “nace”, reforçando o imaginário de que a dúvida é natural, surge, “assalta” o falante, como já apontamos em alguns momentos do presente capítulo. Supõe-se ainda que é o sujeito quem, com determinação, deseja conhecer o uso correto, separando-o daqueles que “no lo son”.

De acordo com esta sequência discursiva, o sujeito, aqui considerado como falante, é afetado pela dúvida, a insegurança e a perplexidade diante do funcionamento de certas formas linguísticas, especialmente daquelas que implicam uma “alteridade”. A Instituição coloca tal “inseguridad lingüística” como se fosse inerente aos sujeitos e, também, atribui naturalmente a estes o desejo de saber o que é *correcto*, que gera a dúvida constante.

Trazemos mais um trecho, ainda da sessão “Qué es el Diccionario Panispánico de Dudas”, subitem “Tratamiento de las variedades lingüísticas” (p. XVI), pois justamente aí ocorrem as denominações “norma española” e “norma americana”, marcas que até o momento

não tinham aparecido no DPD. Nelas ressoa a relação da norma com os “modos de expresión distintos” da sed 22, num momento no qual se vincula o binômio correto/não correto ao funcionamento da heterogeneidade linguística:

sd23: Por la misma razón, *se reconocen*, cuando existen, *las divergencias entre la norma española y la norma americana*, o entre la norma de un determinado país o conjunto de países y la que *rige* en el resto del ámbito hispánico, *considerando en pie de igualdad y plenamente legítimos los diferentes usos regionales*, a condición de que estén generalizados entre los *hablantes cultos* de su área y *no supongan una ruptura del sistema de la lengua que ponga en riesgo su unidad* (destaque nosso).

Esta sequência, então, apresenta a oposição norma espanhola / norma americana, na qual, de nossa perspectiva, ressoa não apenas a relação *RAE/ASALE*, mas também o binômio Espanha / Hispano-América que detectamos no capítulo 1. Destacamos, também, a afirmação de que há uma só norma que “rige” a língua. Tenta-se amenizar o fato de considerá-la “una” sustentando que as outras variantes são consideradas, desde que estas não quebrem “o” sistema da língua, o que colocaria em risco sua “unidad”. Esta imagem que vem sendo construída ao longo do discurso que analisamos pressupõe uma língua ideal, correta e unitária, ou seja, uma língua imaginária, como define Orlandi (2009, p.18)¹²⁰:

A língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem tem produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua.

Esta tentativa, a todo custo, de “unidad” – que implica a noção de língua como una e sem falhas – não leva em conta a heterogeneidade constitutiva do seu funcionamento, como afirma Mariani (2000, p.05).

¹²⁰ Esta noção de língua imaginária se contrapõe à de língua fluída, que, ainda segundo Orlandi (idem) é a “língua movimento”, a que “podemos observar quando focalizamos os processos discursivos”, a que: “não tem limites. Fluida.”

Ao longo deste item, podemos reforçar nossa ideia de que no DPD são projetados dois tipos de dúvida, a “concreta” (em sd11), que retorna especificada como “habitual” (em sd17), e aquela sobre a qual a Instituição vai realizar “recomendações” (em sd11) e sobre a qual vai “ofrecer orientación” (em sd17). Esta segunda não aparece projetada como uma dúvida existente, ela é projetada, no sentido do que na AD se considera uma “antecipação imaginária” (PÊCHEUX, [1969] 2010). E esta antecipação funciona – com toda a eficácia do imaginário, como poderíamos dizer tomando como base formulações de Orlandi (2005) – também no sentido de justificar certos processos de regulação por parte da Instituição que permitam que ela se antecipe à dúvida ainda não colocada pelo falante oferecendo “recomendações”.¹²¹ De fato, com relação a este segundo tipo de dúvida, já chegamos a interpretar que não funciona como pré-construído (não se apresenta como uma “evidência” para o falante que aí está sendo interpelado) e que, pelo gesto ou movimento de a Instituição “se antecipar” “recomendendo” e “orientando” na textualidade do DPD, poderá vir a se regularizar – e, arriscamos, começar a “assaltar naturalmente” o falante. Por enquanto, ela está sendo *construída* no fio de intradiscurso, para se instituir em “dúvida”, para “prosperar” como dúvida na memória discursiva.

De nossa perspectiva, então, é possível neste ponto delimitar clara e especificamente esses dois tipos de dúvida que vem se perfilando no discurso do DPD: a *duda concreta*; e a antecipada pela própria Instituição, como vimos nas sd's 11, 12 e 17, que passaremos a denominar “potencial”, explorando a oposição que construímos com relação à designação “duda concreta”. De fato, ela não é “ainda” uma dúvida deste tipo, ela surge – como já dissemos – porque a academia a “antecipa” e “se antecipa” sobre algo que o sujeito poderá (e, como resultado da forte interpelação, começará a sentir como um dever) vir a perguntar ou buscar. Segundo Pêcheux ([1969] 2010, p. 76-77), a “antecipação *do que o outro vai pensar*

¹²¹ Lembremos o que se dizia em sd11: “adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento”.

parece constitutiva de qualquer discurso” (destaque do autor) e o autor segue argumentando que a “habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o 'espera'”. Inferimos que a habilidade da Instituição em antecipar as dúvidas e recomendar é decisiva a modo de continuar interpelando o sujeito a buscar o ideal da língua unitária – que, como já dissemos em várias oportunidades, aparece como pré-construído no discurso que abordamos. Nesse movimento, o sujeito do discurso abre uma posição e espera que o falante, como “bom sujeito” (Pêcheux, 2009, p. 199), venha a ocupá-la.

Essas dúvidas projetadas pela Instituição – as “potenciais” – parecem ter relação, a partir do que vimos nas sd11¹²², sd12¹²³ e sd17¹²⁴, com os processos pelos quais o espanhol estaria passando neste momento. Pudemos ver ainda neste capítulo que tais processos se relacionam com dois fatos: 1) o espanhol como um recurso econômico e 2) a relação do espanhol com outras línguas num espaço de enunciação ampliado (cf. ZOPPI-FONTANA, 2009), com frequência designado como “um mundo” afetado pela “globalização”. O primeiro fato pode ser observado no momento em que nesse discurso aparece o patrocínio de uma empresa privada – no caso, a Telefónica (sd16) – da qual se predica que estaria interessada em manter a unidade do espanhol. O segundo fato se coloca quando a Instituição afirma que vai *recomendar* usos sobre “neologismos”, “extranjerismos” e “topónimos”.¹²⁵

¹²² *Se echaba de menos una obra que permitiera resolver, con comodidad y prontitud, los miles de dudas concretas que asaltan a los hablantes en su manejo cotidiano del idioma y donde las Academias pudiesen, al mismo tiempo, adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento, en especial en lo que atañe a la adopción de neologismos y extranjerismos, para que todo ello ocurra dentro de los moldes propios de nuestra lengua y, sobre todo, de forma unitaria en todo el ámbito hispano* (destaque nosso).

¹²³ Los días 8 y 9 de octubre de 2004 se celebraron, en la sede de la Real Academia Española, dos sesiones de trabajo con los medios de comunicación para debatir las líneas fundamentales del DPD, *en particular el tratamiento de extranjerismos y topónimos* (destaque nosso).

¹²⁴ El diccionario panhispánico de dudas se propone servir de *instrumento eficaz* para todas aquellas personas interesadas en mejorar su conocimiento y *dominio de la lengua española*. En él se da respuesta a las *dudas más habituales* que plantea el uso del español en cada uno de los planos o niveles que pueden distinguirse en el análisis de los elementos lingüísticos, [...] *a la vez que se ofrece orientación sobre el uso de neologismos y extranjerismos* (destaque nosso).

¹²⁵ Daqui para frente nos referiremos a estes três vocábulos em uma coordenação própria.

A partir de nossa interpretação dos dois “tipos” de dúvidas de que falamos – a *concreta* e a “potencial” – trazemos para análise a seção do DPD na qual se elencam os tópicos abordados em sua nomenclatura, denominado: “Cuestiones tratadas”¹²⁶, sintagma que interpretamos como uma especificação do significante “dudas” que aparece no título do dicionário. Esta lista é introduzida pelo seguinte enunciado¹²⁷:

sd24: Los artículos del diccionario dan respuesta a cuestiones lingüísticas de muy diverso tipo:

Há aqui um jogo entre a indeterminação em “muy diverso tipo”, e de determinação pela especificação da própria lista, que transcrevemos abaixo. Esclarecemos que numeramos cada “categoria” citada a fim de facilitar sua referência posterior:

sd25:

1. Letras del abecedario y sonidos que representan.
2. Uso de la tilde.
3. Palabras con doble acentuación admitida.
4. Palabras de acentuación dudosa o frecuentemente errónea.
5. Verbos que plantean dudas sobre la acentuación de algunas de las formas de su conjugación.
6. Palabras con variantes gráficas admitidas.
7. Vulgarismos gráficos frecuentes.
8. Voces o locuciones que admiten o rechazan su escritura en una o en varias palabras.
9. Uso de los signos ortográficos.
10. Uso de mayúsculas y minúsculas.
11. Escritura y uso de abreviaturas, siglas y símbolos.
12. Escritura y uso de distintas clases de numerales (cardinales, ordinales, fraccionarios y multiplicativos).
13. Uso de números arábigos y romanos.
14. Expresión de la fecha y de la hora.
15. Latinismos simples y locuciones latinas de uso frecuente.
16. Palabras que plantean dudas sobre su género gramatical o sobre su forma de femenino.
17. Palabras que plantean dudas sobre su forma de plural.
18. Superlativos Irregulares.
19. Parejas de adverbios como *adelante/delante, adentro/dentro, afuera/fuera*, etc.
20. Adjetivos y adverbios que plantean dudas en el uso de sus comparativos (mayor/más grande, menor/más pequeño, peor, mejor, etc.)
21. Pronombres y adverbios relativos e interrogativos.
22. Pronombres personales átonos y tónicos.

¹²⁶ “Qué contiene el diccionario panhispánico de dudas”, p. XVIII.

¹²⁷ DPD, p. XVIII.

23. Dudas relacionadas con el uso del artículo.
24. Dudas sobre concordancia nominal y verbal.
25. Verbos irregulares.
26. Verbos regulares que plantean dudas de construcción y régimen.
27. Voseo.
28. Dequeísmo y queísmo.
29. Leísmo, laísmo y loísmo.
30. Distinción y uso de las oraciones impersonales y de pasiva refleja.
31. Forma y uso de numerosas construcciones y locuciones.
32. Voces de forma similar, pero sentido diverso, que se confunden con frecuencia en el uso.
33. Calcos semánticos censurables.
34. Neologismos.
35. Extranjerismos de uso corriente en español.
36. Topónimos y gentilicios de grafía dudosa o vacilante (numeração nossa).

Apesar de se tratarem de textualidades diferentes, vamos tomar como ponto de partida para esta análise a que Guimarães (2005, p.12-15) realiza sobre o índice de uma revista. O autor afirma (idem):

Uma análise tradicional deste índice procuraria observar seu aspecto meramente informativo. Ou seja, o índice diz ao leitor quais são as matérias da revista e em que páginas elas estão. Do meu ponto de vista há aí bem mais do que isso.

No caso de Guimarães (ibidem), ele analisa uma revista e, por isso, se refere a seu índice, e assevera que neste índice há bem mais que informações sobre os artigos que constam nela, pois a ordem pela qual são colocados faz com que signifiquem de um modo e não de outro. O autor (ibidem), prossegue, afirmando: “E tudo isso projeta sentidos futuros, sentidos capazes de movimentar, inclusive, outras enunciações” e – como nós poderíamos acrescentar – capazes de afetar o funcionamento de futuros modos de dizer, excluindo outros. Pensamos, a partir do que diz Guimarães (ibidem), que o fato que haver uma lista que elenca os tópicos que serão tratados no DPD também significa e projeta sentidos, antecipando o que o sujeito deste discurso afirma que será tratado no dicionário e afetando o modo como o falante da língua se relaciona com o dicionário.

Como uma primeira observação, dizemos que há no item “Cuestiones tratadas” uma série de gestos que regulam sobre regiões da língua que são submetidas a uma organização

(no sentido de Orlandi [1996]); isto é, a uma “classificação” e a um “ordenamento” dessa língua em relação com outras (“extranjerismos”, por exemplo), dessa língua em seu vínculo com diversas práticas (a escrita, por exemplo) e, também, com os vários sujeitos que habitam os diversos espaços de enunciação nos quais ela funciona e que a submetem ao real da heterogeneidade, como, por exemplo, seria no caso do “laísmo”, do “leísmo”, etc. Aliás, todos os vocábulos que terminam com esse sufixo (*-ismo*) podem ser colocados em relação com termos como “americanismos”, “chilenismos”, “mexicanismos” e até “vulgarismos”, sendo que estes submetem o funcionamento dessa mesma língua a qualificações que, de alguma forma, já operam com força regulatória.

A lista abrange 36 (trinta e seis) tipos de dúvidas diferentes e, no DPD, não encontramos indicação nenhuma sobre sua ordem.¹²⁸ Podemos começar apontando que há nela uma vacilação entre o específico e o geral:

- a) como dúvidas que nos parecem bastante específicas teríamos os casos de: “Palabras con doble acentuación admitida”, “Palabras de acentuación dudosa o frecuentemente errónea” e “Verbos que plantean dudas sobre la acentuación de algunas de las formas de su conjugación”. Todas essas categorias poderiam ser agrupadas em uma só, para a qual sugeriríamos o nome de “Uso de la tilde”;
- b) como dúvidas que seriam bastante gerais, ou abrangentes (chegando a se sobrepor às especificidades das mostradas em a) podemos citar: “Uso de los signos ortográficos” e “Verbos irregulares”.

Faremos aqui algumas inferências no sentido de relacionar as “cuestiones tratadas”, que passaremos a designar como “classes” de dúvidas com os dois “tipos” de dúvida que, do nosso ponto de vista, operam neste dicionário: as *concretas* e as “potenciais”. Nosso objetivo, com esse gesto, é começar a entender como elas funcionam na materialidade do DPD. Desta

¹²⁸ Além disso, não encontramos, nos verbetes, nenhuma marcação ou retomada dessas “cuestiones tratadas”, o que parece funcionar no sentido de “deixar tal lista como mera informação para o consulente.

maneira, pensando que chegamos à conclusão de que as dúvidas potenciais referem-se a “neologismos”, “extranjerismos” e os “topônimos”, pelo apresentado no próprio instrumento, vincularemos as classes de dúvidas das “Cuestiones tratadas” que se refiram a tais tópicos às dúvidas potenciais, e as outras às *dudas concretas*. Assim, concluímos que há quatro classes de dúvidas que podem ser relacionadas com as dúvidas potenciais:

- “Calcos semánticos censurables” (33);
- “Neologismos” (34);
- “Extranjerismos de uso corriente en español” (35); e
- “Topónimos y gentilicios de grafía dudosa o vacilante” (36).

Tratam-se justamente das quatro categorias que aparecem nas últimas posições, uma seguida da outra, o que, do nosso ponto de vista, já é um indício relevante.

Consequentemente, vincularemos as outras trinta e duas classes de dúvidas ao primeiro tipo: o das *concretas*, fato que contribui para dar espessura a um imaginário segundo o qual os verbetes que tratam destas seriam mais numerosos por se vincularem a um número maior de “classes”, enquanto que haveria menos verbetes vinculados às dúvidas potenciais por se relacionarem a apenas quatro delas.¹²⁹ Entretanto, logo em seguida às “Cuestiones tratadas”, encontramos os dois últimos subitens da seção “Qué contiene el Diccionario Panhispánico de Dudas” do DPD: “Tratamiento de los extranjerismos” e “Tratamiento de los topónimos”. Concluímos, então, que – apesar de virem por último na lista de “classes” e de constituir uma quantidade menor na lista de especificações das questões tratadas pelo DPD – merecem destaque quanto a seu tratamento. Isso nos ajuda a inferir o que está sendo posto como realmente importante do ponto de vista da Instituição, que constrói uma maneira de trazer à tona o que projeta que deve ser regulado. Por isso, nos capítulos 3 e 4, da segunda

¹²⁹ Tentaremos averiguar se isso se materializa na nomenclatura do DPD no capítulo três, no qual colocaremos os verbetes da letra “L” em relações de sentido com as “classes” da lista de “cuestiones tratadas”.

parte desta dissertação, focalizaremos justamente os vocábulos que se referem às “classes” de “topónimos” e “extranjerismos”.

Para encerrar este capítulo, gostaríamos de retomar as principais inferências feitas a partir da análise das sd's por nós recortadas do paratexto do DPD. A primeira e que, do nosso ponto de vista, entrelaça todas as outras é a imagem de dúvida construída pelo dicionário. A dúvida, colocada regularmente como um pré-construído, “faz” com que a Instituição assuma o lugar de legitimadora e publique uma obra como o DPD, até então um tipo de instrumento para o qual não havia se voltado.

A imagem construída então seria a da dúvida como natural, inerente ao sujeito da linguagem, que recorre à Instituição para saná-la e daí viria o primeiro tipo que detectamos, a *concreta*. A partir dela, a Instituição, em sua posição de reguladora da língua, antecipa que o sujeito terá outras dúvidas, pois o espanhol está passando por processos os quais precisam ser cuidados para que a almejada “unidade” da língua não se rompa. Surge, como já ficou claro, mediante a nossa análise, a dúvida “potencial.” De qualquer jeito, o que também fica claro é que a Instituição dará conta de todas, num gesto justamente *pan-hispânico*.

Detectamos que, para construir esta imagem de dúvida, a Instituição tem que trazer à tona o sujeito, a língua e a norma que regula esta língua. Quanto ao primeiro, vemos a antecipação imaginária de um sujeito que busca a ajuda da Instituição, pois ele é assaltado pela dúvida. É construída então uma relação na qual já não temos somente um falante: este se configura como “consulente” por efeito de vários dos gestos exercidos por essa Instituição, inclusive o de criar um “canal de comunicação” no *site*, no qual o enunciado interpelador é: “envie su consulta.” Quanto à língua, detectamos que sua “unidade” aparece como pré-construído, e que, do ponto de vista apresentado pelas academias, o DPD, como dicionário normativo, trabalha no sentido de “reforzar” (sd 16) tal “unidade”, dando sustento à norma.

Fica claro que o movimento eminentemente parafrástico do discurso abordado no paratexto do DPD, ao qual já fizemos referência, se enquadra no caráter de interpelação que ele implica e responde ao lugar que ocupa a Instituição, ligado à regularidade e à normatividade que preside esse seu discurso (cf. ORLANDI, 2008, p. 51).

Na próxima parte, a segunda de nossa dissertação, começaremos a analisar a nomenclatura do dicionário para detectar como o que o que se proclama nas páginas iniciais do DPD se materializa no nosso recorte da nomenclatura que realizaremos como um todo e em seus verbetes.

PARTE II

A nomenclatura do *Diccionario* *panhispánico de dudas*

Passaremos agora à análise da nomenclatura do DPD, que distribuiremos em dois capítulos. Em ambos, nos concentraremos nos verbetes da letra “L”.

No capítulo 3, a partir de uma análise mais abrangente que será devidamente explicitada e justificada, abordaremos o recorte das 169 entradas que se encontram na letra “L” do dicionário. Os resultados dessa abordagem nos levarão a confirmar certas inferências já realizadas na primeira parte desta dissertação, que serão importantes na composição de parte do sub-recorte que será analisado no segundo item desse mesmo capítulo. Neste último, antes de trabalhar na referida análise, estudaremos a constituição dos verbetes. Será possível detectar, com este gesto, aspectos relevantes para compreender a relação entre o DPD e o DRAE, neste caso específico, em sua 22ª edição, que designaremos mediante a fórmula *DRAE22/DPD*. Em seguida, determinaremos o recorte mais específico de verbetes da letra “L” que nos permitirá compreender o funcionamento dos mesmos. Nesse sub-recorte, privilegiaremos os “topónimos”.

Já no capítulo 4, colocaremos um outro sub-recorte dessa mesma letra “L” em relação de sentidos com verbetes do *Diccionario de la Lengua Española* (DRAE), 22ª e 23ª edições. Nosso intuito principal é detectar e interpretar a relação que se trava entre o DPD e o DRAE –

inclusive no trabalho de reformulação que ocorre entre as duas edições deste último instrumento – no contexto da política pan-hispânica. A partir da análise, passaremos a designar essa relação mediante a fórmula *DPD/DRAE23*. Resta dizer que, a partir dos resultados da análise mais geral realizada no primeiro item do capítulo 3, parte do sub-recorte que trabalharemos no 4, é constituída por “extranjerismos”.

CAPÍTULO 3

O RECORTE DA LETRA “L”

No presente capítulo focalizaremos a nomenclatura do DPD, recortando os verbetes da letra “L” deste dicionário. Na primeira parte, relacionaremos as palavras entrada com os itens elencados na lista de “cuestiones tratadas” pelo DPD e que abordamos como parte do paratexto no capítulo anterior. Interpretaremos tais itens – tal como já ficou claro no capítulo 2 – como “classes” de dúvidas, retomando o significante que especifica o dicionário em seu título. Na segunda parte, apresentaremos o modo como aparecem os verbetes no dicionário e analisaremos sua constituição com o objetivo de conhecer seu funcionamento. Por fim, encerraremos o capítulo com um breve apanhado das considerações realizadas ao longo dele.

Como já antecipado, recortamos as entradas da letra “L” (169)¹³⁰ que fazem parte de um total de 7250 incluídas na nomenclatura de nosso objeto central.¹³¹ Ao fazer esse recorte e “analisar os verbetes de uma letra ou de uma amostragem de uma letra”, nosso intuito mais amplo é, de acordo com procedimentos que vem realizando Nunes (2003, p. 22) no campo da aliança entre a HIL e a AD à qual fizemos referência em nossa Introdução, conhecer a “estrutura geral do dicionário” – o que, na teoria do discurso, implica compreender seu

¹³⁰ Como já antecipamos na Introdução, as entradas da letra “L” do DPD encontram-se, em sua versão impressa, tanto nos Anexos desta dissertação, quanto em um CD que a acompanha.

¹³¹ Cf. nosso capítulo 1.

funcionamento ou, ao menos, apontar aspectos deste.¹³² Segundo o autor, tal procedimento “tem a seu favor o fato de que qualquer domínio temático pode estar presente nesse recorte” e este caminho torna viável “conhecer as principais variações das definições do dicionário, assim como a distribuição das variações em diferentes domínios” (ibidem). Ainda segundo Nunes (ibidem):

[...] pode-se objetivar conhecer as definições de um domínio natural, como plantas, animais, aves, etc.; de um domínio cultural, como música, dança, teatro; de um domínio político: por exemplo, termos relacionados aos sistemas de governo; ou de um domínio científico: termos da biologia, da economia, etc. Pode-se também fazer uma seleção conforme as marcações de domínios dos dicionários, marcações estas que se multiplicaram com o tempo e hoje em dia podem ser pesquisadas por busca eletrônica. Os estudos de domínio permitem observar as variações definitórias internas ou externas a ele, bem como a relação com outros domínios em um ou mais dicionários.

No caso do dicionário do qual fizemos nosso recorte, o DPD, em cujo título já aparece uma forte especificação (“de dudas”), consideramos como “domínios temáticos” o que interpretamos – tal como já antecipamos na introdução deste capítulo – como “classes de dúvidas” na lista apresentada no subitem “Cuestiones tratadas” da seção “Qué contiene el Diccionario Panhispánico de Dudas” (DPD, p. XVIII).

Assim, em primeiro lugar (item 1), colocaremos todas as entradas da letra “L” em relações de sentido com as classes apresentadas em tal lista; isto é, cada uma das 169 entradas dessa letra será vinculada a uma das “cuestiones tratadas”. Cabe ressaltar que, no corpo do próprio verbete, não se estabelece nenhuma relação nesse sentido, exceto a marcação “Loc. lat” que se refere às “locuciones latinas”, um dos itens que sim faz parte da referida lista.¹³³ Com esta distribuição dos verbetes entre as mencionadas “cuestiones” construiremos um quadro com o intuito de observar como se concretizam na nomenclatura, do nosso ponto de vista, as *dudas concretas* e as “potenciais”. Em segundo lugar (no item 2), analisaremos a

¹³² O autor que, como já dissemos, estuda dicionários no campo da AD, além de abordá-los individualmente, também realiza análises nas quais coloca em relação uma série deles. Seguiremos tal procedimento no capítulo 4, no qual relacionaremos o DPD com o DRAE 22ª e 23ª edições.

¹³³ Cf. “Abreviaturas usadas en el diccionario”, (DPD, 2005, p. XXXIII).

textualidade de alguns verbetes da letra “L” de modo a interpretar como se materializa a resolução da dúvida, cuja antecipação ou projeção foi trabalhada no capítulo 2 da primeira parte desta dissertação. Consideramos que este aspecto nos permitirá ver quais relações de sentido, no plano do trabalho de regulação de nosso instrumento linguístico, são construídas a partir dos enunciados contidos nos verbetes.

1. Primeira aproximação

Iniciando a análise da nomenclatura, vincularemos os 169 verbetes da letra “L” às categorias elencadas na lista de “cuestiones tratadas”.¹³⁴ Como já adiantamos, a única marca nos verbetes do DPD refere-se às locuções latinas (que fazem parte do item 15: “Latinismos simples y locuciones latinas de uso frecuente” do quadro que apresentamos abaixo), portanto as relações entre os verbetes e o que nós chamamos de “classes de dúvidas” são estabelecidas a partir de um trabalho de leitura e interpretação da textualidade das referidas 169 entradas. Nosso intuito é observar se há um maior número delas vinculados a alguma classe de dúvida, o que daria indícios de que o dicionário estaria privilegiando alguma questão em específico.

Com base nesse trabalho, apresentamos o quadro seguinte em cuja primeira coluna fazemos o registro da numeração, do mesmo modo como foi apresentado no capítulo 2. Na segunda coluna colocamos as “cuestiones tratadas” – tal como aparecem na seção correspondente do paratexto do dicionário – e na terceira apresentamos as relações que fizemos de cada palavra entrada com uma das “cuestiones”, que consideramos como “classes” de dúvidas. Esclarecemos ainda que estão colocadas as 169 entradas exatamente como encontradas no dicionário, apareçam elas como vocábulos simples, compostos, locuções, letras ou sufixos:

¹³⁴ Item “Qué contiene el DPD”, subitem “cuestiones tratadas” (DPD, 2005, p. XVIII).

	"Cuestiones tratadas"	Verbetes da Letra "L"
1	Letras del abecedario y sonidos que representan.	L, LL
2	Uso de la tilde.	Laudar, leudar
3	Palabras con doble acentuación admitida.	Lauréola, litósfera, lítote, litotes
4	Palabras de acentuación dudosa o frecuentemente errónea.	-lisis
5	Verbos que plantean dudas sobre la acentuación de algunas de las formas de su conjugación.	Liar(se), licenciar(se), licuar(se), lidiar, limpiar, linear, lisiar(se), litofotografiar, litografiar
6	Palabras con variantes gráficas admitidas.	Lacrima, lagrimal, lagaña, legaña, liderato, liderazgo, ligustre, ligustro, lubricante, lubricar, lubricante, lucubración
7	Vulgarismos gráficos frecuentes.	Legitimación, legitimar, legitimización, licuefacción, liquefacción
8	Voces o locuciones que admiten o rechazan su escritura en una o en varias palabras.	Leche (mala leche), librecambio, librecambismo
9	Uso de los signos ortográficos.	LLAVE
10	Uso de mayúsculas y minúsculas.	luna
11	Escritura y uso de abreviaturas, siglas y símbolos.	
12	Escritura y uso de distintas clases de numerales (cardinales, ordinales, fraccionarios y multiplicativos).	
13	Uso de números arábigos y romanos.	
14	Expresión de la fecha y de la hora.	
15	Latinismos simples y locuciones latinas de uso frecuente.	Lapsus cálam, lapsus linguae, lato sensu, latu sensu, loco citato
16	Palabras que plantean dudas sobre su género gramatical o sobre su forma de femenino.	Labor, lente, líder, lideresa, ligazón, linde, linotipo, lis, locomotor -ra
17	Palabras que plantean dudas sobre su forma de plural.	
18	Superlativos Irregulares.	libre
19	Parejas de adverbios como <i>adelante/delante, adentro/dentro, afuera/fuera</i> , etc.	
20	Adjetivos y adverbios que plantean dudas en el uso de sus comparativos (<i>mayor/más grande, menor/más pequeño, peor, mejor</i> , etc.).	
21	Pronombres y adverbios relativos e interrogativos.	

22	Pronombres personales átonos y tónicos.	La, le, lo
23	Dudas relacionadas con el uso del artículo.	
24	Dudas sobre concordancia nominal y verbal.	
25	Verbos irregulares.	Languidecer, leer, llover, lucirse
26	Verbos regulares que plantean dudas de construcción y régimen.	Lamentar(se), librar(se), lindar, llamarse, llenar(se), llevar, luchar
27	Voseo.	
28	Dequeísmo y queísmo.	
29	Leísmo, laísmo y loísmo.	Laísmo, leísmo, loísmo
30	Distinción y uso de las oraciones impersonales y de pasiva refleja.	
31	Forma y uso de numerosas construcciones y locuciones.	Leal, lejano -na, lejos, línea, listo -ta, loco -ca, loor
32	Voces de forma similar, pero sentido diverso, que se confunden con frecuencia en el uso.	Lapso, lapsus, lasitud, laso -sa, latente, latiente, lauda, laude, laxitud, laxo, libido, lívido, locución
33	Calcos semánticos censurables.	
34	Neologismos.	lutier
35	Extranjerismos de uso corriente en español.	Lady, larga duración, lasagna, lasaña, láser, lats, leitmotiv, lek, leu, lev, leva, licra, lifting, light, limosina, limusina, linier, link, linóleo, linóleum, lipstick, litas, lobby, lobbyist, lock-out, lonche, lonchera, long play, look, lord, LP, lunch, luthier, lycra
36	Topónimos y gentilicios de grafía dudosa o vacilante.	Laayoune, La Coruña, La Goleta, La Goulette, La Habana, Laibach, La Meca, lao, Laos, laosiano -na, Latinoamérica, latinoamericano -na, Latvia, Lausana, Lausanne, La Valeta, La Valleta, Leningrado, León, leonés -sa, Lérida, leridano -na, lesbiano -na, Lesbos, lesotense, Lesoto, letón -na, Letonia, ligur, Lilongüe, Lilongwe, Lion, Liorna, Liubliana, livornés -sa, Livorno, Ljubjana, Lleida, Lousiana, Lourdes, Luisiana, Lurdes, Lyon ¹³⁵

Quadro 1 – “cuestiones tratadas” e verbetes da letra “L” vinculados a elas

Observe-se que não foi possível preencher todas as classes, em parte, pelas restrições que nos impõe nosso recorte (a letra “L”) e, em parte, porque talvez não tenhamos estabelecido as

¹³⁵ Gostaríamos de dizer que dos 43 topônimos observados, somente 5 referem-se a lugares na América, sendo que os 38 restantes referem-se a lugares na África, Ásia, mas majoritariamente na Europa, o que nos produz um certo estranhamento a respeito do sentido da denominação “panhispánico” do dicionário. Se a nomenclatura abrange todo o âmbito hispânico, porque haveria mais topônimos referidos à Europa?

relações da forma mais apropriada pois, de fato, alguns casos poderiam ser vinculados a mais de uma categoria, tal como o caso dos vocábulos: *lats, lek, leu, lev, leva, litas*, todos unidades monetárias de países europeus. Consideramos que a única vinculação possível é com a categoria “extranjerismos” (35), por se tratar de vocábulos correntes em seu respectivo país cunhados na língua desse espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2005a). Consideramos importante fazer este esclarecimento, com relação a como estabelecemos as relações entre os vocábulos e a lista das “Cuestiones tratadas”; no entanto, consideramos que este aspecto não compromete nosso quadro e, sobretudo, as relações que ele nos permitirá inferir.

Mesmo assim, procederemos a realizar considerações quanto a algumas das vinculações que estabelecemos no quadro acima, para esclarecer o porquê de algumas delas. Iniciamos pelas que referem aos “neologismos” (34) e aos “extranjerismos” (35) – classe esta que aparece determinada como “de uso corriente en español” –, por essas “cuestiones” serem objeto de discussão no próprio campo da lexicografia e também por haver no DPD uma estreita relação entre elas, segundo já discutimos no capítulo 2 quando trabalhamos as “dúvidas potenciais” que abrangiam essas duas classes além da dos “topônimos”.

O conceito de “neologismo” varia na concepção de vários autores e, segundo Alves (2002, p. 207), que trabalha esta questão no campo da lexicografia do português no Brasil, ainda não existe uma teoria da tipologia neológica. A autora afirma, entretanto, que os estudos sobre a neologia lexical avançaram bastante, sobretudo, pelos trabalhos realizados pelos lexicógrafos franceses – Matoré (1952) e Guilbert (1975) – e pelo canadense Boulanger (1979) (idem).¹³⁶ Segundo este último estudioso (apud Alves 2002, p. 207), “Neologismo constitui, assim, uma unidade lexical de criação recente, uma acepção nova atribuída a um elemento existente, ou então uma unidade recebida de outro código”, e estabelece (idem) três

¹³⁶ Os trabalhos citados por Alves são: MATORÉ, (1952). *Le néologisme: naissance et diffusion*. In: *Le Français Moderne*, vol.2, p. 87-92; GUILBERT, (1975). *La créativité lexicale*. Paris: Larousse; e BOULANGER, (1979). *Néologie et terminologie*. In: *Néologie en marche*, vol. 4, Série b: langues de spécialités, p. 5-128.

tipos:

Formais – criados com base na derivação, composição, formação por siglas, redução de palavras ou ainda na criação de um radical inédito; semânticos – resultantes de um novo significado atribuído a um significante já existente; por empréstimo – oriundos da adoção de uma unidade lexical estrangeira.

O terceiro tipo considerado por este autor, os neologismos “por empréstimo”, nos leva a pensar na relação entre “neologismos” e “estrangeirismos” pois, justamente, teria sua origem em “outra” língua, e nos remete à sd11 do capítulo 2, na qual as academias se propõem a: “ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento, en especial en lo que atañe a la adopción de neologismos y extranjerismos”. Assim, por exemplo, em nosso quadro, vinculamos o vocábulo “lutier” à categoria “neologismos” por considerar que este vocábulo – de acordo com a classificação de Boulanger (idem) no campo da lexicografia – entra em relação com aqueles criados “por empréstimo” de uma outra língua, mesmo tendo sofrido adaptações quanto à sua grafia original – “luthier”¹³⁷. Um motivo ainda mais forte que nos leva a vinculá-lo a essa categoria é o fato deste vocábulo não constar na nomenclatura do DRAE 22ª edição mas estar previsto justamente como “artículo nuevo” no DRAE 23ª edição – o que produz um efeito de leitura: desde a perspectiva do sujeito lexicográfico, só a partir desta edição “passará a fazer parte” do léxico da língua espanhola.¹³⁸

Também queremos observar uma outra questão que poderia ser discutida ainda sobre neologismos e estrangeirismos que é a de “calcos semânticos”¹³⁹ (32), designação dada a um procedimento usado na lexicografia, que consiste em adotar a tradução literal de um vocábulo estrangeiro para a língua. Um exemplo que pode ajudar a acompanhar a definição no caso do

¹³⁷ Este termo será especialmente analisado no capítulo 4.

¹³⁸ Lembramos que, como adiantado na Introdução, apesar de ainda não ter sido publicado, é possível consultar uma versão do DRAE 23ª edição na própria página eletrônica do DRAE 22ª edição. Os verbetes previstos para esta nova edição serão analisados no capítulo 4 que, tratará da relação DPD/DRAE.

¹³⁹ Como define o DRAE 22ª edição (disponível em: <http://lema.rae.es/drae/?val=calco>): “calco. 5. m. Ling. Adopción de un significado extranjero para una palabra ya existente en una lengua, p. ej., *ratón*, en su acepción 'aparato manual conectado a un ordenador', es **calco** semántico del inglés *mouse*” (destaques do DRAE).

espanhol é a tradução literal do inglês: “mouse”/“ratón”, na acepção de “dispositivo eletrônico”. Como efeito deste procedimento, atribui-se um novo significado a um vocábulo já existente (“ratón”, em português “rato”) produzindo assim, também, um neologismo: no caso, recorrendo novamente à tipologia de Boulanger (ibidem), um neologismo semântico pelo fato de “dar um novo significado a um vocábulo já existente”.¹⁴⁰ Em nosso recorte, o único caso de “calco” é “larga duración”:

sd26: **larga duración**. → elepé¹⁴¹ (negrito do DPD).

que, como vemos, remete diretamente a “elepé”:

sd27: **elepé**. La expresión inglesa *long play* (‘disco fonográfico de vinilo de larga duración y 30 cm de diámetro’) se representa habitualmente mediante la sigla *LP*, a partir de cuya lectura se ha creado el sustantivo masculino *elepé*: «*El ritmo de este elepé es caribeño*» (*Universal* [Ven.] 15.4.97). Su plural es *elepés* (→ plural, 1a). Es preferible el uso de esta forma al de la sigla *LP* o el calco *larga duración*. Debe evitarse, por innecesaria, la expresión inglesa *long play* (negrito e itálico do DPD).

Observando o verbete de “elepé”, vinculamos “larga duración” à categoria 32, “calcos semânticos sensurables”, pois, segundo sd27, é preferível o uso da forma “elepé” à forma “larga duración”, em uma espécie de censura ao vocábulo. Entretanto, pensamos que o equívoco permanece e não conseguiríamos afirmar se “elepé” seria um “extranjerismo”, um “calco semântico” ou ainda um “neologismo”.

Mostramos agora as categorias às quais vinculamos, apesar das restrições já mencionadas, um maior número de verbetes a partir do quadro 1:

“Cuestiones tratadas” às quais vinculamos maior número de verbetes	Quantidade de verbetes
Palabras con variantes gráficas admitidas	12 (doze)
Voces de forma similar, pero sentido diverso, que se confunden con frecuencia en el uso	13 (treze)

¹⁴⁰ Em 32 o sintagma “calcos semânticos” aparece determinado por uma especificação: “censurables” funciona como um determinante forte que funciona no sentido da exclusão desses termos e que entra em contraposição com aquele que afeta o termo “extranjerismos”, que é “de uso corriente em español”.

¹⁴¹ Lembramos que os verbetes foram recortados da versão eletrônica do DPD, disponível em: www.rae.es. Os verbetes da versão impressa, exatamente iguais aos da versão eletrônica, encontram-se no Anexo C desta dissertação, para eventualmente facilitar sua leitura.

Extranjerismos de uso corriente en español	34 (trinta e quatro)
Topónimos y gentilicios de grafía dudosa o vacilante	43 (quarenta e três)

Quadro 2 – quantidade de verbetes por dúvida

Ao somarmos as ocorrências de estrangeirismos e de topônimos temos 77 verbetes concentrados em apenas duas classes, o que representa mais de 40% dos 169 verbetes que analisamos. Retomando a seção inicial do DPD “Qué contiene el Diccionario Panhispánico de Dudas”, logo após a lista de “cuestiones tratadas”¹⁴² estas são, justamente, as duas únicas classes explicitadas e comentadas em subitens do paratexto: “Tratamiento de los Extranjerismos” (DPD, p. XIX) e “Tratamiento de los Topónimos” (DPD, p. XX), como já surgiu na análise realizada na primeira parte desta dissertação. E são essas as duas classes que, de acordo com relações que estabelecemos no capítulo 2, as que determinamos como dúvidas antecipadas pela instituição e que, naquele momento, denominamos “dúvidas potenciais”: elas vão “além” do que o sujeito consulente, de fato, “pergunta espontaneamente”, sendo que estas, no próprio paratexto do DPD, se designam *dudas concretas*.

Essa abordagem nos permite concluir que, na organização da série de verbetes recortada e em sua materialidade, há indícios da ênfase dada pela autoria institucional a certos aspectos da língua que são considerados como necessariamente passíveis de regulação. A ênfase posta nesses aspectos, que será crucial para a determinação do sub-recorte que abordaremos no item 2 deste capítulo¹⁴³, diz respeito ao processo de interpelação que o DPD, dentro de uma política de língua(s), produz, num determinado espaço de enunciação, com relação aos sujeitos falantes de espanhol – falantes projetados em sua condição de consulentes (e, portanto, como já dissemos, “já assaltados” e “afetados” por dúvidas com relação à sua língua).

¹⁴² Cf. capítulo 2.

¹⁴³ E, também, como já antecipamos, será relevante para a determinação do sub-recorte que analisaremos no capítulo 4.

Neste ponto, passamos a nosso segundo item.

2. Os verbetes em funcionamento

Iniciamos neste momento a análise do funcionamento da constituição dos verbetes a partir do que nos permite observar o recorte da letra “L”, com o intuito de detectar quais regularidades podem ser observadas cf. Nunes (2003, p. 22).

Segundo consta no próprio DPD (cf. p. XVII), há neste dicionário dois tipos de verbetes: os temáticos e os não temáticos. Os primeiros “tratan de cuestiones generales, como las normas de acentuación gráfica, el uso de los signos de puntuación o de las mayúsculas, las reglas de formación del femenino, o del plural, el dequeísmo, la concordancia, etc.” (ibidem). São de menor número no dicionário e estão incluídos na nomenclatura integralmente em letras maiúsculas como maneira de diferenciá-los dos verbetes não temáticos. Os verbetes temáticos que ocorrem na letra “L” são “Laísmo”, “Leísmo” e “Loísmo” e se compõem da palavra entrada e uma série de enunciados, geralmente mais longa da que ocorre nos não temáticos. Dessas três, abordaremos o vocábulo “Laísmo”.

Os segundos, referidos como não temáticos, são, de acordo com o explicitado no próprio DPD “los referidos a palabras concretas que plantean algún tipo de duda en lo que respecta, por ejemplo a su acentuación, su forma gráfica, su forma de plural o de femenino, su régimen preposicional, etc.” (ibidem). Suas palavras entrada são escritas em letras minúsculas e em negrito, seguidas de ponto e, a partir deste, de uma série de enunciados. Após uma aproximação inicial aos “dicionários de dúvidas” (em língua espanhola) que mencionamos em nossa Introdução, podemos observar que, diferentemente do que acontece nos “de língua” que não se definem como sendo “de dúvidas”, não parecer haver regularmente neles muitas

marcas¹⁴⁴ após a entrada, sejam elas diacrônicas, diatópicas, diafásicas, diastráticas o diatécnicas – de acordo com a classificação já citada de Souto e Pascual (2003). Em nosso caso, no DPD, as únicas marcas que encontramos são as de “Loc. Lat.” (“locución latina”), “p. us.” (“poco usado”)¹⁴⁵, algumas como “Matemáticas” e “Música” – “diatécnicas”, na classificação dos referidos autores – e outras como como “Col.”, Colombia, e “Esp”, Espanha, que corresponderiam às diatópicas, no dizer desses estudiosos.

Observamos que parece haver dois modos de funcionamento nos verbetes não temáticos. O primeiro, segundo consta no texto prévio à nomenclatura do DPD (2005, p. XXIX), opera por remissão, ou seja, após a palavra entrada há somente um lexema ao qual justamente se reenvia e que, na versão eletrônica, aparece sublinhado e destacado com a cor azul. A modo de ilustração de um caso como este temos na letra “L” “lagaña” que remete à “legaña”:

sd28: **lagaña**. → [legaña](#) (negrito do DPD).

Ao clicar neste último vocábulo somos enviados diretamente, por link, à série de enunciados que compõem o verbete correspondente. Com relação a este aspecto, interpretamos que funciona aí uma operação pela qual o lexema consultado fica “subordinado” àquele ao qual se remete, no caso “legaña” – o que parece configurar-se como um gesto regulador. Se consultarmos este último, encontramos:

sd29:**legaña**. ‘Líquido graso que segregan la mucosa y las glándulas de los párpados’. **Esta es la forma preferida hoy en el habla culta de casi todo el ámbito hispánico**, aunque en algunos países de América convive en el nivel culto con la variante *lagaña* o, como en Costa Rica, es esta la única forma usada: «Entre *legañas* vio la silueta acercarse a su cama» (Aguilar *Error* [Méx. 1995]); «Luego de afeitarlo, removía con un paño tibio las *lagañas*» (Ducoudray *Ojos* [C. Rica1992]) (itálico do DPD, negrito nosso).

¹⁴⁴ No campo da lexicografia, as marcas “se utilizan para señalar restricciones de uso de una palabra.” (Escribano, 2003:115).

¹⁴⁵ Cf. seção “Abreviaturas”, DPD, p. XXXIII.

No fragmento que destacamos fica claro que este é o vocábulo de uso recomendado pela instituição. Este aspecto nos leva a fazer uma consideração com relação ao funcionamento das remissões no DRAE. Na seção “Advertencias para el uso de este diccionario”, item “Manejo del diccionario”, subitem “Variantes Preferidas” que faz parte do paratexto deste instrumento linguístico (tanto na versão *online* quanto na impressa)¹⁴⁶, encontramos o seguinte esclarecimento:

sd30: Cuando las variantes admitidas no pueden figurar en un mismo artículo por exigencias del orden alfabético, *la preferida por la Academia* es la que lleva la definición directa; *las aceptadas, pero no preferidas, se definen mediante remisión* (v.§ 6.2.2) a aquella (negrito do DRAE, itálico nosso).

Vemos que o procedimento adotado e explicitamente apresentado no DRAE é o que parece operar no DPD, porém, neste último caso, sem que nenhum esclarecimento seja introduzido – aspecto que reforça o que já dissemos no capítulo 1 a respeito da relação entre esses dois instrumentos linguísticos.¹⁴⁷ No caso que colocamos acima, observamos que “lagaña” e “legaña” não estariam um após o outro pela ordem alfabética, então de “lagaña” remete-se ao que interpretamos como preferido: “legaña”, que traz os enunciados sobre o vocábulo, inclusive prescrevendo seu uso.

Com relação ao segundo dos dois funcionamentos dos verbetes não temáticos que estamos apresentando – caso do qual nos ocuparemos mais em detalhe neste capítulo – em cada entrada há uma série de enunciados que geralmente inclui um enunciado definidor, que está entre aspas simples, como é o caso de “lapso”, que trazemos a seguir:

sd31: **lapso**. ‘Tiempo entre dos límites’: «*El brevísimo lapso que duró la tensión se le hizo interminable*» (Delibes *Madera* [Esp. 1987]). Es frecuente y admisible el uso de la locución redundante *lapso de tiempo*: «*Los patos actualizan su instinto de seguir a la madre en un lapso de tiempo muy corto*» (Pinillos *Psicología* [Esp. 1975]). Aunque tiene el mismo origen que *lapsus* (‘equivocación’; → [lapsus](#)), conviene no confundir ambas palabras en el uso actual (itálico e negrito do DPD).

¹⁴⁶ Disponível em: <http://www.rae.es/diccionario-de-la-lengua-espanola/que-contiene/item-numero-2>. Consultado em 12/10/2013.

¹⁴⁷ Retomaremos este aspecto, que parece ser especialmente produtivo em nosso trabalho, no capítulo 4, quando – como já antecipamos em várias oportunidades – abordaremos a relação do DPD com o DRAE.

Percebemos um aspecto significativo no fato de que, apesar de virem entre aspas, não há nenhuma menção à fonte dessa possível “citação”. Recorremos, então, à seção “signos”¹⁴⁸ do DPD, voltando a seu paratexto, na qual o símbolo “ ’ ’ ” é significado da seguinte forma: “enmarca las definiciones”. De nossa perspectiva, pensamos que a necessidade de marcá-las tem a ver com delimitar a definição dentro da série de saberes metalinguísticos (AUROUX, 1992) e observações ou recomendações prescritivas que fazem parte dos verbetes deste instrumento. No entanto, também poderíamos interpretar essas aspas – por funcionarem, de forma geral, como explicitação do discurso do outro (tal como diria AUTHIER REVUZ, 1990) – como marcas de “heterogeneidade mostrada” (ibidem) na materialidade do DPD.

Para tentar entender melhor esse fato, recorremos novamente ao paratexto dessa obra, e recortamos um fragmento do item “Definiciones” da seção “Advertencias para el uso del diccionario” (p. XXVI):

sd32: Al comienzo de cada artículo se ofrece siempre una breve definición del término que lo encabeza. Se trata, en la mayoría de los casos de *definiciones muy someras, que no cumplen los requisitos de una verdadera definición lexicográfica*, pues su única intención es situar al lector ante la voz o locución comentada. Por ello, *se registran solo las acepciones más usuales, o bien únicamente aquellas que son objeto de comentario en el artículo*, sin distinguir, en general, matices significativos que serían ineludibles en un diccionario léxico. Solo se proporcionan definiciones más precisas en los artículos cuyo contenido gira en torno a cuestiones semánticas o, en el caso de los verbos, cuando los problemas de construcción comentados atañen a un determinado sentido (destaque nosso).

Destacamos dois pontos nesta sd, que, de nosso ponto de vista, são importantes para as análises que faremos no presente capítulo. O primeiro deles refere-se ao modo como se enuncia que as definições contidas no DPD são muito simples e que “no cumplen con los requisitos de una verdadera definición lexicográfica”. O segundo trecho destacado por nós explicita que não são colocadas todas as acepções dos vocábulos, somente as “más usuales” ou, ainda, as que referem-se às “comentadas” no verbete. O que justamente não aparece aqui é

¹⁴⁸ DPD, p. XXXV.

de onde viriam tais enunciados definidores, qual seria sua fonte. Ressaltamos que esta, não registrada nos verbetes, também não consta nas seções iniciais do dicionário (antes da nomenclatura), e isto nos leva a interpretar que ela funciona como apagada ou, como poderíamos observar a partir de formulações de Orlandi (2007), estaria silenciada.

Pelos fatos descritos acima e cientes da tradição de “refundición” (LARA 2009) de obras anteriores que caracteriza a lexicografia espanhola, decidimos realizar um cotejo no DRAE para observar se tais enunciados definidores poderiam ter sido citados deste. Depois de observarmos uma quantidade razoável de verbetes, percebemos uma regularidade: os referidos enunciados definidores coincidem quase que completamente com os que aparecem no DRAE para o vocábulo correspondente. Ilustramos a seguir comparando o verbe “lapso” do DPD, citado na sd31, com o mesmo do DRAE:

sd33: **lapso¹, sa.**

(Del lat. *lapsus*, part. pas. de *labi*, deslizarse, caer).

1. adj. desus. Que ha caído en un delito o error.

lapso².

(Del lat. *lapsus*, deslizamiento, caída).

1. m. Paso o transcurso.

2. m. Tiempo entre dos límites.

3. m. Caída en una culpa o error.

~ de tiempo

m. lapso (|| tiempo). (itálico e cores do DRAE, destaque em vermelho nosso)¹⁴⁹

Neste caso, percebe-se que o enunciado definidor do verbe “lapso” no DPD poderia ser visto como a “reprodução” da segunda acepção de “lapso” no DRAE, colocando-se a questão

¹⁴⁹ Disponível em: <http://lema.rae.es/drae/?val=lapso>, consultado em 20/07/2012.

de se se trata de uma citação ou não, ao não ser marcada pela própria autoria do DPD como uma marca da heterogeneidade mostrada. Este aspecto, que implica uma prática de citação que apaga a fonte, é mais um dos que, de nosso ponto de vista, nos permite ir interpretando a relação do DPD com esse outro instrumento linguístico; opera aí uma naturalização do gesto de “ter o DRAE como fonte” – gesto este que aparece como “dado”, como algo que não se coloca em questão, e que na AD, como já tratamos em outros momentos desta dissertação, se designa como pré-construído. Este processo fica mais reforçado nos casos em que o enunciado definidor é reprodução do registrado no verbete correspondente no DRAE e não aparece “enmarcado” (enquadrado) pelas aspas.¹⁵⁰

Retomando o caso dos verbetes não temáticos do segundo tipo – isto é, o caso dos que não operam por remissão (como “lapso”, na sd 31) – que vimos abordando e focalizando, observamos também que, na sua maioria, há registro de exemplos de uso do respectivo vocábulos, neste caso, sempre com sua referência, que inclui a fonte – nome do autor e obra –, o país de procedência e o ano da publicação. Veja-se, no caso de “lapso” (sd31), o exemplo de uso que aí aparece: «El brevísimo lapso que duró la tensión se le hizo interminable» (Delibes Madera [Esp. 1987]); e, também, o outro para o sintagma “lapso de tiempo”: «Los patos actualizan su instinto de seguir a la madre en un lapso de tiempo muy corto» (Pinillos Psicología [Esp. 1975]). Inclusive, como já observamos no capítulo 2, no final do DPD há uma lista das obras das quais são extraídos os exemplos e que englobam obras literárias, jornais e portais eletrônicos. Também, lembramos que nessa mesma parte do dicionário explicita-se que a maioria dos exemplos foram retirados do CREA (Corpus de referencia del español actual) e, em menor medida, do CORDE (Corpus diacrónico del español).¹⁵¹

¹⁵⁰ Sabemos que é uma prática, na produção lexicográfica, fundir enunciados definidores tomados de dicionários previamente publicados sem, necessariamente, colocar uma explicitação a esse respeito. No entanto, o que fazemos aqui é explorar esse gesto de modo específico, para ver como ele significa, na relação entre o DPD e o DRAE.

¹⁵¹ Ambos corpora estão disponíveis para consulta eletrônica no site da RAE (www.rae.es).

Além do enunciador definidor (que pode inclusive não estar entre aspas simples, como veremos) e dos exemplos, encontramos nos verbetes não temáticos do segundo tipo (isto é, que não operam por remissão) outros enunciados que aparecem numa relação que vamos determinar a partir do que Foucault define na obra “A ordem do discurso” ([1970] 2010, p. 21-26) como *comentário*. Segundo o filósofo, na operação que implica “comentar”, há um “desnível entre texto primeiro e texto segundo” e por isso o comentário “desempenha dois papéis que são solidários” (ibidem, p. 24-25). Pelo primeiro, constrói “(e indefinidamente) novos discursos”; pelo segundo, o comentário não tem outra função, “sejam quais forem as técnicas empregadas”, senão dizer “*enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*” (ibidem, p. 25, destaque do autor).

Considerando que já temos indícios que nos levam a falar de uma relação muito específica – que, aliás, cremos que deve ser interpretada – entre o DPD e o DRAE, gostaríamos de transferir o que Foucault considera como *comentário* para o caso do DPD, pensando que na série de enunciados que compõem os verbetes não temáticos que não operam por remissão, o “texto primeiro” seria o DRAE e, em muitos casos, como já vimos, “literalmente” pois neles aparece, entre aspas, *reproduzido* o enunciado definidor que consta nessa obra – tal como vimos na sd31 com o verbete “lapso”. E, de acordo com nossa interpretação, este seria **comentado** pelos enunciados, agora sim, *produzidos* no DPD. Porém, este procedimento também está presente, de acordo com nossa interpretação, naqueles casos

Gostaríamos de deixar registrado que segundo uma pequena análise dos 30 (trinta) primeiros verbetes da letra “L”, percebemos a ocorrência de exemplos provenientes da Espanha, 18 (dezoito) ocorrências; México, 5 (cinco) ocorrências; Chile, 3 (três) ocorrências; Cuba, Colômbia, Paraguai e Venezuela, 2 (duas) ocorrências; Equador, Estados Unidos, Argentina, 1 (uma) ocorrência. Temos assim 18 (dezoito) exemplos advindos da Espanha e 19 (dezenove) exemplos advindos de outros países, retirados do CREA, que se compõe de 50% de textos da Espanha e 50% de textos da América (in: El Corpus del Español del siglo XXI, disponível em: [http://www.rae.es/rae/gestores/gespub000011.nsf/\(voanexos\)/arch71CE907A689DD114C125732100359736/\\$FILE/corpus_XXI.pdf](http://www.rae.es/rae/gestores/gespub000011.nsf/(voanexos)/arch71CE907A689DD114C125732100359736/$FILE/corpus_XXI.pdf), consultado em 15/07/2012). Novamente, nessa divisão de 50%/50%, reaparece a dicotomia Espanha/Hispano-América de que falamos no capítulo 1, fazendo prevalecer o lugar da Espanha sobre a multiplicidade países que têm a LE como língua oficial. Nesse sentido, vale observar que, no texto que acabamos de citar, há a previsão de um novo corpus para o espanhol, no qual a divisão de textos será de 30% para a Espanha e 70% para a América, patrocinado principalmente pelo banco Santander.

em que o enunciado definidor do DRAE não é registrado (entre aspas, como já vimos). Veremos isto ao abordar os topônimos.

Mediante o procedimento (de *comentário*) que detectamos na análise do funcionamento dos verbetes do DPD, podemos dizer que – fundamentalmente – fornecem-se dados sobre a etimologia e o uso dos vocábulos e, sobretudo, como teremos ocasião de ver, prescreve-se e recomenda-se. Mediante tal operação e, de acordo com o que interpretamos, retoma-se e estende-se o funcionamento do DRAE, como texto primeiro. Temos aqui mais um aspecto que nos permite ir interpretando como funciona a relação entre ambos instrumentos linguísticos e que abordaremos com maiores detalhes no capítulo 4. Porém, aqui poderíamos já adiantar que o dicionário *de dúvidas* funcionaria numa relação de complementariedade (INDURSKY, 1997) a respeito de um dicionário *de língua*.

Podemos ainda ir além, considerando a seguinte observação do próprio Foucault ([1970], 2010, p.8): “suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”, e dizer que os comentários sugestivos e prescritivos do DPD poderiam encaixar-se como um desses “procedimentos” de “controle da língua”, no jogo de “poderes” do discurso.¹⁵²

Tendo interpretado o modo como se constitui o verbete no DPD – com o enunciado definidor que pode ou não ocorrer, a série de enunciados que funcionam como “comentário” e os exemplos – passamos, agora, a ver como isso acontece na primeira ocorrência do recorte, a própria letra “L” que é um verbete não temático e que, inclusive, nos mostra alguns fatos específicos e interessantes:

¹⁵² Gostaríamos de agradecer ao professor Dr. José Horta Nunes pela grande contribuição dada sobre este aspecto de nossa análise do DPD, fruto da leitura e avaliação do trabalho que apresentamos na disciplina FLM 5389 – Discurso, Gramatização e Relações Internacionais, cursado durante nosso mestrado.

sd34: **1.1.** Decimotercera letra del abecedario español y duodécima del orden latino internacional. Su nombre es femenino: *la ele* (pl.*eles*). Representa el sonido consonántico apicoalveolar lateral /l/.

2. Es normal que la pronunciación de la *l* en posición final de sílaba o de palabra se relaje; pero en el habla esmerada debe evitarse que esta /l/ relajada llegue a convertirse en una /r/: [bór~~sa~~] por *bolsa*, [mardí~~to~~] por *maldito* (itálico e negrito do DPD, sublinhado nosso).

Apesar da reprodução da definição do DRAE em 1 (que verificamos mediante cotejo), observamos que esta não está entre aspas simples, como em outros casos que veremos adiante. Em 2. observamos o “comentário” – como um processo – em funcionamento: no caso, mediante uma restrição prescritiva sobre a pronúncia “normal” da letra “l”, encabeçada por um *pero* – introduzindo uma clara oposição – que chega a ser considerada uma incorreção sobre “o que pode ser aceito” e, por isso, aparece o símbolo “~~sa~~”, conhecido como *bolaspas*,¹⁵³ que indica, justamente, que se trata de uma “incorreção”, como consta na seção “Signos”, na página XXXIV do DPD. É um símbolo polêmico e chega a ser repudiado por alguns autores, como Cabrera (2011, p. 182-183) que argumenta que aparece em vocábulos cujo uso “Puede ser desviado o incorrecto respecto del habla culta”, e considera que:

[...] la anomalía no está en la lengua vulgar que admite o presenta este uso, sino en la lengua culta que no admite la variación lingüística, elemento esencial de todas las lenguas vivas, o la reduce a un mínimo incompatible con el funcionamiento real de las lenguas.

Voltando à sd34, a modalidade deôntica que reconhecemos pela forma “debe evitarse” (com essa forma impessoal) produz a prescrição que é central nesse procedimento que caracterizamos, como já explicitado, como “comentário”.

Tomaremos, neste ponto, uma série de ocorrências de nosso recorte da letra “L”, para continuar analisando o funcionamento dos verbetes e, ao mesmo tempo, observar de que maneira neles constrói-se a resolução da dúvida. Nossa escolha de enfoque se deu pelas

¹⁵³ O termo “bolaspas” não aparece na nomenclatura nem do DPD nem na do DRAE. Conforme averiguamos, foi cunhado, segundo reportagem de 11/11/2005 do jornal “El país” (http://elpais.com/diario2005/11/11/cultura/1131663601_850215.html), pelo jornalista colombiano Daniel Samper. De acordo com o jornal: “Y como en el diccionario se señala lo que está prohibido con un aspa dentro de una bola (*bolaspas*), Samper les obsequió con una *bolaspas*. Después se jactaba: “¡De nuevo Colombia viene en auxilio de la lengua española!”.”

inferências que fizemos no capítulo 2. Nele, detectamos o funcionamento de dois “tipos” de dúvidas: a *duda concreta* e a “potencial”. Centraremos nossa análise nos verbetes que vinculamos às classes de dúvidas que relacionam-se com o segundo tipo – “cuestiones tratadas” 33, 34, 35 e 36 do quadro 1 do presente capítulo – pois nos interessa analisar a cerca de quais questões a Instituição se “adianta” e “oferece recomendações”. Assim sendo, este sub-recorte do recorte mais abrangente focalizará os topônimos, todos eles verbetes não temáticos. E esse sub-recorte ainda contemplará o caso de um temático: a entrada “Laísmo”, com o intuito de não deixar de considerar esse tipo de entradas, e de que nossas considerações sobre o funcionamento dos verbetes possa se basear numa análise que, sem ser exaustiva, respeite uma certa coerência. Deixaremos para analisar os verbetes relacionados a estrangeirismos no capítulo 4, pois pensamos que neles se trava fortemente a relação entre o DRAE e o DPD que vimos analisando e à qual daremos continuidade nesse último capítulo.

Para a apresentação da análise dos verbetes já mencionados, iremos segmentando nosso texto, mediante o nome de cada entrada, que registraremos em letra itálica e negrita. Vamos, então, ao primeiro dos topônimos que analisaremos.

La Coruña

sd35: **La Coruña.** Nombre tradicional en lengua castellana de la provincia y ciudad de Galicia cuyo nombre en gallego es *A Coruña*. Salvo en textos oficiales, donde es preceptivo usar el topónimo gallego como único nombre oficial aprobado por las Cortes españolas, en textos escritos en castellano debe emplearse el topónimo castellano. El gentilicio es *coruñés* (itálico e negrito do DPD, sublinhado nosso).

Notamos que neste verbete não aparece enunciado definidor marcado por aspas simples mas interpretamos que há um, funcionando quase – como se designa no campo da linguagem – como metalinguístico pois fala do *nome* da cidade mas do que ao que ele refere no mundo. Se passarmos ao campo da AD, poderíamos dizer que neste verbete focaliza-se a forma do nome próprio sem fazer referência ao objeto no mundo, trazendo-a só como é designada em duas

línguas – o “castellano” e o “gallego”. Nesse sentido, encontramos indícios do que Guimarães (2005b) chama de “relações de línguas”¹⁵⁴, em nosso caso, num determinado “espaço de enunciação” (Guimarães, 2005a), que delimitamos como o Estado nacional espanhol. Observamos assim que, no verbete, confirma-se o nome em língua “castellana”, especificando-o como “tradicional” e, imediatamente, prescreve-se, com alto grau de determinação – materializado numa restrição encabeçada por “(s)alvo en” – sobre quais são os contextos nos quais pode aparecer o topônimo em galego.

Além disso, o funcionamento do enunciado deôntico (marcado pela forma “debe emplearse”) mostra a tensão gerada pelo funcionamento do galego como língua oficial da respectiva Comunidade Autônoma, tal como determina a Constituição do Estado Espanhol de 1978 que designa o “castellano” como língua de todo o Estado espanhol e prevê que as comunidades autônomas têm direito às suas respectivas línguas, como oficiais.¹⁵⁵ Observemos que essa relação se materializa no sintagma fortemente restritivo “(s)alvo en textos oficiales”.

Passamos, agora, a abordar um verbete no qual a “relação de línguas” no espaço de enunciação que delimitamos como Estado espanhol aparece na oposição “castellano” / “catalán”.

Lérida

sd36: **Lérida**. Nombre tradicional en lengua castellana de la provincia y ciudad de Cataluña cuyo nombre en catalán es *Lleida*. Salvo en textos oficiales, donde es preceptivo usar el topónimo catalán como único nombre oficial aprobado por las Cortes españolas, en textos escritos en castellano debe emplearse el topónimo castellano. El gentilicio, para todo tipo de textos, incluidos los oficiales, es *leridano*. También existe el gentilicio culto *ilerdense*, basado en el nombre latino de esta ciudad (itálico e negrito do DPD, sublinhado nosso).

¹⁵⁴ Na Enciclopédia das Línguas do Brasil (ELB). Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb2/pages/artigos/lerArtigo.lab?id=1>.

¹⁵⁵ O artigo 3 da constituição espanhola enuncia: “1. El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla. 2. Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos. 3. La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección.” Disponível em: http://www.congreso.es/constitucion/ficheros/c78/cons_espa.pdf . Consultado em: 02/02/2012.

Percebe-se que uma das únicas diferenças entre a textualidade dos verbetes “La Coruña” e “Lérida” refere-se à língua “outra” em relação à “lengua castellana”. Observemos que, de novo, como em “La Coruña” (sd35), temos uma restrição encabeçada por “(s)alvo em textos oficiales”, na qual reforça-se nossa análise acima de que se materializa aí a tensão entre as línguas oficiais que habitam o espaço de enunciação que delimitamos como Espanha: neste caso, mais uma vez, vemos o gesto regulador da Instituição, delimitando onde e como devem aparecer.

Para poder avançar na análise de “La Coruña” e “Lérida”, consideramos produtivo colocá-los em relação de sentidos com os verbetes que abordam os seguintes topônimos: “La Goleta” e “La Valletta”:

La Goleta

sd37: **La Goleta.** Nombre tradicional español de esta ciudad de Túnez: «*Estuvieron cuatro días fondeados en La Goleta, antepuerto de Túnez*» (Faner Flor [Esp. 1986]). No debe usarse en español la forma francesa *La Goulette* (itálico e negrito do DPD, sublinhado nosso).

Temos uma regularidade nas sd35, sd36 e sd37: nesta última aparece o sintagma “nombre tradicional” que predica sobre o nome próprio da entrada. É interessante ressaltar que a especificação (referida à língua), neste caso, é “espanhol” (e não “castellano”, como acontecia em “La Coruña”,sd35 e “Lérida”, sd36). Pensamos que este vaivém ou esta oscilação se relaciona com o fato de que as relações de línguas mudam: nas sequências anteriores o nome próprio em questão entrava em relação com línguas do espaço de enunciação que designamos como Estado espanhol. Já neste caso, no qual aparece “o francês”, o espanhol entraria em relação com línguas de um espaço de enunciação ampliado (Zoppi-Fontana, 2009, p.20-22).

Consideramos produtivo colocar a especificação “tradicional” em relação de sentidos com as definições que abordam esse vocábulo no DRAE:

1. adj. Pertenciente o relativo a la tradición.
 2. adj. Que se transmite por medio de ella.
 3. adj. Que sigue las ideas, normas o costumbres del pasado.
- V.
[gramática tradicional](#)

Os efeitos de sentido dessa especificação ficariam claramente explicitados por esses três enunciados definidores que imporiam o peso do uso, das normas, dos costumes do passado. Ela funciona, justamente, na direção do dizer que, em sd37, retoma e confirma taxativamente o enunciado de modalidade deôntico, segundo o qual não deve ser usada a forma francesa.

Vejamos que essa modalidade deôntica aparecia nos dois casos acima (La Coruña e Lérida), porém, aqui materializado numa negação e expressando a proibição explícita do “uso” do termo em sua grafia em francês, *La Goulette*. A mobilização de “no se debe” traz consigo o discurso-outro, uma outra posição sujeito que admitiria o uso do vocábulo em francês, mostrando uma relação de forças entre formas de dizer no discurso do DPD.

Cabe observar a aparição do deítico “esta” que, num movimento anafórico retoma a cidade, criando uma circularidade com a palavra-entrada em espanhol “La Goleta”, reforçando a necessidade de apenas fazer a referência a essa cidade pelo vocábulo em espanhol. A forma francesa, num movimento diferente do que acontecia com o galego na sd35 – “La Coruña” e com o catalão na sd36 – “Lérida”, é silenciada neste momento, o que funciona como um indício da relação tensa que se instala aí entre o espanhol e outras línguas, no caso o francês. Sabemos que essa relação, no plano do real, também é tensa no espaço de enunciação que delimitamos como Estado espanhol – no caso com as “outras” línguas desse território nacional –; porém, no simbólico, ela se projeta de modo diferente, provavelmente pela oficialidade das línguas em jogo nesse espaço. Em contraposição, no espaço de enunciação ampliado, a tensão de que falamos irrompe na sintaxe e nas formas de dizer.

O fato da “preferência” pelo topônimo em espanhol pode ser explicado pela história, pois é esta a que, como exterioridade, está produzindo efeitos na determinação (mediante

gestos de inclusão e de exclusão) do que pode e deve ser dito, na materialidade do texto. Cabe observar que “La Goleta” foi conquistada pelo rei Espanhol Carlos V em 1535, mas em 1574 foi tomada pelos otomanos. Em 1881, a cidade foi anexada à França e só tornou-se independente em 1956. Sua língua oficial é o árabe, mas o francês continua sendo usado como língua do comércio. Nesse sentido, resta dizer que o “exemplo” citado no verbete mobiliza saberes filiados a um “saber de tipo enciclopédico” (NUNES, 2006, p.63, 64), situando o consulente quanto à localização de tal cidade no mapa e no mundo.¹⁵⁶

Apresentamos agora – tal como já antecipamos – “La Valletta” pelas coincidências que traz com relação à “La Goleta” reforçando a *tomada de posição* (PÊCHEUX, [1975] 2009) que detectamos no dicionário quanto a topônimos advindos de uma língua de fora da Espanha. Em ambos os casos observamos que há uma ligação com o Estado desta última nação, por terem sido regiões onde houve dominação espanhola, mesmo que há muito tempo, e esse fato parece ressoar ainda hoje no momento em que há no dicionário a referida “tomada de posição” no que se refere a estes topônimos.

La Valeta

sd38: **La Valeta**. Forma tradicional española del nombre de la capital de Malta: «*Falleció tras sentirse mal en un bar de La Valeta, en la isla de Malta*» (DNavarra [Esp.] 5.5.99). No debe usarse en español la grafía original *La Valletta*, y menos aún la semiadaptación ☒ *La Valetta*. El artículo forma parte del nombre propio, por lo que debe escribirse con mayúscula inicial (→ [mayúsculas, 4.7](#)) (itálico e negrito do DPD, sublinhado nosso).

Neste verbete observamos novamente a ocorrência de certas regularidades já detectadas no caso do tratamento feito pelo DPD nos topônimos anteriores. Vemos a retomada da especificação “tradicional”, ainda que aqui se refira ao substantivo “forma” e não “nombre”, como nos casos anteriores. Observamos que Malta, como já havíamos adiantado, também teve

¹⁵⁶ E retomando algo que já aparecia no primeiro enunciado do verbete: “Nombre tradicional español de esta ciudad de Túnez [...]”.

um período de dominação espanhola, de 1283 à 1518, sendo que anteriormente pertenceu à Sicília, e daí o nome “La Valletta”, em italiano. Novamente vemos uma “recusa” e uma prescrição explícitas mediante a materialização da forma deôntica “No debe usarse”. Esta modalidade (marcada com o verbo “deber”) aqui aparece não somente uma, mas duas vezes. Na segunda, em afirmativo, prescreve o uso do artigo em letra maiúscula e remete a outro verbete, este temático: “Mayúsculas 4.7” a modo de justificar o dito sobre o uso desse artigo.

Esta é a regra que deve ser usada na língua espanhola, assim como em “La Habana”, que abordamos a seguir:

La Habana

sd39: **La Habana.** El artículo que forma parte del nombre de la capital de Cuba debe escribirse con mayúscula (→ mayúsculas, 4.7): «*En un lugar céntrico de La Habana se alza un bello [...] monumento a los chinos “mambises”*» (Moreno Historia [Cuba 1983]). No se debe usar en español la grafía inglesa La Havana. Su gentilicio es *habanero*: «*Traían un par de direcciones de jóvenes pintores habaneros a quienes deseaban visitar*» (ÁlvzGil Naufragios [Cuba 2002]) (itálico e negrito do DPD, sublinhado nosso).

A retomada da palavra entrada como “la capital de Cuba” confere um caráter enciclopédico a este primeiro enunciado do verbete. A primeira forma verbal: “debe escribirse” ocorre da mesma forma que em “La Valeta” e também remete ao verbete no qual “se explica” este “dever dizer”. Temos uma segunda ocorrência de modalidade deôntica, no caso negativa: “no debe usarse” para fazer referência ao topônimo “em inglês” com o artigo feminino do espanhol “la” – o que produz um estranhamento. Para observar o uso deste artigo na “grafia inglesa”, consultamos dois corpora: o “Corpus of Contemporary English”¹⁵⁷ e o “British National Corpus”¹⁵⁸ e, como já antecipávamos, em nenhum dos dois esta é a grafia que ocorre em inglês, e sim a grafia “Havana.”¹⁵⁹ Detectamos um equívoco na formulação do enunciado deste verbete. A prescrição, deduzimos, é no sentido de que os consulentes não usem a grafia

¹⁵⁷ Disponível em: <http://corpus.byu.edu/coca/>

¹⁵⁸ Disponível em: <http://www.natcorp.ox.ac.uk/>

¹⁵⁹ Que também é a grafia em português.

com a letra “v”, que, do ponto de vista do sujeito do discurso deste instrumento linguístico, seria advinda do inglês. É interessante notar que Havana é a capital de Cuba, país hispano-falante, então chama-nos a atenção a preocupação encontrada no DPD com relação à grafia deste sintagma na “língua inglesa”, o que nos leva a observar a importância que seu gesto regulador dá ao fato de delimitar claramente as fronteiras entre as línguas.

As análises apresentadas nesta parte, que focalizaram os topônimos, permitiram que nos aproximássemos do modo como o DPD “resolve” as dúvidas, tanto recomendando o uso de alguns vocábulos quanto proibindo o “uso” de outros. Em todos os casos, acreditamos que opera em seu discurso uma forte interpelação na direção de que os sujeitos consulentes se identifiquem com o “domínio de saberes” na *formação discursiva*¹⁶⁰ (PÊCHEUX, [1975] 2009) na qual pensamos que o DPD se inscreve, predominantemente marcada pelos sentidos que instaura a operação de “regular a língua”. Percebemos, também, que o gesto regulador do DPD, para “defender” – significante que apareceu na análise realizada do capítulo 1 – a língua espanhola, entra em um embate tanto com as línguas que habitam o território do país no qual o dicionário foi publicado, a Espanha¹⁶¹, quanto as que habitam o espaço exterior a ele, de modo a sempre tentar “controlar” a maneira pela qual os sujeitos hispano-falantes se relacionam com as formas que, de nosso ponto de vista, funcionam como marcas que da memória de outras línguas há no funcionamento da espanhola. Há ainda uma forte relação dos verbetes com a antecipação de uma norma que a Instituição impõe sobre aquelas advindas do uso da língua – o que, de fato, compromete a “leve” imagem antecipada (cf. capítulo 2) em certas partes do paratexto, isto é, do *discurso sobre* o dicionário.

E, neste ponto, passamos ao último verbete que consideraremos, no caso, um temático.

¹⁶⁰ Pêcheux ([1988] 2009, p. 147) chama formação discursiva “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve se dito*” (destaque do autor).

¹⁶¹ Gostaríamos de observar neste ponto que tanto a sede da RAE quanto a da ASALE encontram-se em Madri, inclusive no mesmo endereço, conforme a página eletrônica da ASALE intitulada “Sede corporativa”. Disponível em: <http://www.asale.org/la-asociacion/presentacion/sede-corporativa> (consultado em 02/12/2013).

Focalizaremos, neste caso, apenas os aspectos que dizem respeito ao gesto regulador e sua relação com a diversidade da língua.

Laísmo

Na nomenclatura da letra “L” no DPD, como já esclarecemos oportunamente, há 3 entradas que correspondem a verbetes temáticos: “laísmo”, “leísmo” e “loísmo”. Recortamos o primeiro para fazermos algumas considerações:

- sd40:LAÍSMO. 1. Es el uso impropio de *la(s)* en función de complemento indirecto femenino, en lugar de *le(s)*, que es la forma a la que corresponde etimológicamente ejercer esa función (→ 1). pronombres personales átonos
2. Los pronombres *la, las* proceden, respectivamente, de las formas latinas de acusativo *illam, illas*. El acusativo es el caso de la declinación latina en el que se expresaba el complemento directo. Por ello, la norma culta del español estándar solo admite el uso de estas formas para dicha función: «*LA busqué* [a Constanacia] *en los tres pisos*» (Fuentes Constanacia [Méx. 1989]); «*Estas cosas muchos no LAS quieren creer*» (*Vanguardia*[Esp.] 6.7.94). No son correctos los usos ejemplificados a continuación, en los que la forma *la* funciona como complemento indirecto:
- ☒ «*Cuando abrió la Marcelina, LA dijeron: ¿Vive aquí Marcelina Domínguez?*» (JmnzLozano Grano [Esp. 1988]); ☒ «*Yo LA di un beso a Josefa*» (Pombo Héroe [Esp. 1983]).
3. El laísmo, al igual que otros fenómenos paralelos relacionados con el uso antietimológico de los pronombres átonos de tercera persona, como el leísmo y el loísmo, comienza a fraguarse en la Castilla primitiva durante la Edad Media (para las razones de su aparición, → leísmo, 3), pero no consiguió extenderse a la variedad del castellano andaluz, por lo que no se trasladó al español atlántico (Canarias e Hispanoamérica). El área propiamente laísta se circunscribe básicamente a la zona central y noroccidental de Castilla. Aun así, por influencia de la norma culta estándar (→ 2), es patente la voluntad de los hablantes cultos de esas zonas y, sobre todo, de los escritores, de ajustarse al uso etimológico.
4. Hay ocasiones en que las incorrecciones o vacilaciones en el uso de los pronombres átonos de tercera persona no se deben a la tendencia dialectal señalada en el párrafo anterior, sino a la duda del hablante sobre el tipo de complemento —directo o indirecto— que rigen algunos verbos (itálico e negrito do DPD, sublinhado nosso).

O verbete se inicia definindo o “laísmo” como um uso “improprio”, ou seja, não o enuncia como “incorreto” de imediato, mas ao longo do verbete o fará. Em 2. “norma culta del español estándar” e sua paráfrase em 3., “norma culta estándar”, constituem a nosso ver uma redundância, pois pelo apresentado na seção “Qué es el diccionario panhispánico de dudas” item “La Norma Culta” (DPD, 2005, p. XIV): “Es por ello la expresión culta formal la que

constituye el español estándar: la lengua que todos empleamos, o aspiramos a emplear, cuando sentimos necesidad de expresarnos con corrección” mostrando que “norma culta” e “español estándar” se equivalem. Vemos aqui a ênfase dada ao espanhol considerado “correto” pelo DPD para mostrar como, do ponto de vista do dicionário, o laísmo deve ser evitado.

Já em: “No son correctos los usos ejemplificados a continuación” há outra redundância, pois os exemplos já tem a marca “✗”, de incorreção, o que reafirma que o “uso” dessa forma não é admitido segundo o DPD. As marcas que detectamos nessa materialidade mostram a força do gesto regulador.

Em 3. são mobilizados saberes sobre a origem do laísmo e, inclusive, uma justificativa sobre o fato de este não ter se transferido para “el español atlántico”. Designa-se aí a região onde foi originário como “Castilla primitiva” justificando assim este modo de falar. O adjetivo “primitivo” remeteria ao antigo e rústico, sem relação com a “norma culta”. Segue-se ainda afirmando que “Aun así, por influencia de la norma culta estándar, es patente la voluntad de los hablantes cultos de esas zonas y, sobre todo, de los escritores, de ajustarse al uso etimológico.” Nesta ocorrência temos que os próprios falantes da região onde aparece o “laísmo” saberiam de seu uso inapropriado e “teriam vontade” de ajustar-se à norma, algo que imaginariamente (e de modo eficaz, pensamos) antecipa qual lugar a Instituição abre para que o falante – que já caracterizamos mediante formulações tais como “que duda”, consulente - ocupe, afirmando inclusive, que este se identificaria com esse lugar instaurado por um modo de interpelar que caracteriza a RAE há quase trezentos anos.

O que vemos nas formulações deste verbete, no seu intradiscurso, são – como diria Serrani-Infanti (1997, p. 2-3) – “representações da diversidade”: são abordadas dessemelhanças e colocadas em relações de sentido com “norma culta”, “espanhol estándar”, “uso etimológico”, sem ser interpretadas considerando a “dimensão constitutiva da alteridade

social e do inconsciente”. Reconhecemos, assim, um gesto que vincula ou submete os processos enunciativo-discursivos dentro do universo do espanhol e em diferentes espaços enunciativos a questões normativas (ou de adequação a uma linha etimológica), desprovendo-os da complexidade que lhes é própria. De fato, o que prima nessa materialidade é uma incapacidade por parte do sujeito do discurso de ocupar posições de *exposición à alteridade*.

Iniciamos este capítulo relacionando os verbetes da letra “L” com as “classes” de dúvidas elencadas na lista de “Cuestiones tratadas” apresentada no paratexto do DPD, a qual já havíamos abordado no capítulo 2. Naquele momento, pensamos em quais “cuestiones” estariam relacionadas com as *dudas concretas* e quais com as “potenciais”. Inferimos destas duas abordagens que parece haver uma tendência no dicionário a privilegiar certos aspectos – de nosso ponto de vista, os “extranjerismos” e os “topónimos” – o que marca uma tomada de posição (PÊCHEUX, [1975] 2009), por parte das Instituições que o publicam, com relação ao que no próprio paratexto do DPD aparecia na seguinte formulação: “[...] adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento” (sd11).

Na segunda parte do capítulo trouxemos certos verbetes para observar de que modo funciona sua constituição e isso nos possibilitou avançar na compreensão da relação que se trava entre o DPD e o DRAE – algo que começamos a observar já no capítulo 1 e, inclusive, em considerações que realizamos na Introdução desta dissertação. O fato de termos observado que os enunciados definidores do DRAE, na atual edição, funcionam como fonte na *produção* do DPD, porque este os *reproduz*¹⁶² e os *comenta*, nos leva a expressar essa relação mediante a fórmula: *DRAE22/DPD*, na qual a barra – mais uma vez em nosso trabalho – vem materializar a subordinação, no caso, do segundo instrumento com relação ao primeiro. Este,

¹⁶² Sem deixar marcas de “heterogeneidade mostrada” ou deixando apenas aspas simples sem nenhuma outra explicitação – de fonte, por exemplo – como ficou claro em nossa análise.

de autoria da RAE, funcionaria como pressuposto (como pré-construído) sobre o qual o segundo, de autoria RAE/ASALE, *comenta*. Esta modalidade que detectamos não apenas confirma e legitima a 22ª edição do DRAE, mas, também, prolonga os efeitos de seu funcionamento, operando na direção de ajustar e prescrever mais explicitamente – mais firmemente – o “uso” de formas da “língua espanhola”.¹⁶³

Como já dissemos anteriormente, colocar o foco nos topônimos foi o modo que encontramos para tentar detectar como a preocupação da academia expressa no já referido fragmento de sd11 – “[...]ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento” – se materializa na nomenclatura do dicionário. Percebemos que tal preocupação, no tocante aos topônimos que colocamos em destaque, é bastante incisiva e se materializa em gestos regulatórios que aceitam somente uma forma de uso, adaptando a grafia dos vocábulos de outras línguas – seja no espaço de enunciação que delimitamos como o Estado espanhol seja num espaço de enunciação ampliado – ao que é considerado “correto” na LE. De nossa perspectiva, no DPD o trabalho de regulação se centraria em tratar aspectos – neste caso, o dos topônimos – sobre os quais antes não havia espaço nas obras acadêmicas – o DRAE, a *Nueva Gramática de la Lengua Española* e a *Ortografía de la Lengua Española*. Daí que pensemos como muito expressivo reforçar a ideia de que o DPD e o DRAE funcionam numa relação de complementariedade porém, submetida a todos os sentidos que abordamos acima, ao falar de subordinação na prática do comentário (*DRAE22/DPD*).

¹⁶³ Lembramos que esta designação não aparece no título do DPD, mas aparece no do DRAE, como já antecipamos no capítulo 1. Retomando, neste ponto, o silêncio com relação à língua no título do primeiro, poderíamos dizer que ele se justificaria, em parte, pela relação de complementariedade que detectamos no funcionamento desses dois dicionários. Quanto ao significante “panhispánico”, que também abordamos, poderíamos voltar a dizer que designa por metonímia a língua, porém vinculada à forma como ela é abordada, no caso, por uma política linguística.

Neste ponto, sentimos a ressonância do fragmento “se echaba de menos una obra que permitiera resolver con comodidad y prontitud los miles de dudas concretas que asaltan a los hablantes[...]” (sd11), o que nos leva a afirmar que a indeterminação do sujeito “se” em “sentia-se falta de” atinge agora uma referência clara: a própria instituição autora do DRAE e, como máximo, a ASALE, para poder exercer mais firmemente seus gestos de regulação.

Os topônimos, tal como vimos em nossa análise, são pontos de embate atravessados pelos conflitos e as lutas da história que implicam processos de expansão, de conquista, de colonização, de reconquista, etc. Daí que representem um lugar no qual se concentra o embate entre línguas, no caso o espanhol em sua relação com outras. O gesto que detectamos vai na direção de traçar, mais uma vez de modo firme, as fronteiras com elas; passaremos, agora, ao próximo capítulo, no qual esta mesma questão voltará a colocar-se, desta vez, mediante os “**extranjerismos**” – formulação esta que já é bastante expressiva para pensar a questão.

CAPÍTULO 4

O DPD E SUA RELAÇÃO COM O DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA

Neste quarto capítulo continuaremos trabalhando com o mesmo recorte da nomenclatura do DPD que analisamos no 3, ou seja, os 169 verbetes da letra “L”. Nele, focalizaremos a análise de aspectos da relação que, a partir de indícios já interpretados no capítulo 1, consideramos que se trava de modo muito específico entre o DPD e o DRAE.

No capítulo 3, no qual observamos o modo como no DPD é resolvida a dúvida na materialidade dos verbetes, foi possível mostrar que os enunciados definidores do DRAE 22ª edição são reproduzidos na textualidade dos verbetes do DPD sem que haja uma série de marcas que indiquem o funcionamento do que Authier-Revuz chama de “heterogeneidade mostrada” (1990). Nesse mesmo sentido inferimos que, no funcionamento dos verbetes, o DRAE pode ser considerado, de acordo com formulações de Foucault ([1970] 2010), o “texto primeiro” e o DPD o “segundo”, numa clara relação mediante a qual aquele é *comentado*, ainda no sentido foucaultiano do termo, por este.

Essa série de considerações nos permitirá observar, no presente capítulo, como funciona o DPD na operação (de reformulação¹⁶⁴) travada entre os verbetes da 22ª edição do DRAE – a atual – e a prevista para 2014, (a 23ª), trazendo à tona uma relação que já podemos

¹⁶⁴ Conceito especialmente abordado por Arnoux (2006, p. 97) no campo da AD, que foi mobilizado no capítulo 1.

passar a definir como *constitutiva* entre ambos instrumentos. Na primeira parte, então, apresentaremos o DRAE e explicitaremos como funciona sua versão *online*, na qual ao consultar a 22ª edição, em alguns casos, encontramos remissões à 23ª. Isto nos permitirá realizar, na segunda parte, um outro sub-recorte dos 169 verbetes da letra “L” do DPD, ao colocar em relação este instrumento com o DRAE, em suas duas edições. E este sub-recorte será o objeto da análise que desenvolveremos ainda nessa mesma segunda parte. Por fim, como nos casos anteriores, teceremos a série de considerações que for possível produzir a partir da reflexão desenvolvida ao longo deste capítulo.

1. O *Diccionario de la Lengua Española* da RAE

O *Diccionario de la Lengua Española*, mais conhecido como DRAE, teve sua primeira edição em 1789, quando o *Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*, conhecido como “Dicionário de autoridades” (1726-1739), ao qual já fizemos referência no capítulo 1 ao falar da criação da RAE, sofreu cortes para ser reduzido a um só volume.

Conforme já mencionamos em nossa Introdução, existe um fato curioso em torno da sigla desse dicionário, que não coincide com as letras iniciais de seu nome: *Diccionario de la Lengua Española*. A sigla DRAE nos remete imediatamente à sua instituição autora, a RAE¹⁶⁵, – pelo menos até sua atual edição, a número 22 –, apesar de estar explícita em seu prólogo a seguinte afirmação: “El Diccionario de la Real Academia Española, en el que [...]”

¹⁶⁵ Na página “Obras académicas” do site da RAE (<http://www.rae.es/obras-academicas/diccionarios/diccionario-de-la-lengua-espanola>) e na página “Obras y proyectos” do site da ASALE, (<http://www.asale.org/obras-y-proyectos/diccionarios/diccionario-de-la-lengua-espanola>) fica registrado que o dicionário é de autoria dessa academia. Consultado em 02/12/2013.

colaboran estrechamente las veintiuna Academias con ella asociadas”.¹⁶⁶ Encontramos uma afirmação parecido no *site* da ASALE, na página intitulada “Diccionario de la lengua española”. Nela se afirma que essa obra hoje em dia “es el resultado de la colaboración de todas las academias”.¹⁶⁷ Mais uma vez encontramos uma vacilação, um deslize muito significativo, que materializa um equívoco constitutivo, em termos de compreender a relação contraditória – de desigualdade –, que no capítulo 1 designamos como *RAE/ASALE*. Neste caso tira-se o crédito da autoria da ASALE e comenta-se no texto o trabalho de colaboração entre a RAE e essa outra instituição. Esses modos de dizer, então, estão atravessados – como já dissemos – por uma contradição (que é do registro do real, que é da ordem da história) e que, portanto, que é constitutiva do funcionamento desse discurso.

Observamos que há então um movimento de declarar que todas as 22 academias trabalham para a publicação, mas a obra continua sendo conhecida e divulgada como DRAE, conferindo à RAE, como já vimos no capítulo 1 da presente dissertação, o protagonismo no que se refere à regulação da LE. Desde sua primeira edição e até os dias de hoje, em sua 22^a edição, o DRAE construiu seu lugar na lexicografia hispânica como um dos dicionários mais importantes de língua espanhola no mundo e, como argumenta Lara (2001, p. 97): “La historia de los diccionarios de la lengua española ha estado determinada, hasta ahora, por la actividad de la Real Academia Española.”

E esse protagonismo – do dicionário e de sua Instituição autora - esteve e está presente ainda no espaço de enunciação delimitado, em nossa Introdução, pelos territórios dos Estados nacionais (ex-colônias da Espanha) que, atualmente, têm a LE como língua oficial. Nesse sentido, Lara (2011, p. 324) nos ajuda a compreender um pouco mais o funcionamento desta

¹⁶⁶ (DRAE, p. X.), disponível em: <http://www.rae.es/diccionario-de-la-lengua-espanola/presentacion> Neste enunciado, fica clara a designação que a própria academia confere ao dicionário. Podemos perceber também como a RAE coloca que as “outras” 21 academias são associadas com ela, e assim não estariam em papel igualitário realmente. Consultado em 02/12/2013.

¹⁶⁷ Disponível em: <http://www.asale.org/obras-y-proyectos/diccionarios/diccionario-de-la-lengua-espanola>. Acesso em 15/11/2013.

Instituição no mundo hispânico. O autor afirma: “las independencias de las naciones hispanoamericanas contribuyeron al fortalecimiento del papel de la Academia y su ideología defensiva de la identidad de la lengua.” O autor (*ibidem*) argumenta, sobre este aspecto, que na América havia receio de que a independência dos países trouxesse a fragmentação do espanhol, e que assim: “a lo largo del siglo XIX Hispanoamérica cedió el papel de dirigir la unidad de la lengua a la Real Academia Española y adoptó su misma ideología purista.”

Sua 23ª edição será publicada em 2014¹⁶⁸, como já referimos em diversos momentos da presente dissertação. Apesar disso, desde 2004¹⁶⁹ o *site* no qual pode ser consultado¹⁷⁰ vem recebendo atualizações com as alterações que constarão nesta nova edição, sendo que até agora, segundo informações da própria página eletrônica, foram modificados 21.989 verbetes dos 88.431¹⁷¹ que constam em sua nomenclatura.

A consulta desta nova edição no *site* funciona da seguinte maneira: ao digitar no campo específico da página algum dos vocábulos que já foram reformulados para a nova edição na versão *online* do DRAE, o consulente se depara com uma remissão à nova edição sob a designação “avance a la vigésima tercera edición”, com três possibilidades diferentes: “artículo enmendado”; “artículo propuesto para ser suprimido” e “artículo nuevo”.

A primeira categoria, a de “artículo enmendado”, se refere a entradas que sofrerão modificações na edição prevista para 2014 e mostra à direita do verbete da atual edição uma espécie de “botão” vermelho – como já foi observado em vários momentos deste trabalho. Ao clicar nele, o plano de fundo é modificado, e com letras em cinza claro e na diagonal, como se fosse uma marca d'água, lemos o seguinte sintagma: “redacción propuesta”. Veremos isto ao

¹⁶⁸ Informação contida no Programa de comemorações ao III Centenário da RAE, disponível em: <http://rae.es/la-institucion/iii-centenario>.

¹⁶⁹ Cf. <http://rae.es/diccionario-de-la-lengua-espanola/hacia-la-23a-edicion/cifras-de-actualizacion>

¹⁷⁰ www.rae.es.

¹⁷¹ Fonte: <http://buscon.rae.es/draeI/html/drae/img/drae/variacionlemas.jpg>, acessado em 08/12/2010. As mudanças previstas para o DRAE 23ª edição também podem ser acompanhadas por notícias publicadas no próprio *site* da RAE, no qual periodicamente atualizam-se os verbetes que sofrerão modificações, em: <http://rae.es/diccionario-de-la-lengua-espanola/hacia-la-23a-edicion/cifras-de-actualizacion>, consultado em 10/10/2013.

analisar a sd39, caso o leitor já queira visualizar como funciona o que aqui estamos tentando descrever.

O segundo caso, “artículo propuesto para ser suprimido”, trata de lexemas que serão eliminados da nomenclatura da próxima versão. Assim, na versão atual, ao consultar um determinado vocábulo, a página mostrada já registra o sintagma: “artículo propuesto para ser suprimido” em vermelho e, de novo, como plano de fundo, em letras em cinza claro e na diagonal, como se fosse uma marca d’água, aparece, desta vez, o sintagma “Propuesta de supresión”.

A terceira possibilidade, “artículo nuevo” prevê a inclusão de entradas no novo DRAE. Ao consultar um vocábulo que não consta na nomenclatura do DRAE 22ª edição mas que passará a fazê-lo na 23ª, o consulente é direcionado imediatamente à página cujo plano de fundo está marcado pelo sintagma “redacción propuesta” (tal como acontecia com a primeira categoria de “artículo enmendado”).

Feita esta série de esclarecimentos acerca do funcionamento do DRAE 23ª edição, fortemente vinculado, no *site*, ao da edição atual, estamos em condições de compreender como será realizado o sub-recorte, anunciado na introdução deste capítulo, dos verbetes da letra “L” no DPD. Passamos, então, ao segundo item de nosso capítulo.

2. Nosso recorte e a 23ª edição do DRAE

Ao compararmos lexemas do nosso recorte que se referem principalmente a estrangeirismos, percebemos que muitas vezes o verbete do DPD é divergente do apresentado no DRAE 22ª edição, propondo alterações, geralmente no que se refere à grafia de tais vocábulos. Em geral, a proposta é “adaptá-los” às formas (possíveis) da língua espanhola, prescrevendo o uso destas “grafias adaptadas”, ao invés do uso dos vocábulos em sua grafia

“original”. Interpretando as emendas destes mesmos lexemas publicadas no *site* do DRAE como previstas para figurarem em sua 23ª edição, as modificações parecem seguir o recomendado pelo DPD. Este aspecto funciona como um indício forte da relação entre o DPD e o DRAE, que exploramos neste capítulo.

Nosso recorte da letra “L” do DPD é composto por 169 entradas, como já explicitamos. Delas, 117 aparecem também no DRAE 22ª edição. Ao compararmos tais vocábulos coincidentes, observamos muitas vezes que o verbete do DPD é divergente do apresentado no DRAE 22ª edição, ao propor recomendações que podem referir-se ora à grafia, ora ao próprio uso do vocábulo, ou realizar outro tipo de operações, dentre as quais, mencionamos o caso da supressão. Notamos, consultando cada verbete, que desses 117 que aparecem tanto no DPD quanto no DRAE, 23 serão modificados para a próxima edição do DRAE. Deles, verificamos que 20 se encaixam na categoria: “artículos enmendados”, 2 em “artículos propuestos para ser suprimidos” e somente um figurará como “artículo nuevo”.

Segundo as observações que realizamos na introdução deste item, detectamos um gesto de subordinação por parte da 23ª edição do DRAE a respeito das operações de regulação que aparecem no DPD. Isto claramente ocorre em 14 dos 23 verbetes com previsão de modificação; destas 14 entradas, 11 (“leitmotiv”, “licra”, “liderato”, “liderazgo”, “línea”, “linier”, “linotipo”, “llevar”, “lobby”, “lord”, “lycra”) aparecem como “artículo enmendado”, 2 são “artículo propuesto para ser suprimido” (“look” e “lunch”) e 1 é “artículo nuevo” (“lutier”).¹⁷² Podemos inferir ainda que nove destes mesmos 14 vocábulos, ou seja, mais da metade das ocorrências, referem-se a vocábulos advindos de línguas estrangeiras usados no espanhol. Este fato corrobora a importância dada no dicionário aos “extranjerismos”, aspecto que já aparecia claramente na análise realizada no capítulo 2, na qual entravam na “classe”

¹⁷² Os outros 9 verbetes são: “l,” “leche”, “legitimación”, “licenciar(se)”, “listo -ta”, “llave”, “loco-ca”, “locomotor -ra”, “locomotriz” e “luna”. Tais vocábulos serão modificados no DRAE 23ª, mas não se referem a enunciados encontrados no DPD sobre eles.

que designamos como “dúvidas potenciais”, isto é, as dúvidas antecipadas pela instituição¹⁷³ e não aquelas dirigidas à instituição pelo falante. De novo, se faz presente um gesto de regulação que se centra no claro traçado de fronteiras entre a língua espanhola em sua relação com outras línguas.

Nesse sentido, passaremos a explicitar agora como funciona cada uma das três marcas que se designam na reformulação do DRAE 23ª edição como “artículo enmendado”, “artículo propuesto para ser suprimido” e “artículo nuevo”. Para tanto, dos 14 vocábulos nos quais detectamos a referida relação de subordinação entre o DRAE 23ª e o DPD – e que justamente funcionam como “extranjerismos” – tomamos 7, que nos permitirão mostrar diversos gestos de regulação e diferentes efeitos na produção material da textualidade dos verbetes do DRAE 23ª edição. São eles:

- “artículo enmendado”: “Leitimotiv”, “linier”, “lobby” e “lycra”;
- “artículo propuesto para ser suprimido”: “look” e “lunch”;
- “artículo nuevo”: “lutier”.

3. O caso do *artículo enmendado*

O primeiro verbe de nosso sub-recorte é “Leitimotiv”, cuja busca na versão eletrônica do DPD traz o seguinte resultado:

sd41: La palabra ***Leitimotiv*** no está registrada en el *DPD*. La que se muestra a continuación tiene formas con una escritura cercana.

leitmotiv (itálico e negrito do DPD).

Nessa sequência, interpretamos que o primeiro enunciado implica uma negação e um apagamento das marcas da memória da outra língua (no alemão todos os substantivos são

¹⁷³ Lembramos que essas dúvidas têm a ver com o exposto no fragmento que já citamos várias vezes em nosso trabalho, de sd11, segundo o qual a academia vai: “[...] adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento [...]”

grafados em letra maiúscula inicial); já mediante o segundo enunciado, registra-se a reescrita do vocábulo, que afirma – num movimento que (por se tratar de um instrumento linguístico que atende e resolve dúvidas) interpretamos como um gesto de legitimação – a grafia, a forma da escrita na língua espanhola.

Ao clicar no vocábulo indicado, o resultado é:

sd42: **leitmotiv**. Voz alemana, acuñada por el compositor Richard Wagner, que significa ‘tema musical recurrente en una composición’ y, por extensión, ‘motivo central recurrente de una obra literaria o cinematográfica’. Puede sustituirse por las voces españolas *motivo* o *tema*, acompañadas de los adjetivos *conductor*, *central*, *principal* o *recurrente*: «Es “una de las principales obras de música dramática del siglo XIX italiano”. En ella hay motivos conductores a la manera wagneriana» (Zanders Ópera [Ven. 1992]); «La música abandona el tema recurrente para avanzar, siempre en el mismo tono subjetivo, a lo largo de todo el himno» (Monleón Gallina [Esp. 1983]); «El fútbol, junto con la actualidad política y la figura de su padre, fueron tres motivos centrales de los relatos que escribía» (Clarín [Arg.] 30.1.97) (itálico e negrito do DPD).

Como vemos, o registro em minúscula só reafirma o gesto analisado em sd41. Nesse sentido, o movimento mais amplo do verbete consiste em marcar a “voz” como advinda de outra língua (sem que haja marca etimológica, o que é uma constante neste instrumento, como já antecipamos no capítulo 3) e definir seu sentido para, a seguir, apontar, mediante um “puede sustituirse” as formas da língua espanhola que podem ser mobilizadas pelo consulente, recomendando estas últimas – que, por fim, são afirmadas e legitimadas mediante a citação de exemplos, no caso, tomados de diferentes práticas e regiões do espaço de enunciação que delimitamos como o dos países que têm a língua espanhola como oficial.

Gostaríamos de destacar, ainda, que, como vimos no capítulo 3 fica evidente a quase completa coincidência entre os enunciados definidores do DPD e do DRAE, como veremos a seguir, ao buscarmos tal vocábulo no DRAE 22ª edição, na qual aparece a definição léxica de, justamente, “Leitmotiv” (com a letra inicial em maiúscula):

sd43: *Leitmotiv*.

(Voz al., der. de *leiten*, guiar, dirigir, y *Motiv*, motivo).

1. m. Tema musical dominante y recurrente en una composición.

2. m. Motivo central o asunto que se repite, especialmente de una obra literaria o cinematográfica (itálico do DRAE).

Artículo enmendado

Na imagem capturada do *site* deixamos o registro do “botão” “artículo enmendado”, que nos dá acesso a um *hiperlink*, a modo de ilustrar como o consulente se depara ao fazer a consulta com a próxima edição do DRAE, a 23^a. Ao clicar nesse recurso, do lado direito do verbete, somos redirecionados à reformulação:

sd44:

Artículo enmendado.

Avance de la vigésima tercera edición

leitmotiv.

(Voz al., der. de *leiten*, guiar, dirigir, y *Motiv*, motivo).

1. m. Tema musical dominante y recurrente en una composición.

2. m. Motivo central o asunto que se repite, especialmente de una obra literaria o cinematográfica (itálico do DRAE).

Ao compararmos o verbete do DRAE 22^a edição e o previsto para a 23^a edição, a única diferença que se nota é justamente a grafia em letra minúscula, tal como registrado primeiramente no DPD. O motivo ou a causa da reescrita que detectamos funciona, em nossa análise, como um “não dito” – pois, de fato, não encontramos nenhuma explicitação nesse sentido no “discurso sobre” o dicionário nem nos verbetes – que reclama por uma interpretação que esboçaremos nas considerações finais deste capítulo.

Com base na análise de “leitmotiv” e contando com que nosso leitor já pode acompanhar o movimento de relações que estamos estabelecendo entre o DPD e o DRAE *online*, 22^a e 23^a edições, passaremos agora ao vocábulo “linier”, apresentando diretamente todas as sequências:

DPD – sd45: **linier**. Voz tomada probablemente del catalán, que se usa en España, en algunos deportes como el fútbol, para designar al árbitro auxiliar que tiene bajo su control una línea del campo. Es común en cuanto al género (→ género2, 1a y 3g): *el/la linier*. Su plural es *linieres* (→ plural, 1g). Hoy es más frecuente el uso de la locución *juez de línea*, que resulta preferible por estar generalizada en todo el

mundo hispánico: «*El juez de línea estaba con el banderín listo*» (Gamboa *Páginas* [Col. 1998]). En México se dice también *abanderado* y, en Chile, *guardalínea* (itálico e negrito do DPD).

DRAE 22ª ed. - sd 46: **linier**.
(Del ingl. *linier*).
1. m. Dep. **juez de línea**.

DRAE 23ª ed. - sd 47: **linier**.
(Del cat. *linier*, y este adapt. del ingl. *linesman*).
1. m. Dep. **juez de línea**.

Neste caso, o que vemos na reformulação é que, de lexema advindo do inglês da 22ª edição, “linier” passa para a 23ª edição como oriundo do catalão, pois, segunda esta última o vocábulo em catalão teria sido adaptado do inglês “linesman”. Fazendo uma consulta a dicionários da língua inglesa¹⁷⁴ percebemos que “linier” não tem em inglês o sentido de “juez de línea” do futebol: nesta língua esse vocábulo refere-se somente ao comparativo do adjetivo “liny” com a adição do sufixo “er”. Já o vocábulo “linesman” sim, tem o sentido de “juez de línea”. Do nosso ponto de vista, então, a reformulação da marca etimológica da 22ª edição para a da 23ª, nesta última – inclusive, retomada e explicitada no artigo reformulado – está de acordo com o verbete do DPD, no qual tal etimologia, de um lado, aparece com um modalizador “probablemente” que afeta a asserção realizada no DRAE 23 e, de outro, é registrada mediante uma reformulação que não diz sobre a relação deste vocábulo com a língua inglesa, apagando a memória desta na espanhola. Este fato clama por uma interpretação e, nesse sentido, pensamos que ele vai ao encontro de questões que apareceram na análise do capítulo 3: estaríamos em condições de dizer, que, com esse gesto, privilegia-se a relação de línguas dentro do espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2005) que delimitamos como o Estado nacional espanhol e não dentro do espaço de enunciação ampliado (Zoppi-

¹⁷⁴ Dicionário Cambridge, disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/>, dicionário Webster, disponível em: <http://www.merriam-webster.com>, dicionário oxford, disponível em: <http://oxforddictionaries.com/>, consultados em 21/07/2012

Fontana, 2007). E, ainda por cima, acrescentaríamos, o vínculo do vocábulo com a língua catalã aparece afetado pelo modalizador de probabilidade e não de asserção.

Vemos ainda que no verbete do DPD, num movimento um pouco diferente daquele marcado no caso de “leitmotiv”, pela recomendação “puede substituirse”, apresenta-se o vocábulo como menos frequente que seu equivalente em espanhol “juez de línea”, tratado como de uso generalizado no mundo hispânico. Neste sentido, são trazidas as formas alternativas (em língua espanhola) usadas no México (“abanderado”) e no Chile (“guardalínea”), ambas também em espanhol, em um movimento de explicitar ao falante consulente a falta de necessidade do “uso do estrangeirismo” por ter dado várias sugestões possíveis de substituição do mesmo. Neste caso, a recomendação vem vinculada à apresentação de ocorrências que se apresentam como um “fato” no funcionamento da língua espanhola.

Já no caso do terceiro vocábulo de nosso recorte, “lobby”, o movimento mais amplo do verbete acompanha o que detectamos na análise de “leitmotiv”. Começamos por abordar a entrada no DRAE 22ª edição:

sd48:**lobby**.

(Voz ingl.).

1. m. Grupo de personas influyentes, organizado para presionar en favor de determinados intereses.
2. m. Vestíbulo de un hotel y de otros establecimientos como cines, teatros, restaurantes, etc., especialmente si es grande (itálico do DRAE).

Vemos que há duas acepções, cada uma com seu enunciado definidor. Mostramos agora a entrada de “lobby” no DPD:

sd49:**lobby**. Voz inglesa que puede substituirse en español por términos o expresiones de sentido equivalente:

- a) Cuando significa ‘grupo de personas influyentes, organizado para presionar en favor de determinados intereses’, puede substituirse por *grupo de presión* o, en algunas zonas de América, por *grupo de cabildeo*: «*Es un grupo de presión que trafica con influencias por estar bien situado cerca del poder*» (VqzMontalbán Galíndez [Esp. 1990]); «*Si los hispanos salen a votar en grandes cantidades hoy, podrían ayudarnos a decidir el voto, dijeron los miembros de ambos grupos de cabildeo*» (NHerald [EE. UU.] 3.6.97). El verbo inglés *to lobby* puede traducirse por *ejercer presión* o *presionar*, y también, como se hace en algunos países de América, por

cabildear: «Grupos de refugiados nicaragüenses iniciaron esta semana viajes a Washington para cabildear a favor de las leyes que decidirán su futuro como inmigrantes» (NHerald [EE. UU.] 21.10.97). Para designar a la persona que forma parte de un grupo de presión, se utiliza en varios países de América el término *cabildero*, que funciona así como equivalente del inglés *lobbyist*: «Desde esa posición, extendió su red de relaciones, jugando un papel clave como cabildero de la jerarquía eclesiástica ante el Gobierno salinista» (Proceso [Méx.] 25.8.96).

- b) Cuando significa ‘vestíbulo de un hotel y de otros establecimientos como cines, teatros, restaurantes, etc., especialmente si es grande’, puede sustituirse por la voz española *vestíbulo* (itálico e negrito do DPD, sublinhado nosso).

Assim como observamos no capítulo 3 e retomamos na análise de “leitmotiv”, as acepções apresentadas entre aspas simples coincidem com os enunciados definidores que ocorrem no DRAE 22^a. Observe-se, também, que no DPD recomenda-se substituir o uso da “voz inglesa” por formas da língua espanhola: “grupo de presión” e “grupo de cabildeo”, no caso da primeira acepção; e “vestíbulo”, no caso da segunda.

Passemos, agora, à reformulação prevista para a nova edição do DRAE:

sd50:*lobby*.

(Voz ingl.).

1. m. grupo de presión.

2. m. vestíbulo (l de los hoteles) (itálico do DRAE).

Vemos aí que no lexema “lobby” não há enunciados definidores e que se trabalha uma espécie de sinonímia entre a “voz inglesa” e o vocábulo em espanhol (lobby = grupo de presión; lobby = vestíbulo), materializando nessa formulação a recomendação do DPD “por términos o expresiones de *sentido equivalente*” (sd49) (nossos grifos). Isto nos permite observar que o movimento de reformulação iniciado no DPD é retomado no DRAE e, de alguma forma, o que no primeiro funciona como algo que *se constrói* no intradiscorso (no fio do dizer) no segundo se apresenta como “dado”, como *já construído*, portanto, como *pré-construído*. Dito de outro modo, o que no DPD se constrói como recomendação (materializada esta, na sd49, mediante os fragmentos “puede sustituirse”, regulares em outros verbetes e, neste caso, reiterado três vezes) no DRAE 23^a edição (sd50) funciona, na relação de equivalência já referida, na qual já não há definição, mas simplesmente uma relação de sinonímia entre a “voz

inglesa” e o resultado da operação de recomendação do primeiro instrumento – o DPD). Este gesto apaga a construção da recomendação, produzida no DPD, e opera com seu resultado.

Com base em aspectos que tratamos no capítulo 3 – ao abordar o verbete *legaña* (sd28) –, interpretamos que o fato de não haver enunciados definidores em sd50 indica que o vocábulo “lobby” é “aceito”, mas não “preferido”.¹⁷⁵ O movimento que queremos mostrar é o seguinte: na edição 22ª do DRAE, em “lobby” havia enunciados definidores (sd48), ou seja, “definición directa”. Deste modo, não havia nenhuma restrição a seu uso. Já no verbete do DPD (sd49) há uma recomendação – “puede sustituirse” – a favor das formas “grupo de presión” ou “vestíbulo”, dependendo da acepción. Da sua parte, na edição 23ª, num movimento diferente dos detectados no caso de “leitmotiv” e “linier”, opera uma remissão direta às formas de dizer na língua espanhola, o que nos faz novamente inferir que são elas as preferidas, as recomendadas no DPD.

O quarto e último “artículo enmendado” que abordaremos é “lycra”, definido deste modo no DRAE 22ª edição:

sd51: *lycra*.

(Marca reg.).

1. f. Tejido sintético elástico, utilizado generalmente en la confección de prendas de vestir (itálico do DRAE).

Já no DPD, o verbete “lycra” (sd48) é remetido à “licra”(sd49):

sd52: *lycra*. → licra. (itálico e negrito do DPD)

sd53: **licra**. Adaptación gráfica propuesta para la voz inglesa *lycra*, marca registrada que designa un tejido sintético elástico, empleado en la confección de prendas de vestir: «El jugador [...] aparece con mallas ajustadas de licra» (*Vanguardia* [Esp.] 2.9.95) (itálico e negrito do DPD, sublinhado nosso).

¹⁷⁵ Retomamos, assim, a sd30, recortada da seção “Advertencias para el uso de este diccionario”, item “Manejo del diccionario”, subitem “Variantes Preferidas” que faz parte do paratexto do DRAE. e já mobilizada no capítulo 3 para que o leitor possa acompanhar melhor o raciocínio:

Cuando las variantes admitidas no pueden figurar en un mismo artículo por exigencias del orden alfabético, *la preferida por la Academia* es la que lleva la definición directa; *las aceptadas, pero no preferidas, se definen mediante remisión* (v.§ 6.2.2) a aquella (negrito do DRAE, itálico nosso).

Observamos, de novo, um caso de “remissão” – de acordo com a designação que deste tipo de consulta aparece tanto no DPD quanto no DRAE – muito parecido ao de “leitmotiv”, porém apresentando também certas diferenças. Na remissão que opera com uma seta, sem enunciados marcados por uma negação (“La palabra ‘leitmotiv’ no está registrada en el DPD.”, como apareceu em sd41) ou por afirmações que trazem o novo escrito (“La que se muestra a continuación tiene formas con una escritura cercana. leitmotiv, em sd41), observamos o mesmo movimento que implica o já referido gesto de apagamento das marcas da memória da outra língua mediante a reescrita do vocábulo, que afirma a grafia, a forma da escrita na língua espanhola. Há uma oscilação na forma de reescrever o vocábulo no caso de “Leitmotiv” e de “lycra” nos procedimentos que terminam sendo, em ambos os casos, de remissão, sendo que no caso do primeiro devemos lembrar que ele aparece apenas na versão *on-line*, sendo que na impressa o consulente só encontrará “leitmotiv”. O apagamento que apontamos parece ser mais forte nesse primeiro caso.

O que acontece é que no caso de “lycra”, como se trata de uma marca registrada, a força do real funcionamento da língua, atravessada pelo político e pelo econômico, leva obrigadamente ao registro dessa forma, de acordo com uma memória discursiva ou, se preferirmos – por especificação desse primeiro conceito e de acordo com formulações de Payer (2006) – de uma memória da/na língua. O enunciado de “lycra” é iniciado com o sintagma “adaptación gráfica propuesta”, usado também em outros verbetes do DPD.¹⁷⁶ Esta reescrita do lexema parece funcionar como uma marca do modo como se explora a dúvida no

¹⁷⁶ De acordo com um trabalho apresentado na I Jornada do Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo de 24 e 25 de outubro de 2011, algumas das ocorrências nas quais há propostas de mudanças gráficas em estrangeirismos são: *baffle* → *bafle*; *chopped* → *chóped*; *kleenex* → *clínex*.

DPD para apagar a memória da língua estrangeira na espanhola, num dos gestos de regulação próprios desse instrumento que também notamos em “Leitimotiv”.¹⁷⁷

A reformulação de “lycra” para a 23ª edição do DRAE é a seguinte:

sd54:

Artículo enmendado.

Avance de la vigésima tercera edición

licra.

(Del ingl. *lycra*, marca reg.).

1. f. Tejido sintético elástico, utilizado generalmente en la confección de prendas de vestir. (itálico do DRAE)

Vemos que no avanço do DRAE 23ª edição a grafia já é “licra”, adaptada da grafia original da “marca registrada”, como visto na etimologia do novo verbete e cabe esclarecer que não é possível encontrar o verbete “lycra” na nova edição, tal como acontecia também com “leitmotiv”.

Depois de ter analisado os verbetes que sofrerão modificações na próxima edição do DRAE, podemos observar que cada forma advinda de outra(s) língua(s) – do alemão, do inglês passando pelo catalão ou diretamente do inglês – é submetida a movimentos diferentes na textualidade dos verbetes; porém, em todos os casos, detectamos que *na 23ª edição legitima-se o que no DPD é registrado como mais frequente ou no que nele é recomendado*. Essa retomada que a próxima edição do DRAE faz a respeito dos verbetes do DPD, materializa-se em formulações de equivalência ou de sinonímia (“lobby”, sd48, sd49, sd50), ou retomando enunciados definidores porque o que se ratifica é a grafia (“leitmotiv”, sd42, sd43, sd44) já recomendada no DPD, ou reformulando a marca etimológica (“linier”, sd45, sd46, sd47), gesto este último que funciona, às vezes, de modo concomitante com a reescrita do termo (“lycra”, sd51, sd52 e “licra”, sd53, sd54).

¹⁷⁷ Vejamos, mais uma vez, o que já mostramos neste trabalho que, sem nenhuma marca de heterogeneidade mostrada – no caso, inclusive, sem aspas simples – é reproduzido o enunciado definidor (cf. fragmento sublinhado em sd49) tal como consta no DRAE.

Passamos, neste ponto, aos casos dos vocábulos que serão eliminados da nomenclatura do novo DRAE.

4. O caso do *artículo propuesto para ser suprimido*

Passaremos agora aos dois verbetes de nosso recorte que serão eliminados da nomenclatura do DRAE em sua 23ª edição. São eles “look” e “lunch”, dois vocábulos que são registrados ou como “anglicismo” ou como “voz inglesa”. Primeiramente trazemos o verbe “look” do DPD (sd55) e, em seguida, o do DRAE (sd56):

sd55: **look.** Voz inglesa que se usa ocasionalmente en español con el sentido de ‘imagen o aspecto de las personas o, menos frecuentemente, de las cosas’. Es anglicismo innecesario, que debe sustituirse por las voces españolas *imagen* o *aspecto*: «¿Para lograr tu nueva imagen usaste silicona?» (NHerald [EE. UU.] 7.2.97) (itálico e negrito do DPD).¹⁷⁸

sd56: **Artículo Artículo propuesto para ser suprimido.**

Avance de la vigésima tercera edición

look.

(Voz ingl.).

1. m. Imagen o aspecto de las personas o de las cosas, especialmente si responde a un propósito de distinción (itálico do DRAE).

No verbe do DPD, detectamos, em primeiro lugar, uma forma de dizer “voz inglesa”, como em outros casos, porém aqui afetada por uma relativa “que se usa ocasionalmente en español” que já opera na direção do dizer marcado pela modalidade deôntica da forma “debe sustituirse”, indicando uma recusa explícita do uso do vocábulo em inglês sobre o qual se predica que é “anglicismo innecesario”. Além disso, são dadas opções de uso em espanhol e acrescenta-se um exemplo, havendo um claro movimento de legitimação de “voces

¹⁷⁸ Já a fonte do exemplo mobilizado, (cuja abreviação, de acordo com o DPD, p. 842, é: NHerald e refere-se a um jornal dos EUA, chamado *El Nuevo Herald*, disponível no site: www.miami.com/mld/elnuevo), funciona na direção de legitimar a forma alternativa em espanhol “imagen”, como veremos que de fato acontece no tratamento dado a este vocábulo.

españolas” diante do, já referido, “anglicismo innecesario”, mediante um processo ao qual daríamos o nome de “lapidação”.¹⁷⁹ Esse processo culmina, no DRAE 23ª edição, no qual vemos que “look” deixará de figurar na nomenclatura, gesto que interpretamos que entra em relação com a enunciação deôntica registrada no DPD.¹⁸⁰

Com o explicitado, fica clara a preferência por um vocábulo em espanhol, fato que se materializa mediante um gesto de regulação muito forte: a eliminação, a supressão do vocábulo. Este gesto, mais firme do que encontramos na série de “artículos enmendados”, nos levou a realizar uma pesquisa que nos permitiu constatar que esse “extranjerismo” tem um uso disseminado, já que o encontramos em muitas páginas da internet e revistas publicadas em espanhol, o que nos leva a dizer que sua supressão neste caso não se justificaria pela falta de “uso” desse vocábulo. Resta observar que o gesto de regulação claramente prescritivo exercido pelo DPD e referendado, ou, se preferirmos, lapidado na 23ª edição DRAE, algo que mais uma vez confirma a relação de subordinação deste instrumento a respeito do primeiro.¹⁸¹

O segundo e último caso de supressão que ocorre em nosso recorte é “lunch”. A entrada do DPD (sd57) remete a “lonche” (sd58), grafia já adaptada à língua espanhola:

sd57: *lunch*. → lonche (itálico e sublinhado do DPD).

sd58:**lonche**. 1. La voz inglesa *lunch*, que se emplea ocasionalmente en español con el sentido de ‘comida ligera que se toma al mediodía o a media tarde’, se ha adaptado en varios países americanos en la forma *lonche*: «*Julius tomaba su lonche*» (Bryce *Mundo* [Perú 1970]). Esta adaptación ha dado incluso derivados como *lonchera*

¹⁷⁹ Mediante essa metáfora tentamos designar dois movimentos: o de “lapidar” uma rocha bruta para transformá-la, ao refiná-la, em uma jóia (as formas da língua espanhola) – sentidos que retomam o lema da RAE, abordado no capítulo 1: “Limpia, fija y da esplendor”; e o de atacar (com pedradas) com a finalidade de eliminar algo.

¹⁸⁰ Pensando se faria parte do repertório de palavras consideradas “americanismos”, por havermos nos deparado com esse vocábulo em várias revistas de países hispano-americanos, pensamos ser produtivo consultá-lo no *Diccionario de Americanismos* (publicado pela RAE e a ASALE em 2010 e disponível para consulta online desde a reformulação dos sites de tais instituições como já referido no capítulo 1 desta dissertação), mas ele também não faz parte da nomenclatura deste outro instrumento.

¹⁸¹ Tal movimento se veria reforçado pelo fato de este ser um vocábulo que faz parte da nomenclatura do *Diccionario Integral del Español de la Argentina* (disponível para consulta em: <http://www.clarin.com/diccionario>, consultado em 02/02/2013), atestando seu uso neste país, já que essa obra se enuncia como um dicionário que tem como base um corpus (cf. notícia publicada em <http://edant.clarin.com/diario/2009/04/14/um/m-01897805.htm>).

(‘portaviandas o fiamblera’): «*Partía con mi lonchera [...], estacionándome para comer en cualquier lugar*» (Serrano Vida [Chile 1995]); y *lonchería* (‘establecimiento donde se sirven comidas ligeras’): «*Come perros calientes en una lonchería*» (Santana Isabel [Ven. 1992]). Se admite el uso del anglicismo adaptado, aunque no hay que olvidar que existen equivalentes tradicionales en español, como *almuerzo* (*ligero*) o, en países como Chile, *colación*.

2. Con el sentido de ‘comida ligera que se ofrece a los invitados a una celebración’ no debe usarse en español la voz inglesa *lunch*, pues existen equivalentes españoles como *refrigerio* o *aperitivo* (itálico do DPD).

No DRAE 22ª edição, a consulta a “lunch” leva diretamente à nova edição:

sd59: **Artículo propuesto para ser suprimido.**

Avance de la vigésima tercera edición

lunch.

(Voz ingl.).

1. m. Comida ligera que se sirve a los invitados en una celebración (itálico do DRAE).

Entretanto, ao buscarmos no DRAE o vocábulo ao qual “lunch” é remetido no DPD, “lonche”, obtemos o seguinte resultado:

sd60: La palabra ***lonche*** no está registrada en el Diccionario (itálico do DRAE).

Este caso, como o de “look”, mostra uma das tendências no DPD: a de “lapidar” “extranjerismos” adaptando a grafia original, neste caso propondo “lonche”, ou sugerindo ainda lexemas em espanhol que poderiam ou deveriam substituir o uso do vocábulo em sua língua original. Apesar de prever o apagamento de “lunch” na 23ª, o vocábulo “lonche” não está previsto para ser incluído nesta nova edição, o que nos leva a indagar o porquê de tal fato, ainda sem resposta.¹⁸²

Se compararmos estes dois casos de “artículo propuesto para ser suprimido” com o caso de “lobby”, percebemos que este último, por ainda constar na nomenclatura, mas passar a

¹⁸² Novamente fizemos uma consulta ao *Diccionario de Americanismos* (DA), e constatamos que tanto “lunch” quanto “lonche” estão em sua nomenclatura, diferentemente do caso de “look”. É interessante notar que aparecem também no *Diccionario del Español de México* (DEM), disponível para consulta em: <http://dem.colmex.mx>, consultado em 02/02/2013.

operar por remissão, é “aceito”, embora não “preferido”, de acordo com o que já observamos em “legaña”, no capítulo 3 e que retomamos no presente capítulo. Transcrevemos mais uma vez a sd30, para que o leitor possa acompanhar nossa interpretação:

Cuando las variantes admitidas no pueden figurar en un mismo artículo por exigencias del orden alfabético, *la preferida por la Academia* es la que lleva la definición directa; *las aceptadas, pero no preferidas, se definen mediante remisión* (v. § 6.2.2) a aquella (negrito do DRAE, itálico nosso).

Já os vocábulos “look” e “lunch” são completamente eliminados, ou “não aceitos”.

Passamos, neste ponto, ao único caso de “artículo nuevo” de nosso recorte.

5. O caso do *artículo nuevo*

O último verbete do sub-recorte que apresentaremos neste capítulo chama-nos a atenção por tratar-se de um lexema que não consta na nomenclatura do DRAE 22ª edição, mas que figurará na da sua próxima edição, num movimento exatamente oposto ao que são submetidos os dois vocábulos anteriores (“look” e “lunch”). Trazemos o caso de “luthier”(sd 61) que no DPD, tal como acontecia com “lycra” e “lunch” – entre outros –, é remetido a outro vocábulo, que já passamos a citar em sd62:

sd61: *luthier*. → [lutier](#) (itálico do DPD).

sd62: **lutier**. Adaptación gráfica propuesta para la voz francesa *luthier*, ‘artesano que construye instrumentos musicales de cuerda’: «*En el apartado de libros ilustrados destaca El lutier de Venecia*» (*Abc* [Esp.] 24.5.89). Su plural es *lutieres* (→ [plural](#), [lg](#)). Debido a su extensión, se admite el uso del galicismo adaptado, aunque no hay que olvidar el término tradicional español *violero*, que tiene este mismo significado: «*Algunas veces parece que los únicos grandes violeros fueron los Amati, Stradivarius y Guarnerius*» (*Mundo* [Esp.] 11.2.94). (itálico e sublinhado do DPD)

A seguir, a consulta de “luthier” (sd63) e “lutier” (sd64) no DRAE, 22ª e 23ª edições respectivamente:

sd63:La palabra ***luthier*** no está registrada en el Diccionario. La que se muestra a continuación tiene formas con una escritura cercana.

lutier (itálico e negrito do DRAE).

sd64:

Artículo nuevo.

Avance de la vigésima tercera edición

lutier.

1. m. Persona que construye o repara instrumentos musicales de cuerda.

O primeiro ponto que queremos focalizar é o movimento do enunciado definidor, que no DPD está entre aspas simples, e fica evidente que ressoa em partes da definição prevista para constar na 23ª edição do DRAE. Na reformulação, por uma questão de padronização, inclusive se substitui o vocábulo “artesano” por “persona” e se expande o fragmento referido à atividade de tal “persona”, que não somente “construye”, mas também “repara” os instrumentos.

Outro ponto importante é que, consultando no DPD o vocábulo em sua grafia original “luthier”, o leitor é remetido à sua adaptação à língua espanhola, o que já marca a forma preferida pelo dicionário, havendo novamente o movimento de “reescrita” do vocábulo (luthier→lutier), como em “leitmotiv” (sd42, sd43, sd44) e “licra” (sd53 e sd54). Neste caso, trata-se de um vocábulo “advindo do francês”, que é “admitido”, mas também aqui há a “opção” do termo “tradicional” em espanhol (“violeiro”); vejamos que esse adjetivo (“tradicional”) funciona como uma determinação que confere legitimidade à forma e alude à longevidade do uso do vocábulo em espanhol, como já vimos no caso dos topônimos: “La Coruña” (sd35), “Lérída” (sd36), “La Goleta” (sd37) e “La Valeta”(sd38), analisados no capítulo 3.

O termo original em francês “luthier” não se encontra no DRAE, mas sua adaptação “lutier” está registrada no DRAE 23ª edição. O que mais chama a atenção neste caso é o apagamento dos saberes vinculados à etimologia no novo verbete, fato que, de nossa

perspectiva, parece ir na direção de atualizar a memória sobre a origem da palavra, ao registrá-la como um vocábulo como se fosse “da” língua espanhola, na contramão de um gesto regular no campo da lexicografia, pois, segundo Lara (1992, p. 7):

La etimología juega, en los diccionarios destinados al uso común y no en los diccionarios para eruditos, filólogos o etimólogos, el mismo papel que tenía en la antigüedad latina – y parcialmente en el discurso jurídico contemporáneo – de legitimación de la verdad de los vocablos, de ‘verdadero significado’ originario de las palabras. De ahí el carácter a la vez informativo de la etimología y legitimador del vocablo.

Passamos, neste ponto, a tecer as considerações que surgem da reflexão aqui realizada.

Neste capítulo vimos como se dá a relação entre o DPD e o DRAE, especificamente observando como as operações de regulação detectadas nas reformulações de verbetes previstas para a 23ª edição do (DRAE) – ao menos, no que diz respeito a nosso recorte – se subordinam às registradas no DPD. Esta observação nos levou a expressar essa relação mediante a fórmula *DPD/DRAE 23*.

Notamos que, tanto nos casos de “leitmotiv” (sd44) e “licra” (sd54) – que serão reformulados na 23ª edição – quanto no caso de “lutier”(64), que nela será incluído, há uma reescrita do vocábulo, para “adequar” sua ortografia à da LE, numa proposta de nova grafia que, como já afirmamos em outro trabalho (BRIANEZI, 2010) faz com que se atualize a memória das formas “próprias” do espanhol nessa língua, apagando as formas que guardam nela a memória da inglesa – retomando o que articulamos a partir de reflexões de Payer (2006) em nossa Introdução. Já nos casos de “look” e “lunch” podemos apenas conjecturar os motivos pelos quais eles deixarão de figurar na nomenclatura¹⁸³, mas fica clara a tomada de posição por parte da Instituição: não há como aceitar estes vocábulos no espanhol, deve-se tentar excluí-los do funcionamento da memória desta língua.

¹⁸³ Poderíamos pensar que não há como adaptá-los ao espanhol, pois para aproximar sua pronúncia à escrita nos moldes da ortografia espanhola eles beirariam o estranhamento.

Relacionando este fragmento com os vocábulos que analisamos neste capítulo, observamos que “Leitmotiv” funciona no espanhol como marca da memória do alemão, “lutier” do francês (lutier), “linier” do catalão – mas que no catalão teria origem no inglês – e os outros (“lobby”, “look”, “lunch”, “lycra”), como marcas de memória do inglês.

Para nós, o ato de modificar, excluir ou incluir um verbete em um dicionário – como nos casos que mostramos de modificação: “Leitmotiv”, “linier”, “lobby” e “lycra”; de exclusão: “look” e “lunch” e de inclusão: “lutier” – afeta o modo como os falantes se relacionam com tais formas e pode trazer consequências na relação língua/sujeito. Como afirma Lara (1992, p. 5):

La sola presencia de un vocablo como entrada en un diccionario es una certificación de su existencia social; en cambio, si no aparece en la nomenclatura del diccionario, su ‘inexistencia’ adquiere carácter transcendente, se impugna su uso social y aun en ocasiones da lugar a declaratorias de inexistencia de los conceptos mismos. Ninguno de estos fenómenos sociales podrían darse, si no existiera la suposición de que los diccionarios presentan la verdad social del léxico.

Relacionamos o gesto de prescrever o uso de certos vocábulos em detrimento de outros a uma política da língua(s) que viria ao encontro da desejo de se antecipar à necessidade de resolver dúvidas que ainda não são “concretas”. Nesse sentido, cabe lembrar o que afirma Lara (1999, p.62-66), “La diversidad hispánica se manifiesta sobre todo en el léxico;” e o autor acrescenta: “las normas que tienen por objeto el léxico son las más débiles, y generalmente tienen carácter negativo.” E ainda explica: “Son normas de ‘no se debe decir...’ y persiguen extranjerismos o palabras aisladas”. Esta argumentação se aplica perfeitamente ao caso dos estrangeirismos sobre os quais o DPD regula nos casos que mostramos aqui. O tipo de norma que recusa os estrangeirismos em uma língua é designada por este autor “norma de

valoración etimológica o histórica de la lengua” e é uma característica das “ideologías purista y casticista”¹⁸⁴.

Segundo Nunes, que – como já afirmamos em vários momentos – estuda dicionários em português e cuja pesquisa se inscreve na lexicografia discursiva, “(P)odemos considerar o dicionário como um espaço de memória discursiva. A elaboração de um dicionário consiste em um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura, etc” (NUNES, 2006, p.24). Sendo assim, por estar selecionando os vocábulos que serão mantidos – mesmo que modificados –, eliminados e incluídos no DRAE 23ª edição, o DPD estaria funcionando não somente de sanador de dúvidas¹⁸⁵, mas de trabalhar essa memória discursiva, desde uma posição na qual a Instituição (RAE/ASALE) toma para si o lugar de reguladora da língua e coloca o DPD em consonância com esta posição, como um reformulador, um “instrumento eficaz” – recuperando o sintagma de seus textos introdutórios analisados no capítulo 2 da presente dissertação (em sd16 e sd17) – que, a partir da 22ª edição do DRAE, dá sustento às decisões tomadas para a 23ª edição.

¹⁸⁴ O autor ainda esclarece: “Entiendo por purismo la ideología lingüística que supone una ‘edad de oro’ pasada de la lengua (en el caso del español, los siglos XVI y XVII), y una irremediable corrupción posterior”. Já sobre o casticismo, afirma: “El casticismo (una distinción que parece ser hispánica solamente), en cambio, acepta el cambio y la adaptación a la vida histórica, pero siempre que el vocabulario se siga formando con las raíces históricas del español (latín, griego, árabe y, en México, náhuatl, maya, etcétera).”

¹⁸⁵ Algo colocado como objetivo do dicionário em suas páginas iniciais (DPD, p. XIII).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

I.

Vamos retomar agora os caminhos trilhados neste trabalho para tecer algumas considerações sobre o que vimos ao longo dele. O primeiro ponto que vem à tona quando pensamos na totalidade desta dissertação é o seu título: “O *Diccionario panhispánico de dudas* em questão: dúvida, regulação e memória”. Colocar este instrumento linguístico “em questão” foi, justamente, colocá-lo em pauta para que fosse discutido; isto é, fosse nosso objeto de reflexão e diante dele tomássemos posição. Esse gesto implicou em analisá-lo não isoladamente, mas em relação com “o” dicionário da língua espanhola, o DRAE, e, também em focar a relação entre suas instituições autoras – a RAE e a ASALE.

Como vimos no capítulo 1 da primeira parte, tanto nos *sites* quanto na capa do DPD, a relação – que naquele momento designamos mediante a fórmula RAE/ASALE – é assimétrica ou desigual, pois há uma clara subordinação da ASALE à RAE que – de acordo com o que nós interpretamos, com base em formulações de Pêcheux (1999) – materializa uma contradição histórica. Tal subordinação foi se confirmando no próprio capítulo 1 ao materializar-se mediante sintagmas coordenados tais como “a la academia y a las Academias Asociadas” , da sd1, e ao longo do trabalho, no capítulo 2, mediante certas estruturas marcadas por uma certa indeterminação (a exemplo de: “se dirigen a diario a la Real Academia Española, o a *cualquier otra de las que con ella* integran la Asociación de Academias de la Lengua Española” da sd9). Um segundo aspecto trabalhado neste capítulo foi o modo como o DPD e o DRAE aparecem para consulta nos *sites*, tanto da RAE quanto da ASALE, deixando transparecer aspectos de uma relação entre tais instrumentos que começou a delinear-se também como de subordinação. Ainda no capítulo 1, observamos que o título do

dicionário, de certo modo, rompe uma regularidade na memória discursiva, mais especificamente no campo da lexicografia hispânica: ao invés de trazer o “nome” da língua – a espanhola –, traz o termo “Panhispanico” – fato que nos levou a realizar uma série de considerações e, agora, nos permite dizer que sobre a língua preponderou a designação da política dessa língua – e, também, traz a especificação “de dudas”, sintagma que significa a dúvida como pré-construído.¹⁸⁶

No capítulo 2, abordamos recortes dos paratextos (que, já no seu título, designamos também como pré-textos, fazendo alusão ao fato de serem os que precedem a nomenclatura e de serem aqueles nos quais aparecem a “justificativa” – os pretextos – para “explorar” a dúvida) do DPD e, com base neles, observamos o movimento de regulação que se reafirma num processo parafrástico (ORLANDI, 1984) na direção de consolidar (um)a memória da língua, trabalhando a regularização de “certos” (e não de outros) sentidos. Identificamos neste capítulo que, nessa textualidade, a dúvida – que já aparecia no título como um pré-construído –, volta a ser tratada como tal, pois é (re)tomada como sendo natural ou “inerente” ao falante e designada como *concreta*. A partir desta, detectamos outra, que chamamos “potencial”, por ser “antecipada” ou projetada pela Instituição, e que passou a ser nosso foco na segunda parte desta dissertação, na qual abordamos a nomenclatura do dicionário. Ainda nesse mesmo capítulo 2, colocamos esse segundo tipo de dúvida em relações de sentido com as quatro últimas “classes” das elencadas na lista de “cuestiones tratadas” pelo dicionário: “calcos semánticos censurables”, “neologismos”, “extranjerismos de uso corriente em español” e “topónimos y gentilicios de grafía dudosa o vacilante”.

Já na segunda parte deste trabalho, ao abordar a nomenclatura, no primeiro momento do capítulo 3, que teve como objeto detectar o funcionamento dos verbetes no DPD,

¹⁸⁶ Lembremos que esse título se filia uma memória de produção lexicográfica na qual a dúvida já vinha funcionando desse modo, ou seja, os sentidos da “dúvida” já estavam presentes e consolidados na memória discursiva.

distribuímos os 169 verbetes da letra “L” entre as “classes” de dúvidas apresentadas no próprio dicionário e detectamos aí uma outra assimetria: vinculamos um maior número deles apenas às quatro “classes” que, no capítulo 2, colocamos em relação com as dúvidas potenciais. De fato, duas delas, a de “extranjerismos de uso corriente en español” e a de “topónimos y gentilicios de grafía dudosa o vacilante”, concentraram mais de 40% dos 169 verbetes – o que reforçou nossa decisão de focalizar as “dúvidas potenciais” em nossa análise: no caso, os topônimos, no capítulo 3, e os estrangeirismos, no capítulo 4.

Num segundo momento, ainda desse capítulo 3, avançamos na compreensão da relação do DPD com o DRAE, que detectamos como sendo de “complementariedad” e que designamos naquele momento como DRAE22/DPD, materializando uma subordinação deste último a respeito da 22ª edição do DRAE. Em tal relação este funcionaria como “texto primeiro” – ou, se preferirmos, com base na retomada que Orlandi (1996, p. 69) faz das formulações de Foucault ([1970] 2010) sobre a noção de “autor” – como “texto original, ‘de autor’”, que “se opõe ao comentário”, operação esta que, como mostramos, “está a cargo” do DPD e aparece em seus verbetes.¹⁸⁷ Esse capítulo contou ainda com uma análise de certos topônimos de nosso recorte. Nos verbetes correspondentes, observamos uma forte tendência a “adaptar” a grafia “original” do termo à da língua espanhola, em dois movimentos que foram tratados em detalhe. Este fato nos levou a inferir que um dos focos das instituições autoras do DPD é o de regular sobre uma “classe” de dúvida – os topônimos – que colocamos em relação com “los procesos que está experimentando el español en este mismo momento”, fragmento da sd11, que aqui retomamos:

Se echaba de menos una obra que permitiera resolver, con comodidad y prontitud, los miles de dudas concretas que asaltan a los hablantes en su manejo cotidiano del idioma y donde las Academias pudiesen, al mismo tiempo, adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento, en especial en lo que atañe a la adopción de neologismos y

¹⁸⁷ “O autor” do primeiro é, justamente, a RAE, e do segundo é a RAE e a ASALE, algo que nos faz retomar, mais uma vez, a relação de subordinação que também detectamos entre as instituições.

extranjerismos, para que todo ello ocurra dentro de los moldes propios de nuestra lengua y, sobre todo, de forma unitaria en todo el ámbito hispano (destaque nosso).

Na textualidade do paratexto do DPD a especificação de tais processos se dá mediante o que seria um efeito dos mesmos: “neologismos y extranjerismos”; nesse sentido, o recorte de parte da nomenclatura e o modo de tratá-la em seus verbetes nos permite dizer que eles (os processos) fazem referência, dentre outros possíveis aspectos, à relação do espanhol com outras línguas em diferentes espaços de enunciação – seja no que delimitamos como o Estado nacional espanhol ou aquele que designamos como “ampliado” (“o mundo” afetado por um processo de globalização que impõe às línguas um jogo de relações e de poder de modo novo e específico).

No capítulo 4, abordamos o segundo aspecto que, de nosso ponto de vista e de acordo com nosso recorte, se destacou no DPD: a “classe” dos estrangeirismos. A estreita relação que já vínhamos detectando ao longo do estudo entre o DPD e o DRAE ficou ainda mais evidente. Segundo nossa análise, feita por cotejo, foi possível mostrar essa relação entre o DPD e o DRAE, que nesse ponto já passamos a pensar como “constitutiva”, no modo como no DRAE 23ª edição as decisões reguladoras formuladas no DPD são colocadas em funcionamento. Nos casos que analisamos, determinadas afirmações realizadas no DPD que recomendavam o “não uso” de certos vocábulos ou o uso de vocábulos de línguas estrangeiras “adaptados” ao espanhol, são retomadas nas reformulações dos verbetes para a 23ª edição do DRAE. Confrontar tais verbetes nos possibilitou enxergar como o discurso do DPD está inserido na formação discursiva tomada por sentidos de regulação na qual o discurso da RAE/ASALE se inscreve. Assim, no movimento de reformulação do DRAE, detectamos retomadas das decisões reguladoras definidas no DPD e isso nos levou a designar a relação dele com o DRAE 23ª edição mediante a fórmula DPD/DRAE23, tentando expressar a subordinação que aí detectamos.

A partir desta relação – DPD/DRAE23 – e da que, no capítulo 3, designamos como DRAE22/DPD, concluímos que, na verdade, o que existe é uma complementariedade entre as três obras, algo que, neste momento, nos permite atingir uma nova fórmula: *DRAE22/DPD/DRAE23*, mediante a qual tentamos deixar registro de que o DPD implica e trabalha uma certa continuidade entre a 22ª e a 23ª edições do DRAE. Sendo este último explicitamente apresentado, de acordo com a interpretação que fizemos na Introdução, como uma das obras (lembramos que junto com “la Gramática” e “la Ortografía”) que “sustentan y deben expresar la unidad de nuestro idioma”, poderíamos colocar que – embora isto não apareça explicitado – o DPD trabalha também para “sustentar” esta “unidad” (cara à política pan-hispânica), como um ponto de articulação na reformulação do DRAE, que ele se encarrega de comentar (retomando e explicitando enunciados definidores da 22ª edição) para, no fio de seu intradiscurso, ir determinando o que (e como) deve ser dito na 23ª edição.

O trabalho incessante de regulação por parte de tais instituições, cujo funcionamento tentamos mostrar neste estudo, vem ao encontro do que Guimarães (2005, p.18, 19) define como o “político” que, segundo este autor, “se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos.”

II.

Depois de passar por alguns pontos da reflexão que fizemos nesta dissertação e afetados pela análise nela realizada, gostaríamos de voltar sobre um fragmento que ressoou de modo muito significativo em nosso trabalho e que, inclusive, acabamos de retomar no item I destas considerações. Trata-se do que destacamos da sd 11, do capítulo 2. Pensamos que os

“procesos que está experimentando el español en este momento” podem ser colocados em relação com diversos sentidos, e um destes é: o espanhol como “recurso econômico.” Outro, que apareceu claramente na análise e que acabamos de retomar, nos levou a explorar como o DPD trabalha a fronteira entre o espanhol e outras línguas, o que, já no capítulo 1, dissemos que implicava em uma política de língua(s) (ORLANDI, 2007). Esses dois sentidos, de nossa perspectiva, estão intimamente vinculados, pois ambos dizem respeito ao processo de “globalização” de que falamos nesta dissertação.

Perguntávamos, na Introdução, como o Estado espanhol poderia afetar a regulação da língua através da publicação de um dicionário por uma instituição ligada a ele. Neste momento reformulamos esta indagação pensando que essa publicação, da RAE, se vincula indiretamente ao Estado espanhol, pelo viés da monarquia. Nesse sentido, no capítulo 2, detectamos um indício de como é travada a relação Estado/Mercado, com a presença de uma empresa privada, no caso a Telefônica, que aparece como patrocinadora tanto na capa do DPD quanto em seu peritexto.

O que percebemos sobre a tendência à regulação dos verbetes é que a autoria institucional – tanto no caso dos topônimos (capítulo 3), quanto no caso dos estrangeirismos (capítulo 4), que vinculamos às dúvidas “potenciais” – exerce gestos na direção de padronizar modos de dizer (e de escrever) apagando a memória que o espanhol guarda de outras línguas. Isto nos leva à reflexão feita por Fanjul (2011, p. 307), segundo a qual:

Os processos de padronização e geração de norma, em que agentes diversos selecionam formas atribuindo a elas valores sociolinguísticos, separando o que fica dentro ou fora de determinada representação de língua legítima, operam sobre um real instável de formas de variação.

No nosso caso, vemos que a RAE/ASALE tenta padronizar formas de dizer e explicitamente recusa certas formas operando no “real instável” da língua e afetando-o.

O autor (ibidem, p. 319, 320) que – como vimos no capítulo 2 – fala de uma “tentativa de centralização” por parte de “setores de poder no campo político e econômico da Espanha”, argumenta que nessa tentativa essa nação se erige “não como guardiã, senão em administradora da língua 'supranacional', incluindo sua diversidade”. Trazendo para nosso caso específico a afirmação feita por esse estudioso, pensamos que o modo como a RAE/ASALE se posiciona com relação à língua espanhola pode ser vinculado aos sentidos de uma “administração”, porém, pela materialidade dos verbetes estudados nesta dissertação, também podemos afirmar que é o gesto da regulação o que se impõe, mostrando que a instituição não deixa de lado o seu lugar de *autoridade*. E se ainda vincularmos este lugar aos sentidos que traz a afirmação de Ludmer (2010) – segundo a qual a “estrutura del imperio” (ibidem, p. 190) está no território da língua –, à autoridade, isto é, à RAE/ASALE (fórmula que materializa uma relação de subordinação) cabe também o papel de *guardiã*, para *velar* (zelar) pelos sentidos instaurados na tradição secular desse império.

Ainda segundo Fanjul (ibidem), no plano da ideologia, é necessária determinada representação da língua para que tal “centralização” funcione. Vimos no DPD momentos de como a língua é representada ao longo de seu paratexto, no capítulo 2 (ambas em sd19) como o “español estándar”, ou a “lengua general culta”, citada também por Fanjul (ibidem, p. 319), como sendo a “definição de uma totalidade” e a “atribuição de homogeneidade”. Na nomenclatura vimos que o ato de regular vai na direção de legitimar o que a Instituição considera como “español estándar”, limitando a entrada nele de vocábulos de “outras línguas.”

Este modo de funcionamento da legitimação de uma “representação” da língua espanhola, desenvolvido pela RAE/ASALE prescinde dos estudos realizados no campo da linguagem – os da pragmática, os da sociolinguística, os da enunciação, os de linha discursiva – que trabalham a diversidade não a partir de um zelo normativo ou regulador e que, também,

conseguem levar em consideração a dimensão da alteridade (SERRANI-INFANTE, 1997) no terreno da heterogeneidade linguística. Tal aspecto mostra duas incapacidades por parte do sujeito desse discurso, totalmente entrelaçadas: por não (querer) se expor à alteridade que implica reconhecer o outro na língua (com outras histórias, outros sentidos, outras posições), não há uma exposição a outras formas (teorias) de abordar e compreender o *real da língua*.

Nesse sentido, podemos contrastar o que, de acordo com a análise da presente dissertação, ocorre na “representação” de língua que a RAE/ASALE propõe em seus instrumentos lingüísticos, com a que observamos na análise de um outro dicionário. Referimo-nos ao DIEA, obra publicada na Argentina em 2008, como já mencionado por nós em nossa Introdução. Em sua recente dissertação, Costa (2014, p. 159) afirma que no DIEA não se constroem “barreiras ou tampouco se levantam fronteiras com relação à língua do outro”, sendo que não há, neste dicionário, segundo a autora, nenhum tipo de marcação no verbete que se refira à sua língua de origem (como nos casos do tratamento que se faz aos vocábulos “mouse” e “pad”) ao contrário do que acontece – ainda segundo ela – no DRAE, que quase sempre traz a marca etimológica nos verbetes “estrangeiros”. Em nosso caso, no DPD, também observamos uma marcação etimológica, embora esta não apareça no verbete como uma “marca” da lexicografia, separada dos enunciados que o compõem. Regularmente vimos como nas entradas referidas aos topônimos há um embate, mais ou menos ameno, entre a forma registrada em espanhol e a “original”. Por sua vez, nos “estrangeirismos” vimos como há uma referência à origem do vocábulo colocando-o como “voz”, ora, “alemana”, ora, “inglesa”, ora, “francesa.”

Isto nos leva a pensar que, o modo de “tratar” os limites entre as línguas difere segundo o funcionamento dos modos de regulação. Vemos que, no nosso caso, delimitar o que pode ou não ser dito em outra(s) língua(s) dentro da espanhola constitui-se uma preocupação, defendendo o espanhol numa tentativa de impedir a irrupção da alteridade: uma

dessas preocupações seria materializada na dúvida que a Instituição, como já dissemos, antecipa como não *concretas*, mas como possível ou potencial – tal como a designamos, e ela é minuciosamente explorada no DPD.

III.

Gostaríamos, nesta última parte de nossas considerações, de retomar uma questão teórica que esteve presente em nosso trabalho e permeou toda a nossa análise, desde a Introdução: a “memória da/na língua” (PAYER, 2006). Este conceito nos levou a pensar no movimento de regularização que o DPD supõe, como um instrumento cujo funcionamento normativo trabalha na direção de reforçar a hegemonia da língua espanhola com relação a outras línguas em diferentes espaços de enunciação, como dissemos no ponto II, acima. Ainda na Introdução, afirmamos que o dicionário opera dentro de um jogo de forças (PÊCHEUX, [1984] 2010, p. 49-57) no funcionamento da memória da/na uma língua, e vimos ao longo do trabalho que, quando propõe novas formas de dizer, exclui outras, mediante gestos que, justamente, procuram interromper determinadas rotinas favorecendo outras.

Apesar de estar apresentando “novas formas” de dizer e de ser ele mesmo um dicionário “novo” – lembremos que se trata do primeiro dicionário de dúvidas produzido pela RAE/ASALE –, observamos que o DPD vem para repetir o “mesmo”, no gesto regulador institucional, pois continua defendendo a prescrição e tentando normatizar aspectos para não “quebrar” a “unidade” da língua espanhola. O que detectamos nesta dissertação foi um movimento de agitação, num sentido conservador (purista) e não de promover deslocamentos na memória da/na língua;¹⁸⁸ especificamente no modo como a Instituição “quer” que esta seja

¹⁸⁸ Observamos, assim, que o DRAE não estaria “aberto” à alteridade como está o DIEA, sobre o qual fizemos

afetada na nova edição do DRAE, em alguns de cujos verbetes observamos a recuperação das recomendações registradas no DPD.

E assim encerramos nossas considerações acerca deste estudo que não pretendeu ser exaustivo, mas sim lançar e explorar um olhar sobre um objeto discursivo que nos instigou desde nosso primeiro contato com ele. Como afirma Nunes (2006, p. 18), “o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte de dizeres historicamente constituídos” e é isso o que, como analistas do discurso, nos levou a realizar esta análise e, neste ponto, nos impulsiona a continuar estudando este tipo de instrumento, em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionários em língua espanhola

Diccionario de Dudas y Dificultades del Español. Manuel Seco. Barcelona, Espanha: Editorial Espasa Libros. 1ª edição, 1961, 10ª edição, 2011.

Diccionario de americanismos. Asociación de Academias de la Lengua Española, Madrid: Santillana, 2010. Disponível em www.asale.org

Diccionario del español de México. 1a ed. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 2010. 2 v.

Diccionario de Americanismos. Asociación de Academias de la Lengua Española. Lima: Santillana Ediciones Generales, 2010.

Diccionario de Uso del Español de Chile (DueCh). Academia Chilena de la Lengua, Santiago: MN Editorial, 2010.

Diccionario integral del español de la Argentina. 1a ed. Buenos Aires: Voz Activa, 2008.

Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española, *Diccionario esencial de la lengua española*. Madrid: Espasa, 2006.

Diccionario panhispánico de dudas. Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española. Madrid: Santillana, 2005. Disponível em www.rae.es e www.asale.org

Diccionario Bilingüe de Uso, 2v., Español-Portugués. Português-Español. Gonzalez, Neide Maia; Moreno, Francisco. Arco Libros: 2003.

Diccionario de la lengua española. Real Academia Española, 22.ª ed. Madrid: Espasa, 2001. Disponível em www.rae.es e www.asale.org

Diccionario breve de mexicanismos. Guido Gómez de Silva, México: Academia Mexicana-Fondo de Cultura Económica, 2001.

Diccionario de Usos y Dudas del Español Actual. José Martínez de Sousa. Barcelona, Espanha: Vox, de 1996.

Diccionario Sopena de Dudas y Dificultades del Idioma. Barcelona, Espanha: Editorial Ramon Sopena, 1981.

Diccionario Gramatical y de Dudas del idioma. Emilio M. Martinez Amador. Barcelona, Espanha: Editorial Ramon Sopena, 1953.

Dicionários em língua portuguesa

1001 dúvidas de Português. Nicola, J e Terra, E. Editora Saraiva: São Paulo, SP, 2011.

Dicionário de Dúvidas, Curiosidades e Dificuldades da Língua Portuguesa. Luiz Antonio Sacconi. Editora Harbra: São Paulo, SP, 2005.

Dicionário de Dúvidas e Dificuldades do Idioma Nacional. Antenor Nascentes. Editora Livraria Freitas Bastos: Rio de Janeiro, RJ, 1941.

Dicionário da Língua Portuguesa. Antonio. de Moraes Silva. Typographia Lacerdina: Lisboa, Portugal, 1813.

Dicionários em língua inglesa

Cambridge Advanced Learner's Dictionary, Cambridge University Press. Cambridge, UK. 2008. Disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/>

Merriam Webster's collegiate dictionary. Merriam Webster Inc. 11a. Edição, 2003. Disponível em: <http://www.merriam-webster.com>

Oxford dictionary of English, London: Oxford University Press, 2012, 3a. Edição. Disponível em: <http://oxforddictionaries.com/> ,

Questions of English. Marshall, J. e Macdonald, F. Oxford University Press: Oxford, 1995.

The Difficulties of English Grammar and Punctuation Removed: for beginners and unsuccessful learners, de Davidson, J.B. Editora Simpkin, Marshall and Co: Londres, 1839.

Obras de referência citadas

ACHARD (1999). Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre. Tradução e Introdução de José Horta Nunes. Papel da Memória, 3a. ed. Campinas. SP: Pontes, 2010.

ALVES, I.M. Os conceitos de neologia e neologismo segundo as obras lexicográfica, gramaticais e filológicas da língua portuguesa. In: Nunes e Petter (orgs.). História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes Editores, 2002. p. 203-221.

AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização./ Sylvain Auroux; tradução: Eni Puccinelli Orlandi. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ: Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). Tradução: Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi). Em: Cadernos de Estudos Linguísticos 19. O Discurso e suas Análises, p. 25-42. Orlandi, E.P. , Gerladi, J.W. orgs. Campinas: Unicamp/IEL. 1990.

ÁVILA, R. ¿El fin de los diccionarios diferenciales? ¿El principio de los diccionarios integrales? Revista de Lexicografía, Universidade da Coruña, vol. X , 2003-2004, p. 7-20.

BRIANEZI, D I. Propostas de novas grafias para os anglicismos no “Diccionario

Panhispánico de dudas” da Real Academia Española e Asociación de Academias de la Lengua Española. 2010.

COLLINOT, A. e MAZIÈRE, F. Un pret à parler: le dictionnaire. Paris, França: Presses Universitaires de France, 1997.

CELADA, M.T. Entremeio español / portugués - errar, deseo, devenir. In: Caracol, v. 1, p. 110-150, 2010.

COSTA, M. Instrumentalização e (des)colonização linguística: estudo discursivo do *Diccionario integral del español de la Argentina*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em língua espanhola. São Paulo, SP, 2014.

DINIZ, L.R.A. Política linguística do Estado Brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior. 2012. 392p. Tese de doutorado - UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000876149>

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 1970. São Paulo, SP: Edições Loyola, 20a. Edição, 2010.

GENETTE, G. Paratextos Editoriais / Genette, G.; tradução Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

GUIMARÃES, E. Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2a. Edição, 2005a.

_____. *A língua portuguesa no Brasil*. Cienc. Cult, São Paulo, v. 57, n. 2, 2005b. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015&lng=en&nrm=iso.

HENRY, P.: Construções relativas e articulações discursivas. Tradução: Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi). Em: Cadernos de Estudos Linguísticos 19. O Discurso e suas Análises, p. 43-64. Orlandi, E.P., Gerladi, J.W. orgs. Campinas: Unicamp/IEL, 1990.

INDURSKY, Freda. A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

LARA, Luis Fernando. Dimensiones de la lexicografía. A propósito del Diccionario del español de México. México, D.F.: El Colegio de México, 1990.

_____. *El discurso del diccionario*. Em: Wotjak, G. (ed.) Estudios de lexicología y metalexicografía del español actual, Niemeyer, Tübingen, ps. 1-12, 1992.

_____. Teoría del diccionario monolingüe. México, D.F.: El Colegio de México, 1996.

_____. (1999): Normas lingüísticas: Pluralidad y Jerarquía. Em: *Lengua Histórica y Normatividad*, 2ª. edição, p. 47-69. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 2009.

_____. (2001): Los diccionarios contemporaneos del español y la normatividad. Em: *Lengua Histórica y Normatividad*, 2ª. edição, p. 95-117. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 2009.

_____. (2005): Por una reconstrucción de la idea de la lengua española. Más allá de las fronteras instituidas. Em: *Lengua Histórica y Normatividad*, 2ª. edição, p. 95-117. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 2009.

_____. *El símbolo, el poder y la lengua*. Em: *El dardo en la Academia. Esencia y vigencia de las academias de la lengua española*. SENZ, Silvia & ALBERTE, Montserrat (eds.). Editorial Melusina, p. 315-341, v.1, 2011.

LUDMER, J. Aquí América Latina: Una Especulación. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2010.

MARIANI, B. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro/Campinas: Revan/Ed. da Unicamp, 1998.

NUNES, J.H. Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. Tese de doutorado – UNICAMP, Campinas, SP, 1996.

_____. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: Nunes e Petter (orgs.). *História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes Editores, 2002.

_____. Definição lexicográfica e discurso. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos nº 11*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

_____. Dicionários no Brasil. Análise e História do século XVI ao XIX. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. Dicionários: história, leitura e produção. Texto da conferência de encerramento do 8o. Encontro de Letras da Universidade Católica de Brasília, 24/09/2010.

OLIVEIRA, J.S. Así hablamos los chilenos: uma aproximação discursiva ao Dicionário de uso del español de Chile. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

ORLANDI, E. P. Vão surgindo sentidos. In: _____ (Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p.11-25.

_____. Ordem e organização na língua. In: _____. *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 45-51.

_____. História das ideias linguísticas. Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional. Cáceres: Unemat Editora, 2001.

_____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 6a. Edição, 2005.

_____. Apresentação. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____ (org.). Política linguística no Brasil. Campinas: Pontes, 2007. p. 7-10.

_____. (1942) As formas do silêncio: No movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 6a. edição, 2007.

_____. Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas, SP: Pontes, 3a. edição, 2008.

_____. Língua Brasileira e Outras Histórias. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

PAYER, M. O. Educação Popular e linguagem: reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2a. edição, 1995.

_____. Memória da língua. Imigração e nacionalidade. São Paulo: Editora Escuta, 2006.

PÊUCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. trad. Bethania S. Mariani...[et al], 4a. ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. (1975) Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. / Pêcheux, trad: Orlandi, E.P. Et al. 4a. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. (1990). Remontemos de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. L'Inquiétude du discours. Textes choisis par D. Maldidier. Paris: Cendres, 1990. Edição Original: 1977. Trad. de Maria do Rosário Gregolin. Mimeo, 2000, p. 245-260.

_____. (1999). Papel da memória. In: ACHARD, P. In: ACHARD, Pierre. Tradução e Introdução de José Horta Nunes. Papel da Memória, 3a. ed. Campinas. SP: Pontes, 2010. p.49-57.

SENZ, S. e ALBERTE, M. El dardo em la Academia (Melusina): descripción, historia y guía de lectura. Disponível em: <http://addendaetcorrigenda.blogia.com/temas/instituciones-y-politicas-culturales-y-linguisticas-instituciones-i-politiques-culturals-i-linguistiques.php> (consultado em 21/01/2012.)

SENZ, S.; MINGUELL, J. e ALBERTE, M. Las academias de la lengua española, organismos de planificación lingüística. In: SENZ, S. e ALBERTE, M. (eds.). El dardo en la Academia. Esencia y vigencia de las academias de la lengua española. España: Editorial Melusina, 2011.p.

SERRANI-INFANTE, S. Diversidade e alteridade na enunciação em línguas próximas. In: Revista Letras, ed. 14. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: PPGL, UFSM, 1997. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11462/6929>

SOUTO e PASCUAL. El diccionario y outros Productos Lexicográficos. In: GUERRA, A.M.M.(coord.). Lexicografía española, Barcelona: Ariel Linguística, 2003.

VIEIRA. P. O. ¿“Español sin fronteras”? Ou entre as fronteiras projetadas pelo imaginário e pelo real? Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Língua Espanhola. São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-09112012-122007/pt-br.php>

ZOPPI-FONTANA, M. O Português do Brasil como Língua Transnacional. In: O Português do Brasil como Língua Transnacional. ZOPPI-FONTANA, M. (org.). Campinas, SP: Editora RG, 2009, p. 13-41.

Anexo A – Imagens reproduzidas nesta dissertação

Imagem 1 – O site da RAE no início de nossa pesquisa:

Imagem 2 - Site RAE - destaque dos dicionários disponíveis online:

Imagem 3 - site da ASALE - destaque dos dicionários disponíveis online:

Imagem 4 – capa, lombada e quarta capa do *Diccionario panhispánico de dudas*

Imagem 5 – capa do DRAE (22^a edição):

Imagem 6 – Capa e quarta capa da *Nueva Gramática de la lengua Española* (2009):

Imagem 7 – capa e quarta capa da *Ortografía de la lengua Española* (2010)

Imagem 8 – Site da ASALE – parte inferior:

@ASALEinforma
 Orígenes de la Academia Paraguaya de la Lengua Española. t.co/mFSuAH5ZLd
 Hace 12 horas 47 mins. [Responder Retuit Favorito](#)

ASALE
@ASALEinforma
 Escuche «Al habla con la Academia», programa de radio de la Academia Cubana de la Lengua, todos los lunes a las 18:30 en Habana Radio.
 Hace 14 horas 22 mins. [Responder Retuit Favorito](#)

La Asociación

[Bienvenida](#) • [Presentación](#) • [Política panhispánica](#) • [Actividad institucional](#)

Academias

[Real Academia Española](#) • [Academia Colombiana de la Lengua](#) • [Academia Ecuatoriana de la Lengua](#) • [Academia Mexicana de la Lengua](#) • [Academia Salvadoreña de la Lengua](#) • [Academia Venezolana de la Lengua](#) • [Academia Chilena de la Lengua](#) • [Academia Peruana de la Lengua](#) • [Academia Guatemalteca de la Lengua](#) • [Academia Costarricense de la Lengua](#) • [Academia Filipina de la Lengua Española](#) • [Academia Panameña de la Lengua](#) • [Academia Cubana de la Lengua](#) • [Academia Paraguaya de la Lengua Española](#) • [Academia Boliviana de la Lengua](#) • [Academia Dominicana de la Lengua](#) • [Academia Nicaragüense de la Lengua](#) • [Academia Argentina de Letras](#) • [Academia Nacional de Letras de Uruguay](#) • [Academia Hondureña de la Lengua](#) • [Academia Puertorriqueña de la Lengua Española](#) • [Academia Norteamericana de la Lengua Española](#)

Obras y proyectos

[Diccionarios](#) • [Gramática](#) • [Ortografía](#) • [Ediciones conmemorativas](#) • [El buen uso del español](#) • [CORPES XXI](#)

Escuela de Lexicografía

[La ELH](#) • [Máster](#)

Publicaciones

Noticias

© Asociación de Academias de la Lengua Española - Política de privacidad - Política de cookies - Aviso Legal - Accesibilidad - Contacto

Imagem 9 – escudo da RAE

Imagem 10 – escudo da ASALE

Imagem 11: O índice do DPD:

ÍNDICE	
Colaboradores	VIII
Presentación	XI
Qué es el <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>	XIII
Qué contiene el <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>	XVII
Advertencias para el uso del diccionario	XXIII
Abreviaturas	XXXIII
Signos	XXXV

Imagem 12 - detalhe “Consultas Lingüísticas”:

Diccionarios

Diccionario de la lengua española

UNIDRAE

Envíe las propuestas relacionadas con el *Diccionario de la lengua española* a la Unidad Interactiva del DRAE.

[Formulario](#)

Consultas lingüísticas

El Departamento de «Español al día» resuelve aquí las dudas de los hablantes sobre el uso correcto del español.

Envíe su consulta:

[Preguntas frecuentes](#)

[Formulario](#)
[Twitter](#)

Anexo B – índice das seções do DPD, às quais acrescentamos seus subitens

Colaboradores.....	VIII
Equipo de Redacción.....	VIII
Comisión Interacadémica.....	IX
Presentación.....	XI
Qué es el <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>	XIII
<i>Propósito</i>	XIII
<i>Destinatarios</i>	XIII
<i>Carácter normativo</i>	XIII
<i>La norma de hoy</i>	XIV
<i>La norma culta</i>	XIV
<i>Respuestas matizadas</i>	XV
<i>Tratamiento de las variedades lingüísticas</i>	XVI
Qué continene el <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>	XVII
<i>Estructura general</i>	XVII
<i>Tipos de artículos</i>	XVII
<i>Cuestiones tratadas</i>	XVIII
<i>Tratamiento de los extranjerismos</i>	XIX
<i>Tratamiento de los topónimos</i>	XX
Advertencias para el uso del diccionario.....	XXIII
Orden alfabético.....	XXIII
Lemas simples.....	XXIII
Lemas dobles.....	XXIV
Lemas con superíndice.....	XXIV
Locuciones.....	XXV
Definiciones.....	XXVI
Uso de corchetes en las definiciones.....	XXVI
Uso de paréntesis para señalar opciones.....	XXVII
Citas y ejemplos.....	XXVIII

Uso de los símbolos (bolaspa) y * ante citas y ejemplos.....	XXVIII
Remisiones.....	XIX
Representación de sonidos.....	XXIX
Abreviaturas.....	XXXIII
Signos.....	XXXV
Diccionario panhispánico de dudas.....	1-687
Apéndices.....	689
1 Modelos de conjugación verbal.....	691
2 Lista de abreviaturas.....	725
3 Lista de símbolos alfabetizables.....	733
4 Lista de símbolos no alfabetizables.....	741
5 Lista de países y capitales, con sus gentilicios.....	743
Glosario de términos lingüísticos usados em el diccionario.....	757
Nómina de obras y publicaciones periódicas citadas.....	773
Nómina de autores y obras.....	773
Nómina de publicaciones periódicas.....	842

Anexo C – Os pré-textos – versão impressa

páginas IV e V

Diccionario panhispánico de dudas

Patrocinado por

Telefonica

Con la colaboración del

Instituto
Cervantes

REAL ACADEMIA
ESPAÑOLA

ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS
DE LA LENGUA ESPAÑOLA

ÍNDICE

Colaboradores	VIII
Presentación	XI
Qué es el <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>	XIII
Qué contiene el <i>Diccionario panhispánico de dudas</i>	XVII
Advertencias para el uso del diccionario	XXIII
Abreviaturas	XXXIII
Signos	XXXV
DICCIONARIO PANHISPÁNICO DE DUDAS	1-687
AVINDICES	689
1 Modelos de conjugación verbal	691
2 Lista de abreviaturas	725
3 Lista de símbolos alfabéticos	733
4 Lista de símbolos o signos no alfabéticos	741
5 Lista de países y capitales, con sus gentilicios	743
GLOSARIO DE TÉRMINOS LINGÜÍSTICOS USADOS EN EL DICCIONARIO	757
NÓMINA DE OBRAS Y PUBLICACIONES PERIÓDICAS CITADAS	773
Nómina de autores y obras	773
Nómina de publicaciones periódicas	842

© Real Academia Española, 2005
 © Asociación de Academias de la Lengua Española, 2005
 © De esta edición: Santillana Ediciones Generales, S. L., 2005

© Diseño de cubierta: Pep Carrió / Sonia Sánchez - Paco Lacasta

ISBN: 84-294-0623-9
 Depósito legal: M-40.066-2005
 Impreso en España - Printed in Spain

Impreso en el mes de octubre de 2005
 en los talleres gráficos de Unigraf, S. L., Móstoles (Madrid)

Queda prohibida, salvo excepción prevista en la ley, cualquier forma de reproducción, distribución, comunicación pública y transformación de esta obra sin contar con la autorización de los titulares de la propiedad intelectual. La infracción de los derechos mencionados puede ser constitutiva de delito contra la propiedad intelectual (arts. 270 y ss. del Código Penal).

Santillana Ediciones Generales, S. L.
 Calle Torrelaguna, 60, 28043 Madrid

páginas VIII e IX

COMISIÓN INTERACADÉMICA

Víctor García de la Concha, director de la Real Academia Española y presidente de la Asociación de Academias de la Lengua Española
Humberto López Morales, de la Academia Puertorriqueña de la Lengua Española y secretario general de la Asociación de Academias de la Lengua Española

ÁREA DE CHILE

COORDINADOR: Alfredo Matus Olivieri, de la Academia Chilena de la Lengua

ÁREA DEL RÍO DE LA PLATA

COORDINADORES: Ofelia Kovacci († 2001) y Pedro Luis Barcia, de la Academia Argentina de Letras
Carlos Jones, de la Academia Nacional de Letras del Uruguay
Manuel E. B. Argüello, de la Academia Paraguaya de la Lengua Española

ÁREA ANDINA

COORDINADORA: Susana Cordero de Espinosa, de la Academia Ecuatoriana de la Lengua
Martha Hildebrandt, de la Academia Peruana de la Lengua
Carlos Coello, de la Academia Boliviana de la Lengua

ÁREA DEL CARIBE CONTINENTAL

COORDINADORA: María Josefina Tejera, de la Academia Venezolana de la Lengua
Juan Carlos Vergara Silva, de la Academia Colombiana de la Lengua

ÁREA DE MÉXICO Y CENTROAMÉRICA

COORDINADOR: José G. Moreno de Alba, de la Academia Mexicana de la Lengua
Matías Romero Coto, de la Academia Salvadoreña de la Lengua
Francisco Albizúrez Palma, de la Academia Guatemalteca de la Lengua
Adolfo Constenla, de la Academia Costarricense de la Lengua
Elsie Alvarado de Ricard († 2005) y Demetrio Fíbreiga, de la Academia Panameña de la Lengua
Francisco Arellano Oviedo, de la Academia Nicaragüense de la Lengua
María Elba Nieto Segovia, de la Academia Hondureña de la Lengua

ÁREA DE LAS ANTILLAS

COORDINADORA: María Vaquero de Ramírez, de la Academia Puertorriqueña de la Lengua Española
Bruno Rosario Candelier, de la Academia Dominicana de la Lengua
Gisela Cárdenas Molina, de la Academia Cubana de la Lengua

ÁREA DE LOS ESTADOS UNIDOS

COORDINADOR: Joaquín Segura, de la Academia Norteamericana de la Lengua Española

ÁREA DE ESPAÑA

COORDINADOR: Gregorio Salvador, de la Real Academia Española
COMISIÓN DE INFORMACIÓN LINGÜÍSTICA Y NEOLOGISMOS, de la Real Academia Española:
Valentín García Yebra
Gregorio Salvador
Francisco Rodríguez Adrados
José Antonio Pascual
Guillermo Rojo
José Manuel Blecua

EQUIPO DE REDACCIÓN

(del Departamento de «Español al día» de la Real Academia Española)

COORDINADORA Y REDACTORA JEFE:

Elena Hernández Gómez

REDACTORES:

M.^a Ángeles Blanco Izquierdo
Marta Cormenzana Díez

Marta García Gutiérrez
Encarna Raigal Pérez
Emilio Bomant García

Con la COLABORACIÓN ESPECIAL de Leonardo Gómez Torrego

COLABORADORES sucesivos del Instituto Cervantes:

Jaime Olmedo Ramos
Alicia González de Sarralde
Irene Gil Laforga

AGRADECIMIENTOS:

A Salvador Gutiérrez Ordóñez, por su colaboración en el estudio de cuestiones gramaticales.
A Alex Grijelmo y Alberto Gómez Font, por sus sugerencias sobre topónimos y gentilicios.
A Almudena Jimeno, Lola Beccaria, Diego Varela, Fernando Sánchez y Maribel Madero, así como a todas las personas que, desde las distintas Academias, han participado de algún modo en la revisión y corrección del texto.

Los días 8 y 9 de octubre de 2004 se celebraron, en la sede de la Real Academia Española, dos sesiones de trabajo con los medios de comunicación para debatir las líneas fundamentales del *DDP*, en particular el tratamiento de extranjerismos y topónimos.

La Real Academia Española y la Asociación de Academias de la Lengua Española desean dejar constancia de agradecimiento por su colaboración a los siguientes grupos y medios de comunicación: *Diario Clarín* y *La Nación* (República Argentina); *El Mercurio* (Chile); *El Tiempo* (Colombia); *La Nación* (Costa Rica); *El Tiempo* (Ecuador); Agencia EFE, Grupo Prensa Ibérica, Grupo Prisa, Grupo Unidad Editorial, Grupo Zeta, *Heraldo de Aragón*, *La Razón*, *La Vanguardia*, *La Voz de Galicia* y Vocento (España); *La Opinión* y *Nuevo Herald* (Estados Unidos); Grupo Prensa Libre (Guatemala); *El Universal* y Grupo Reforma (México); *El Comercio* (Perú); *El Nuevo Día* (Puerto Rico); Grupo Corripio (República Dominicana); y *El Universal* (Venezuela).

PRESENTACIÓN

Centenares de hispanohablantes de todo el mundo se dirigen a diario a la Real Academia Española, o a cualquier otra de las que con ella integran la Asociación de Academias de la Lengua Española, exponiendo sus dudas sobre cuestiones ortográficas, léxicas o gramaticales y pidiendo aclaración sobre ellas. Buena parte de esas personas conocen y consultan de ordinario alguno de los manuales de corrección idiomática, diccionarios de dudas o libros de estilo existentes, pero quieren oír de manera directa la voz propia de las Academias, que tienen secularmente reconocida la competencia de fijar la norma lingüística para el mundo hispánico.

La norma, que el *Diccionario* académico define como «conjunto de criterios lingüísticos que regulan el uso considerado recto», no es algo decidido y arbitrariamente impuesto desde arriba: lo que las Academias hacen es registrar el consenso de la comunidad de los hispanohablantes y declarar *norma*, en el sentido de regla, lo que estos han convertido en hábito de corrección, siguiendo los modelos de la escritura o del habla considerados cultos. «En manos del uso —decía ya el poeta latino Horacio— se halla el juicio, el derecho y la norma de hablar».

Hasta ahora, las personas interesadas en conocer la norma académica debían consultar, separadamente, los tres grandes códigos en que esta se expresa: la *Ortografía*, la *Gramática* y el *Diccionario*. La *Ortografía* enuncia los principios generales que regulan el uso de las letras y los signos ortográficos, pero, naturalmente, no se ocupa de detallar su aplicación en todos los casos en que puedan plantearse dudas particulares. La *Gramática* —actualmente en proceso de profunda revisión y actualización, pues su última edición oficial data de la ya lejana fecha de 1931— estructura su contenido alrededor de las categorías y conceptos lingüísticos, y no de los problemas concretos de tipo morfológico o sintáctico que tal o cual palabra puede plantear. El *Diccionario*, en fin, por su condición de repertorio léxico oficialmente reconocido, exige la consolidación en el uso general de las nuevas palabras y acepciones, así como de las propuestas de adaptación de voces extranjeras, antes de incorporarlas y, cuando lo hace, se limita a registrar sus sentidos.

Se echaba de menos una obra que permitiera resolver, con comodidad y prontitud, los miles de dudas concretas que asaltan a los hablantes en su manejo cotidiano del idioma y donde las Academias pudiesen, al mismo tiempo, adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento, en especial en lo que atañe a la adopción de neologismos y ex-

páginas XII e XIII

QUÉ ES EL *DICCIONARIO PANHISPÁNICO DE DUDAS*

Propósito

El *Diccionario panhispánico de dudas* se propone servir de instrumento eficaz para todas aquellas personas interesadas en mejorar su conocimiento y dominio de la lengua española. En él se da respuesta a las dudas más habituales que plantea el uso del español en cada uno de los planos o niveles que pueden distinguirse en el análisis de los elementos lingüísticos: el fonológico, pues resuelve dudas de tipo ortológico (sobre pronunciación) y ortográfico (sobre grafías, acentuación y puntuación); el morfológico, ya que orienta sobre las variaciones más frecuentes que se dan en el plano de la morfología nominal (plurales, femeninos y formas derivadas) y de la morfología verbal (formas de la conjugación); el sintáctico, al aclarar dudas sobre construcción y régimen, concordancia, forma y uso de locuciones, etc.; y el lexicológico, pues en él se examinan y corrigen numerosas impropiedades léxicas, a la vez que se ofrece orientación sobre el uso de neologismos y extranjerismos.

Destinatarios

El *Diccionario panhispánico de dudas* se dirige tanto a quienes buscan resolver con rapidez una duda concreta y, por consiguiente, están solo interesados en obtener una recomendación de buen uso, como a quienes desean conocer los argumentos que sostienen esas recomendaciones. Cada lector obtendrá, pues, una respuesta adecuada a sus intereses, particulares o profesionales, y a su nivel de preparación lingüística.

Carácter normativo

El *Diccionario panhispánico de dudas* es un diccionario *normativo* en la medida en que sus juicios y recomendaciones están basados en la *norma* que regula hoy el uso correcto de la lengua española.

La norma no es sino el conjunto de preferencias lingüísticas vigentes en una comunidad de hablantes, adoptadas por consenso implícito entre sus miembros y convertidas en modelos de buen uso. Si no existiera ese conjunto de preferencias comunes, y cada hablante emplease sistemáticamente opciones particulares, la comunicación se haría difícil y, en último extremo, imposible. La norma surge, pues, del uso comúnmente aceptado y se impone a él, no por decisión o capricho de ninguna autoridad lingüística, sino porque asegura la existencia de un código compartido que preserva la eficacia de la lengua como instrumento de comunicación.

tranjerismos, para que todo ello ocurra dentro de los moldes propios de nuestra lengua y, sobre todo, de forma unitaria en todo el ámbito hispánico.

La necesidad de una publicación académica que llenara este vacío se había puesto ya de relieve en el I Congreso Internacional de la Lengua Española celebrado en Zacatecas (México) en 1997. Desde entonces, para llevarla a cabo han contado las Academias con el apoyo fraterno del Instituto Cervantes.

El carácter panhispánico de este nuevo diccionario viene determinado tanto por su contenido —y, específicamente, por la consideración de las variantes regionales— como por su autoría. Han sido, en efecto, las veintidós Academias las que han definido sus líneas maestras y trabajado codo a codo durante más de cinco años en su aplicación y desarrollo. Se propone el *Diccionario panhispánico de dudas* aclarar la norma establecida y atender a la vez a lo que algunos lingüistas llaman «norma en realización»; de ahí que oriente también sobre lo no fijado y formule propuestas guiadas por la prudencia y el ideal de unidad lingüística. Ello lo convierte en una obra abierta, que nace con el propósito declarado de mantener una actualización continua. No se dirige a especialistas, sino al público hispanohablante en general. Por ello, en algunos puntos se han obviado precisiones terminológicas que serían insoslayables en obras dirigidas a lectores especializados.

El texto básico del *Diccionario panhispánico de dudas* fue aprobado el 13 de octubre de 2004, en una sesión plenaria conjunta de la Real Academia Española y de la Asociación de Academias presidida por SS. AA. RR. los Príncipes de Asturias en el Monasterio de Yuso de San Millán de la Cogolla.

Todo ello es hoy realidad gracias al generoso mecenazgo de Telefónica, que, en sintonía con su identidad de empresa de comunicación especialmente asentada en el mundo hispanohablante, vio en este proyecto un instrumento eficaz para reforzar la unidad del idioma y el complemento indispensable del servicio de «Español al día», de la Real Academia Española, que con su ayuda hace también posible.

páginas XIV e XV

La norma de hoy

Como toda institución humana, la lengua experimenta cambios en el transcurso de su evolución histórica, de manera que ese conjunto de preferencias lingüísticas convertidas en modelos de buen uso que constituyen la norma no es igual en todas las épocas: modos de expresión *normales* en el español medieval y clásico —e incluso en el de épocas más próximas, como los siglos XVIII o XIX—, documentados en escritores de calidad y prestigio indiscutibles, han desaparecido del español actual o han quedado fuera del uso general culto; y, viceversa, usos condenados en el pasado por los preceptistas del momento forman parte hoy, con toda naturalidad, del conjunto de hábitos expresivos de los hablantes cultos contemporáneos.

El *Diccionario panhispánico de dudas*, teniendo muy presente la realidad del cambio lingüístico, que opera en todos los niveles (fónico, gráfico, morfológico, sintáctico y léxico), basa sus juicios y valoraciones en la norma efectivamente vigente en el español actual, considerado este como la lengua que emplean las generaciones vivas de habla española. En ningún caso se ha conformado con repetir juicios heredados de la tradición normativa, sino que, gracias a los recursos técnicos con que cuenta hoy la Real Academia Española, en especial su gran banco de datos del español, integrado por textos de todas las épocas y de todas las áreas lingüísticas del ámbito hispánico, ha podido analizar la pervivencia y extensión real de los usos comentados y ofrecer, por tanto, soluciones y recomendaciones fundadas en la realidad lingüística presente.

La norma culta

El español no es idéntico en todos los lugares en que se habla. En cada país, e incluso en cada zona geográfica y culturalmente delimitada dentro de cada país, las preferencias lingüísticas de sus habitantes son distintas, en algún aspecto, de las preferencias de los hablantes de otras zonas y países. Además, las divergencias en el uso no se deben únicamente a razones geográficas. También dependen en gran medida del modo de expresión (oral o escrito), de la situación comunicativa (formal o informal) y del nivel sociocultural de los hablantes.

Por su carácter de lengua supranacional, hablada en más de veinte países, el español constituye, en realidad, un conjunto de normas diversas, que comparten, no obstante, una amplia base común: la que se manifiesta en la expresión culta de nivel formal, extraordinariamente homogénea en todo el ámbito hispánico, con variaciones mínimas entre las diferentes zonas, casi siempre de tipo fónico y léxico. Es por ello la expresión culta formal la que constituye el *español estándar*: la lengua que todos empleamos, o aspiramos a emplear, cuando sentimos la necesidad de expresarnos con corrección; la lengua que se enseña en las escuelas; la que, con mayor o menor acierto, utilizamos al hablar en público o emplean los medios de comunicación; la lengua de los ensayos y de los libros científicos y técnicos¹. Es, en definitiva, la que configura la norma, el código compartido que hace posible que hispanohablantes de

¹ Se ha evitado conscientemente aludir, en esta relación, a la lengua literaria. En primer lugar, porque los escritores, en su faceta de creadores, disfrutan de mayores márgenes de libertad en el manejo del idioma y, centrados en la búsqueda de una mayor expresividad, a menudo conculcan intencionadamente las convenciones lingüísticas de su tiempo. Y, en segundo lugar, porque los escritores de ficción (novelistas y autores teatrales) utilizan los distintos niveles y registros del habla como uno de los modos de caracterización de sus personajes; precisamente por ello es posible documentar, en textos escritos, muchos usos que corresponden a la lengua oral y al habla coloquial o popular.

muy distintas procedencias se entiendan sin dificultad y se reconozcan miembros de una misma comunidad lingüística.

A pesar de la imposibilidad de dar cuenta sistemática de todas las variedades que de uno y otro tipo puedan efectivamente darse en las distintas regiones de habla hispana, el *Diccionario panhispánico de dudas* trata de orientar al lector para que pueda discernir, entre usos diversos, cuáles pertenecen al español estándar (la lengua general culta) y cuáles están *marcados* geográficamente o socioculturalmente.

Respuestas matizadas

La mayoría de las dudas e inseguridades lingüísticas que tienen los hablantes nacen, precisamente, de la perplejidad que les produce encontrarse con modos de expresión distintos de los suyos. Desean saber, entonces, cuál es el uso «correcto», suponiendo, en consecuencia, que los demás no lo son.

Pero debe tenerse siempre en cuenta que el empleo de una determinada forma de expresión resultará más o menos aceptable dependiendo de distintos factores. Así, las variedades regionales tienen su ámbito propio de uso, pero resultan anómalas fuera de sus límites. Muchos modos de expresión que no son aceptables en la comunicación formal, sea escrita u oral, se juzgan perfectamente normales en la conversación coloquial, más espontánea y, por ello, más propensa al descuido y a la laxitud en la aplicación de ciertas normas de obligado cumplimiento en otros contextos comunicativos. Muchos usos ajenos al español estándar se deben, en ocasiones, a la contaminación de estructuras de una lengua a otra que se produce en hablantes o comunidades bilingües. Y hay, en fin, formas de expresión claramente desprestigiadas por considerarse propias del habla de personas de escasa instrucción. A todo esto se añade el hecho ya comentado de la evolución lingüística, que convierte en norma usos antes censurados y expulsa de ella usos en otro tiempo aceptados.

Debido a la naturaleza relativa y cambiante de la norma, el *Diccionario panhispánico de dudas* evita conscientemente, en la mayoría de los casos, el uso de los calificativos *correcto* o *incorrecto*, que tienden a ser interpretados de forma categórica. Son más las veces en que se emplean expresiones matizadas, como *Se desaconseja por desusado...*, *No es normal hoy y debe evitarse...*, *No es propio del habla culta...*, *Esta es la forma mayoritaria y preferible, aunque también se usa...*, etc. Como se ve, en los juicios y recomendaciones sobre los fenómenos analizados se conjugan, ponderadamente, los criterios de vigencia, de extensión y de frecuencia en el uso general culto.

Los juicios normativos admiten, pues, una amplia gradación, que va desde la censura de lo claramente incorrecto por ser fruto del error, del descuido o del desconocimiento de las normas gramaticales, hasta la recomendación de lo que es simplemente preferible por estar de acuerdo con el uso mayoritario de los hablantes cultos de hoy, preferencia que pueden mantener, o variar, los hablantes cultos de mañana. Precisamente, muchas de las vacilaciones registradas se deben a la existencia de etapas de transición, en las que coinciden en un mismo momento usos declinantes y usos emergentes, sin que puedan darse por definitivamente caducos los unos ni por plenamente asentados los otros; de ahí que en más de una ocasión se admitan como válidas opciones diferentes.

páginas XVI e XVII

QUÉ CONTIENE EL DICCIONARIO PANHISPÁNICO DE DUDAS

ESTRUCTURA GENERAL

Esta obra consta de varias partes:

I. El diccionario propiamente dicho, formado por las distintas entradas ordenadas alfabéticamente.

II. Un conjunto de cinco apéndices, con el contenido siguiente:

Apéndice 1: Modelos de conjugación verbal.

Apéndice 2: Lista de abreviaturas.

Apéndice 3: Lista de símbolos alfabeticizables.

Apéndice 4: Lista de símbolos o signos no alfabeticizables.

Apéndice 5: Lista de países y capitales, con sus gentilicios.

III. Un glosario de términos lingüísticos que, con definiciones sencillas, aclara los conceptos gramaticales usados en el diccionario a los lectores que lo precisen.

IV. La nómina de obras y publicaciones periódicas citadas en el cuerpo del diccionario, donde se ofrecen, completos, los datos de edición.

TIPOS DE ARTÍCULOS

En el diccionario se combinan dos tipos de artículos, que se distinguen por el estilo de letra del lema o palabra que los encabeza:

- **Artículos temáticos.** Son los que tratan cuestiones generales, como las normas de acentuación gráfica, el uso de los signos de puntuación o de las mayúsculas, las reglas de formación del femenino o del plural, el dequeísmo, la concordancia, etc. El lema de estos artículos aparece impreso en **VERSALITA NEGRITA**.
- **Artículos no temáticos.** Son los referidos a palabras concretas que plantean algún tipo de duda en lo que respecta, por ejemplo, a su acentuación, su forma gráfica, su forma de plural o de femenino, su régimen preposicional, etc. El lema de estos artículos aparece impreso en **redonda negrita**, salvo que se trate de extranjerismos crudos, cuyo lema está escrito en *cursiva negrita*.

Tratamiento de las variedades lingüísticas

Por la misma razón, se reconocen, cuando existen, las divergencias entre la norma española y la norma americana, o entre la norma de un determinado país o conjunto de países y la que rige en el resto del ámbito hispánico, considerando en pie de igualdad y plenamente legítimos los diferentes usos regionales, a condición de que estén generalizados entre los hablantes cultos de su área y no supongan una ruptura del sistema de la lengua que ponga en riesgo su unidad. Solo se desaconsejan los particularismos dialectales que pueden impedir la comprensión mutua, por ser fuente de posibles malentendidos; nos referimos a los pocos casos en que una estructura lingüística adquiere en un área concreta un valor o significado diferente, e incluso opuesto, al que tiene en el español general.

También tiene presentes el *Diccionario panhispánico de dudas* las variaciones determinadas por el modo de expresión, la situación comunicativa y el nivel sociocultural de los hablantes. Así, se alude en numerosas ocasiones al tipo o nivel de lengua al que pertenecen los usos comentados, utilizando para ello distintas «etiquetas», la mayoría de significado transparente o fácilmente deducible: *lengua escrita*, frente a *lengua oral*; *lengua literaria* (la que corresponde a la expresión escrita de nivel culto), frente a *lengua o habla corriente* (la que se emplea en la expresión común u ordinaria); *lengua o habla formal o esmerada* (la propia de usos oficiales o protocolarios y de situaciones en las que el hablante debe expresarse con especial corrección), frente a *lengua o habla informal, coloquial o familiar* (la propia de la expresión espontánea y de situaciones en las que existe confianza o familiaridad entre los interlocutores); *lengua o habla culta* (la propia de los hablantes cultos), frente a *lengua o habla popular o vulgar*² (la propia de las personas de bajo nivel cultural); y *lengua o habla rural* (la característica de los habitantes de las áreas rurales).

Ninguna de las variantes señaladas es en sí misma censurable, pues cada una de ellas sirve al propósito comunicativo dentro de sus límites, sean estos impuestos por la localización geográfica, la situación concreta en la que se produce la comunicación o el grupo social al que pertenecen los interlocutores. En consecuencia, nadie debe sentirse señalado o menospreciado por los juicios expresados en esta obra. No obstante, es necesario saber que un buen manejo del idioma requiere el conocimiento de sus variados registros y su adecuación a las circunstancias concretas en que se produce el intercambio lingüístico, y que, en última instancia, solo el dominio del registro culto formal, que constituye la base de la norma y el soporte de la transmisión del conocimiento, permite a cada individuo desarrollar todo su potencial en el seno de su comunidad. Por esa razón, todas las recomendaciones que aquí se expresan deben entenderse referidas al ideal de máxima corrección que representa el uso culto formal.

² Los términos *vulgar* y *vulgarismo* no se refieren, en esta obra, a las expresiones de carácter procaz o malsonante, sino a las que traslucen un deficiente conocimiento de las normas lingüísticas.

páginas XVIII e XIX

CUESTIONES TRATADAS

Los artículos del diccionario dan respuesta a cuestiones lingüísticas de muy diverso tipo:

- Letras del abecedario y sonidos que representan.
- Uso de la tilde.
- Palabras con doble acentuación admitida.
- Palabras de acentuación dudosa o frecuentemente errónea.
- Verbos que plantean dudas sobre la acentuación de algunas de las formas de su conjugación.
- Palabras con variantes gráficas admitidas.
- Vulgarismos gráficos frecuentes.
- Voces o locuciones que admiten o rechazan su escritura en una o en varias palabras.
- Uso de los signos ortográficos.
- Uso de mayúsculas y minúsculas.
- Escritura y uso de abreviaturas, siglas y símbolos.
- Escritura y uso de las distintas clases de numerales (cardinales, ordinales, fraccionarios y multiplicativos).
- Uso de números arábigos y romanos.
- Expresión de la fecha y de la hora.
- Latinismos simples y locuciones latinas de uso frecuente.
- Palabras que plantean dudas sobre su género gramatical o sobre su forma de femenino.
- Palabras que plantean dudas sobre su forma de plural.
- Superlativos irregulares.
- Pares de verbos como *adelante/delante*, *adentro/dentro*, *afuera/fuera*, etc.
- Adjetivos y adverbios que plantean dudas en el uso de sus comparativos (*mejor/más grande*, *menor/más pequeño*, *peor*, *mejor*, etc.).
- Pronombres y adverbios relativos e interrogativos.
- Pronombres personales átonos y tónicos.
- Dudas relacionadas con el uso del artículo.
- Dudas sobre concordancia nominal y verbal.
- Verbos irregulares.
- Verbos regulares que plantean dudas de construcción y régimen.
- Voseo.
- Dequeísmo y queísmo.
- Leísmo, laísmo y loísmo.
- Distinción y uso de las oraciones impersonales y de pasiva refleja.
- Forma y uso de numerosas construcciones y locuciones.
- Voces de forma similar, pero sentido diverso, que se confunden con frecuencia en el uso.
- Voces usadas con sentidos impropios.
- Calcos semánticos censurables.
- Neologismos.
- Extranjerismos de uso corriente en español.
- Topónimos y gentilicios de grafía dudosa o vacilante.

TRATAMIENTO DE LOS EXTRANJERISMOS

Todos los idiomas se han enriquecido a lo largo de su historia con aportaciones léxicas procedentes de lenguas diversas. Los extranjerismos no son, pues, rechazables en sí mismos. Lo importante, sin embargo, que su incorporación responda en lo posible a nuevas necesidades expresivas y, sobre todo, que se haga de forma ordenada y unitaria, acomodándolos al máximo a los rasgos gráficos y morfológicos propios del español.

Con el fin de recomendar soluciones que se ajusten a las pautas señaladas, este diccionario comenta un grupo numeroso, aunque necesariamente limitado, de voces extranjeras habitualmente empleadas por los hispanohablantes. Concretamente, los extranjerismos crudos incluidos en la última edición del *Diccionario* académico (2001), así como los extranjerismos adaptados que allí se registran cuando aún es frecuente encontrarlos escritos en textos españoles con las grafías originarias. Además, se han añadido algunos extranjerismos no recogidos por el *Diccionario* académico, pero que son hoy de uso frecuente en el español de América o de España.

En su tratamiento se han aplicado los siguientes criterios generales:

1. Extranjerismos superfluos o innecesarios. Son aquellos para los que existen equivalentes españoles con plena vitalidad. En el artículo se detallan esas alternativas y se censura el empleo de la voz extranjera. Ejemplos: *abstract* (en español, *resumen*, *extracto*), *back-up* (en español, *copia de seguridad*), *consulting* (en español, *consultora* o *consultoría*).

2. Extranjerismos necesarios o muy extendidos. Son aquellos para los que no existen, o no es fácil encontrar, términos españoles equivalentes, o cuyo empleo está arraigado o muy extendido. Se aplican dos criterios, según los casos:

2.1. Mantenimiento de la grafía y pronunciación originarias. Se trata de extranjerismos asentados en el uso internacional en su forma original, como *ballet*, *blues*, *jazz* o *software*. En este caso se advierte de su condición de extranjerismos crudos y de la obligación de escribirlos con resalte tipográfico (cursiva o comillas) para señalar su carácter ajeno a la ortografía del español, hecho que explica que su pronunciación no se corresponda con su forma escrita. No obstante, en algunas ocasiones no se ha renunciado a sugerir fáciles adaptaciones o posibles equivalencias, que se proponen en segundo término.

2.2. Adaptación de la pronunciación o de la grafía originarias. La mayor parte de las voces se proponen adaptaciones cuyo objetivo prioritario es preservar el alto grado de cohesión entre forma gráfica y pronunciación característico de la lengua española. La adaptación de estas voces se ha hecho por dos vías:

a) Mantenimiento de la grafía original, pero con pronunciación a la española y acentuación gráfica según las reglas del español. Así, para el galicismo *quiche* (pronunciado en francés [kɛʃ]) se propone el uso en español de esa misma grafía, pero con la pronunciación [kíche], de la misma forma que para el anglicismo *airbag* (pronunciado en inglés [érbag]) se propone la pronunciación [airbág], o para *maître*, la grafía con tilde *máître*. Estas formas adaptadas a través de la pronunciación y, en su caso, de la tilde se considerarán ya incorporadas al léxico del

páginas XX e XXI

1. Topónimos con forma tradicional plenamente vigente en español, que, no obstante, aparecen con cierta frecuencia en los medios de comunicación con nombres o grafías propios de otras lenguas. Se prefiere la forma española, a no ser que haya caído en desuso o se haya producido un cambio de denominación: *Amberes* (no *Antwerpen* ni *Anvers*), *Ciudad del Cabo* (no *Cape Town*), *Milán* (no *Milano*) o *Nueva York* (no *New York*).
2. Topónimos que carecen de forma adaptada al español y se emplean tradicionalmente con la grafía propia de la lengua local o con la grafía correspondiente a una lengua puente. Se respetan estas grafías, incluso en lo concerniente a su acentuación, por tratarse de formas ya asentadas en el uso: *Canterbury*, *Ottawa*, *Washington* o *Copenhague* (del inglés *Copenhagen*, en danés *København*).
3. Topónimos cuya forma tradicional en español ha caído en desuso en favor de la forma local. Se da primacía a la forma local: *Ankara* (antes *Angora*), *Bremen* (antes *Brema*) o *Maastricht* (antes *Mastrique*).
4. Topónimos con cambio de denominación oficial en favor de la forma local, pero que cuentan con una forma tradicional española plenamente vigente. Se prefiere la forma española: *Calcuta* (no *Kolkata*), *Moldavia* (no *Moldova*), *Bombay* (no *Mumbai*) o *Emirina* (no *Imirí*). Solo en aquellos casos en que se ha producido un verdadero cambio de nombre (y no una mera reivindicación de las formas locales de este) se recomienda la nueva denominación, que debe sustituir a la anterior: *Barhina Faso* (antiguo *Alto Volta*) o *Sri Lanka* (antiguo *Ceilan*).
5. Topónimos que se emplean a menudo con grafías que responden a la transliteración o representación en otras lenguas (normalmente el inglés o el francés) del nombre local, perteneciente este, por lo general, a lenguas que utilizan alfabetos no latinos o que carecen de escritura. Se propone la adaptación de esas formas al sistema gráfico del español de acuerdo con la pronunciación más generalizada entre los hispanohablantes: *Zimbabue* (no *Zimbabwe*), *Punyab* (no *Punjab*) o *Buriatia* (no *Buryatia*).
6. En el caso de topónimos pertenecientes a lenguas que utilizan alfabetos no latinos, se recomienda la forma gráfica que resulta de aplicar las normas de transliteración de esos alfabetos al español y se reconocen, si las hay, otras grafías asentadas: *Qatar* o *Iraq* (también *Irak*). Las formas transcritas se acentúan gráficamente de acuerdo con las normas ortográficas del español: *Shanghái*, *Taipei*. En cuanto a los topónimos que responden al estándar «pinyin», se prefiere, si la hay, la forma tradicional española: *Pekín* (no *Beijing*), *Canión* (no *Guangdòng* [provincia] ni *Guangzhou* [capital]) o *Nankín* (no *Nanjing*).

¹ Sistema de transliteración de los caracteres chinos al alfabeto latino, desarrollado en China a partir de 1958 y puesto en práctica oficialmente en 1979 con el fin de unificar los diversos sistemas de transcripción del chino aplicados hasta ese momento.

español y, por tanto, su lema aparece en el diccionario escrito en letra redonda, y no en cursiva, como corresponde a los extranjerismos crudos. Esta misma razón explica que voces de origen extranjero como *set* o *box*, que no plantean problemas de adecuación al español, se registren en el diccionario con el lema en redonda.

- b) Mantenimiento de la pronunciación original, pero adaptando la forma extranjera al sistema gráfico del español. Así, para el anglicismo *padlle* se propone la adaptación *pádel*, y para el galicismo *choucroute*, la grafía adaptada *churrut*.

Aunque en muchas ocasiones se desaconseja, por innecesario, el empleo de grafías extranjeras, estas nunca van precedidas del signo ® (marca de incorrección; → SIGNOS), puesto que no son, en ningún caso, formas incorrectas, sino grafías propias de otras lenguas. No se trata, pues, de restringir el derecho de quien escribe a usar voces extranjeras, si así lo desea, siempre que las resalte tipográficamente mediante la cursiva o las comillas. Este diccionario se limita a señalar si su uso se justifica o no en español —es decir, si se trata de extranjerismos necesarios o superfluos— y a recomendar, según los casos, el uso de equivalencias o adaptaciones.

TRATAMIENTO DE LOS TOPÓNIMOS

La mayor parte de las dudas sobre topónimos se plantean cuando surge la necesidad de nombrar lugares nuevos o ausentes del repertorio toponímico tradicional. A ello se añaden los cambios de denominación impuestos por las nuevas realidades geopolíticas o reclamados por los Gobiernos locales, que a menudo chocan con las denominaciones tradicionales. Muchos topónimos provienen, además, de lenguas que utilizan alfabetos no latinos o que carecen de representación escrita, los cuales han de transcribirse y adaptarse siguiendo en lo posible los usos ortográficos propios, con el fin de que su grafía refleje adecuadamente su pronunciación.

Por ello, este diccionario se ocupa también del léxico toponímico, ofreciendo orientación sobre la forma gráfica más adecuada en español de los topónimos y gentilicios cuyo uso actual presenta frecuentes vacilaciones. La selección de los registrados en el cuerpo del diccionario se ha hecho a partir de las consultas recibidas en las distintas Academias y de las listas incluidas en los libros de estilo de los principales medios de comunicación. A ellos se han añadido, en un apéndice específico, los nombres de todos los países reconocidos por la ONU, con sus capitales y gentilicios.

En el tratamiento de los topónimos se han conjugado, equilibradamente, los siguientes criterios: transcripción y adaptación de acuerdo con las normas ortográficas del español (hispanización); aceptación de grafías no adaptadas o semiadaptadas, pero asentadas en el uso; y reconocimiento de los cambios de denominación oficial, sin renunciar, cuando existen, a las formas tradicionales plenamente vigentes. Así pues, cada uno de los topónimos registrados ha recibido un tratamiento diferente de acuerdo con su adscripción a uno de los siguientes grupos:

ADVERTENCIAS PARA EL
USO DEL DICCIONARIO

Orden alfabético

La obra está estructurada, como indica su título, en forma de diccionario, de manera que los artículos se ordenan alfabéticamente a partir del lema o entrada, impreso siempre en negrita. Los lemas complejos se integran en la serie alfabética teniendo en cuenta todos sus componentes, como si formasen una sola palabra:

- personalizar.** 1. Como intransitivo, 'hacer referencia a una persona concreta al decir algo en general' [...].
- persona non grata.** Loc. lat. que significa 'persona no grata' [...].
- personarse.** 'Presentarse personalmente en un lugar' y 'comparcer como parte interesada en un juicio o pleito' [...].

Lemas simples

La mayoría de los lemas son simples y están constituidos por la palabra a la que se refiere la explicación contenida en el artículo.

- Si el uso comentado se refiere a un adjetivo o un sustantivo con variación de género, la terminación del femenino aparece indicada en el lema tras la forma del masculino:

alcalde -desa. 'Primera autoridad de un municipio'. El femenino es *alcaldesa*: «*Le interesaba tomar el poder y ser alcaldesa*» (*Tiempos* [Bol.] 19.1.97). No debe usarse como común en cuanto al género (→ GÉNERO², 1a): «*la alcaldé*».

Cuando existen dos formas de femenino, se indica la más extendida en la entrada principal, mientras que la forma secundaria se registra en una entrada independiente, desde la que se remite a la principal:

- actor -triz.** 1. Con el sentido de 'persona que interpreta un papel en una obra teatral o cinematográfica', el femenino de *actor* es *actriz* [...].
2. En terminología jurídica significa 'parte] demandante en un juicio'; en ese caso su femenino es siempre la forma regular *actora* [...].
3. Con el sentido general de '[persona] que interviene o toma parte en algo', se emplea normalmente el femenino regular *actora* [...].

actora. → actor, 2 y 3.

En el caso de los sustantivos comunes en cuanto al género que tienen, además, una forma específica de femenino, la entrada principal va encabezada por la forma co-

páginas XXIV e XXV

mín a ambos géneros, mientras que la forma adicional de femenino aparece registrada en una entrada independiente, desde la que se remite a la principal:

cliente. → cliente.

cliente. 'Persona que utiliza los servicios de un profesional o una empresa'. Por su terminación, es común en cuanto al género (*ella cliente*: → GÉNERO², 1a y 3c) [...]. Existe también, y es válido, el femenino *cliente*, muy usado incluso en el nivel culto [...].

- En el lema de los verbos aparece la terminación **-se** cuando en alguna de sus acepciones generales el verbo se emplea siempre o normalmente en forma pronominal, sea ello debido a la existencia de acepciones pronominales propiamente dichas o al uso frecuente del verbo con complementos directos reflexivos o dativos concordados. Naturalmente, en los verbos que solo tienen usos pronominales se prescinde de estos paréntesis en el lema:

abastecer(se). 1. 'Proveer(se) de algo necesario'. Verbo irregular: se conjuga como *agradar* (→ APÉNDICE 1, n.º 18). [...]

abstenerse. 1. 'Privarse de algo' y 'no participar en algo a lo que se tiene derecho'. Verbo irregular: se conjuga como *temer* (→ APÉNDICE 1, n.º 57). [...]

Lemas dobles

En el caso de las voces con doble acentuación admitida, se registran en el encabezamiento del artículo las grafías correspondientes a ambas acentuaciones. Suele consignarse en primer lugar, bien la forma empleada mayoritariamente en el conjunto del ámbito hispánico, bien la forma cuyo uso resulta preferible por distintas razones:

video o vídeo. 'Cierta sistema de grabación y reproducción de imágenes'. Procedente del inglés *video*, se ha adaptado al español con dos acentuaciones, ambas válidas: la forma esdrújula *video* [bideo], que conserva la acentuación etimológica, es la única usada en España; en América, en cambio, se usa mayoritariamente la forma llana *video* [bideo] [...].

áloe o aloe. 'Planta utilizada en medicina y cosmética'. La forma esdrújula *áloe* es la más cercana a la etimología y la preferida en el uso culto. Pero también se usa, y es válida, la forma llana *aloe* [aloe].

Lemas con superíndice

A diferencia de lo que es habitual en los diccionarios léxicos, en esta obra no se separan en entradas diferentes los artículos referidos a palabras que tienen idéntica forma, pero distinta etimología y sentido. Así, existe una única entrada *aterrar(se)*, en la que se comentan los dos verbos que tienen esa forma de infinitivo:

aterrar(se). Este infinitivo corresponde a dos verbos diferentes:

- a) 'Aterrizar(se)'. En este caso es regular. Por tratarse de un verbo de «afcción psíquica», dependiendo de distintos facto-

res (→ LÉXICO, 4a), el complemento de persona puede interpretarse como directo o como indirecto: «El cambio *La tierra*» (Anagnazzo *Vida* [Arg. 1993]); «*A mi madre Le aterraba verme así*» (Asenjo *Días* [Esp. 1982]).

b) 'Derribar o echar por tierra' y 'cubrir(se) de tierra'. Como otros verbos derivados de *tierra* (*sietrar*, *desterrar*, *enterrar*, etc.), es irregular y se conjuga como *acertar* (→ APÉNDICE 1, n.º 16): «*El destrozó de la humilde casa que el huracán atterro*» (LpezPeláez *Vida* [Esp. 1916]).

Solo en unos pocos casos existen dos entradas encabezadas por una misma forma, las cuales se distinguen mediante un superíndice numérico en el lema:

- cuando la misma palabra encabeza un artículo temático y otro no temático, como ocurre en el caso de **coma**¹ (artículo no temático relativo al sustantivo *coma*) y **COMA**² (artículo temático relativo al uso de este signo de puntuación);
- cuando uno de los dos artículos encabezados por la misma palabra tiene un lema doble, como ocurre en el caso de **cartel**¹ (lámina de papel que se exhibe con fines publicitarios o informativos) y **cartel**² (organización ilícita que trafica con drogas o con armas) y 'convenio entre empresas para evitar la competencia');;
- cuando una palabra coincide en su forma con una de las letras del abecedario, como ocurre en el caso de **a**¹ (primera letra del abecedario) y **a**² (preposición).

Locuciones

Como norma general, los artículos sobre locuciones están encabezados por la palabra núcleo. Así, la información sobre la locución *en aras de* hay que buscarla bajo la palabra *ara*; *en relación con* bajo la palabra *relación*, etc. Como sublema, en negrita cursiva, aparece la forma o formas de la locución comentada:

bote. *a o de bote pronto*. La locución adverbial o adjetiva *a bote pronto* significa, en algunos deportes como el fútbol o el tenis, 'golpeando la pelota justo después de que haya botado': «*Un golazo de yours, que engañó una pelota a bote pronto*» (Marcel [Esp.] 30.3.02). En México y varios países centroamericanos se dice normalmente *de bote pronto*: «*Con un disparo de bote pronto derroscó al portero*» (Pensar [Hond.] 9.1.97). Del lenguaje deportivo ha pasado a la lengua general con el sentido de 'sobre la marcha o improvisadamente': «*Se reafirmó en lo que había declarado a bote pronto sobre la noche del crimen*» (Gala *Invitados* [Esp. 2002]). A veces se modifica esta locución convirtiéndola erróneamente en *a voz de pronto*.

En el caso de que una misma palabra sea el núcleo de varias locuciones, todas ellas aparecen comentadas dentro del mismo artículo, en subentradas numeradas ordenadas alfabéticamente:

balde. 1. *de balde*. En el español medieval esta locución significaba 'gratis' y también 'inútilmente o en vano'. Ambos significados han pervivido en el español de América: «*Ya no tenemos quien nos desballe y nos friegue las casas de balde*» (Cabrada *Agua* [Méx. 1981]); «*Te disfrazaste de balde, no va a*

páginas XXVI e XXVII

Tampoco se usan estos corchetes en las definiciones que corresponden a acepciones en las que el verbo admite varias construcciones, pues, en esos casos, el elemento que funciona como complemento directo en una de las construcciones posibles, desempeña, en la otra, una función distinta:

contagiar(se). 1. Se acentúa como *anuncia* (→ *AVÉNDICE* 1, n.º 4).

2. Es transitivo cuando significa 'transmitir por contagio una enfermedad o un estado de ánimo', y puede construirse de dos formas:

a) Lo contagiado se expresa mediante el complemento directo y la persona a la que afecta el contagio, mediante el indirecto: «*Sostiene que ella lo engañaba [...] y que le contagió una enfermedad venérea*» (Martínez Vialto [Arg. 2002]).

b) La persona contagiada se expresa mediante el complemento directo y lo que se contagia, mediante un complemento de régimen introducido por *de*: «*Quise que un amigo [...] me contagiara de hepatitis*» (Alariste Vivir [Méx. 1985]).

necesitar. 'Tener necesidad de alguien o algo'. Se construye normalmente con complemento directo: «*Vamos a necesitar tres coches*» (Mastretta Vida [Méx. 1990]); aunque también es correcta la construcción intransitiva, con un complemento introducido por *de*: «*Don Raimundo necesitaba de la soledad para concentrarse*» (Mujica Escardado [Arg. 1982]). Cuando lo necesitado se expresa mediante un infinitivo o una oración subordinada, solo es posible la construcción transitiva: «*Necesitaba pensar en otros para olvidarse de sí mismo*» (Souza Mantira [Perú 1998]); «*Necesito que me respondas ahora*» (Contreras Nardador [Chile 1995]).

• Para encerrar, en ocasiones, el tipo de sustantivo al que se aplica normalmente un adjetivo. Este sistema simplifica la definición y permite dar cuenta en el mismo enunciado definitorio del uso frecuentemente sustantivo de muchos adjetivos:

hexágono-na. '[Polígono] de seis ángulos y seis lados': «*Las esbeltas torres hexágonas aragonesas*» (RJiménez Español [Esp. 1942-58]). Se utiliza casi siempre como sustantivo masculino: «*Las abejas hacen hoy los mismos hexágonos que ya hacían cuando no existían los manijeros*» (Ricard Dicoño [Esp. 1982]). El uso culto mayoritario mantiene hoy la *b*-etimológica (→ *hexa*), por lo que se desaconseja el empleo de la grafía «*exágono* [...]

Uso de paréntesis para señalar opciones

En muchas ocasiones a lo largo del todo el diccionario se hace uso de los paréntesis para expresar, de modo sintético, varias opciones. Así, cuando los paréntesis aparecen en el interior de una voz, una construcción o un enunciado, deben interpretarse como la mención conjunta de dos formas: la que incluye los elementos encerrados entre paréntesis y la que los excluye. Por ejemplo, la forma *trahé/bordador* alude al mismo tiempo a las variantes gráficas *trahordador* y *trashordador*; la expresión *punte (aorto/coronario)* menciona de una sola vez las alternativas *punte aortocoronario* y *punte coronario* como equivalentes españoles del anglicismo *by-pass*; y el ejemplo *Busco (a) alguien que me ayude* expresa conjuntamente dos oraciones: *Busco a alguien que me ayude* y *Busco alguien que me ayude*.

huber hall- (Ramírez Baile [Nic. 1995]). En España, la locución de *hallar* se usa solo como equivalente de 'gratis', mientras que para 'inútilmente' se emplea en *hallar* (→ 2).

2. *en hallar*. 'Inútilmente o en vano': «*En hallar vamos a esperar que el país salga de su indigencia inmerecida*» (Abe [Par.] 6.10.00). En algunas zonas de América se emplea también, con este sentido, la locución de *hallar* (→ 1).

Los artículos referidos a las locuciones latinas y extranjeras de uso corriente en español, así como los que tratan sobre locuciones nominales españolas cuya palabra núcleo no es objeto de comentario por ninguna otra razón, se encabezan por la propia locución:

ab initio. Loc. lat. que significa 'desde el inicio' [...]

a cappella. Locución italiana que indica [...]

cabeza rapada. Calco de la voz inglesa *skinhead* [...]

Definiciones

Al comienzo de cada artículo se ofrece siempre una breve definición del término que lo encabeza. Se trata, en la mayoría de los casos, de definiciones muy someras, que no cumplen los requisitos de una verdadera definición lexicográfica, pues su única intención es situar al lector ante la voz o locución comentada. Por ello, se registran solo las acepciones más usuales, o bien únicamente aquellas que son objeto de comentario en el artículo, sin distinguir, en general, matices significativos que serían ineludibles en un diccionario léxico. Solo se proporcionan definiciones más precisas en los artículos cuyo contenido gira en torno a cuestiones semánticas o, en el caso de los verbos, cuando los problemas de construcción comentados atañen a un determinado sentido.

Uso de corchetes en las definiciones

En las definiciones de verbos y adjetivos se utilizan los corchetes con dos fines:

• Para encerrar, cuando se menciona, el elemento que funciona como complemento directo en los verbos transitivos. Debe tenerse en cuenta que los corchetes indican cuál es el complemento directo del verbo definido, no del verbo empleado en la definición:

infundir. 'Dotar a alguien [de una cualidad, un sentimiento o una idea]'. El complemento de persona puede ser indirecto o ir introducido por la preposición *en*: «*Me impulsaba a ir el deseo de infundir ánimo a Plutarco*» (Araya Luna [Chile 1982]); «*Procuró infundir en sus discípulos las nociones de obediencia y templanza*» (Hernández Nardador [Esp. 1989]).

Si la definición incluye en un mismo enunciado la acepción transitiva y la pronominal, no se encierra entre corchetes el complemento directo del uso transitivo, pues ese mismo elemento funciona como sujeto en el uso pronominal:

anteponer(se). 'Poner(se) una persona o cosa delante o por delante de otra'. Verbo irregular; se conjuga como *poner* (→ *AVÉNDICE* 1, n.º 47). El imperativo singular es *antepon* (tú) y *anteponé* (vos), y no **antepone*.

páginas XXVIII e XXIX

hoye de cúlra» (NHerald [EE. UU.] 17.2.97). La aparición de este símbolo ante una cita extraída de un texto literario no debe interpretarse, en ningún caso, como censura al autor del texto, pues los escritores de ficción (novelistas y autores teatrales) utilizan los distintos niveles y registros del habla como uno de los modos de caracterización de sus personajes; por tanto, reflejan en sus obras el habla de sus personajes, no la suya propia.

• El símbolo * indica «agramaticidad», esto es, inadecuación al sistema de la lengua: * *Algún desconocida preguntó por ti.*

Remisiones

El diccionario contiene una tupida red de remisiones, cuya finalidad es asegurar el máximo aprovechamiento de la información que en él se contiene. Las remisiones se expresan con el símbolo → y pueden enviar de un artículo a otro o de un párrafo a otro dentro del mismo artículo. En el primer caso se indica siempre el lema del artículo al que se remite y, si es preciso, el párrafo concreto dentro de dicho artículo; así, la remisión «→ TILDE», 2.3.4» envía al párrafo 2.3.4 del artículo temático TILDE. Si la remisión envía a otro lugar dentro del mismo artículo, se indican solo los datos identificativos del párrafo; así, la remisión «→ 2a» dentro de un artículo envía al párrafo 2, apartado a, de ese mismo artículo.

Representación de sonidos

La lingüística diferencia entre *fonemas*, elementos fónicos abstractos, y sus realizaciones fonéticas concretas. Dado que esta obra se dirige a lectores no necesariamente especializados, se ha preferido emplear el término general de *sonidos* y, en consecuencia, se ha evitado deliberadamente el uso de los sistemas tradicionales de transcripción empleados por los lingüistas.

En el cuadro siguiente se muestra la correspondencia entre grafías (en cursiva) y realizaciones fonéticas básicas (en redonda y entre barras, para su mejor identificación) según el sistema adoptado en este diccionario:

grafía	sonido
<i>a</i>	/a/
<i>b</i>	/b/
<i>c + a, o, u</i>	/k/
<i>c + e, i</i>	/t/ (/s/ en zonas de seseo)
<i>ch</i>	/tʃ/
<i>d</i>	/d/
<i>e</i>	/e/
<i>f</i>	/f/
<i>g + a, o, u</i>	/g/
<i>g + e, i</i>	/j/

Citas y ejemplos

En la mayoría de los artículos se ilustran los diferentes usos mediante citas, extraídas casi en su totalidad de los bancos de datos de la Real Academia Española, tanto del CREA (Corpus de referencia del español actual) como, en menor medida, del CORDE (Corpus diacrónico del español). Cuando ha sido necesario se han citado textos no incluidos en los corpus académicos, así como publicaciones periódicas editadas en Internet. En algunos artículos temáticos o de especial complejidad gramatical, se han utilizado en ocasiones ejemplos inventados, en lugar de citas textuales, pues en esos casos ha prevalecido el interés de facilitar la comprensión de los usos comentados mediante enunciados sencillos y breves. Las citas aparecen siempre en letra cursiva y entrecomilladas, a diferencia de los ejemplos, que se escriben también en cursiva, pero sin comillas.

Los datos básicos de procedencia de la cita se presentan de modo sintético. Así, el autor es normalmente citado por su primer apellido, excepto cuando se estima conveniente mencionar también el segundo: *GaMárquez* (por Gabriel García Márquez), *AlmGaité* (por Carmen Martín Gaité), *Vllosa* (por Mario Vargas Llosa). Tras la mención del autor sigue —en cursiva— la del título de la obra, que se redondea normalmente a una sola palabra, la primera significativa del título completo: GaMárquez *Años* (cita de *Cien años de soledad*). A continuación se indican —entre corchetes— otros datos de interés, como el país de origen del autor —en abreviatura— y el año de composición de la obra: GaMárquez *Años* [Col. 1967]. Solo se indica la localización del texto —tomo, página, etc.— cuando la cita se ha extraído de alguna obra no incluida en los corpus académicos. Cuando se citan ejemplos de prensa, los datos de localización se consiguen del modo siguiente: nombre abreviado de la publicación —en cursiva—, seguido del país de edición —abreviado y entre corchetes— y, por último, los números que indican el ejemplar citado: *País* [Esp.] 3.5.00 (cita del diario español *El País*, del día 3 de mayo de 2000). Las citas extraídas de Internet llevan el símbolo * tras el nombre de la publicación.

En el interior de las citas y ejemplos aparecen a menudo resaltados, en letra versalita, algunos de los elementos de construcción comentados en el artículo:

abarrotar(se). 'Llenar(se) por completo'. Suele llevar un complemento introducido por *de* o, más raramente, *con*:
«El sitio se abarrotó de gente» (RPerea. *Obsesión* [P. Rico 1988]); *«Se trata de abarrotarlo con mercancías y productos»* (Salinas Diezón [Méx. 1992]).

agobiar(se). [...]
 2. Por tratarse de un verbo de «afcción psíquica», dependiendo de distintos factores (→ L1180, 4b), el cumplimiento de persona puede interpretarse como directo o como indirecto: *«La culpa lo agobiaba»* (Verbitsky *Vuelo* [Arg. 1995]); *«Su rostro [de Regina] continuaba reflejando el intenso dolor que le agobiaba»* (Velasco Regina [Méx. 1987]).

Uso de los símbolos * y * ante citas y ejemplos

- El símbolo * se antepone a las citas y ejemplos que ilustran usos incorrectos o desaconsejados. Es, pues, una marca de «incorrección», entendida esta como inadecuación a la norma culta: *«El ministro de Salud [...] aseguró de que está controlado el*

páginas XXX e XXXI

En algunos casos (extranjerismos, pronunciaciones dialectales, etc.) ha sido necesario representar algunos sonidos que no pertenecen al sistema fonológico español, para lo cual se han utilizado los signos siguientes:

[h]	sonido aspirado, como la <i>h</i> del inglés <i>home</i>
[sh]	sonido palatal fricativo sordo, como la <i>sh</i> del inglés <i>shampoo</i>
[v]	sonido labiodental fricativo sonoro, como la <i>w</i> del alemán <i>Wagner</i>
[j]	sonido palatal aficado, como la <i>j</i> del inglés <i>John</i>
[ʒ]	sonido palatal fricativo sonoro, como la <i>j</i> del francés <i>Jean</i>

grafía	sonido
<i>h</i>	La letra <i>h</i> no representa ningún sonido en el español estándar actual, salvo en casos de aspiración (véase más abajo)
<i>i</i>	/i/
<i>j</i>	/j/
<i>k</i>	/k/
<i>l</i>	/l/
<i>ll</i>	/ll/ (/y/ en zonas de yeísmo)
<i>m</i>	/m/
<i>n</i>	/n/
<i>ñ</i>	/ɲ/
<i>o</i>	/o/
<i>p</i>	/p/
<i>q, qu</i>	/k/
<i>-r-</i> <i>r</i> tras <i>b, c, d, f, g, k, p, t</i> y <i>r</i> final de sílaba o de palabra	/r/
<i>r-</i> , <i>-rr-</i> , <i>r</i> tras <i>n, l, s</i>	/rr/
<i>s</i>	/s/ (/z/ en zonas de ceceo)
<i>t</i>	/t/
<i>u</i>	/u/
<i>v</i>	/b/
<i>w</i>	/b/, /u/
<i>x-</i>	/s/
<i>x</i> + consonante	/ks/ o /gs/ (en pron. general americana y culta enfática de España) /s/ (en pron. general de España)
<i>-x-</i>	/ks/ o /gs/ (/j/ en algunos topónimos y antropónimos, como <i>México, Texas, Moctéa</i> etc.)
<i>y</i>	/y/, /i/
<i>z</i>	/z/ (/s/ en zonas de seseo)

Las mismas correspondencias se utilizan al representar la pronunciación concreta de palabras o expresiones, la cual se transcribe entre corchetes. Dentro de los corchetes de pronunciación se señala siempre con una tilde la vocal tónica, aunque a la palabra cuya pronunciación se representa no le corresponda llevar acento gráfico según las reglas de acentuación. Ejemplos: [kása] por *casa*; [gérra] por *guerra*; [jinéta] por *gineta*; [sapáto, zapáto] por *zapato*. Como se ve en el último ejemplo, se indica siempre, y en primer lugar, la pronunciación seseante, por ser la mayoritaria en el conjunto de los países hispanohablantes.

ABREVIATURAS

Con el fin de no entorpecer la lectura de los artículos se ha evitado, en general, el uso de abreviaturas. No obstante, en determinados contextos se han abreviado ciertos términos. Las abreviaturas utilizadas han sido las siguientes:

adj.	adjetivo	lat. cient.	latín científico
adv.	adverbio	lat. vulg.	latín vulgar
al.	alemán	Ling.	Lingüística
Am.	América	loc. lat.	locución latina
ár.	árabe	Lóg.	Lógica
Arg.	Argentina	masc.	masculino
Bol.	Bolivia	Mat.	Matemáticas
e. d.	complemento directo	Méx.	México
e. i.	complemento indirecto	Mús.	Música
C. Rica	Costa Rica	neerl.	neerlandés
cap.	capítulo	Nic.	Nicaragua
cf.	confer	P. Rico	Puerto Rico
Col.	Colombia	p. us.	poco usado
compl.	complemento	Pan.	Panamá
dim.	diminutivo	Par.	Paraguay
Ec.	Ecuador	part.	participio
EE. UU.	Estados Unidos	part. lat.	participio latino
El Salv.	El Salvador	pers.	persona
Esp.	España	pl.	plural
eusk.	euskera	prep.	preposición
fem.	femenino	pret.	pretérito
Filol.	Filología	pron.	pronunciación pronombre
fr.	francés	R. Dom.	República Dominicana
gr.	griego	superl.	superlativo
Gram.	Gramática	sust.	sustantivo
Guat.	Guatemala	Tel.	Telefonía
Hond.	Honduras	tít.	título
ingl.	inglés	Ur.	Uruguay
irreg.	irregular	v.	véase
it.	italiano	Ven.	Venezuela
lat.	latín	VV. AA.	varios autores

SIGNOS

- Precede a las formas consideradas incorrectas o desaconsejables, y a los ejemplos que ilustran usos no aceptados en la norma culta.
- * Precede a las construcciones agramaticales.
- Significa 'véase' y se utiliza en las remisiones.
- ** Enmarca las definiciones.
- // Enmarca los sonidos.
- [] Enmarca la pronunciación. || En las definiciones, enmarca, cuando se estima conveniente, algunos elementos del contorno, como el complemento directo de los verbos o el sustantivo al que se aplica normalmente un adjetivo. || En las citas, enmarca la mención del país de origen del autor y el año de composición de la obra, así como las correcciones o interpolaciones realizadas sobre el texto original.
- [_o] Indica, en medio de una cita, que se ha suprimido un fragmento del texto original.
- / Separa alternativas. || Representa el fin de línea o renglón.
- # Se pospone al nombre abreviado de una publicación periódica para indicar que la cita se ha extraído de la edición electrónica en Internet.

Anexo D – Os verbetes da letra “L” - versão impressa

páginas 388, 389

- Kalm.** → Colômbia.
- Komi.** República da Federação Russa: «A la misma constitución se llegó tras los hallazgos descubiertos entre 1991 y 1993 a la república de Komi, en los montes Uralés» (Cardeñosa Código [Esp. 2001]). Su gentilicio es *komi*, válido para ambos géneros.
- kopek.** Moneda rusa, equivalente a la centésima parte de un rublo. Es voz aguda; [kopék], no llana. Su plural es *kopéts* (→ FLURAL, 1h). «Por el precio de unos pocos kopeks no se puede exigir demasiado» (Quintero Dinza [Ven. 1991]). También es válida, aunque se usó menos, la variante gráfica *opek* (pl. *opeks*). No se admiten, en cambio, las grafías **kopri* ni **koprek*.
- Korea** → Corea.
- Kosova, kosovar.** → Kosovo o Kosovo.
- Kosovo o Kosovo.** El nombre de esta región situada al sur de Serbia, de población mayoritariamente albanesa y actualmente bajo administración de la ONU, presenta dos acentuaciones válidas en español. Cada una de ellas se basa en una de las dos lenguas que coexisten en este territorio: la llana *Kosovo* (pron. [kosóbo]) presenta la misma sílaba tónica que la forma albanesa *Kosovar* (pron. [kosóba]) y ha sido la usada tradicionalmente en español; la esdrújula *Kóosovo* refleja la pronunciación de este topónimo en serbocroata y se ha extendido, probablemente, por influjo del inglés. El gentilicio de uso general es *kosovar* (basado en el gentilicio albanés *kosovari*): «Solana atribuyó [...] a la "falta de confianza" en las instituciones kosovaras la casi nula participación de la minoría serbia en las legislativas del pasado sábado» (Tiempo [Bol. 20.10.04]). Cuando es necesario distinguir la etnia, además de la procedencia, se utilizan los compuestos *albanokosovar* y *serbokosovar*: «La ONU busca a un serbokosovar por tentativa de asesinato» (Pais [Esp.] 9.8.02).
- Krajina.** → Krajina.
- Krajina.** Grafía asentada en el uso español actual del nombre de esta región de Croacia, proclamada unilateralmente por su población serbia, de 1991 a 1998. República Serbia de Krajina: «Los serbios de Krajina retienen a 115 policías y soldados de la ONU como rehenes» (Vanguardia [Esp.] 2.5.98). Aunque en serbocroata se pronuncia [krajínal], en español debe decirse [krajina], adecuando su pronunciación a su grafía. Si se quiere respetar la pronunciación vernácula de este topónimo, se recomienda escribir en español *Krájina*.
- kril.** Adaptación gráfica de la voz inglesa de origen norteamericano *krill*, 'conjunto de crustáceos marinos diminutos que integran el zooplancton'.
- krill.** → kril.
- kripión.** → cripión.
- kuna.** 'Unidad monetaria de Croacia'. Es voz femenina y su plural es *knas*: «El cura había gastado 170 000 kunas (25 000 euros) en 8 meses» (Dinamit [Esp.] 26.4.05).
- kungfu.** Voz tomada del inglés *kung-fu*, que designa un arte marcial de origen chino: «El sistema de competición está basado en los aspectos técnicos, estéticos y educativos del kung-fu» (FVigo [Esp.] 22.11.02). Esta es la grafía asentada en español y, por tanto, la más recomendable.
- Kurdistán.** Región de Asia donde se asienta el pueblo kurdo, repartida entre los Estados de Turquía, Irán, Iraq, Siria, Armenia y Azerbaiyán. Es mayoritario y preferible su uso con artículo antepuesto: «Turquía obtuvo la soberanía de buena parte del Kurdistán» (Proceso [Méx.] 8.9.96). Esta es la grafía asentada en el español actual; la variante *Curdistán*, usada en épocas pasadas, es hoy muy minoritaria y se desaconseja su empleo. Lo mismo cabe decir de los gentilicios respectivos *kurdo* (preferible) y *curdo*.
- kurdo -da.** → Kurdistán.
- Kyoto.** → Kioto.
- Lagrimal.** 1. Como adjetivo, 'de (las) lágrimas': «El conducto nasolagrimal va del saco lagrimal a la nariz» (Rosales/Reyes Enfermería [Méx. 1982]). Con este mismo sentido se usa también el adjetivo *lagrimal*: «Las ojos, si los poseen, no tienen palpados ni criminal» (Luz y Luz [Arg. 1992]). 2. Como sustantivo masculino, 'extremo del ojo por donde salen las lágrimas': «Sacó un pañuelo del bolsillo del delantal y enjugó con él las lágrimas» (Bain Dolor [Col. 1993]). Con este sentido se desaconseja, por minoritario, el uso de *lagrimal*.
- La Habana.** El artículo que forma parte del nombre de la capital de Cuba debe escribirse con mayúscula (→ MAYÚSCULAS, 4.7): «En un lugar étnico de La Habana se alza un bello [...] monumento a los chinos "nambiques"» (Moreno Historia [Cuba 1983]). No se debe usar en español la grafía inglesa *La Havana*. Su gentilicio es *habanero*: «Tratan un par de direcciones de jóvenes pintores habaneros a quienes se dan visitas» (ÁlvizGil Naufragos [Cuba 2002]).
- Laibach.** → Liubliana.
- Laísmo.** 1. Es el uso impropio de *le(s)* en función de complemento indirecto femenino, en lugar de *le(s)*, que es la forma a la que corresponde etimológicamente ejercer esa función (→ PRONOMBRES PERSONALES ATONOS, 1h). 2. Los pronombres *le*, *los* proceden, respectivamente, de las formas latinas de acusativo *illum*, *illos*. El acusativo es el caso de la declinación latina en el que se expresaba el complemento directo. Por ello, la norma culta del español estándar solo admite el uso de estas formas para dicha función: «La búsqueda [la Constancia] en los tres pisos» (Fuentes Constancia [Méx. 1989]); «Estas cosas mudos no las quieren creer» (Vanguardia [Esp.] 6.7.94). No son correctos los usos ejemplificados a continuación, en los que la forma *le* funciona como complemento indirecto: «Cuando abrió la Maratón, La dijo: ¡Vive aquí Maratón Dominguez!» (ImazLozano Grano [Esp. 1988]); «Yo La di un beso a Josef» (Pombo Héro [Esp. 1983]). 3. El laísmo, al igual que otros fenómenos paralingüísticos relacionados con el uso antitímico de los pronombres átonos de tercera persona, como el leísmo y el loísmo, comienza a fraguarse en la Castilla primitiva durante la Edad Media (para las razones de su aparición, → LEÍSMO, 3), pero
1. 1. Decimotercera letra del abecedario español y duodécima del orden latino internacional. Su nombre es femenino: *la* de (pl. *éts*). Representa el sonido consonántico apicoalveolar lateral /l/. 2. Es normal que la pronunciación de la *l* en posición final de sílaba o de palabra se relaje; pero en el habla esmerada debe evitarse que esta *l* relajada llegue a convertirse en una *r*: «[bórsa] por *bórsa*, [nardiño] por *maldiño*». 3. 1. 'Nota musical'. → FLURAL, 1l y MAYÚSCULAS, 6.2. 2. Artículo determinado. → el. 3. Pronombre personal átono. → PRONOMBRES PERSONALES ATONOS y LAÍSMO.
- Lady.** 1. 'Mujer que pertenece a la primera nobleza británica'. Esta voz inglesa (pron. [lédí]) se usa normalmente como fórmula de tratamiento, antepuesta sin artículo al nombre o apellido de la mujer correspondiente: «Una lista de apellidos revalorados en el lado de nuestros huéspedes la continuidad del establishment del Reino Unido: [...] David Lea, lady Blackstone, lady Fretwell, entre otros» (Pais [Esp.] 2.12.88). Por tratarse de un extranjero, se conserva su grafía y pronunciación original, debe escribirse con resalte tipográfico. El plural de esta voz inglesa es *ladies* (pron. [lédís]).
- lagaña.** → legaña.
- La Goleta.** Nombre tradicional español de esta ciudad de Túnez: «Estuvieron cuatro días fundados en La Goleta, antepuerto de Túnez» (Fanes Flor [Esp. 1986]). No debe usarse en español la forma francesa *La Goulette*.
- La Goulette.** → La Goleta.

no consiguió extenderse a la variedad del castellano andaluz, por lo que no se trasladó al español atlántico (Canarias e Hispanoamérica). El área propiamente laista se circunscribe básicamente a la zona central y noroccidental de Castilla. Aun así, por influencia de la norma culta estándar (→ 2), es patente la voluntad de los hablantes cultos de esas zonas y, sobre todo, de los escritores, de ajustarse al uso etimológico.

4. Hay ocasiones en que las incorrecciones o variaciones en el uso de los pronombres átonos de tercera persona no se deben a la tendencia dialectal señalada en el párrafo anterior, sino a la duda del hablante sobre el tipo de complemento —directo o indirecto— que rigen algunos verbos.

Así, hay verbos que, incluso en zonas en las que los pronombres átonos distinguen funciones gramaticales, unas veces se construyen con pronombres de complemento directo —*lo(s), la(s)*— y otras con pronombres de complemento indirecto —*le(s)*—, dependiendo de distintos factores (→ LEISMO, 4a, b, c y d); otros verbos están inmersos en un proceso de cambio de intransitivos (verbos que nunca se construyen con complemento directo) a transitivos (verbos que exigen la presencia de un complemento directo), y viceversa (→ LEISMO, 4e). Para resolver estos casos, debe acudirse a las entradas correspondientes a cada uno de los verbos que habitualmente plantean dudas. En cuanto a las oraciones impersonales con *se* seguido de pronombre átono (*Se le considera la mejor*), → LEISMO, 4f. Para casos de laísmo con semilocuciones verbales (*¿char un vistazo, prender fuego*, etc.), → LOISMO, 5.

La Meca. 1. Aunque desde época medieval y hasta el siglo XVIII lo normal fue usar sin artículo el nombre de esta ciudad de Arabia Saudí, cuna de Mahoma, en el uso actual el artículo ha pasado a formar parte de este topónimo y debe escribirse con mayúscula (→ MAYÚSCULAS, 4.7): «El peregrinaje a la ciudad santa de La Meca, en Arabia» (*Aben* [Par.] 2.12.02). Cuando se utiliza con el sentido de 'lugar donde está el centro principal de una actividad', es nombre común y debe escribirse con minúsculas: «Todo esto ocurría cuando Barcelona era la meca indiscutible del boxeo español» (*Vanguardia* [Esp.] 27.2.94). El gentilicio es *mequí* (pl. culto *mequís*; → PLURAL, 1c).

2. *de la ceca a la meca.* → ceca.

lamentar(se). 1. Como transitivo, 'sentir pena, contrariedad o arrepentimiento [por algo]'. La causa del lamento es el complemento directo: «Lamentó el adiós provocador» (Liendo Platos [Ven. 1985]); «Lamento que nunca hayas sabido amar» (Jodorowsky Pájaro [Chile 1992]). Es incorrecto anteponer *a* a este complemento como resultado del cruce con la construcción pronominal (→ 2 y

3. Como intransitivo pronominal, 'manifestar pena, contrariedad o arrepentimiento'. La causa del lamento se expresa mediante un complemento con *de* o *por*: «Trevino se lamentó de que Tita se sintiera indisputada» (Esquivel *Agua* [Méx. 1989]); «No se lamentó por la falta de pure» (Montero Tronía [Cuba 1987]).

languidecer. 'Ponerse lánguido'. Verbo irregular se conjuga como *agradecer* (→ APÉNDICE 1, n.º 18).

lao. → Laos.

Laos. Forma tradicional española del nombre de este país de Asia: «La política agresiva que el presidente Kennedy llevaba hasta entonces en relación con Vietnam, Laos y Cuba» (Alonso Imperio [Méx. 2003]). La forma *lao* es el gentilicio de la etnia mayoritaria y el nombre de la lengua oficial: «Sobre el *tarjón*, redactado en francés y *lao*, figuraba el *delante de las tres cabezas*» (Leguineche Camino [Esp. 1995]).

Aunque dicho gentilicio aparece en el nombre oficial vernáculo (traducido *República Democrática Popular Lao*), no debe usarse *Laos* como nombre abreviado del país. Su gentilicio es *laosiano*: «La mujer *laosiana* tiene todo el derecho a desgarrar las ropas del varón y dejarlo en cueros» (Leguineche Camino [Esp. 1995]).

laosiano -na. → Laos.

lapso. 'Tiempo entre dos límites': «El brevísimo lapso que duró la tensión se le hizo interminable» (Delibes *Madera* [Esp. 1987]). Es frecuente y admisible el uso de la locución redundante *lapso de tiempo*: «Los *patos actualizan su instinto de seguir a la madre en un lapso de tiempo muy corto*» (Pinillos *Psicología* [Esp. 1975]). Aunque tiene el mismo origen que *lapus* ('equivocación'; → *lapus*), conviene no confundir ambas palabras en el uso actual.

lapus. 'Falta o equivocación que se comete por descuido': «Quise creer que era un error o un *lapus*» (Martín Corazón [Esp. 1992]). Es invariable en plural (→ PLURAL, 1f y k); los *lapus*. No debe confundirse con *lapso* ('intervalo de tiempo'; → *lapso*).

lapus cálimi. Loc. lat. que significa literalmente 'error de la pluma'. Se emplea como locución nominal masculina con el sentido de 'error involuntario que se comete al escribir': «La explicación de esta frase como errata de imprenta o *lapus cálimi* debe rechazarse» (Madruga *Colón* [Esp. 1940-47]). Es invariable en plural (→ PLURAL, 1k); los *lapus cálimi*.

lapus linguae. Loc. lat. que significa literalmente 'error de la lengua'. Se emplea como locución no-

[Esp. 1988]). No debe confundirse con *laxitud*, sustantivo que corresponde al adjetivo *laxo* (→ laxo, 2).

latente. 'Oculto o aparentemente inactivo': «Se forma una imagen latente; esta imagen no es visible y para observarla es necesario revelarla y fijarla» (Costa *Fotografía* [Chile 1993]); «Tal virus latente puede, de súbito, convertirse en activo y matar» (Cotte *Sida* [Ven. 1988]). Este adjetivo procede del latín *latens*, 'entis (participio de presente de *latere* 'estar oculto')'. No debe confundirse con *latente* ('que late'; → *late*): «Los suscitulos paternos pueden tener, en vez de un latente corazón de músculo, uno hecho de cables y chips» (*Universal* [Ven.] 25.4.05). Tampoco es correcto su empleo con el sentido opuesto de 'manifesto o visible', significado que corresponde al adjetivo *patente*: «Los óleos de sus últimas series [...] son una muestra latente de lo emocional en el artista» (Tiempo [Col.] 11.2.97).

latente. 'Que late': «Se nos aparecía el corazón latente de Santa Gema Galgani» (País [Esp.] 2.8.86); «En el cuerpo desollado y latente había vida» (RBastos *Vigilia* [Par. 1992]). Esta es la forma correcta del adjetivo que procede del participio activo del verbo *latir* ('dar latidos'). No debe confundirse con *latente* ('aparentemente inactivo'; → *latente*).

Latinoamérica. Nombre que engloba el conjunto de países del continente americano en los que se hablan lenguas derivadas del latín (español, portugués y francés), en oposición a la América de habla inglesa: «El cálculo [...] de sujetos potenciales del derecho indígena colectivo es por ahora imposible, particularmente en Latinoamérica. En Canadá y Estados Unidos hay sistemas más formalizados de registro público» (Clavero *Derecho* [Méx. 1994]). Es igualmente correcta la denominación *América Latina*. Para referirse exclusivamente a los países de lengua española es más propio usar el término específico *Hispanoamérica* (→ Hispanoamérica) o, si se incluye Brasil, país de habla portuguesa, el término *Iberoamérica* (→ Iberoamérica). Debe escribirse siempre en una sola palabra, de modo que no son correctas grafías como «Latino América» o «Latino-América». Su gentilicio es *latinoamericano*.

latinoamericano -na. → Latinoamérica.

lato sensu. Loc. lat. que significa 'en sentido lato, en sentido amplio': «Lato sensu, la inteligencia es una capacidad biológica de adaptación» (Pinillos *Psicología* [Esp. 1975]); «Incremento con matices nuevos ese incipiente interés por la antropología lato sensu» (Lain Decargo [Esp. 1976]). Son erróneas las formas «*latu sensu*» o «*lato sensu*». Se opone a *stricto sensu* (→ *stricto sensu*). También puede decirse *sensu lato*: «El ánimo se inclina ante la realidad incontestable de una conducta criminal, sensu lato» (Egido Corazón [Esp. 1995]).

minal masculina con el sentido de 'error involuntario que se comete al hablar': «Un *lapisus linguae*, la importante confusión de una palabra con otra, es con frecuencia muy reveladora de intenciones o preocupaciones reprimidas» (Pinillos *Mente* [Esp. 1969]). La pronunciación corriente en español del segundo elemento es [lingue], en la que el diptongo latino no se pronuncia como *e*, rasgo típico del latín vulgar; pero también se pronuncia [linguae], como corresponde a la pronunciación del latín clásico. Ambas son válidas. Es invariable en plural (→ PLURAL, 1k); los *lapisus linguae*.

larga duración. → elepé.

lavagna. → lasaña.

lavagna. Adaptación gráfica de la voz italiana *lasagna*, 'plato compuesto de capas de pasta en las que se intercala carne picada mezclada con besamel': «Terminó gustoso su *lasaña*» (Serrano *Vida* [Chile 1995]).

laser. 'Voz tomada del inglés *laser* —acrónimo de *light amplification by stimulated emission of radiation*—, que significa 'dispositivo electrónico que amplifica un haz de luz monocromática y coherente y rayo o haz de luz emitido por un láser': «Es un *laser* *quántico de alta potencia*» (González *Química* [Esp. 1995]). «Dispararon un potente *laser* desde la Torre de la Fuerza de Ateas» (NHERALD [EE.UU.] 21.10.97). Con este último sentido, se usa frecuentemente en aposición: *rayo láser*. También se usa como adjetivo: «que funciona con láser» y 'del láser': *impresora láser*, *tecnología láser*. En español debe escribirse con tilde por ser voz llana terminada en consonante distinta de -n o -s (→ TILDE, 1.1.2). Como sustantivo, el plural es *láseres* (→ PLURAL, 1g): «El uso de *láseres* permitiría emplear la energía eléctrica con mayor eficiencia» (Neri *Satélites* [Méx. 1991]); usado en aposición a *rayo* o como adjetivo, es invariable en plural: *rayos láser*, *impresoras láser*.

laxitud. → laxo, 2.

laxo -sa. 1. 'Cansado o falto de fuerzas': «¿Que hay de común entre aquel muchacho urgente y el hombre *laxo* de ahora?» (Zaldumbide *Élogos* [Ec. 1910]); dicho de hilo, 'sin torcer': «Se le ponen unas hebras de seda *laxa* color marrón» (Fortún *Bazar* [Esp. 1935]); y, dicho de pelo, 'lacio': «Con su pelo pelo castaño trenzado en rodete sobre la nuca» (Soriano *Caza* [Esp. 1951]). Este adjetivo, poco usado en la actualidad, no debe confundirse con *laxo* ('flojo o sin tensión' y 'relajado o poco estricto'; → laxo, 1).

2. Mayor uso tiene el sustantivo derivado *laxitud* ('cansancio o falta de fuerzas'): «La energía que la *lucha* había inyectado en su cuerpo se estaba desvaneciendo ahora, dando paso a una gran *laxitud*; de pronto se sentía muy viejo y cansado» (Pérez *Reverte* *Maestro* [Esp. 1995]).

lats

lats. 'Unidad monetaria de Letonia'. Es voz masculina, con plural: *un lats, dos lats*. Debe evitarse el uso de *lat* para el singular.

❖ **latu sensu.** → lato sensu.

❖ **Latvija, Latvijais, latvio -via.** → Letonia.

laude. → laude, 2.

laudat. Dicho de un juez árbitro, 'fallar o dictar sentencia'. Se acentúa como *causar* (→ AFÉNDICE 1, n.º 10).

laude. 1. Cuando significa 'alabanza', es voz femenina, como su étimo latino (*laus, laudis*), y se usa normalmente en plural: «*Se lanzaron a cantar [...] las laudes de Nuestro Señor Jesucristo*» (Mujica Escarabajo [Arg. 1982]). En plural, con el sentido de 'parte del oficio divino que se reza después de matines', se usa hoy normalmente en masculino: «*Rezonamos los laudes de la mañana, vamos a la misa y a las ocho de la mañana asistimos a nuestras clases*» (Lislin [R. Dom.] 19.7.97).

2. Como sustantivo femenino, significa también 'lápida': «*En el claustro de la catedral de Burgos puede admirarse la notable laude sepulcral*» (Miralles Cortés [Méx. 2001]). Existe, con este mismo sentido, la variante *lauda*: «*El muro del pantheon de nobles muestra las bellas laudas sepulcrales*» (Vanguardia [Mex.] 31.8.94).

3. El acento de intensidad recae en la vocal abierta del diptongo (lláude), de modo que no es correcta la pronunciación con hiato *o*lláude.

laureola o laureola. Nombre de diversas plantas. Tiene dos acentuaciones válidas. La forma esdrújula *laureola* conserva la acentuación etimológica: «*No disponemos de ningún análisis químico de la laureola*» (FQuer Plantas [Esp. 1962]). Pero también se ha usado, y es válida, la forma llana *laureola* [laureóla]: «*Alrededor, macetas de brusco y laureola*» (Valera Papita [Esp. 1874]).

Lausana. Forma tradicional española del nombre de esta ciudad suiza: «*Dekker [...] se emocionó cuando recogió el trofeo en el podio de la capital olímpica de Lausana*» (Excelsior [Méx.] 20.7.00). No debe usarse en español la forma francesa *Lausanne*.

Lausanne. → Lausana.

La Valeta. Forma tradicional española del nombre de la capital de Malta: «*Falleció tras sentirse mal en un bar de La Valeta, en la isla de Malta*» (DNueva [Esp.] 5.5.99). No debe usarse en español la grafía original *La Valletta*, y menos aún la adaptación *La Valetta*. El artículo forma parte del nombre propio, por lo que debe escribirse con mayúscula inicial (→ MAYÚSCULAS, 4.7).

❖ **La Valletta.** → La Valeta.

laxitud. → laxo, 2.

laxo -xa. 1. 'Que no está firme o tenso': «*Tenía los músculos hipotónicos, laxos*» (FitzMartinez Drogadicto [Esp. 1981]); y 'relajado o poco estricto': «*Si las reglas son demasiado rígidas o demasiado laxas, entonces surgen los problemas*» (Rausch Dietas [Arg. 1996]). No debe confundirse con *lazo* (cansado o falta de fuerzas y, dicho de hilo o de pelo, 'sin torcer o lacio'; → laso, 1).

2. El sustantivo derivado es *laxitud*: «*Tranquilidad y flexibilidad antes*» (Delibes Madera [Esp. 1987]). No debe confundirse con *laxitud*, sustantivo que corresponde al adjetivo *lazo* (→ laso, 2).

❖ **le.** Pronombre personal átono (→ PRONOMBRES PERSONALES ÁTONOS Y LEÍSMO).

leal. 'Que guarda lealtad a alguien o algo'. El complemento va introducido por *a* o, menos frecuentemente, *con*: «*Tienen que ser leales a su tiempo*» (The Ilesster Filomeno [Esp. 1988]); «*Noemí fue leal con sus principios*» (Semana [Col.] 21-28.1.97).

leche. *mula leche.* → malache.

leer. 'Pasar la vista por [un texto escrito] para decifrarlo y comprender su significado'. Este verbo es regular desde el punto de vista morfológico, pero no desde el punto de vista gráfico-articulatorio, ya que el sonido vocálico /i/ de algunas desinencias, cuando queda entre vocales, se transforma en el sonido consonántico /y/; consecuentemente, en estas formas, la *-r* pasa a escribirse *yi*: *leyendo, leyó, leyeron, leyera, leyeras*, etc. V. conjugación modelo (→ AFÉNDICE 1, n.º 39).

legaña. 'Líquido graso que segregan la mucosa y las glándulas de los párpados'. Esta es la forma preferida hoy en el habla culta de casi todo el ámbito hispánico, aunque en algunos países de América convive en el nivel culto con la variante *lagaba* o, como en Costa Rica, es esta la única forma usada: «*Entre legañas vio la silbete acercarse a su cama*» (Aguilar Error [Méx. 1995]); «*Luego de afritarlo, remolca con un paño tibio las legañas*» (Ducoulroy Ojos [C. Rica 1992]).

legitimación. → legitimar.

legitimizar. 'Dar legitimidad [a algo o a alguien]': «*Entre legañas vio la silbete acercarse a su cama*» (Aguilar Error [Méx. 1995]); «*Luego de afritarlo, remolca con un paño tibio las legañas*» (Ducoulroy Ojos [C. Rica 1992]).

❖ **legitimización, legitimizar.** → legitimar.

❖ **leísmo.** 1. Es el uso impropio de *le(s)* en función de complemento directo, en lugar de *lo* (para el masculino singular o neutro), *los* (para el masculino plural) y *las(s)* (para el femenino), que son las formas a las que corresponde etimológicamente ejercer esa función (→ PRONOMBRES PERSONALES ÁTONOS, 1).

menta desde los primeros textos medievales castellanos. No obstante, en el siglo XIII, época de la reconquista de casi toda Andalucía, este fenómeno no se hallaba lo suficientemente extendido como para instalarse en la norma andaluza y, por consiguiente, tampoco caló en el español atlántico (Canarias e Hispanoamérica). Así pues, y en líneas muy generales, suelen distinguirse dos zonas: una marcadamente leista, que abarca el área central y noroccidental de Castilla —junto con focos aislados en ciertos países hispanoamericanos— y otra no leista, que abarca la mayor parte del mundo hispánico.

4. El panorama, sin embargo, dista mucho de ser sencillo. Por una parte, el leísmo no es un fenómeno que se dé uniformemente en las zonas consideradas leistas; por otra, en las zonas no leistas se documentan casos de leísmo, algunos solo aparentes, explicables por distintas razones:

a) Los verbos llamados de «afcción psíquica» —los que designan procesos que afectan al ánimo o producen acciones o reacciones emotivas, como *afectar, asustar, asombrar, conocer, divertir, impresionar, molestar, ofender, perjudicar, provocar*, etc.—, dependiendo de distintos factores, admiten el uso de los pronombres de acusativo —*lo(s), la(s)*— y de los pronombres de dativo —*le(s)*—. La elección de unos u otros depende básicamente de si el sujeto es o no agente activo de la acción y del grado de voluntariedad que tiene o se le atribuye con respecto a la acción designada por el verbo: si el sujeto es animado y se concibe como agente de la acción, el complemento verbal suele considerarse directo y se usan los pronombres de acusativo (*A mi madre LA asombró cuando como mucho*); si el sujeto es inanimado o es una oración y, por tanto, no puede ser concebido como agente indirecto y acción, el complemento se considera indirecto y se usan los pronombres de dativo (*A mi madre LE asombró mi apetito*). Por otro lado, con sujetos animados puede darse también esta alternancia, dependiendo de si la acción denotada por el verbo es realizada voluntariamente o no por el sujeto: *Su padre, que se había disfrazado, LO asustó* (le dio un susto a propósito) / *Su padre, que se había disfrazado, LE asustó* (el susto es involuntario; lo causa el hecho de ir disfrazado). Con sujetos no animados influyen también otros factores; por ejemplo, cuando el sujeto va antepuesto, es más frecuente el uso del pronombre de complemento directo (*MI asustó LO deprecia mi actitud*). La distribución antes señalada se documenta en zonas no leistas tanto españolas como americanas: «*Su hermano LO escandalizó*» (Alvrez Son [Esp. 1982]). «*A mi madre LE*

2. Los pronombres *le, les* proceden, respectivamente, de las formas latinas de dativo *illi, illis*. El dativo es el caso de la declinación latina en el que se expresaba el complemento indirecto. Por ello, la norma culta del español estándar establece el uso de estas formas para ejercer dicha función, independientemente del género del sustantivo al que se refiere el pronombre: «*Conoció a un cirujano plático a quien LE contó mi problema*» (Tiempo [Col.] 1.12.87); «*Yo nunca LE conté a mi madre que había estado agonizando [...] al hijo del Ferrovitario*» (Asen-Días [Esp. 1982]). «*Al despreciar LOS di veinte pesos*» (Barragán Gimenas [Méx. 1979]). Por tanto, son casos de leísmo usos como complemento directo, en los que *le* funciona como complemento indirecto: «*Era Huayna Cápac, según dicen muchos indios que LO vieron y conocieron, de no muy gran cuerpo*» (Salvador Ecuador [Ec. 1994]); «*Los romanos [...] soñaban con matar LE el cerdo entero*» (VV. AA. Matamoros [Esp. 1982]). Debido a su extensión entre hablantes cultos y escritores de prestigio, se admite el uso de *le* en lugar de *lo* en función de complemento directo cuando el referente es una persona de sexo masculino: «*La padre no era feliz*» [...]. *Nunca LE vi alegre*» (Tallaster Filomeno [Esp. 1988]). Sin embargo, el uso de *les* por los cuando el referente es plural, aunque no carece de ejemplos literarios, no está tan extendido como cuando el referente es singular, por lo que se desaconseja en el habla culta: «*Casi nunca LES vi con chicas*» (Visita [Ec.] 3.4.97). El leísmo no se admite de ningún modo en la norma culta cuando el referente es inanimado: «*El libro que me prestaste LE leí de un tirón*»; «*Los informes me LES mandas cuando puedas*». Y tampoco se admite, en general, cuando el referente es una mujer: «*LE consideras estúpida*, aunque existen algunos casos en que el leísmo femenino de persona no se considera incorrecto (→ 4f y g).

3. El leísmo, al igual que otros fenómenos paralelos relacionados con el uso antitímológico de los pronombres átonos de tercera persona (→ IALISMO Y LOISMO), surge en Castilla durante la Edad Media. Todos estos fenómenos parecen deberse al nacimiento, en época temprana de la evolución del castellano, de una tendencia que, a diferencia de lo que ocurría en latín, en lugar de distinguir funciones gramaticales a través de las distintas formas pronominales —*le(s)* para el complemento indirecto y *lo(s), la(s)* para el complemento directo—, tiende a diferenciar entre masculino y femenino, por un lado, y entre persona y cosa por otro; también influye en muchos casos la condición de contable o no contable del referente. Muy a grandes rasgos, la distribución, en este nuevo sistema, sería la siguiente: *le(s)* para el masculino de persona; *lo(s)* para el masculino de cosa, y *la(s)* para el femenino de persona y de cosa. El leísmo se docu-

leu. 'Unidad monetaria de Rumania y de Moldavia'. Es voz masculina y su plural es *leus* (→ PLURAL 1a). Debe evitarse el uso del plural rumano *lei*, así como de la forma **leis*, creada a partir de aquel.

leudar. Como intransitivo, dicho de una masa, 'fermentar' y, como transitivo, 'dar fermento [a la masa]'. Se acentúa como *aludar* (→ APÉNDICE 1, n.º 14).

lev. → leva.

leva. 'Unidad monetaria de Bulgaria'. Es voz femenina y procede del plural del nombre búlgaro *levi*. El plural español es *levas* (→ PLURAL 1a): **La leva*. El plural original *levi*, de género masculino, cuyo plural en español debe ser *levs* (→ PLURAL 1b): **¿De dónde van a sacar los 15 000 millones de levs?* **¿De dónde van a sacar los 15 000 millones de levs?* (Mundo® [Esp.] 17.6.01). Se recomienda el uso de la primera forma, más acorde con el sistema gráfico del español.

liar(se). 1. 'Atar o envolver' y 'enredar(se) o complicar(se)'. Se acentúa como *emiar* (→ APÉNDICE 1, n.º 5).

2. Sobre la acentuación gráfica de las formas del pretérito perfecto simple o pretérito *lió/lió, lo/lió*, del presente de indicativo *liáis/liáis* y del presente de subjuntivo *liáis/liáis*, → TILDE, 1.2.

libido. 'Deseo sexual': **A mí el vino me sube la libido* (Bayly [Perú 1996]). Es voz llana: [libido]. No es correcta la forma esdrújula **libido*, debida al influjo del adjetivo *lirido* ('amorado') o 'páldo'; → lido, con el que no debe confundirse.

librar(se). 1. Cuando significa 'preservar(se) de algo o algo no deseado, especialmente un trabajo, mal o peligro', lleva un complemento con *de*, que expresa lo indeseado: **Como si yo fuera su mamá y tuviera que librarlo de un castigo* (Mastretta Vida [Méx. 1990]). Con el sentido de 'expedir [letras de cambio y otras órdenes de pago] a cargo de alguien que tenga fondos a disposición del librador', además del complemento directo, lleva un complemento introducido por *contra*, que expresa la persona a cuyo cargo se expide la orden: **López debió librar tres cheques contra los bancos de la provincia de Córdoba* (Clarín [Arg.] 8.2.79).

2. El uso de *librarse* con el significado de 'entregarse o abandonarse' es galicismo o catalanismo que debe ser evitado: **A través la puerta de cartón piedra del decorado, la tierra tras de sí y se libra a la carajada* (Vanguardia [Esp.] 31.8.94).

libre. 'Que tiene libertad' y 'desembarazado o exento de algo'. Su superlativo es *libérrimo* (→ érrimo).

rádico de femenino en España: **Buscó las lentes en el bolso, se lamentó de lo poco que veía y se Delgado Mirada* [Esp. 1995]).

León. Nombre de una ciudad y una provincia de España, de una ciudad y un departamento de Nicaragua y de una ciudad de México. Hoy no se emplea esta forma como nombre español de la ciudad francesa de Lyon (→ Lyon). El gentilicio es *leonés*.

leonés -sa. → León.

Lérida. Nombre tradicional en lengua castellana de la provincia y ciudad de Cataluña cuyo nombre en catalán es *Llida*. Salvo en textos oficiales, donde es preceptivo usar el topónimo catalán como único nombre oficial aprobado por las Cortes españolas, en textos escritos en castellano debe emplearse el topónimo castellano. El gentilicio, para todo tipo de textos, incluidos los oficiales, es *leridano*. También existe el gentilicio culto *leridense*, basado en el nombre latino de esta ciudad.

leridano -na. → Lérida.

lesbiano -na, lesbico -ca, lesbio -bia. → Lesbos.

Lesbos. Isla griega en el mar Egeo: **A los tres días, extenuado por la luz abrasadora del sol, [...] arribó a la isla de Lesbos* (Fañer Flor [Esp. 1986]). También es conocida por el nombre de su capital, *Mitilene* (→ Mitilene). El gentilicio es *lesbio*, voz que, como sustantivo masculino, designa también el dialecto griego hablado en esta isla: **Especte de clara que usaban los lesbios* (Universitat® [Ven.] 20.4.03). Los derivados *lesbiano* y *lésbico* se aplican hoy a lo perteneciente o relativo al lesbianismo ('homosexualidad femenina') o a las lesbianas ('mujeres homosexuales').

lesotense, Lesotbo. → Lesoto.

Lesoto. Forma adaptada a la ortografía y pronunciación españolas del nombre de este país de África: **El rey de Lesoto* [...]. Fue coronado por su hijo (Puls Esp.) 1.11.97. Se desaconseja el uso en español de la grafía inglesa *Lesotbo*. La forma recomendada para el gentilicio es *lesotense*, no **lesotense*.

letón -na. → Letonia.

Letonia. Forma tradicional española del nombre de este país de Europa, antigua república soviética: **Que regreses a Letonia o adónde sea que naciste* (Donoso Eléjante [Chile 1995]). No debe usarse en español la forma vernácula *Latvijas* ni la inglesa *Latvia*. Su gentilicio es *leiton*, que es también el nombre de su lengua oficial: **El nivel del fútbol leiton tal vez es inferior al del malles* (Abe [Esp.] 10.7.97). No debe usarse como gentilicio en español la forma **latvico*.

lejos. 1. Adverbio que significa 'a gran distancia' en sentido espacial o temporal. Normalmente se construye seguido de un complemento con *de* que expresa el término de referencia: **Vive lejos del País* (O'Donnell Vincent [Arg. 1982]); **La profecía estaba lejos de cumplirse* (Gironella Hombres [Esp. 1986]).

2. Por su condición de adverbio, no se considera correcto su uso con posesivos: **lejos mío, *lejos suyo*, etc. (debe decirse *lejos de mí, lejos de ti*, etc.).

3. Seguido de la preposición *de* y antepuesto a un infinitivo, adquiere el significado de 'en lugar de': **Lejos de decrecer, iba en aumento* (Moix Suñer [Esp. 1986]). Este uso, censurado antes por galicismo, pero ya asentado en nuestro idioma, se considera correcto.

4. El superlativo es, en el español general, *lejísimos*, aunque en algunas zonas de América se usa la forma *lejísimos*: **Su casa [...] estaba ahora en Santos Suárez, por la Calzada de Jesús del Monte, lejísimos* (Chinante Habana [Cuba 1986]). En la lengua coloquial se emplea también el aumentativo *lejísimos* (en algunos países americanos, *lejísimos*).

5. *de lejos.* Con mucho, a gran distancia del resto: **La gente, de lejos, el mejor distribuidor de la leña* (Andrade Dios [Arg. 1993]). Se opone a *ni de lejos* (→ 6). Se desaconseja usar con este sentido la locución **por lejos*.

6. *ni de lejos.* 'De ningún modo, en absoluto': **Ella no deseaba ni de lejos repetir lo de Camacho* (Vergés Cenizas [R. Dom. 1980]). Se opone a *de lejos* (→ 5).

lek. 'Unidad monetaria de Albania'. Es voz masculina y su plural es *leks* (→ PLURAL 1b): **El salario promedio de Albania oscila alrededor de los 21 000 leks* (Dile® [Arg.] 11.1.04).

Leninigrado. → San Petersburgo.

lente. Es válido su uso en ambos géneros en cualquiera de sus acepciones, aunque las preferencias son distintas según las zonas; así, cuando significa 'pieza transparente que se emplea en instrumentos ópticos', en España se usa en femenino, mientras que en América alternan ambos géneros, con cierta preferencia por el masculino: **La distancia entre el foco y el centro óptico de la lente se llama distancia focal* (Portillo Energía [Esp. 1985]); **Se acerca al intruso camarágrafo e intenta tapar el lente de la cámara* (Alberto Eternidad [Cuba 1992]). Lo mismo cabe decir de la expresión *lente de contacto*, femenina en España y frecuentemente masculina en América. Cuando significa 'juego de dos lentes con armadura para corregir defectos de visión', se usa en plural y normalmente en masculino en todo el ámbito hispánico: **Se quitó la barba postiza y los lentes ahumados* (Mendoza Ciudad [Esp. 1986]).

Con este último sentido hay algún ejemplo esportivo.

En el País Vasco y norte de Navarra, zonas del norte de España en las que el español se halla en contacto con el euskera, se emplea *lefo* para el complemento directo, con referente tanto animado como inanimado, y con independencia del género del antecedente: **Ignoro si tiene usted bogar o no la tiene* (Unamuno Niebla [Esp. 1914]); **Si no por Isabel, suya si me echo novia allí, que LE conocí a una tal Rosita, sobrina de un cura, como para volverte loco a cualquiera* (SchizMazas Andía [Esp. 1956]).

e) En el español hablado en Cantabria (España) se utiliza la forma *le* para el complemento directo masculino cuando el antecedente es un nombre singular contable, mientras que se utiliza como forma única lo cuando el antecedente del complemento directo es incontable, independientemente de su género y su número (→ LOISMO, 6b): **El coche [contable] LE compramos hace un año; *La hierba [no contable] LO guardamos para el invierno*.

leitmotiv. Voz alemana, acuñada por el compositor Richard Wagner, que significa 'tema musical recurrente en una composición'. Y, por extensión, 'motivo central recurrente de una obra literaria o cinematográfica'. Puede sustituirse por las voces españolas *motivo* o *tema*, acompañadas de los adjetivos *conductivo*, *central*, *principal* o *recurrente*: **Es una de las principales obras de música dramática del siglo XIX italiano. En ella hay motivos conductores a la manera wagneriana* (Zanders Opera [Ven. 1992]); **La música abandona el tema recurrente para avanzar, siempre en el mismo tono subyectivo, a lo largo de todo el himno* (Monleón Gallina [Esp. 1983]); **El fútbol, junto con la actualidad política y la figura de su padre, fueron tres motivos centrales de los relatos que escribió* (Clarín [Arg.] 30.1.97).

lejano -na. 'Que está lejos'. El complemento puede introducirse por *a* o *de*: **Apoyado en la pared más lejana a la pizarra* (Somera Caverna [Cuba 2000]); **Cada día se sentía más lejano de él* (Tomás Orilla [Esp. 1981]).

librecambio. 'Sistema económico que suprime las trabas al comercio internacional'. «En las negociaciones del GATT, definió el librecambio» (Mundo [Esp.] 3.3.96). Aunque también es válida su escritura en dos palabras (*libre cambio*), se recomienda la grafía simple *librecambio*, que ha generado ya derivados como *librecambismo* y *librecambista*.

librecambismo, librecambista. → librecambio.

licenciar(se). 'Dar, u obtener, el grado de licenciado o la licencia del servicio militar'. Se acentúa como *anunciar* (→ APÉNDICE 1, n.º 4).

licra. Adaptación gráfica propuesta para la voz inglesa *lyra*, marca registrada que designa un tejido sintético elástico, empleado en la confección de prendas de vestir. «El jugador [...] aparece con mallas ajustadas de licra» (Vanguardia [Esp.] 2.9.95).

licuar(se). 'Hacer(se) líquida una sustancia sólida o gaseosa'. En el uso culto se acentúa preferentemente como *avergüar* (→ APÉNDICE 1, n.º 6). «Se licuan los tomates» (Ronald Frutoargrafía [Col. 1998]); pero es hoy frecuente, y también válida, su acentuación como *actuar* (→ APÉNDICE 1, n.º 7). «Todo se licúa» (NHerold [EE. UU.] 15.1.98).

liquefacción. 'Acción de licuar(se)'. «Se cumplió ayer nuevamente [...] el milagro de la liquefacción de la sangre de san Genaro» (FVigo [Esp.] 3.5.99). Es incorrecta la forma **liquefacción*.

líder. 'Persona que dirige u orienta a un grupo, que reconoce su autoridad' y 'persona, equipo o empresa situados a la cabeza en una clasificación'. Por su terminación, es común en cuanto al género (*el líder*; → GÉNERO², la y 3g): «¿Qué mujer! Es una líder nata» (Cuzzani Zorro [Arg. 1988]). En algunos países de América se usa a veces el femenino *líderesa*: «La campaña dio oportunidad a los mexicanos de conocer a una líderesa indiscutible» (Proceso [Méx.] 21.7.96).

liderato. → liderazgo.

liderazgo. 'Condición de líder y ejercicio de dicha condición'. «Los ingleses se han quedado atrás y han perdido el liderazgo en Europa» (Ruffinelli Guzmán [Ur. 2001]); «No puede ejercer ningún liderazgo en política porque no tiene coraje para admitir sus errores» (NProvincia [Arg.] 13.3.97). En la mayor parte del ámbito hispánico existe también el sinónimo *liderato*, igualmente válido: «El liderato se gana ante todo por la ascendencia intelectual y moral» (Meléndez Identidad [P. Rico 1996]). Ambos términos son intercambiables, pero existen preferencias marcadas, según los contextos; así, en contextos sociales, económicos y políticos, se usa con preferencia el término *liderazgo*, mientras que en contextos deportivos se emplea mayoritariamente la forma *li-*

ligustro. 'Arbusto muy usado para formar setos'. Esta es la forma más cercana a la etimología (del lat. *ligustrum*) y la usada normalmente en el español de América: «Estados nunca pasaron la mano sobre un cerco de ligustros» (Viñas Mantolobras [Arg. 1983]); en España se prefiere la variante *aligustre*: «Se cayó entre los aligustres del jardín» (Guelbenzu Río [Esp. 1981]). Es incorrecta la forma **alibustre*. La variante *ligustre* es muy poco frecuente.

Lilongüe. Forma adaptada a la ortografía y pronunciación españolas del nombre de la capital de Malawi. Se desaconseja el uso en español de la grafía inglesa *Lilongwe*.

Lilongue. → Lilongüe.

limosina, *limosina, limosine. → limusina.

limpiar. 'Quitar la suciedad [de algo]'. Se acentúa como *anunciar* (→ APÉNDICE 1, n.º 4).

limusina. Adaptación gráfica de la voz francesa *limousine*, automóvil lujoso de gran tamaño: «El ministro esperaba al volante de la limusina» (GaHorrelano Gramática [Esp. 1982]). En el español americano se usa también, aunque menos que *limusina*, la variante *limosina*: «Gaitaba una gran limosina» (Alonso Imperio [Méx. 2003]). Debe evitarse la forma híbrida **limosina*, que no es ni francesa ni española.

lindar. Dicho de dos territorios o fincas, 'estar contiguos' y, en sentido figurado, dicho de dos cosas, 'estar muy próximas'. Se construye con un complemento introducido por *con*: «La actitud de los hombres lindaba con la hosquedad» (Saer Entenado [Arg. 1988]). No debe usarse la preposición *en*, error debido al cruce con *usar*: «Hubo descalificaciones que lindaron en el insulto» (Proceso [Méx.] 27.10.96).

linde. 'Límite entre dos territorios o fincas contiguos' y 'término o fin de algo'. Es válido su uso en ambos géneros, aunque ha sido siempre mayoritario el femenino: «Conversaban apoyados contra el tronco de un roble en la linde del bosque» (Cercas Solitadas [Esp. 2001]); «Los motoristas y arbitros habrían borrado los límites de la finca» (Mendoza Ciudad [Esp. 1986]).

línea. 1. *en línea.* Locución adverbial, calco del inglés *on-line*, que significa 'en conexión directa con un sistema central' y, especialmente, 'a través de la conexión a Internet': «Vemos bancos electrónicos que operan en línea» (Tiempo [Col.] 17.7.97). Se emplea frecuentemente como locución adjetiva: «Los servicios de información en línea [...] surgieron de una de las aplicaciones más importantes para la computadora personal» (Exedior [Méx.] 21.10.96). Se recomienda el uso de este calco en lugar de la expresión inglesa.

2. *entre líneas.* 'De forma no explícita, sino sobrentendida'. «Se usa normalmente con los verbos *ler* o *dear*»: «Cada cual ha aprendido, a su manera, a leer entre líneas y descifrar eufemismos» (País [Esp.] 17.9.77). Es incorrecta la grafía simple **entrelíneas*.

linear. 'Trazar las líneas [de algo] o bosquejar[lo]': «Este también es laboratorio para encontrar la curva del deseo, linear lo inaudito, lo selecto, lo que está detrás de lo aparente...» (GmzSerna Automorbandia [Esp. 1948]). Son incorrectas las formas en las que se acentúa la *-i-*: **línea*, **líneas*, **línea*, **línea*, etc., así como las pronunciaciones **[linio]*, **[linias]*, **[li- nial]*, **[linie]*, etc. (→ alinearse, 2).

linier. Voz tomada probablemente del catalán, que se usa en España, en algunos deportes como el fútbol, para designar al árbitro auxiliar que tiene bajo su control una línea del campo. Es común en cuanto al género (→ GÉNERO², la y 3g): *el/la linier*. Su plural es *linieres* (→ PLURAL, 1g). Hoy es más frecuente el uso de la locución *juez de línea*, que resulta preferible por estar generalizada en todo el mundo hispánico: «El juez de línea estaba con el banderín listo» (Gamboa Páginas [Col. 1998]). En México se dice también *abanderado* y, en Chile, *guardalínea*.

link. 1. Voz inglesa de uso frecuente hoy, en el lenguaje informático, con el sentido de 'conexión que se establece entre dos elementos de un hipertexto'. Debe sustituirse por los términos españoles *enlace* o *vinculo*: «Las partes del texto que aparecen resaltadas en color, denominadas enlaces, permiten, al hacer clic sobre ellas, obtener más información» (VV. AA. Informática [Esp. 1998]); «También ofrece vínculos con otros recursos en torno a Cataluña en Internet» (Vanguardia [Esp.] 16.9.95).

2. Este anglicismo se emplea también, normalmente en la forma plural *links*, para designar el campo en el que se practica el golf. Debe sustituirse por las expresiones españolas *campo* o *cancha* (de golf): «Junto a uno de los 17 hoyos del campo de golf de Harare dos señoras [...] intercambian los últimos colillos» (Mundo [Esp.] 12.7.94); «Es la única cancha de golf pública de Palm Beach» (Dios Miami [Esp. 1999]).

linóleo. Adaptación de la voz inglesa de grafía latinizante *linoleum*, que designa un tejido de yute impermeabilizado usado para recubrir suelos: «Había en el suelo de linóleo una alfombra de lechuga podrida» (Cohen Insonio [Arg. 1986]). Su plural es *linóleos*. Debe preferirse esta forma hispanizada a la variante etimológica *linoleum*.

linólecum. → linóleo.

linotipo. 'Linotipia o máquina de componer'. Es sustantivo masculino: «El silencio abrupto que mi entrada provocó en los linotipos y las máquinas de es-

páginas 400, 401

LLAVE. 1. Signo gráfico constituido por dos líneas sinuosas que, al juntarse, forman una pequeña puntita en el centro. Se trata de un signo de los llamados dobles, ya que existe uno de apertura (l) y otro de cierre (i), aunque en su aplicación principal (→ 2) se usa únicamente uno de ellos.

2. Se utiliza principalmente en cuadros sinópticos o esquemas, para abarcar varios elementos —cada uno escrito en una línea diferente— que constituyen una enumeración a partir de un concepto dado, que es el que genera la apertura de la llave. Normalmente se emplea el signo de apertura, aunque en esquemas complejos pueden combinarse ambos. El concepto a partir del cual se genera la llave se coloca en el centro de esta, y en ningún caso deben escribirse dos puntos entre estos dos elementos. Para resaltar los elementos abarcados por este signo pueden usarse rayas o cualquier otro tipo de marcador:

Consonantes { — Sordas
— Sonoras

Es posible utilizar el signo de cierre, si a partir de los elementos que componen la clasificación se quiere indicar el concepto que los abarca:

Padolítico { Edad de Piedra
Mesolítico
Neolítico

3. También se emplean las llaves para presentar alternativas en un determinado contexto:

Prometo { venir mañana
que vendré mañana } a la fiesta.

Si se prefiere presentar las alternativas escritas en línea seguida, estas deben separarse por medio de barras: «Según la naturaleza del verbo en cuestión, presentan diversas posibilidades [...] Prometo [venir mañana que vendré mañana]» (GDLE III [Esp. 1999] 3893).

Lleida. → Lérida.

llenar(se). 'Hacer que [algo o alguien] pase a estar lleno' y, como pronominal, 'pasar a estar lleno'. Suele llevar un complemento introducido por *de* o, menos frecuentemente, *con*: «La atmósfera sentimental se llenó de presagios» (Millás Mujeres [Esp. 2002]); «Pon el arca en el fondo de una maceta, llénala con tierra y planta un rosal» (Jodorowsky Danza [Chile 2001]).

llevar. 1. Cuando significa 'hacer que [una persona o cosa] llegue a otra persona, o a un determinado lugar o situación', además del complemento directo, suele llevar un complemento indirecto de persona o un complemento introducido por *a*, que expresa el lugar o situación: «A Elodia LE llevaban récords los hombres de servicio» (UPETI Oficio [Ven. 1976]); «Encontré un taxi que lo llevó A su casa» (Gamba Páginas [Col. 1998]); «El maldito vino es el que lo lleva A la perdición» (Gallo Adalinda [Esp. 1990]).

4. En las palabras españolas, como todos los dígrafos, es indivisible en la escritura, de manera que no pueden separarse sus componentes con guión de final de línea (→ GUION o GUION, 2.6a): *lle- / lleba*, no **l-le* o **l-leba*.

5. La forma mayúscula del dígrafo *ll* es *LL*, es decir, solo la primera de las letras que lo componen debe escribirse en mayúscula (→ MAYÚSCULAS, 1.2).

llamar(se). En función del significado, debe tenerse en cuenta lo siguiente:

a) Con el sentido de 'dar voces o nombrar [a alguien] para atraer su atención', es siempre transitivo: «Fue el propio Ambrosio quien LO llamó desde la puerta» (Cibonal Noche [Esp. 1981]).

b) Cuando significa 'establecer comunicación telefónica (con alguien)', está generalizado en todo el ámbito hispánico el uso transitivo: «No hace mucho LO llamó por teléfono un tipo de voz imperiosa» (Galeano Días [Ur. 1978]); «LO llamó por teléfono para decirle que tenía su entera confianza» (Herrero Ocaso [Esp. 1995]). No faltan, sin embargo, ejemplos de uso intransitivo, procedentes incluso de zonas no leistas: «Marele LE llamó por teléfono para decirle que Ana estaba muy mal» (Aguilera Carrión [Méx. 1983]). Pero lo normal y más recomendable es interpretar como directo el complemento que expresa el destinatario de la llamada y usar, por tanto, las formas *lló* y *llás* cuando se trate de un pronombre átono de tercera persona.

c) Significa también 'aplicar [a alguien o algo] una denominación o calificativo': «Vino al mundo un niño a quien llamaron Rolf» (Allende Eva [Chile 1987]); «No llames ahora a mi mujer» (Gallego Adalinda [Esp. 1990]). Con este sentido era transitivo en latín y se construía con doble acusativo. Ya desde los orígenes el español vaciló entre

usar en este caso las formas de dativo *lle* o las de acusativo *lló* (a), vacilación que se ha mantenido hasta la época actual: «En España a la pupa LE llaman patata» (Huneus Cocina [Chile 1989]); «Presento una hija y [...] LE llamo Juan» (Cabrera Acto [Ven. 1976]). A pesar de esta vacilación tradicional, hoy se recomienda el uso de los pronombres *lló* (a), pues el complemento que expresa la persona o cosa nombrada funciona como sujeto en la construcción pasiva: *La niña fue llamada Juan*; a esto se añade que el complemento predicativo, que es el que expresa el nombre o calificativo aplicado, solo puede referirse gramaticalmente a un sujeto o a un complemento directo, nunca a un complemento indirecto.

d) Es intransitivo cuando significa 'hacer saber, mediante golpes o distintos sonidos, que se desea entrar en un lugar': «Apuntes cuélgas, llaman a la puerta» (Martínez Vuelo [Arg. 2002]).

acentuación griega (gr. *lítoles*). En la acentuación llana puede haber influido también la pronunciación francesa de esta voz (fr. *litté* [litó]). Se recomienda la forma esdrújula, por ser la preferida en el uso. También son válidas, aunque poco frecuentes, las formas etimológicas terminadas en *li* *littotes* o *littos*.

littotes o **littos.** → litote o litote.

Liubiana. Forma adaptada a la ortografía y pronunciación españolas del nombre de la capital de Eslovenia: «Liubiana vio frustradas sus esperanzas de poder ingresar en la Alianza Atlántica en la primera ampliación» (Alb. [Esp.] 22.7.97). Se desconoce el uso en español de la grafía eslovena *Liubiana*. Tampoco debe usarse hoy el nombre alemán *Laibach*, con el que era conocida esta ciudad en otras épocas.

livido -da. Etimológicamente significa 'amorado', pero hoy es más frecuente, y se considera válido, su uso con el sentido de 'intensamente pálido': «Destaca la enorme palidez de su cara, empolizada livida» (Vallejo Eclipse [Esp. 1980]). No debe confundirse con el sustantivo femenino *livido* ('deseo sexual'; → libido).

livornés -sa. → Livorno.

Livorno. Aunque la forma tradicional española del nombre de esta ciudad italiana es *Liorna*, hoy se emplea con preferencia la forma italiana *Livorno*. «Tráenos que [...] demorarnos un par de días en Livorno y, en Génova, esperar [...] la llegada de un repuesto para el árbol de la hélice» (Mutis Ilona [Col. 1988]). El gentilicio es *livornés*: «Las andanzas de un capitán corsario [...] o unos judíos livorneses» (Van guardia [Esp.] 7.1.94).

Ljubljana. → Liubliana.

ll. 1. Dígrafo que, por representar un solo sonido, es considerado desde 1803 decimocuarta letra del abecedario español (→ ABECEDARIO, 2). Su nombre es femenino: *la lle* (pl. *ellas*).

2. Puede representar dos sonidos consonánticos distintos:

a) Actualmente, en la pronunciación normal de la mayor parte de los territorios de habla hispana, representa el sonido palatal central sonoro /y/ (→ y, 2a). La pronunciación como /y/ del dígrafo *ll* se denomina «yeísmo» (→ YEÍSMO).

b) En algunas zonas y, en general, entre hablantes de pronunciación esmerada, representa el sonido palatal lateral sonoro /l/.

3. Debe evitarse la pronunciación de *ll* como /li/ (o [kábalo] por *caballo*), con la que algunos hablantes yeístas —aquellos que espontáneamente pronuncian la *ll* como si fuera una *y*— tratan de diferenciar, artificialmente, la pronunciación de otras letras.

entire se me amida en la garganta» (García Márquez Vivir [Col. 2002]). A veces, por influjo del género de máquina y de su sinónimo *linotipia*, se usa también en femenino «Y al final no era ni un ropero, ni una mesa con cajones [...] era una linotipo» (Sibato Abadón [Arg. 1974]).

Lion, lionés -sa. → Lyon.

Liorna. → Livorno

lipitick. → pitalabios.

liquefacción. → licuefacción.

lis. 'Lirio' y 'forma heráldica de esta flor'. Aunque hasta el siglo XIX se usó solo en femenino, a partir del XX se emplea también con el género masculino etimológico: «Los Farnese procedían de Francia, y lo confirman las lias de su blasón» (Mujica Bomanzo [Arg. 1962]); «En su reino habitan el lis, las princesas, la miel y el trébol de Francia» (Alb. [Esp.] 13.10.97). Con el segundo sentido indicado, es más frecuente el uso de la expresión *flor de lis*.

lisar(se). 'Dejar, o quedar, lisiado'. Se acentúa como *aniciar* (→ AFÉNDICE 1, n.º 4).

-lisis. Elemento compositivo sufijo (del gr. *-lysis* 'solución'). Las voces españolas con esta terminación que proceden directamente del griego, o del griego a través del latín, son esdrújulas, pues conservan la acentuación etimológica: *análisis*, *catálisis*, *diálisis*, *parálisis*. El resto de las palabras con esta terminación, en su mayoría cultismos científicos, se han formado de la suma de dos elementos compositivos y en todas ellas se documentan dos acentuaciones: una esdrújula, por analogía con las voces griegas con esta terminación, y otra llana, debida quizá al influjo del francés. Ambas se consideran válidas: *electrólysis* o *electrolisis*, *foliólisis* o *foliolis*, *glaciólisis* o *glaciolisis*, *hemólisis* o *hemolisis*, *hidrólysis* o *hidrolisis*.

liso -ta. «liso para sentenciá». → sentencia.

lias. 'Unidad monetaria de Lituania'. Es voz masculina: «Pienso introducir la moneda nacional (el lias) y desarrollar el programa de privatizaciones» (Pris@ [Esp.] 16.2.93). Es invariable en plural (→ PLURAL, 1f); *un lias*, *dos lias*. Debe evitarse el uso de la forma «liar para el singular.

litofotografiar. 'Reproducir [dibujos o estampas] mediante fotolitografía'. Se acentúa como *emiar* (→ AFÉNDICE 1, n.º 5).

litografiar. 'Reproducir [algo] mediante litografía'. Se acentúa como *emiar* (→ AFÉNDICE 1, n.º 5).

litosfera o **litosfera.** → sfera.

littote o **littote.** 'Figura retórica también llamada atenuación'. Tiene dos acentuaciones válidas: la esdrújula *littote*, acorde con la acentuación latina (del lat. *littotes* [littotes]), y la llana *littote*, acorde con la

páginas 404, 405

en las que el español se halla o se halló en contacto con otras lenguas. No obstante, hay que señalar que, en general, los hablantes cultos de estas zonas emplean los pronombres átonos de acuerdo con la norma culta estándar (→ 2). Por tanto, los fenómenos señalados a continuación son sobre todo propios de hablantes de zonas rurales o pertenecientes a las capas populares de las ciudades.

- a) En la zona andina del Perú, Bolivia y el noroeste de la Argentina, el español ha estado durante siglos en contacto con el quechua y el aimara. Estas lenguas no indoeuropeas se caracterizan por no contar con distinción de género y por marcar el número y el caso de forma muy diferente al español. Estas diferencias gramaticales tan profundas acarrean gran dificultad a los hablantes indígenas cuando se enfrentan al aprendizaje del español y produce fenómenos muy peculiares. El más llamativo es la utilización del pronombre *lo* como complemento directo, sin distinción de género ni número: «Después toda la oveja me quitó y lo ha llevado a la hacienda»; «No lo conozco a su hermano».

- b) En zonas del norte de España en contacto con el dialecto asturleonés oriental, el sistema de uso de los pronombres átonos de tercera persona se basa en la condición contable o no contable del antecedente, y no en la función sintáctica del pronombre. Así, en el español hablado en la zona central y oriental de Asturias, y en la mayor parte de Cantabria, se usa *lo* cuando el antecedente es un sustantivo no contable, incluso si este es femenino: «La leche lo cuajaban para hacer queso».

lonche. 1. La voz inglesa *lunch*, que se emplea ocasionalmente en español con el sentido de 'comida ligera que se toma al mediodía o a media tarde', se ha adaptado en varios países americanos en la forma *lonche*: «*Jitties tomaba su lonche*» (Bryce *Mundo* [Perú 1970]). Esta adaptación ha dado incluso derivados como *lonchera* ('portaviandas o fiambra'); «*Partía con mi lonchera* [...] *estacionándome para comer en cualquier lugar*» (Serrano *Vida* [Chile 1995]); y *lonchería* ('establecimiento donde se sirven comidas ligeras'); «*Come perros calientes en una lonchería*» (Santana *Isabel* [Ven. 1992]). Se admite el uso del anglicismo adaptado, aunque no hay que olvidar que existen equivalentes tradicionales en español, como *almuerzo* (*figero*) o, en países como Chile, *colación*.

2. Con el sentido de 'comida ligera que se ofrece a los invitados a una celebración' no debe usarse en español la voz inglesa *lunch*, pues existen equivalentes españoles como *refrigerio* o *aperitivo*.

lonchera, lonchería. → lonche, 1.

long play. → elepé.

look. Voz inglesa que se usa ocasionalmente en español con el sentido de 'imagen o aspecto de las personas o, menos frecuentemente, de las cosas'. Es anglicismo innecesario, que debe sustituirse por las voces españolas *imagen* o *aspecto*: «*Para lograr tu nueva imagen usaste silicona*» (NHerald [EE. UU.] 7.2.97).

loor. 1. 'Alabanza o elogio': «*Antes y después de la misa cantan sencillas melodías de loor a María*» (Reuter *Música* [Méx. 1980]); «*Cuántos loores, cuántas alabanzas*» (Miras *Brigas* [Esp. 1978]). Es frecuente su empleo precedido de la preposición *en* y seguido de un complemento introducido por *de* o, más raramente, por *a* que expresa a qué o a quién van dirigidas las alabanzas: «*Hablaban en loor del di-
junio*» (Bonfil *Simbiosis* [Méx. 1993]); «*La palabra principal de su vocabulario es "burrá", naturalmente
gritada en loor a su ídolo*» (Teitelboim *País* [Chile 1988]).

2. «*en loor de multitud*» → olor, 2.

lord. 'Hombre que pertenece a la primera nobleza británica'. Es voz tomada del inglés y se usa normalmente como fórmula de tratamiento, antepuesta sin artículo al nombre o apellido del individuo correspondiente: «*El conserdor lord Henry Plumb cederá la presidencia a un democristiano*» (ABC [Esp.] 15.6.89). A diferencia de *lady* —que se usa como extranjerismo crudo, pues conserva su grafía, su pronunciación y su plural originarios (→ *lady*)—, la palabra *lord* se considera adaptada al español, pues forma un plural *lores*, diferente del plural inglés *lords*: «*La Cámara de los Lores será abolida*» (Vilosa *Verdad* [Perú 2002]).

Louisiana. → Luisiana.

Lourdes. Grafía asentada en el uso español de la localidad francesa donde se encuentra el santuario de la Virgen del mismo nombre: «*Cerca ya de la frontera española, paramos en Lourdes y nos acercamos a la gruta de Bernadette*» (Leguna *Nombre* [Esp. 1992]). Es, además, un nombre de pila femenino y, en ese caso, se admite, aunque se usa poco, la grafía adaptada *Lurdes*. En todo caso, la pronunciación de ambas formas es la misma: [lúrdes].

LP. → elepé.

lubricante. → lubrificar.

lubricar. 'Poner resbaladizo [algo] o engrasar[lo]': «*Estas horas a solas eran un bálsamo, un aceite que lubricaba los engranajes de su vida*» (Gamboa *Páginas* [Col. 1998]). También es válida, aunque menos frecuente, la forma *lubrificar*: «*Amador bebió un trago de vino para intentar lubricar un poco su atenuada garganta*» (Savater *Caronte* [Esp. 1981]). Lo mismo cabe decir de los respectivos adjetivos derivados *lubricante* y *lubrificante*.

lubrificante, lubricar. → lubrificar.

luchar. 'Contender o pelear'. Puede llevar un complemento introducido por *contra* o, menos frecuentemente, *con*: «*Mi padre y mis hermanos mayores lucharon contra el ejército invasor*» (Chao *Allos* [Méx. 1991]); «*Moría los brazos como aguja que luchasen con enemigos que no se dejan cortar*» (Lezama *Oppiano* [Cuba 1977]). El complemento que expresa la finalidad de la lucha va precedido de *por* o, si se trata de un complemento oracional, también de *para*: «*Somos revolucionarios armados que luchan por la independencia*» (Zaragoza *Dios* [Esp. 1981]); «*Lucha para que la justicia reine en este injusto mundo*» (Jodorowsky *Pájaro* [Chile 1992]). Es incorrecto suprimir la preposición y construir este verbo como transitivo: «*Un triunfo extraordinario que nos permite ir a Chile a luchar la clasificación*» (Expreso [Perú] 12.9.97); debió decirse *luchar por la clasificación*.

lucir(se). Como intransitivo no pronominal, 'dar luz' y 'brillar o resplandecer'; como intransitivo pronominal, dicho de una persona, 'quedar bien o tener éxito en algo'; como transitivo, 'exhibir(se)'. Verbo irregular: v. conjugación modelo (→ APÉNDICE 1, n.º 40).

lucubración, lucubrar. → elucubrar.

Luisiana. Forma tradicional española del nombre de este estado de los Estados Unidos de América. Aunque en épocas pasadas era habitual su uso con artículo, hoy aparece preferentemente sin él: «*Las deportaciones ya han comenzado en los estados de California y Luisiana*» (D. América [EE. UU.] 6.3.97). No debe usarse en español la grafía inglesa *Louisiana*.

luna. → MAYÚSCULAS, 4.11.

lunch. → lonche.

Lurdes. → Lourdes.

lubier. → lutier.

lutier. Adaptación gráfica propuesta para la voz francesa *lutier*, 'artesano que construye instru-

mentos musicales de cuerda': «*En el apartado de libros ilustrados destaca El lutier de Venecia*» (ABC [Esp.] 24.5.89). Su plural es *lutieres* (→ PLURAL, 18). Debido a su extensión, se admite el uso del galicismo adaptado, aunque no hay que olvidar el término tradicional español *violero*, que tiene este mismo significado: «*Algunas veces parece que los tríos grandes violeros fueron los Amati, Stradivari y Guarneris*» (Mundo [Esp.] 11.2.94).

lyra. → lira.

Lyon. 1. La forma tradicional *León*, usada en épocas pasadas para nombrar esta ciudad francesa —a menudo con el especificador *de Francia*—, ha sido sustituida en el uso actual por el original francés *Lyon*, que tiene la ventaja de designar un solo lugar, frente a la diversidad de los que llevan el nombre *León* en España y América (→ León): «*En los conciertos de París y de Lyon*» (Galeano *Boas* [Ur. 2004]). No es correcta la grafía con tilde «*Lyón*», por dos razones: al tratarse de un nombre propio no adaptado al español, debe respetarse en todos los aspectos su grafía original (→ TILDE, 6.1) y, además, según las normas establecidas en la última edición de la *Ortografía académica* (1999), esta palabra es monosílaba, pues toda combinación de vocal cerrada átona y vocal abierta tónica se considera un diptongo a efectos de acentuación (→ TILDE, 1.2).

2. Aceptando que hoy por hoy esta es la forma mayoritariamente usada, debe señalarse la mejor adecuación al español de la grafía adaptada *Lion*, que no carece de tradición en nuestro idioma: «*El brazo principal del glaciar del Kódon llegaba hasta el emplazamiento actual de Lion*» (HdzPacheco *Geología* [Esp. 1927]); «*Del latín al francés, [...] Ginebra, 1606; Lion, 1608; Ruán, 1618*» (HdzUreña *Cultura* [R. Dom. 1936]). Esta adaptación resulta natural y es, por otra parte, la que ya se ha aplicado en el gentilicio que es *lionés*, y no «*lyonés*»: «*El maestro lionés*» [Paul Bocuse] *puso todo su genio en el festín*» (Domingo *Sabor* [Esp. 1992]).